

instituto  SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SINTESE ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA 1989—90**



INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

INSTITUTO CEPA-SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA

VOLUME 1

SÍNTESE

ANUAL

DA AGRICULTURA

DE SANTA CATARINA 1989-90

FLORIANÓPOLIS
1990

SECRETARIA DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto	- Mel de Abelha/Informações Básicas
Engo Agro Cesar Augusto F. Silva	- Produção Florestal
Econ. Francisco Assis de Brito	- Banana/Tomate/Política Agrícola
Engo Agro Geraldo Budo	- Mandioca
Engo Agro Guido Boeing	- Batata/Cebola/Maçã
Engo Agro José Carlos Madruga da Silva	- Uva
Méd. Vet. Olives Osmar Santini	- Aves/Bovinos de Corte/Suínos
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha	- Pescado
Méd. Vet. José Eládio Della Giustina	- Aves - Segmento Postura
Engo Agro Carlos Roberto Roncato Filho	- Alho/Arroz
Engo Agro Simão Brugnago Neto	- Feijão/Milho/Soja
Engo Agro Tabajara Marcondes	- Bovinos de Leite/Fumo/Trigo

PARTICIPAÇÃO: (Bolsistas - Convênio Instituto CEPA/SC-UFSC)

Antônio Carlos Melo Vieira
Cristiane Meller Dal Toé
Marize Lúcia Clemente (Desenho)
Rosilene Sílvia Vieira

COLABORAÇÃO:

EMATER-SC/ACARESC	OCESC
ACARPESC	FAESC
ENPASC	CEASA/SC
FETAESC	CIDASC
FECOAGRO	IASC
DFA/SC	CFP
Banco do Brasil	IBGE/GCEA-SC
Banco Central do Brasil	IBDF
Sa. Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC	COOPERBELO
SEPLAN-SC	

ARTE E PRODUÇÃO:

Joares A. Segalin - Copidesque
Jocenir Miriam C. de Sousa - Editoração
Edila Gonçalves Botelho - Digitação
Jocenan M. Cardoso - Digitação
Neusa Maria dos Santos - Digitação
Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina.
v.1- 1976- Florianópolis, Instituto
CEPA/SC, 1976-

Anual em dois volumes.

Título anterior: Síntese Informativa sobre a
Agricultura Catarinense, 1976-1981.

A partir de 1983-84 passou a ser publicada
em dois volumes.

1. Agropecuária-Santa Catarina-Periódico. I.
Instituto de Planejamento e Economia Agrícola
de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina - 1989-90 | Florianópolis | v. 1 | 1990

REPRODUÇÃO PERMITIDA DESDE QUE CITADA A FONTE

APRESENTAÇÃO

O PROGRAMA "ABASTECIMENTO E INFORMAÇÃO AGRÍCOLA" ESTÁ INSERIDO NO PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE-PLANAC. CONSTA, ENTRE SEUS OBJETIVOS, PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO, FAZER A ANÁLISE DE MERCADO E FORNECER ORIENTAÇÕES DE CUNHO SOCIAL, TÉCNICO E CIENTÍFICO.

A SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, DE ENCONTRO A TAIS OBJETIVOS, DIVULGA INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS, DOS REBANHOS E DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS COM ANÁLISE RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA DA PRODUÇÃO E DO COMPORTAMENTO DOS MERCADOS. NA PRESENTE EDIÇÃO, DEVE-SE RESSALTAR QUE, EM VIRTUDE DE CONSTANTES ALTERAÇÕES NOS ÍNDICES DA INFLAÇÃO OFICIAL, O ÍNDICE UTILIZADO É O ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. POR UMA QUESTÃO METODOLÓGICA, A CORREÇÃO DE PREÇOS DAS SÉRIES TEMPORAIS TEM POR BASE OUTUBRO DE 1989.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO, ATRAVÉS DO INSTITUTO CEPA/SC, SENTE-SE HONRADA EM COLOCAR À DISPOSIÇÃO DE SEUS USUÁRIOS A 14ª EDIÇÃO DESSA PUBLICAÇÃO, QUE TEM COMO PROPÓSITO CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA COMUNIDADE CATARINENSE. AO MESMO TEMPO, AGRADECE O APOIO RECEBIDO POR PARTE DAS EMPRESAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA INICIATIVA PRIVADA, SEM O QUAL NÃO SERIA POSSÍVEL A PUBLICAÇÃO DE MAIS ESSE IMPORTANTE DOCUMENTO.

ATHOS DE ALMEIDA LOPES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,
DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

SUMÁRIO

	P.
1. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1989	7
2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	17
2.1. Alho	19
2.2. Arroz	30
2.3. Banana	42
2.4. Batata	52
2.5. Cebola	67
2.6. Feijão	83
2.7. Fumo	97
2.8. Maçã	108
2.9. Mandioca	121
2.10. Milho	136
2.11. Soja	150
2.12. Tomate	164
2.13. Trigo	178
2.14. Uva	187
2.15. Produção Florestal	199
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	213
3.1. Aves	215
3.2. Aves - Segmento Postura	224
3.3. Bovinos de Corte	240
3.4. Bovinos de Leite	250
3.5. Mel de Abelha	266
3.6. Pescado	284
3.7. Suínos	301
4. INFORMAÇÕES BÁSICAS	315
5. LISTA DE GRÁFICOS	341
6. LISTA DE MAPAS	346
7. LISTA DE QUADROS	348
8. LISTA DE TABELAS	349
9. BIBLIOGRAFIA	367

1. POLITICA AGRICOLA EM 1989

1.1. INTRODUÇÃO

O ano de 1989, para o setor agrícola, pode ser resumido como o ano das perspectivas, dificuldades e frustrações.

Perspectivas, pela esperança de aprovação da Lei Agrícola, cuja data fatal, estabelecida pela Constituição Federal, seria 5 de outubro desse ano, já que esta determina em seu artigo 50 das Disposições Transitórias que a Lei Agrícola deveria ser promulgada no prazo de um ano de promulgação da Carta Magna. Contudo, até o final do ano, havia sido aprovado Substitutivo ao Projeto de Lei 4086/89 do Relator da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

O Plano Verão também criou expectativas no campo, tendo em vista que o congelamento de preços, determinado no dia 15 de janeiro, antecipou-se às normas de comercialização da safra 88/89, relativas às operações de AGF e EGF. Além disto, em maio houve um reajuste de 17,94% nos preços mínimos relativos à correção monetária do trimestre subsequente à decretação do Plano. Mesmo assim, uma defasagem adicional de 14,83%, reclamada pelo meio rural, reconhecida e atendida em agosto, pôs fim à falácia entre o reajuste de crédito de 28,79% em janeiro, contra um de 12,16% nos preços mínimos.

Quando do congelamento, época de entressafra (exceto para o alho e trigo), o Instituto CEPA/SC realizou estudo pelo qual provava que a maioria dos preços dos produtos agrícolas estava em níveis superiores aos da média histórica, conforme pode ser visto na tabela 1.

TABELA 1

PREÇOS MEDIOS REAIS(1) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1983-89, RECEBIDOS EM 13-01-89 PELOS PRODUTORES

(Cz\$/kg)

	SOJA	MILHO	FEIJOÃO	MANDIOCA	TRIGO	ARROZ	CEBOLA	BATAIA	ALHO	TOMATE	LEITE	SUÍNOS	AVES	BOVINOS
a) PREÇOS EM 13/01/89	212.50	106.64	458.34	50000.00	153.79	154.00	140.00	94.50	1400.00	138.17	188.20	885.00	494.30	550.00
b) Média mensal 83-88	155.61	86.27	305.76	26620.16	173.05	140.14	211.78	153.62	112.46	157.12	142.70	616.30	487.90	529.91
c) Média meses Jan	142.40	90.46	323.72	21233.88	167.76	159.27	131.47	106.19	137.07	121.42	146.50	680.73	495.09	500.83
d) variação % a/b	49.23	17.89	41.59	135.47	-8.32	-3.31	6.49	-11.01	1.66	13.79	28.46	30.01	-0.16	9.82
e) variação % a/c	36.56	23.61	49.90	87.83	-11.13	9.89	-33.89	-38.48	25.85	-12.06	31.88	43.60	1.31	3.79

PRODUTOS COM PREÇOS ACIMA DA MÉDIA HISTÓRICA

SOJA 49.23 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
36.56 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

MILHO 17.89 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
23.61 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

FEIJOÃO 41.59 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
49.90 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

MANDIOCA 135.47 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
87.83 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

LEITE 28.46 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
31.88 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

SUÍNOS 30.01 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
43.60 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

BOVINOS 9.82 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
3.79 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

TOMATE 13.79 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
-12.06 % MENOR QUE A MÉDIA DE 83-88

CEBOLA 6.49 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
-33.89 % MENOR QUE A MÉDIA DE 83-88

PRODUTOS COM PREÇOS RELATIVAMENTE ALINHADOS

ALHO 1.66 % MAIOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
25.85 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

AVES -0.16 % MENOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
1.31 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

PRODUTOS COM PREÇOS DEFAZADOS

BATAIA -11.01 % MENOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
-38.48 % MENOR QUE A MÉDIA DE 83-88

TRIGO -8.32 % MENOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
-11.13 % MENOR QUE A MÉDIA DE 83-88

ARROZ -3.31 % MENOR QUE A MÉDIA DOS MESES DE JANEIRO
9.89 % MAIOR QUE A MÉDIA DE 83-88

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Apesar dos percalços na sua aplicação, os instrumentos tradicionais de política agrícola foram utilizados durante o ano; todavia, a indefinição na política econômica, associada a medidas de impacto (como foi o Plano Verão) e à decisão de uma política monetária com juros reais exorbitantes, prejudicou a necessária resposta, ou, de outra forma, os objetivos alcançados não tiveram a magnitude desejada.

Por fim, o anúncio dos VBCs para a safra 89/90 gerou frustrações, já que a simples correção monetária nem sempre é suficiente para acompanhar o aumento dos custos de produção, segundo avaliação do setor. Contudo, mesmo que fosse suficiente, a redução do limite de financiamento certamente oneraria a produção da próxima safra, tendo em vista os aumentos excessivos nas taxas de juros reais médios que o setor está se obrigando a pagar.

As mudanças mais profundas para o setor agrícola certamente dizem respeito ao crédito, cuja utilização com a carga de subsídio sempre foi o instrumento mais reclamado e que gerou maior atenção das lideranças rurais.

As dificuldades econômicas induzem o governo a manter uma política monetária rígida. Além disso, a crise fiscal - orçamento extremamente apertado - leva o setor a prever dificuldades na agricultura para a década que se inicia.

1.2. O CREDITO EM 1989

Em 17 de março de 1989, o Ministro da Agricultura estabeleceu, através da Portaria nº 200, as Regras de Intervenção para a comercialização da safra 88/89. Nela, a exemplo da Portaria nº 36, de fevereiro de 1988, foram traçadas as regras que norteariam a intervenção governamental no mercado de arroz, milho e feijão.

A edição do Plano Verão provocou alterações significativas no crédito rural, que poderiam ser resumidas a

partir das diferentes épocas de operação e as alterações nos encargos financeiros:

1) Operações realizadas até 23/03/89:

- até 15/01, os encargos eram de juros mais correção monetária "pro-rata tempore", dada pela variação da OTN;
- de 15/01 até 31/01 - somente juros, se liquidados até 04/08/89, ou 28,79% "pro-rata tempore" para liquidação após esta data;
- de 01/02 até 28/02 - juros acrescidos de correção monetária (3,6%) sobre o saldo de 28/02, e fim da "pro-rata" até 01/07/89;
- de março até 31/06 - correção monetária mais juros, capitalizados no 1º dia útil do mês, sobre o saldo existente no último dia do mês anterior;
- a partir de 01/07 - correção monetária pela variação do BTNF, reiniciando a "pro-rata tempore" além dos juros.

2) Operações realizadas entre 23/03 e 21/06/89:

- de 23/03 até 02/08 - juros e correção monetária pelo IPC, capitalizados no 1º dia útil do mês, sobre o saldo existente no último dia do mês anterior;
- de 01/07 em diante, não liquidadas até 02 de agosto, reaparecimento do "pro-rata tempore", pela variação diária do Bônus do Tesouro Nacional (BTN fiscal).

3) Operações realizadas entre 21/06 a 03/08/89:

- correção pelo IPC de junho e julho, reaparecimento do "pro-rata tempore" e, a partir daí, pela BTN fiscal.

4) Após 03 de agosto de 1989, pela Circular 1518, de 03/08/89:

- "III - A partir de 01.07.89, o saldo deve ser atualizado pela variação diária do valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN fiscal).

1.3. DEFINIÇÕES PARA A SAFRA 89/90

A clareza do reconhecimento de uma crise financeira por parte do governo ficou ainda mais evidente quando da definição dos VBCs e preços-base para a safra 89/90.

Quando se tornaram públicos os VBCs do feijão e da mandioca, foram mantidos os limites de financiamento da safra 88/89, isto é, 100% de financiamento, independentemente da categoria do produtor, cuja remuneração é aquela estabelecida pelo MCR.

Entretanto, ao anunciar os demais VBCs (vide tabela 3), o governo reduziu significativamente o volume de financiamento de algumas culturas tidas como essenciais aos objetivos do governo no combate à inflação, como o milho, por exemplo. Se na safra passada esta cultura tinha 100% de financiamento, independentemente da categoria do produtor, na atual os limites foram reduzidos para 80%, 70% e 50%, para pequenos, médios e grandes produtores, respectivamente (tabela 2).

TABELA 2

LIMITES DE FINANCIAMENTO - SAFRA 1989/90

PRODUTO	CATEGORIA		
	Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor
Amendoim	80	50	30
Arroz			
- Lavoura de Sequeiro	80	60	40
- Lavoura Irrigada	100	60	40
- Semente Certificada ou Fiscalizada	100	60	40
Batata-semente (Cert. ou Fiscalizada)	100	60	40
Casulo Verde	80	50	30
Feijão	100	100	100
Mandioca	100	100	100
Milho	80	70	50
Soja	70	40	30
Uva	80	60	40

FONTE: GFP.

TABELA 3

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES VIGENTES EM SANTA CATARINA
SAFRA DAS ÁGUAS - 1989/90

PRODUTO E ÁREA DE ABRANGENCIA	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) (BTN/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES									
	De	Até		1a. PARCELA		2a. PARCELA		3a. PARCELA		4a. PARCELA			
				% 1a Par- tir de	Nº de X BTN	% 2a Par- tir de	Nº de X BTN	% 3a Par- tir de	Nº de X BTN	% 4a Par- tir de	Nº de X BTN		
FEIJÃO				55 JUL	25 AGO	20 OUT							
Todo Território Nacional	-	400	108,81		59,85	27,20		21,76	-	-			
	401	600	208,70		114,79	52,18		41,73	-	-			
	601	300	247,56		136,16	61,89		49,51	-	-			
	801	1.000	320,99		176,54	80,25		64,20	-	-			
	Acima de 1.000		378,04		207,92	94,51		75,61	-	-			
HANDIOCA-1 CICLO				25 JUL/89	25 NOV/89	30 ABR/90		20 JUL/90					
Região Norte e Demais Estados das Regiões	-	10.000	173,68		43,42	33,42		52,10		34,74			
	10.001	15.000	236,09		59,02	59,02		70,83		47,22			
	15.001	20.000	395,20		98,80	98,80		118,56		79,04			
Centro-Oeste, Sul e Sudeste	20.001	25.000	470,62		117,66	117,66		141,19		94,11			
	Acima de 25.000		534,25		133,56	133,56		160,28		106,85			
HANDIOCA-2 CICLOS				20 JUL/89	20 NOV/89	40 ABR/90		20 JUL/90					
Região Norte e Demais Estados das Regiões	-	12.000	224,36		44,87	44,87		89,74		44,88			
	12.001	18.000	313,70		62,74	62,74		125,48		62,74			
	18.001	24.000	470,39		94,08	94,08		188,16		94,07			
Centro-Oeste, Sul e Sudeste	24.001	30.000	549,93		109,93	109,93		219,87		109,94			
	Acima de 30.000		635,98		127,20	127,20		254,39		127,19			
AMENDOIM				65 AGO	15 SET	20 NOV							
Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Bahia - Zona 1	-	1.400	156,96		102,01	23,54		31,40		-			
	1.401	2.300	300,38		195,25	45,06		60,07		-			
	Acima de 2.300		378,56		246,06	56,78		75,72		-			
ARROZ IRRIGADO				45 AGO	45 OUT	10 FEV							
IRRIGAÇÃO MECÂNICA - SISTEMA DIESEL	-	3.000	312,60		140,67	140,67		51,26		-			
	3.001	3.600	368,15		165,67	165,67		36,81		-			
	3.601	4.200	426,22		191,80	191,80		42,62		-			
Região Sul e Sudeste	4.201	5.000	481,32		216,59	216,59		48,14		-			
	Acima de 5.000		537,17		241,73	241,73		53,71		-			
IRRIGAÇÃO MECÂNICA - SISTEMA ELÉTRICO				45 AGO	45 OUT	10 FEV							
Região Sul e Sudeste	-	3.000	296,15		133,27	133,27		29,61		-			
	3.001	3.600	345,88		155,65	155,65		34,58		-			
	3.601	4.200	400,05		180,02	180,02		40,01		-			
Região Sul e Sudeste	4.201	5.000	449,58		202,31	202,31		44,96		-			
	Acima de 5.000		505,42		227,44	227,44		50,54		-			
IRRIGAÇÃO NATURAL				45 AGO	45 AGO	10 FEV							
Região Sul e Sudeste	-	3.000	280,23		126,10	126,10		28,03		-			
	3.001	3.600	320,30		144,14	144,14		32,02		-			
	3.601	4.200	373,31		167,99	167,99		37,33		-			
Região Sul e Sudeste	4.201	5.000	420,63		189,28	189,28		42,07		-			
	Acima de 5.000		476,48		214,42	214,42		47,64		-			

(continua)

(conclusão)

PRODUTO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) (BTN/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES								
	De	Até		1a. PARCELA	2a. PARCELA	3a. PARCELA	4a. PARCELA	1a. PARCELA		2a. PARCELA		
			1a. Par- tir de	Nº de BTN	1a. Par- tir de	Nº de BTN	1a. Par- tir de	Nº de BTN	1a. Par- tir de	Nº de BTN		
ARROZ SEQUEIRO				70	AGO	20	OUT	10	FEV			
Região Sul e Sudeste	-	1.000	110,32			77,12		22,06	11,04			
	1.001	1.300	144,44			101,11		28,89	14,44			
	1.301	1.600	182,42			127,69		36,48	18,25			
	Acima de	1.600	212,35			148,65		42,47	21,23			
BATATA-SEMENTE				75	AGO	15	SET	10	NOV			
Todo Território Nacional	-	12.000	3.192,71			2.394,53		478,91	319,27			
	12.001	15.000	3.762,38			2.821,79		564,36	376,23			
	15.001	18.000	4.247,93			3.185,95		637,19	424,79			
	Acima de	18.000	4.316,68			3.237,51		647,50	31,67			
CASULO VERDE				90	AGO	10	SET					
Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste	-	300	380,70			342,63		38,0	-			
	301	500	521,31			469,18		52,13	-			
	Acima de	500	680,36			612,32		68,04	-			
MILHO(1)				55	AGO	30	OUT	15	FEV			
Região Sul e Sudeste	-	900	64,76			35,62		19,43	9,71			
	901	1.300	88,79			48,83		26,64	13,32			
	1.301	1.700	114,65			63,06		34,40	17,19			
	1.701	2.100	139,98			76,99		41,99	21,00			
	2.101	2.500	160,94			88,52		48,28	24,14			
	2.501	3.000	191,28			105,20		57,38	28,70			
	3.001	3.500	208,58			114,72		62,57	31,29			
	3.501	4.000	237,24			130,48		71,17	35,59			
	4.001	5.000	269,66			148,31		80,90	40,45			
	5.001	6.000	309,15			170,03		92,75	46,37			
	6.001	7.000	365,36			200,95		109,61	54,80			
	Acima de	7.000	421,57			231,06		126,47	63,24			
SOJA				75	AGO	15	OUT	10	FEV			
Região Sul e Sudeste	-	1.250	147,18			110,39		22,08	14,71			
	1.251	1.500	157,45			118,09		23,62	15,74			
	1.501	1.750	187,88			140,91		28,18	18,79			
	1.751	2.000	201,00			150,75		30,15	20,10			
	2.001	2.400	233,79			175,34		35,07	23,38			
	Acima de	2.400	243,58			182,69		36,54	24,35			
UVA COMUM				95	AGO	15	DEZ					
Todo Território Nacional	-	14.000	457,51			388,88		68,63	-			
	14.001	20.000	839,05			713,19		125,86	-			
	Acima de	20.000	1.090,78			926,78		163,55	-			
UVA VINÍFERA				85	AGO	15	DEZ					
Todo Território Nacional	-	11.000	661,71			562,45		99,26	-			
	11.001	15.000	979,18			832,30		146,88	-			
	Acima de	15.000	1.245,14			1058,37		186,77	-			

FONTE: CFP.

Além destas medidas, o Conselho Monetário Nacional reajustou em 14,83% os preços mínimos vigentes, retroativos a 1º de agosto de 1989. Tal decisão, associada à outra correção do dia 1º de setembro pelo BTN, elevou os preços nominais em 48,52%, tornando-os muito próximos aos dos preços praticados no mercado da Região Centro-Oeste quando da divulgação.

Os preços mínimos da safra 88/89 estimularam as culturas de milho e feijão com prêmios de 15% e 5%, respectivamente, enquanto que as de mandioca e arroz irrigado foram estimuladas com aumentos reais e diferenciados. Como os prêmios foram incorporados aos preços, estes já têm suas bases elevadas.

Para a safra 89/90, o algodão foi o único produto a receber como estímulo um prêmio de 6% (tabela 4). Em contrapartida, os preços de outros tiveram aumentos reais, quando comparados aos preços mínimos vigentes em 1º de setembro, relativos à safra 88/89. É o caso do feijão (25,75%), da mandioca (13,64%), do arroz (10%) e da soja (3%).

TABELA 4
PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA 1989/90, PARA A REGIÃO SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL
(Em NCz\$/unidade)

PRODUTO	UNIDADE	CORREÇÃO P/ VARIACÃO DO BTN ATE	PREÇOS-BASE PROPOSTOS		INÍCIO DE VIGENCIA
			Em NCz\$/Unid. 01/09/89	Em BTN/kg	
Algodão(1)	15 kg	jul/90	14,68	0,363281	fev/90
Amendoim	25 kg	mar/90	11,81	0,175254	dez/89
Arroz Irrigado(2)	50 kg	jul/90	27,50	0,204029	fev/90
Arroz de Sequeiro(3)	60 kg	jul/90	25,20	0,155804	fev/90
Batata-Semente	30 kg	mar/90	42,68	0,527780	dez/89
Castanha de Caju	1 kg	mar/90	0,98	0,364648	set/89
Cera de Carnaúba	15 kg	(4)	45,15	1,119534	set/89
Feijão	60 kg	mar/90	85,36	0,527780	nov/89
Girassol	40 kg	mar/90	14,80	0,137282	dez/89
Juta e Malva	1 kg	set/90	1,03	0,393840	fev/90
Mamona	60 kg	jul/90	35,27	0,218093	abr/90
Milho	60 kg	jul/90	18,10	0,111967	fev/90
Semente de Juta/Malva	1 kg	set/90	2,93	1,089147	jul/90
Sisal	1 kg	(4)	0,71	0,263890	set/89
Soja	60 kg	jul/90	21,73	0,134380	fev/90
Sorgo	60 kg	jul/90	12,75	0,078864	fev/90

FONTE: CFP. Informativo CFP, n.29, 11-15 set.1989.

(1)Inclui um prêmio de 6%, exclusivamente para a safra 89/90, como estímulo adicional ao plantio.

(2)Preço Mínimo válido também para a produção das áreas irrigadas da Região Nordeste e Centro-Oeste, com início de operação a partir de 01/09/89.

(3)Preço Mínimo válido também para a produção do estado de Roraima, com início de operação a partir de 01/09/89.

(4)Correção mensal pela variação do BTN - Bônus do Tesouro Nacional - durante todo o ano-safra.

1.4. PERSPECTIVAS E CONCLUSÕES

A agricultura, enquanto setor econômico, tem características intrínsecas que apontam para problemas bastante complexos do ponto de vista técnico e altamente sensíveis do ponto de vista político.

Enquanto o processo político se consolida com a troca de governo, a Lei Agrícola, aprovada na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, carrega os vícios da onipresença do Estado.

Por mais que se apregoe a economia de mercado, nela a Lei Agrícola, enquanto instrumento de política econômica, deve estabelecer os limites de ação dos agentes envolvidos. Contudo, o que pode ser observado é a tentativa de estabelecer regras que normatizem o da ação do Estado, ao invés de estabelecer os limites dos agentes econômicos e definir os princípios de ação do Estado para regulamentação dos agentes envolvidos (Estado normatizador e não interventor).

A sociedade brasileira rejeitou a prática política do Estado a serviço de grupos que, de comum acordo com a burocracia, desvirtuaram o papel e o funcionamento do capitalismo, fazendo com que a "oitava" economia do mundo apresentasse um quadro social deprimente, resultante de um capitalismo sem risco, onde se pratica deliberadamente a socialização do prejuízo e a privatização dos lucros.

Isto ocorre porque o Congresso nunca soube avaliar o papel desempenhado pela agricultura no processo de desenvolvimento.

A distância entre o desejado e o alcançado está intimamente ligada à indiferença com que se trata a questão agrícola, já que a natureza e complexidade de seus problemas estão fora da esfera de ação de seus agentes.

Tal assertiva é reforçada pela disparidade de resultados alcançados no governo que se encerra. A meta da produção de

alimentos foi plenamente alcançada. Embora esta meta fosse considerada um meio para combater a inflação, esta, exceto na aplicação dos três planos (Cruzado, Bresser e Verão), sempre foi crescente, do que se conclui que o aumento da oferta de alimentos por si só não resolve o problema crônico da inflação terceiro-mundista.

A estabilidade econômica é muito mais uma questão social e política que uma simples fixação de metas a serem atingidas; extrapola o conjunto de diretrizes de política macro-econômica que envolve os agentes diretamente ligados ao setor agrícola, fugindo-lhes à esfera de ação.

O que se espera (não da próxima safra, já comprometida pelo seu financiamento), é que a política agrícola seja traçada visando atingir o desenvolvimento setorial. Para isto, ela deve estar inserida numa concepção de política macro-econômica que reconheça a interdependência setorial, cujo objetivo seja a solução de condicionantes não somente internas, mas, e principalmente, condicionantes externas. Uma delas, e de muito peso nesta questão, é o cenário político interno, quase sempre evasivo ao compromisso de provocar mudanças capazes de solucionar os graves problemas econômicos e sociais terceiro-mundistas; outro aspecto é o isolamento do setor rural das questões macro-econômicas que impede a solução dos graves problemas de produção e distribuição para os quais ele é chamado.

A não-observância da subordinação às políticas macro-econômicas e o não-reconhecimento da interdependência setorial certamente fará com que o hiato existente entre o setor urbano-industrial e o campo seja ampliado.

DESEMPENHO DA EXPLORACAO VEGETAL

2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

2.1. ALHO

1. INTRODUÇÃO

O cultivo do alho teve como centro principal de origem a Ásia Central. Da Ásia foi levado para a região do Mediterrâneo, que constitui um centro secundário de expansão, irradiando-se daí para as mais diversas partes do mundo. É provável que tenha sido trazido para as regiões ocidentais pelos navegadores espanhóis, portugueses e franceses. O alho plantado no Brasil, segundo Menezes Sobrinho (1978), provavelmente vindo do México, do Egito ou de algum país da América do Sul, constitui um dos principais temperos da culinária.

No estado de Santa Catarina, a lavoura começou a expandir-se a partir de 1973, com o plantio da cultivar CHONAN, obtida através da seleção de plantas provisórias entre várias cultivares conseguidas no comércio e com agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul.

2. PRODUÇÃO

A. MUNDIAL

A produção mundial nos últimos 8 anos, segundo a FAO, mantém-se na faixa de 2 a 3 milhões de t (tabela 1). Apesar de a área cultivada ter decrescido 15,7% de 1983 a 1988, a produção, em razão da melhora na produtividade, manteve-se nos mesmos níveis.

TABELA 1

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL DE ALHO - 1980-88

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1980	386	2.412	6.252
1981	379	2.174	5.734
1982	489	2.633	5.383
1983	541	2.860	5.289
1984	427	2.633	6.171
1985	396	2.403	6.073
1986	412	2.537	6.156
1987	459	2.790	6.079
1988	456	2.839	6.220

FONTES: FAO. Anuario FAO de Producción, v.36, 1982; v.39, 1985; v.42, 1988.

A tabela 2 mostra a distribuição geográfica e os principais países produtores.

TABELA 2

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE ALHO, A NÍVEL DE REGIÃO MUNDIAL E PAÍSES MAIORES PRODUTORES POR REGIÃO - 1986-88

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (1.000 ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
TOTAL	412	459	456	2.537	2.790	2.839	6.156	6.079	6.220
ASIA	264	296	301	1.650	1.822	1.834	6.260	6.153	6.103
. Índia	58	79	81	206	287	294	3.564	3.611	3.630
. China	67	71	72	601	615	628	8.963	8.711	8.722
. Coreia do Sul	48	49	50	370	401	380	7.667	8.146	7.600
. Tailândia	28	34	35	97	122	122	3.447	3.540	3.506
. Turquia	13	14	14	80	92	92	6.400	6.389	6.389
. Outras	50	49	49	296	305	318	5.920	6.224	6.490
EUROPA	88	93	87	471	466	483	5.324	5.009	5.526
. Espanha	40	43	40	238	238	246	5.950	5.535	6.150
. Iugoslávia	18	19	20	61	54	55	3.336	2.842	2.773
. Romênia	9	9	10	44	45	49	5.176	5.000	4.900
. França	7	7	2	30	26	24	4.183	3.653	10.643
. Itália	5	5	5	46	46	45	9.091	9.247	8.927
. Outros	9	10	10	52	57	64	5.778	5.700	6.400

(continua)

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (1.000 ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
AMÉRICA DO SUL	28	32	29	126	140	126	4.487	4.436	4.335
. Brasil	15	18	14	62	76	56	4.233	4.243	3.991
. Argentina	6	6	6	33	30	28	5.130	4.839	4.667
. Chile	2	2	4	10	12	19	6.061	5.454	5.455
. Outros	5	6	5	21	22	23	4.200	3.667	4.600
AMÉRICA DO NORTE	14	15	15	141	144	145	9.726	9.792	9.878
. México	9	9	9	64	64	70	7.273	7.273	7.778
. Estados Unidos	5	5	5	70	71	70	15.054	15.106	15.054
. Outros	-	1	1	7	9	5	-	9.000	5.000
ÁFRICA	6	10	11	105	170	202	17.077	17.109	17.717
. Egito	4	8	9	83	148	180	21.958	19.577	20.000
. Outros	2	2	2	22	22	22	11.000	11.060	11.000
OCEANIA	-	-	-	4	4	4	9.211	9.750	9.250
. Nova Zelândia	-	-	-	4	4	4	9.211	9.750	9.250
. URSS(1)	11	13	13	41	43	45	3.727	3.308	3.462

FONTE: FAO. Anuario Fao de Producción, v. 42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A FAO considera a URSS separadamente da Europa.

B. NACIONAL

A produção brasileira começou a apresentar resultados significativos a partir de 1980, quando foi elaborado o I Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho. Alcançou seu pico máximo em 1987, após excelentes preços recebidos pelos produtores em 1986. No entanto, esse crescimento de 23% causou problemas na comercialização, os quais, aliados a fatores climáticos adversos, contribuíram para um decréscimo de 25,4% em 1988.

As perspectivas para 1989 são de um crescimento de 5% na produção, apesar da redução de 4% na área plantada. Essa redução foi motivada pelos altos preços das sementes, pela falta de recursos para custeio e pela tendência de queda dos preços quando ocorrem safras abundantes. A produção deverá crescer normalmente, com a produtividade voltando a apresentar resultados normais, ou seja, na faixa de 4.000 a 4.500 kg/ha.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DE ALHO NO BRASIL - 1980-89

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	ÍNDICE	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	ÍNDICE
1980	12.352	100	40.303	100	3.262	100
1981	12.651	102	48.134	119	3.805	117
1982	18.356	149	63.941	159	3.483	107
1983	15.646	127	58.438	145	3.735	115
1984	11.831	96	43.699	108	3.394	113
1985	11.433	93	45.896	114	4.014	123
1986	14.633	118	61.939	154	4.233	130
1987	17.922	145	76.186	189	4.251	130
1988	14.374	116	56.824	141	3.953	121
1989(*)	13.841	112	60.051	149	4.335	133

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1980-88.
Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificações.

TABELA 4

QUANTIDADE PRODUZIDA DE ALHO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, E TOTAL BRASILEIRO - 1980-89

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989*
Santa Catarina	6.720	7.905	8.654	9.724	8.988	13.421	18.681	24.386	13.520	15.931
Minas Gerais	16.519	15.777	22.122	19.319	11.975	10.803	12.970	17.076	13.145	13.338
Rio Grande do Sul	5.165	5.592	5.797	5.889	5.689	5.768	6.283	8.044	6.892	6.988
Goiás	4.293	7.283	7.319	7.511	4.429	4.210	6.360	5.977	6.130	6.940
São Paulo	500	895	3.475	5.176	4.135	3.515	4.089	4.943	4.179	3.722
Espírito Santo	1.034	1.197	2.256	1.900	1.190	1.945	4.504	6.732	4.124	4.439
Bahia	1.519	3.075	4.619	2.581	2.008	1.905	3.473	2.288	3.059	2.694
Paraná	2.686	2.730	4.180	3.580	2.258	2.490	2.905	4.160	3.480	3.240
Piauí	333	558	739	299	701	343	808	625	830	931
Ceará	280	320	524	529	743	560	597	582	475	663
Outras	1.254	2.802	4.256	2.830	1.583	936	1.269	1.373	990	1.088
BRASIL	40.303	48.134	63.941	58.438	43.699	45.896	61.939	76.186	56.824	59.894

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, v.41-49, 1980-89.

Fundação IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificações.

C. ESTADUAL

Do total da produção estadual, 95% corresponde a alhos nobres e 5% a alhos comuns.

A produção de alhos comuns em 1988 foi normal; apenas a colheita foi iniciada mais cedo (agosto) devido à aceleração da maturação provocada por estiagem no período de julho a setembro. Por esta razão, também, a de alhos nobres sofreu problemas face às dificuldades nas operações de plantio, na brotação irregular e atrasada dos bulbilhos-sementes, à diminuição no "stand" de muitas lavouras e ao tamanho dos bulbos. Esses aspectos, aliados à diminuição da área colhida, provocaram na produção estadual um decréscimo de 44,6% em relação a 1987.

Mesmo com este significativo decréscimo na produção, o estado catarinense manteve-se como primeiro produtor nacional. Essa posição foi alcançada pela continuada aplicação das recomendações sobre o uso de insumos e tecnologias mais modernas, que proporcionaram ganhos de produtividade.

TABELA 5

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DE ALHO EM SANTA CATARINA - 1980-89

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	ÍNDICE	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (MÉDIO) (kg/ha)	ÍNDICE
1980	3.544	100	6.720	100	1.896	100
1981	2.492	70	7.905	118	3.172	167
1982	2.608	74	8.654	129	3.318	175
1983	2.568	72	9.724	145	3.787	200
1984	2.144	61	8.988	134	4.192	221
1985	2.636	74	13.421	200	5.091	269
1986	3.534	100	18.681	278	5.286	279
1987	4.402	124	24.386	363	5.540	292
1988	3.043	86	13.520	201	4.443	234
1989(*)	3.107	88	16.234	242	5.225	276

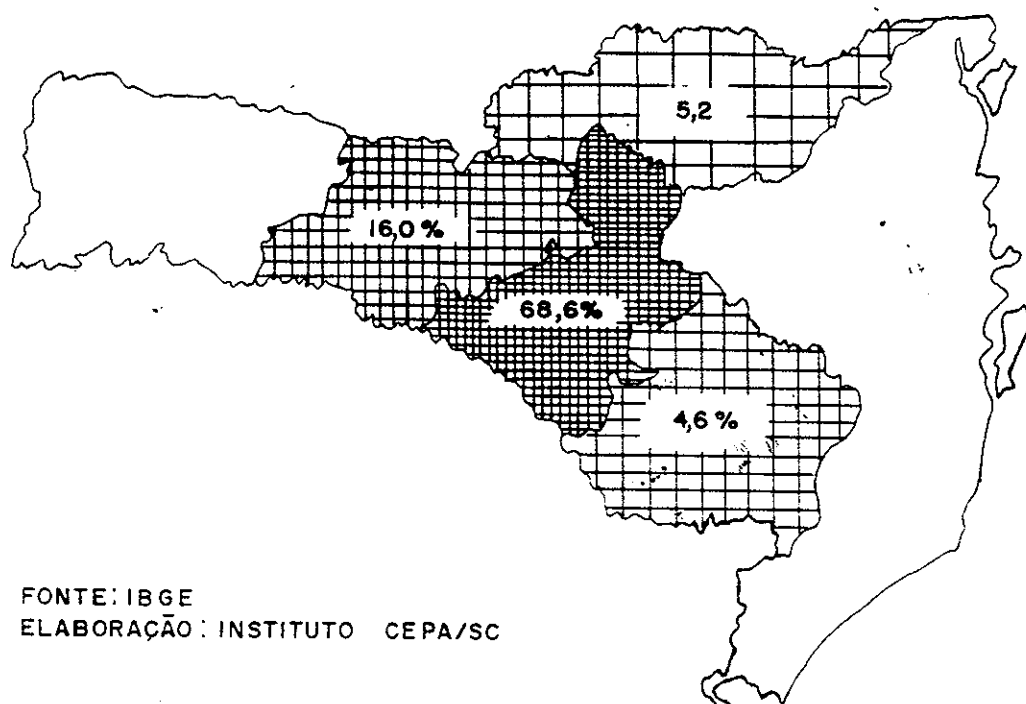
FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1980-88.

Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*)Dados preliminares sujeitos a retificações.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

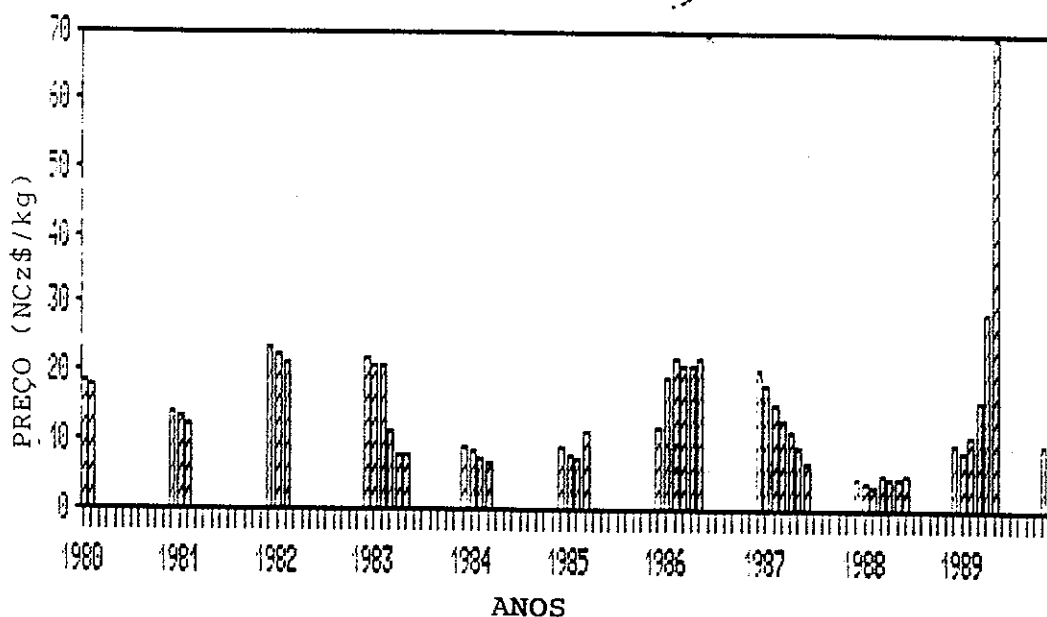
A comercialização dos alhos nobres catarinenses (safra 1988/89) foi intensa (em torno de 80%) durante os meses de janeiro e fevereiro de 1989 e, para os produtores, em condições melhores que aquelas verificadas em igual período de 1988. Contribuíram para isso a menor produção estadual e nacional e a menor disponibilidade de alhos maiores (tipos 4, 5 e 6), apesar da melhor qualidade. As vendas processaram-se diferentemente de anos anteriores, quando a produção era adquirida por grandes atacadistas. Em 1989 elas ocorreram de forma diluída entre pequenos compradores.

Os preços do produto tipo 4 e acima, a nível de produtor, evoluíram significativamente nos meses de janeiro a abril - de NCz\$ 1,10 a NCz\$ 5,50/kg.

Poucos produtores, entretanto, se beneficiaram dos preços altos de março em diante, pois a maior parte já tinha comercializado sua produção. Além disso, o tabelamento estabelecido pelo Plano Verão - NCz\$ 2,50/kg e NCz\$ 3,12/kg, a nível de atacado e consumidor, respectivamente - influenciou na qualidade do produto comercializado, pois muitos comerciantes misturaram produtos de tipos inferiores para poder trabalhar dentro da tabela estabelecida pela SUNAB. Com o fim do tabelamento, os preços dispararam, provocando um crescimento atípico em relação aos anos anteriores (gráfico 1).

GRÁFICO 1

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ MENSAIS DE ALHOS NOBRES EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE PRODUTOR - 1980-89



FONTE: Instituto CEPA/SC. Informe Conjuntural, 1980-89 (semanal).

(1) a preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O abastecimento de alho no país se processa, normalmente, com a produção das seguintes origens: setembro a dezembro - Região Centro-Oeste e Sudeste; janeiro a março - Região Sul; março a agosto - importação.

A partir de 1986, essa situação sofreu alterações, e o escoamento da produção estadual ocorreu por um período mais extenso que o normal. Contribuíram para isso fatores como: queda do poder aquisitivo em 1987, aumento significativo da produção estadual e nacional em 1988 e importação (oficial e clandestina), nesse mesmo período, de alho argentino e boliviano.

Em 1989 (safra 88/89), o fluxo de oferta (produção + importação) voltou a se processar normalmente. Isto porque houve queda acentuada na produção, contínuo declínio do poder aquisitivo e normalização no fluxo de importação.

O consumo aparente de alhos no país, segundo a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB/MA), é estimado em 3.250 t/mês de produto "in natura", ou 40.000 t anuais. Das 56.824 t produzidas na safra 88/89, aproximadamente 31.500 t destinaram-se ao consumo "in natura". O restante foi suprido com produto importado (argentino, boliviano, uruguaio, chileno, mexicano e paraguaio) (tabela 6).

TABELA 6

QUANTIDADE DE ALHO IMPORTADO, A NÍVEL DE ALADI E TERCEIROS PAÍSES - 1980-88

ANO	ALADI	TERCEIROS PAÍSES	TOTAL
1980	23.346	7.360	30.706
1981	17.156	3.907	21.063
1982	13.106	8.369	21.475
1983	10.769	5.549	16.318
1984	10.063	10.538	20.601
1985	10.443	6.900	17.343
1986	9.364	8.000	17.364
1987	8.400	2.600	11.000
1988	7.702	-	7.702

FONTE: CIEF/MF e SNAB/MA.
ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

Em Santa Catarina, estimou-se um consumo anual em torno de 900 t e uma produção disponível para o mercado - consumo "in natura" - de 6.770 t. Como se pode observar, a produção catarinense, mesmo com o decréscimo verificado, atendeu às necessidades do mercado nacional no período de janeiro a março.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

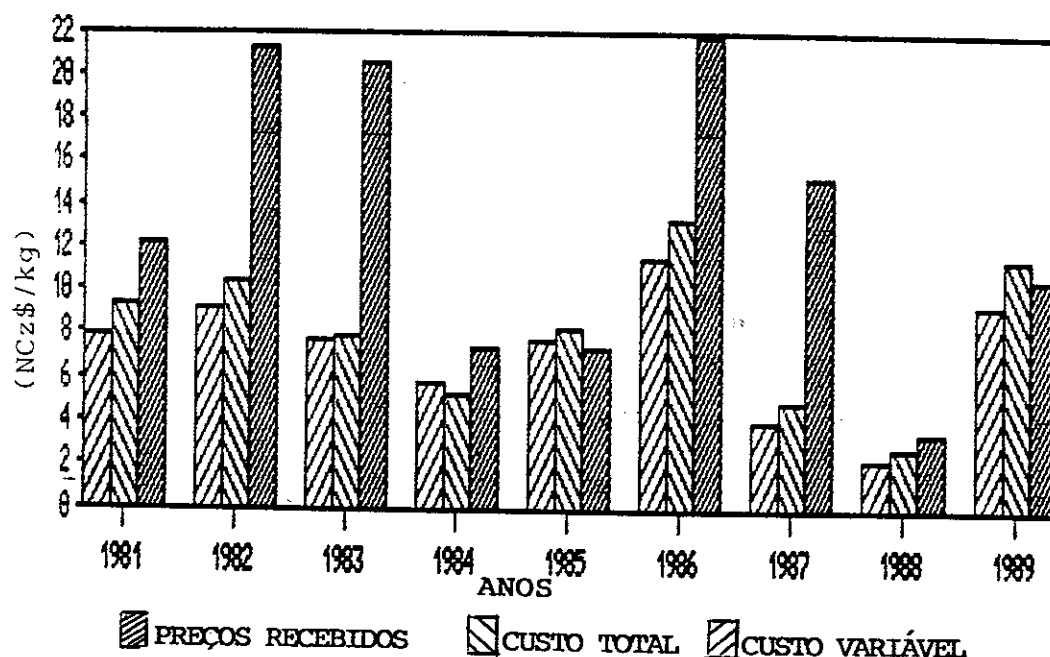
Os preços reais recebidos pelos produtores apresentaram variações significativas no período 1981 a 1989. Mesmo assim, a cultura se tem mostrado rentável quando se comparam os preços recebidos com os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC.

Em 1989, os preços foram melhores que em 1988. Devido à menor oferta, cresceram significativamente no decorrer da comercialização, situando-se em níveis bem superiores aos custos de produção.

Os primeiros preços praticados na safra 89/90 (dez/89) - de NCz\$ 12,00 a NCz\$ 15,00/kg do produto em rama - situaram-se acima dos custos de produção (NCz\$ 9,00/kg - produto curado), prometendo bons rendimentos para os alhicultores catarinenses.

GRÁFICO 2

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE ALHO NOBRE E CUSTOS REAIS DE PRODUÇÃO, A NÍVEL DE SANTA CATARINA - 1981-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Foram considerados os meses de maior concentração de comercialização (jan/fev).

(1) a preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

6. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1989/90 EM SANTA CATARINA

As estimativas de novembro/89 do IBGE/GCEA indicavam uma área plantada de 3.107 ha e uma produção esperada de 16.234 t. O decréscimo de 8,3% na área, em relação à safra passada (3.388 ha), foi motivado pelos altos custos da cultura, pela desistência de produtores e pelo abandono do cultivo em regiões não propícias ao plantio. O acréscimo de 20% na produção, quando comparada com a de 1988 (13.520 t), deveu-se às condições climáticas favoráveis durante o desenvolvimento da cultura, o que não se verificou no ano anterior.

A estimativa do balanço de oferta e demanda ficou assim:

1. Produção de alhos curados (oferta)	16.234 t
2. Demanda	8.383 t
2.1. Consumo Humano Estadual ("in natura")	900 t
2.2. Reserva para Sementes	3.100 t
2.3. Indústria	1.948 t
2.4. Perdas	2.435 t
3. Produção Excedente (1-2)	7.851

A colheita de alhos nobres iniciou em novembro e se intensificou a partir da 2a. quinzena. As precipitações pluviométricas deste mês foram benéficas para a formação dos tipos 4, 5 e 6. As primeiras produções foram comercializadas em rama, e o preço a nível de produtor variou de NCz\$ 12,00 a NCz\$ 15,00/kg.

A maior parte dos produtores plantou as lavouras com recursos próprios, não ficando premidos por dívidas a saldar. Isto deverá permitir um escoamento da produção de alhos nobres mais tranquilo e com preços em patamares mais favoráveis.

Quanto aos instrumentos de política agrícola, pode-se dizer que tanto os valores básicos de custeio (VBC), quanto o preço mínimo pouca influência tiveram no plantio da safra. O

VBC não cobria sequer o custo com sementes (NCz\$ 15,00/kg) e o preço mínimo (NCz\$ 3,60/kg corrigido para nov/89) para o alho nobre curado tipo 4 situava-se bem abaixo do preço de mercado (NCz\$ 12,00 a NCz 15,00/kg) no início da colheita.

TABELA 7
ÁREA E PRODUÇÃO DE ALHO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1988-89

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1988(1)			1989(2)	
	Área (ha)		Produção	Área	Produção
	Plantada	Colhida	(t)	(ha)	(t)
Campos de Curitibaos	2.099	1.882	9.527	1.803	11.143
Col. do Rio do Peixe	601	531	2.179	581	2.596
Campos de Lages	162	161	734	154	744
Planalto de Canoinhas	157	149	579	187	844
Col. Serrana Catarinense	127	127	380	115	345
Col. Oeste Catarinense	65	16	37	10	50
Col. Alto Itajaí	95	95	297	88	251
Carbonífera	29	29	96	25	83
Litoral Sul Catarinense	8	8	20	8	20
Colonial de Blumenau	21	21	63	21	63
Florianópolis	13	13	23	19	40
Outras	11	11	39	15	55
TOTAL	3.388	3.043	13.974	3.026	16.234

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1988.

Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

(1) Houve perda de 345 ha.

(2) Dados preliminares sujeitos a retificações.

2.2. ARROZ

1. INTRODUÇÃO

Do total aproximado de grãos produzidos no estado (4,4 milhões de t) na safra 88/89 (ano civil 89), o arroz participou com 12,6% (555,1 mil t), situando-se em terceiro lugar após o milho e a soja.

A área plantada de 156,8 mil ha, na safra 88/89, foi 1,1% menor que a anterior (158,6 mil ha). Entretanto, a produção obtida (555,1 mil t) apresentou-se superior em 0,3%, devido à melhor produtividade obtida tanto no cultivo de irrigado quanto no de sequeiro.

A distribuição geográfica do cultivo, a nível de microrregião homogênea, deu-se na mesma proporção de safras anteriores. O cultivo de irrigado está concentrado nas microrregiões Colonial de Joinville (14,7%), Litoral de Itajaí (4,7%), Colonial de Blumenau (15,1%), Colonial do Alto Itajaí (6,9%), Carbonífera (9,2%), Litoral Sul Catarinense (15,0%) e Colonial do Sul Catarinense (26,5%); o de sequeiro, na microrregião de Campos de Curitibanos (10%), Colonial do Rio do Peixe (16,7%), Colonial do Oeste Catarinense (34,6%) e Planalto de Canoinhas (17,2%).

TABELA 1
 ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ IRRIGADO E DE SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1989(1)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA COLHIDA (ha)(2)			RENDIMENTO (kg/ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)		
	Irrigado	Sequeiro	Total	Irrigado	Sequeiro	Médio	Irrigado	Sequeiro	Total
Col. de Joinville	15.444	500	15.944	4.781	1.800	4.688	73.842	900	74.742
Lit. Itajaí	4.874	210	5.084	4.540	1.943		22.126	408	22.534
Col. Blumenau	15.816	863	16.679	5.571	1.787		88.116	1.542	89.658
Col. Itajaí Norte	180	500	680	5.833	1.350		1.050	675	1.725
Col. Alto Itajaí	7.253	2.190	9.443	6.176	1.685		44.798	3.690	48.488
Florianópolis	3.487	204	3.691	3.486	1.975		12.156	403	12.559
Col. Serrana Cat.	149	910	1.059	5.174	1.665		771	1.515	2.286
Lit. de Laguna	4.355	22	4.377	2.666	1.909		11.609	42	11.651
Carbonífera	9.695	1.968	11.663	2.969	1.709		28.787	3.363	32.150
Lit. Sul Cat.	15.770	570	16.340	3.533	2.000		55.713	1.140	56.853
Col. Sul Cat.	27.825	1.750	29.575	4.652	1.697		129.444	2.970	132.414
Campos de Lages	-	1.005	1.005	-	1.501		-	1.509	1.509
Campos Curitibanos	-	5.000	5.000	-	1.564		-	7.818	7.818
Col. Rio do Peixe	-	8.295	8.295	-	1.702		-	14.118	14.118
Col. Oeste Cat.	-	17.200	17.200	-	1.833		-	31.533	31.533
Planalto Canoinhas	45	8.575	8.620	-	1.738		203	14.900	14.900
TOTAL	104.893	49.762	154.655	4.511	1.739		468.615	86.526	555.141

FORNTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

(2) Foram perdidos 2.207 ha de área plantada, assim distribuídos: Irrigado: 256 ha na Colonial de Joinville; 81 ha na Colonial do Alto Itajaí; 180 ha na Carbonífera; 1.000 ha na Litoral Sul Catarinense; 50 ha na Colonial Sul Catarinense - Sequeiro: 300 ha na Colonial do Sul Catarinense; 340 ha na Colonial do Oeste Catarinense.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de arroz em casca, na safra 88/89, segundo o boletim da USDA de set/89, cresceu 1% em relação à anterior. Os prognósticos para a safra 89/90 também são de crescimento de 1% (tabela 2).

O Brasil continuou ocupando a nona posição, participando com 2,3% da quantidade total produzida.

TABELA 2

ÁREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE ARROZ, EM CASCA E BENEFICIADO, A NÍVEL MUNDIAL E DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E IMPORTADORES - SAFRAS 1987/88 - 1988/89 E 1989/90

PAÍS	ÁREA (milhões de ha)			RENDIMENTO (t/ha)			PRODUÇÃO (milhões de t)					
							Em Casca			Beneficiado		
	1987/88	1988/89	1989/90(1)	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
TOTAL	140,6	145,0	145,5	3,28	3,34	3,37	461,4	484,2	489,7	312,8	327,8	330,7
Princ. Exportadores	15,6	16,6	16,9	2,20	2,29	2,33	34,4	38,1	39,3	22,0	24,4	25,2
Birmânia	4,4	4,5	4,5	2,59	2,80	2,78	11,5	12,5	12,5	6,9	7,5	7,5
Paquistão	2,0	1,9	2,1	2,48	2,37	2,56	4,9	4,6	5,3	3,2	3,1	3,5
Tailândia	9,2	10,5	10,3	1,95	2,05	2,09	18,0	21,0	21,5	11,9	13,9	14,2
Princ. Importadores	12,9	13,0	13,0	4,18	4,28	4,31	54,0	55,9	56,0	35,7	37,0	37,1
C.E.E	0,3	0,3	0,3	5,78	5,59	5,61	1,9	1,9	1,9	1,3	1,3	1,2
Indonésia	9,8	9,8	9,8	4,24	4,32	4,40	41,5	42,3	43,1	27,0	27,5	28,0
Nigéria	0,6	0,6	0,6	1,31	1,42	1,49	0,8	0,9	1,0	0,6	0,6	0,6
Coreia do Sul	1,3	1,3	1,2	6,02	6,64	6,40	7,6	8,4	7,8	5,5	6,1	5,6
Outros(2)	0,9	1,0	1,0	2,33	2,34	2,32	2,1	2,3	2,4	1,4	1,5	1,6
Outros Países	111,1	114,1	114,5	3,30	3,36	3,38	367,1	583,0	387,5	251,0	261,3	263,6
Austrália	0,1	0,1	0,1	7,12	7,50	7,19	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6	0,5
Bangladesh	10,3	10,5	10,3	2,24	2,19	2,33	23,1	23,0	24,0	15,4	15,3	16,0
Brasil	6,0	5,3	5,5	1,98	2,08	1,93	11,8	11,0	10,6	8,0	7,5	7,2
China	32,1	31,9	32,2	5,41	5,30	5,43	173,9	169,1	175,0	121,7	118,4	122,5
Índia	38,3	41,5	41,5	2,21	2,53	2,39	84,6	105,0	99,0	56,4	70,0	66,0
Japão	2,1	2,1	2,1	6,19	5,82	6,32	13,3	12,4	13,5	9,7	9,0	9,8
Filipinas	3,3	3,4	3,4	2,65	2,70	2,74	8,7	9,1	9,4	5,6	5,9	6,1
URSS	0,7	0,7	0,7	4,13	4,27	4,18	2,7	2,9	2,8	1,7	1,9	1,8
Vietnam	5,6	5,8	5,8	2,74	2,83	2,90	15,3	16,3	16,8	9,9	10,6	10,9
OUTROS	12,6	12,9	12,9	2,62	2,59	2,76	33,0	33,4	35,7	21,9	22,2	22,7

FONTE: USDA. World Agricultural Production. set. 1989.

(1) Estimativa preliminar.

(2) Incluindo Hong Kong, Irã, Iraque, Costa do Marfim e Arábia Saudita.

A produção nacional vem crescendo nos últimos 5 anos (tabela 3), apesar de a área plantada situar-se nos mesmos níveis, demonstrando que esta cultura tem proporcionado ganhos de produtividade. É importante salientar que 20% da área total plantada corresponde ao cultivo de arroz irrigado, e que é responsável por aproximadamente 46% da produção total. O cultivo de sequeiro, que representa 80% da área total plantada e se concentra na Região Centro Oeste e Nordeste, está sujeito a problemas de ordem climática. Este fato tem influenciado significativamente na produtividade média nacional, considerada muito baixa em comparação à dos maiores países produtores. Na safra 88/89, a produção (11,1 milhões de t) foi 5,9% menor que a anterior (11,8 milhões de t). Contribuíram para esse decréscimo os seguintes fatores: queda de 11,6% na área plantada, estiagem na época de plantio e desenvolvimento vegetativo, além da ocorrência de baixas temperaturas na Região Sul (RS e SC).

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ,
NO BRASIL - 1980-89

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1980	6.243.138	9.775.720	1.566
1981	6.101.772	8.228.326	1.349
1982	6.024.657	9.734.553	1.616
1983	5.108.250	7.741.753	1.516
1984	5.351.473	9.027.363	1.687
1985	4.754.692	9.024.555	1.898
1986	5.584.979	10.374.030	1.857
1987	5.979.792	10.419.029	1.742
1988	5.960.984	11.806.451	1.980
1989(*)	5.269.317	11.088.289	2.104

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 41-49,
1980-89.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produ-
ção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A produção catarinense (555,1 mil t) na safra 88/89 apresentou um crescimento de 1% em relação à anterior (553,3 mil t), apesar de a área plantada (154,7 mil ha) ter sido menor que da safra passada (156,6 mil ha). O estado de Santa Catarina foi responsável por 5% da produção nacional, situando-se como 6º produtor (tabela 4).

Dessa produção total, o cultivo de arroz irrigado contribuiu com 85% (tabela 5). É importante salientar que o arroz irrigado, com a implantação sistemática do Provárzeas, tem apresentado bom desempenho, não só pela agregação de novas áreas de plantio, mas também pela incorporação de novas tecnologias. Isso tem possibilitado o crescimento da produção, pois a maior parte do cultivo de sequeiro apresenta caráter de subsistência. A produção catarinense na safra 88/89 não foi superior à obtida porque problemas de ordem climática (estiagem e baixas temperaturas durante a fase de plantio e desenvolvimento vegetativo) provocaram quebras de produtividade.

TABELA 4
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ARROZ EM CASCA, A NÍVEL DOS PRINCIPAIS ESTADOS
PRODUTORES - 1988-89

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1988			1989		
	Área (ha)	Produção (t)	Participação (%)	Área (ha)	Produção (t)	Participação (%)
Rio Grande do Sul	810.996	3.881.290	32,9	804.069	3.968.877	35,8
Goiás	1.099.080	1.551.470	13,1	837.140	1.294.520	11,6
Maranhão	955.578	1.294.311	11,0	933.554	1.094.318	9,9
Mato Grosso	731.858	973.675	8,3	612.363	890.238	8,0
Minas Gerais	579.009	890.765	7,5	466.015	764.650	6,9
Santa Catarina	156.611	553.292	4,7	154.655	555.141	5,0
São Paulo	276.157	511.665	4,3	256.785	486.319	4,4
Piauí	263.294	407.914	3,5	253.803	342.172	3,1
Mato Grosso do Sul	241.848	329.013	2,8	155.098	266.695	2,4
Paraná	188.625	316.732	2,7	160.460	306.370	2,8
Rondonia	154.408	253.073	2,1	163.162	275.855	2,5
Pará	168.264	197.341	1,7	167.803	206.106	1,9
Ceará	69.753	160.699	1,4	66.887	148.459	1,3
Espírito Santo	33.984	104.895	0,9	35.761	107.090	1,0
Rio de Janeiro	29.807	96.092	0,8	29.346	101.940	0,9
Bahia	108.929	97.828	0,8	76.635	84.414	0,7
Acre	28.378	42.801	0,4	30.076	42.840	0,4
Pernambuco	7.137	24.468	0,2	9.155	34.239	0,3
Sergipe	10.242	32.231	0,3	10.348	30.695	0,3
Alagoas	8.356	27.962	0,2	8.545	29.168	0,3
Paraíba	15.448	27.153	0,2	14.317	25.883	0,2
Outros	23.222	31.212	0,2	23.656	36.330	0,3
TOTAL	5.960.984	11.806.451	100,0	5.269.632	11.092.259	100,0

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5
ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ, A NÍVEL DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE CULTIVO - 1984-1990

ANO	TIPO DE CULTIVO	ÁREA (2) (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
1984	Irrigado	88.742	4.035	358.034
	Sequeiro	51.969	1.780	92.533
1985	Irrigado	92.633	4.088	378.766
	Sequeiro	52.000	1.300	67.600
1986	Irrigado	96.233	4.102	394.751
	Sequeiro	52.508	1.069	56.148
1987	Irrigado	103.711	4.176	433.148
	Sequeiro	58.555	1.223	71.608
1988	Irrigado	103.580	4.487	464.730
	Sequeiro	55.000	1.607	89.000
1989	Irrigado	104.893	4.511	468.615
	Sequeiro	49.762	1.739	86.526
1990(1)	Irrigado	105.000	4.762	500.000
	Sequeiro	49.000	1.800	88.200

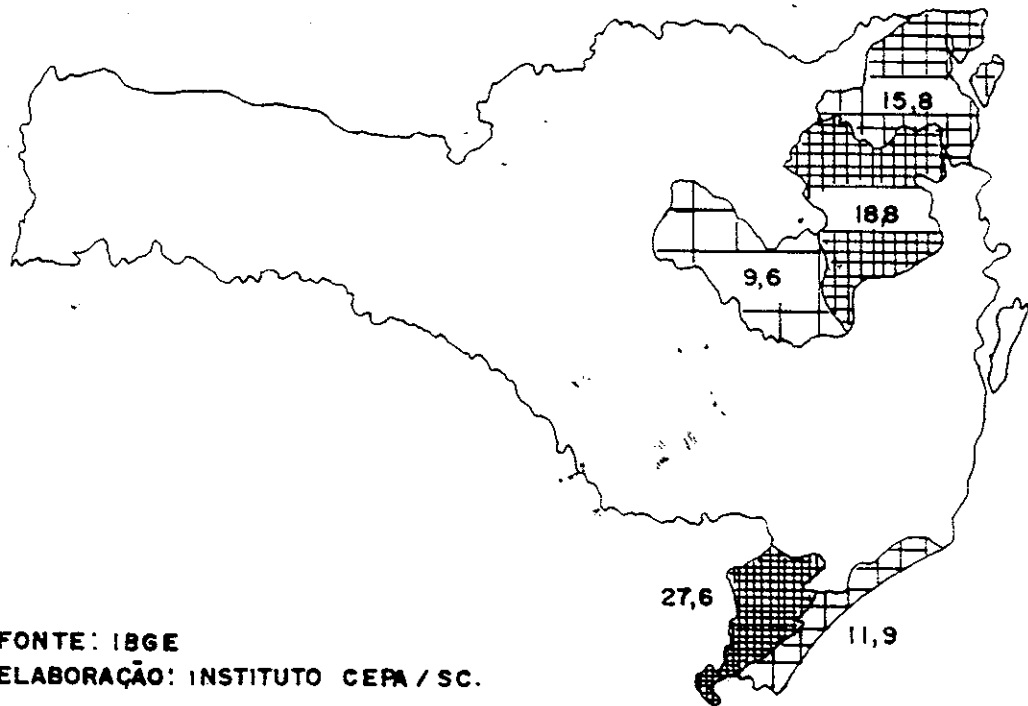
FONTE: Fundação IBGE/GCEA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1985 - dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

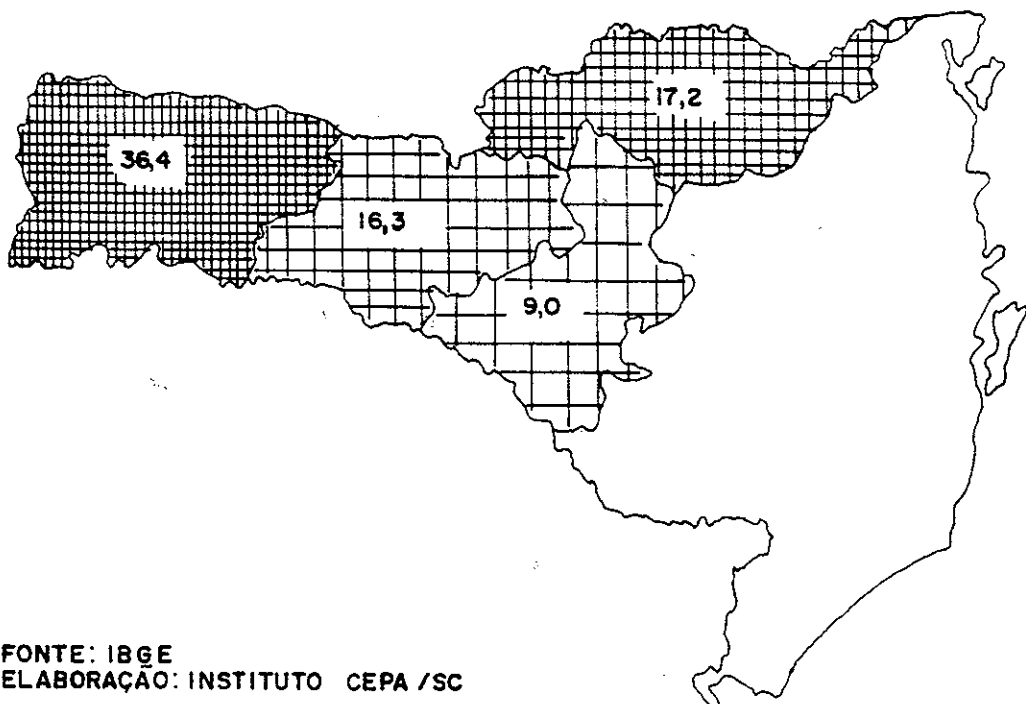
(2) Refere-se à área colhida - o IBGE não publica área plantada.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA — SAFRA 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC.

MAPA 2 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC

3. CONSUMO E ABASTECIMENTO

O cálculo do consumo estimado de arroz em casca foi feito com as informações disponíveis sobre o consumo alimentar de 1975, obtidas através da Pesquisa Nacional de Despesa Familiar feita pela Fundação IBGE. Utilizando-se a população estimada e o consumo alimentar em 1975 das sete regiões consideradas pelo IBGE (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul, Minas Gerais/Espírito Santo, Nordeste, Distrito Federal, Rondônia/Acre/Amazônia/Roraima/Pará/Goiás/Mato Grosso), obteve-se um consumo médio de 40,8 kg/ha/ano de arroz beneficiado. Para se obter o equivalente em casca, considerou-se a taxa de 60% para beneficiamento, resultando em 68 kg/ha/ano. Considerando-se, ainda, que o consumo de arroz é uma demanda inelástica, é possível conceber que o aumento de consumo dá-se mais pelo crescimento da população do que por fatores como renda per capita, taxa de urbanização, efeito substituição ou complementação alimentar (feijão, farinha de mandioca, massas alimentícias e derivados do milho).

Mesmo com o crescimento do consumo, o abastecimento do mercado nacional vem sendo atendido com a produção interna, que apresentou uma evolução de 22,9% nos últimos 5 anos, contra 8,7% do consumo (tabela 6). De acordo com o Balanço de Oferta e Demanda, há estoque suficiente para atender ao abastecimento. No entanto, o mesmo é constituído em sua maioria de arroz de sequeiro, com qualidade inferior à exigida pelos maiores centros consumidores (tabela 7).

TABELA 6

QUANTIDADE PRODUZIDA E CONSUMO HUMANO ESTIMADO DE ARROZ EM CASCA A NÍVEL DE BRASIL - 1980-90

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	POPULAÇÃO ESTIMADA (hab.)	ÍNDICE	CONSUMO HUMANO ESTIMADO (t)	ÍNDICE
1980	9.775.720	100	119.070.865(1)	100	8.096.819	100
1981	8.228.326	84	124.067.747	104	8.436.607	104
1982	9.734.553	100	126.898.429	107	8.629.093	107
1983	7.741.753	79	129.766.082	109	8.824.094	109
1984	9.027.363	92	132.658.730	111	9.020.794	111
1985	9.024.555	92	135.564.395	114	9.218.379	114
1986	10.374.030	106	138.492.887	116	9.417.516	116
1987	10.419.029	107	141.452.187	119	9.618.749	119
1988	11.806.451	121	144.427.586	121	9.821.076	121
1989	11.088.289	113	147.404.375	124	10.023.498	124
1990	9.800.000(2)	100	150.367.841	126	10.225.013	126

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil v. 41-49, 1980-89.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados do Censo Demográfico de 1980.

(2) Dados preliminares sujeitos a retificações.

TABELA 7

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ARROZ EM CASCA, A NÍVEL DE BRASIL - 1986-1990

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)				
	1986	1987	1988	1989	1990
1. Estoque Inicial	1.051	646	2.287	3.095	4.532
2. Oferta Total	9.260	11.887	10.813	11.947	11.233
2.1. Produção	8.760	9.813	10.578	11.757	11.043
2.2. Importação	500	2.074	235	190	190
3. Demanda Total	9.665	10.246	10.005	10.510	11.010
3.1. Consumo	9.660	10.240	10.000	10.500	11.000
3.2. Exportação	5	6	5	10	10
4. Estoque Final (1+2-3)	646	2.287	3.095	4.532	4.755

FONTE: CFP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em Santa Catarina, a produção estadual atende tranquilamente às necessidades de consumo humano. No entanto, para manter abastecido o parque agroindustrial existente, é necessário recorrer à importação de outros estados (principalmente do Rio Grande do Sul), estimando-se em 100 mil t a quantidade importada.

4. COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização da safra 88/89 não foi normal. A decretação do Plano Verão em 15/01/89, congelando os preços a nível de atacado e varejo, não beneficiou os produtores. A boa oferta de produto fez com que o segmento varejista passasse a adquirir o mínimo necessário para atender sua demanda. Isto porque o preço subiu no mercado atacadista, espremendo a margem de comercialização no varejo. Com a fraca reação do mercado em razão da alta oferta e o descontentamento dos produtores com o preço mínimo do governo (também congelado), os produtores gaúchos iniciaram em abril um boicote em suas vendas de arroz em casca. Esse fato propiciou menor oferta de arroz agulhinha e, em decorrência, o produto de outras regiões (Centro-Oeste, São Paulo, Santa Catarina) sofreu maior valorização a nível de mercado atacadista.

A partir de 01 de junho, o governo liberou os preços no atacado e varejo pelo sistema CLD (Custos/Lucros/Despesas), e voltou a indexar os preços mínimos pelo IPC. Este fato proporcionou um aquecimento nos preços do arroz agulhinha; porém, o mercado desse tipo de produto continuou operando abaixo do normal.

A comercialização começou a ser normalizada em setembro, quando o governo permitiu a correção dos preços mínimos. A partir daí, os preços passaram a crescer acima dos índices de inflação e dos preços de intervenção fixados pelo governo. Mesmo assim, os produtores gaúchos continuaram administrando suas vendas, procurando recuperar as perdas sofridas até aquele momento. Até o final de dezembro, os preços continuaram em alta a nível de produtor, atacado e varejo, devido à menor

oferta de produto de qualidade e ao repasse semanal dos custos financeiros, porém sem comprometer o abastecimento. Quando o preço de mercado superou o de intervenção, o governo colocou em leilão seus estoques, mas sem grande sucesso. Isto porque esses estoques eram constituídos de arroz de sequeiro (qualidade inferior) e de safras passadas, além de os preços de oferta terem sido considerados altos pelos compradores.

Quanto à comercialização da produção estadual a nível de produtor, a maior parte foi realizada até meados de abril. As medidas pós Plano Verão pouco beneficiaram os produtores.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Apesar de os custos de produção evoluírem em patamares maiores que os preços de mercado, os produtores catarinenses conseguiram auferir rentabilidade em seus negócios. Isso foi possível porque boa parte deles utilizou recursos próprios para plantar suas lavouras, minimizando significativamente os encargos com empréstimos do crédito rural. Outro fator que também favoreceu o produtor catarinense foi a melhoria no uso de tecnologia e insumos, que propiciaram aumento de produtividade (para arroz irrigado), além de um capital de exploração menor que os produtores de outras regiões do país.

6. PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1989/90

Encerrou-se em dezembro/89 o plantio da safra 1989/90, exceto na região Litoral Norte, onde ocorrem duas safras de arroz irrigado. As condições climáticas não foram muito favoráveis durante o período de plantio, pois as chuvas foram insuficientes para melhorar o nível dos mananciais. A situação mostrou-se mais crítica na Região Sul, provocando salinização de arrozeiras, falhas na germinação e maior uso de herbicidas no controle de insetos.

Diante destes fatos, as estimativas preliminares do IBGE/GCEA-SC indicavam uma área plantada de 154 mil ha (105 mil ha de irrigado e 49 mil ha de sequeiro), 1,9% menor que a da safra 1988/89 (156,9 mil ha). Por outro lado, a produção esperada (588,2 mil t) deverá ser 6% maior que a obtida (555,1 mil t) na safra anterior. Isto porque os problemas decorrentes de estiagem até o momento da regularização das chuvas foram menores que os da safra anterior no mesmo período.

Quanto à safra brasileira, o plantio encerrou-se em dezembro na Região Sul, prosseguindo nas demais. Se as estimativas de 15% de queda na área de plantio da Região Centro-Sul, responsável por 70% da área total, forem confirmadas e considerando um comportamento normal da produtividade, a safra 89/90 deverá apresentar uma área plantada ao redor de 4,7 milhões de ha e uma produção esperada de 9,8 milhões de t. A previsão de demanda nacional é de 11,0 milhões de t. Logo, deverá ocorrer um déficit de 1,2 milhão de t, que poderá ser coberto com os estoques reguladores do governo. No entanto, como esses estoques em sua quase totalidade são compostos de arroz de sequeiro (qualidade inferior), poderá faltar arroz de melhor qualidade (agulhinha tipo 2) para atender aos grandes centros consumidores (Rio de Janeiro e São Paulo).

2.3. BANANA

1. INTRODUÇÃO

A banana, originária da Ásia Meridional, é fruto de clima tropical, podendo adaptar-se a climas que vão do tropical úmido ao subtropical seco, razão pela qual foi possível sua difusão na Ásia e nas Américas.

Contudo, sua produção comercial teve início a partir da segunda metade do século XIX, em plantações da América Central e América do Sul.

Isso fez com que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial, seguido da Índia, país da qual ela se origina.

É também essa capacidade de adaptação que fez de Santa Catarina o quarto maior produtor nacional, apesar de situado mais de dois graus abaixo do Trópico de Câncer.

2. PRODUÇÃO

Enquanto, nos últimos anos, a demanda por alimentos tem sido crescente, a produção mundial de bananas não apresentou crescimentos expressivos, ficando inferior a 1% ao ano.

Este fato se explica, em parte, pelo desempenho dos principais países produtores, notadamente o Brasil e a Índia. O primeiro, reduziu sua produção de 7,5 milhões de toneladas em 1985, para menos de 5,5 milhões de toneladas em 1988, enquanto a Índia, segundo maior produtor mundial, não consegue expandir sua produção, ficando estagnada ao nível de 4,6 milhões de toneladas (tabela 1).

TABELA 1
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BANANA E PRODUÇÃO MUNDIAL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-88

PAÍS	1985		1986		1987		1988	
	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)
Brasil	7.506	18,7	5.052	12,3	5.145	12,2	5.139	12,3
Índia	4.500	11,2	4.608	11,2	4.500	10,7	4.600	11,0
Filipinas	2.229	5,6	2.832	6,8	3.780	9,0	3.645	8,7
Equador	1.970	4,9	2.316	5,6	2.387	5,6	2.238	5,3
Indonésia	1.700	4,3	2.079	5,0	2.100	5,0	1.860	4,4
Tailândia	1.580	3,9	1.596	3,8	1.604	3,8	1.606	3,8
Outros países	20.578	51,4	22.640	55,1	22.657	53,7	22.625	54,4
TOTAL MUNDIAL	40.063	100,0	41.123	100,0	42.173	100,0	41.913	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v.40, 1986 e v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Vale ressaltar que, apesar de o Brasil e a Índia serem os maiores produtores mundiais, sua produção é voltada basicamente para o mercado interno.

Mesmo que a América Latina mantenha uma participação de mais de 80% no mercado internacional da banana, sua contribuição na produção mundial caiu de 50,4% em 1985, para 40,7% em 1988.

Essa queda, aliada ao crescimento da produção dos países asiáticos, notadamente da China, fez com que a Ásia superasse a produção americana em 1988 (tabela 2).

TABELA 2
QUANTIDADE PRODUZIDA DE BANANA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, A NÍVEL DE REGIÃO MUNDIAL - 1985-88

REGIÃO	1985		1986		1987		1988	
	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)
Ásia	13.770	33,5	16.730	40,7	17.406	41,2	17.303	41,3
América Latina(1)	19.665	50,4	17.231	41,9	17.430	41,3	17.060	40,7
África	5.073	12,1	5.476	13,3	5.665	13,4	5.879	14,0
Europa	436	1,1	1.156	2,8	1.161	2,7	1.175	2,8
Oceania	1.120	2,9	531	1,3	512	1,2	495	1,2
TOTAL	40.063	100,0	41.123	100,0	42.173	100,0	41.913	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v.40, 1986 e v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Inclusive Estados Unidos da América do Norte.

No Brasil, por estar incorporada aos hábitos alimentares da quase totalidade de sua população, a banana é consumida em todo o território nacional. Nos diversos estados, contudo, sua importância socio-econômica é variável, mas sempre constando entre as dez principais culturas.

Segundo estimativas da Fundação IBGE, também na safra 88/89 a maior concentração da produção nacional está na Região Sudeste (tabela 3). Contudo, a liderança nacional na produção continua com o estado da Bahia, seguido de São Paulo.

TABELA 3
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA, POR UNIDADE E REGIÃO DO BRASIL - 1987-89

REGIÃO/ ESTADO	1987			1988			1989 (1)		
	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida ((1000 cachos))	Rendimen- to cachos/ha	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida ((1000 cachos))	Rendimen- to cachos/ha	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida ((1000 cachos))	Rendimen- to cachos/ha
NORTE	39.242	42.224	1.076	52.255	55.563	1.063	57.950	71.577	1.235
Acre	4.037	5.186	1.285	4.400	5.586	1.270	4.661	5.869	1.259
Anapá	365	256	690	645	465	721	368	283	729
Amazonas	1.627	1.302	800	3.017	2.268	752	1.630	1.223	750
Pará	15.794	21.373	1.353	19.575	27.714	1.416	27.272	43.590	1.598
Rorônia	14.915	12.104	812	20.862	16.525	792	29.459	19.083	933
Roraima	2.504	2.003	800	3.756	3.005	800	3.540	1.529	432
CENTRO-OESTE	57.977	49.895	861	57.290	50.081	874	62.683	51.044	814
Distr. Federal	273	273	1.000	298	342	1.148	350	385	1.100
Góias	34.020	30.120	30.100	29.890	26.580	889	27.190	24.010	883
Mato Grosso	21.698	16.896	779	24.628	20.064	815	32.928	23.881	725
Mato Grosso Sul	1.986	2.606	1.312	2.474	3.095	1.251	2.215	2.768	1.250
NORDESTE	163.694	201.501	1.231	173.245	206.505	1.064	190.806	223.309	1.235
Alagoas	5.749	5.909	1.028	5.641	5.725	1.015	5.808	5.952	1.025
Bahia	65.074	76.731	1.179	72.153	81.020	1.123	74.508	90.080	1.209
Ceará	35.626	36.409	1.022	34.330	34.403	1.005	35.260	34.403	976
Maranhão	9.116	11.934	1.309	7.270	11.293	1.553	7.574	11.684	1.543
Paraíba	14.774	21.570	1.460	15.085	22.153	1.469	17.814	27.402	1.538
Pernambuco	23.762	35.452	1.492	22.450	37.583	1.321	29.480	39.390	1.336
Piauí	3.664	5.485	1.497	3.393	6.455	1.617	4.310	7.099	1.647
Rio Grande Norte	3.303	5.070	1.535	3.633	4.940	1.360	3.246	4.260	1.312
Sergipe	2.626	2.941	1.120	2.690	2.843	1.057	2.806	3.039	1.083
SUDESTE	146.226	165.071	1.129	142.534	146.636	1.029	142.551	163.252	1.145
Espírito Santo	27.794	22.681	816	27.508	22.325	812	27.533	23.410	850
Minas Gerais	35.297	37.262	1.056	35.695	36.444	1.021	35.301	35.912	1.017
Rio de Janeiro	33.548	36.022	1.074	33.044	34.657	1.049	34.724	34.058	981
São Paulo	49.587	69.106	1.394	46.287	53.210	1.150	44.993	69.872	1.553
SUL	40.522	55.769	1.376	41.283	56.800	1.376	41.193	57.374	1.393
Paraná	5.973	9.207	1.541	5.907	9.391	1.590	6.000	9.000	1.500
Rio Grande Sul	7.633	7.606	996	7.913	7.779	983	7.795	7.765	996
Santa Catarina	26.916	39.956	1.447	27.463	39.630	1.443	27.398	40.609	1.482
BRASIL	447.661	514.460	1.149	466.607	515.585	1.105	485.183	566.556	1.168

FONTE: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de 1987, 1988 e 1989 (set/89).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Cabe destacar como o aspecto mais significativo para a bananicultura nacional a excepcional performance da atividade na Região Norte do país nos últimos três anos, tendo sido incrementada sua produção em 44% e sua área plantada em 28%. Destaque especial merece o estado do Pará, que conquistou a terceira colocação na produção nacional, deixando Santa Catarina em quarta colocação, apesar do crescimento da produção nesse estado.

Essa colocação meramente numérica encobre a real dimensão da produtividade e, portanto, merece análise mais detida. Medida por número de cachos, a produção de Santa Catarina fica abaixo da do Pará. Não se pode ignorar, porém, que num país de dimensões continentais como o Brasil a tecnologia vai do simples extrativismo à produção padrão exportação. O que vem ocorrendo em Santa Catarina é a introdução de novas cultivares, associada ao aprimoramento do processo produtivo. Isto tem trazido ganhos expressivos no rendimento efetivo por área, com aumento no peso médio por cacho, provocando, portanto, um aumento de quilos de banana por ha, o que falseia a queda de rendimento apresentada na tabela 4.

TABELA 4

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA, A NÍVEL DE SANTA CATARINA - 1980-89

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (mil cachos)	RENDIMENTO (cachos/ha)
1980	20.514	29.192	1.423
1981	19.441	30.179	1.552
1982	21.535	30.453	1.414
1983	19.993	28.977	1.449
1984	23.747	34.724	1.462
1985	25.044	37.085	1.481
1986	25.722	38.458	1.495
1987	26.916	38.956	1.447
1988	27.463	39.630	1.443
1989(1)	27.398	40.609	1.482

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1980-88.
Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A distribuição espacial da produção de banana no estado pode ser considerada irregular ou ruim, tendo em vista as limitações naturais determinadas pela escarpa da Serra Geral e do Mar, cuja concentração na faixa litorânea pode ser observada na tabela 5, ou no mapa.

TABELA 5

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 A 1988/89

MICRORREGIÃO HOMOGENEA	1986/87			1987/88			1988/89(1)		
	Área	Quantidade	Rendimento	Área	Quantidade	Rendimento	Área	Quantidade	Rendimento
	Colhida (ha)	Produzida ((1000 cachos))	Médio (cachos/ha)	Colhida (ha)	Produzida ((1000 cachos))	Médio (cachos/ha)	Colhida (ha)	Produzida ((1000 cachos))	Médio (cachos/ha)
Col.de Joinville	11.920	18.332	1.568	11.920	18.618	1.562	12.133	17.202	1.418
Lit.de Itajaí	977	1.832	1.875	977	1.832	1.875	977	1.832	1.875
Col.de Blumenau	2.380	3.341	1.650	2.380	3.696	1.703	-	-	-
Col.do Itajaí do Norte	18	36	2.000	18	36	2.000	2.391	3.674	1.536
Florianópolis	1.049	1.949	1.858	1.059	1.967	1.857	1.069	1.854	1.734
Col.Serrana Catarinense	669	1.088	1.626	669	1.088	1.626	689	1.119	1.624
Lit.de Laguna	296	513	1.733	248	466	1.879	238	447	1.878
Carbonífera	2.444	3.426	1.384	2.444	3.344	1.364	2.531	3.593	1.423
Lit.Sul Catarinense	1.395	1.188	852	1.420	1.326	934	1.410	1.307	927
Col.Sul Catarinense	6.113	6.759	1.106	6.128	6.777	1.106	7.098	7.344	1.034
Plan.Canoinhas	200	492	2.400	200	430	1.678	286	480	1.678
ESTADO	27.463	39.580	1.447	27.463	39.580	1.443	28.822	38.852	1.348

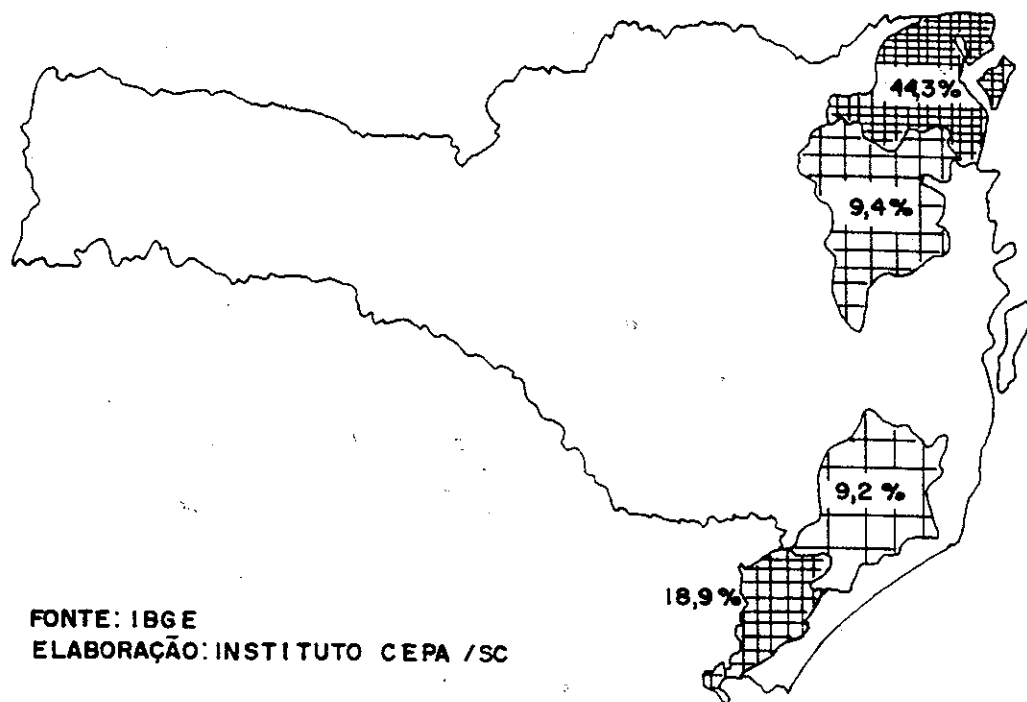
FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1987-88.

Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Jan. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1988-89



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC

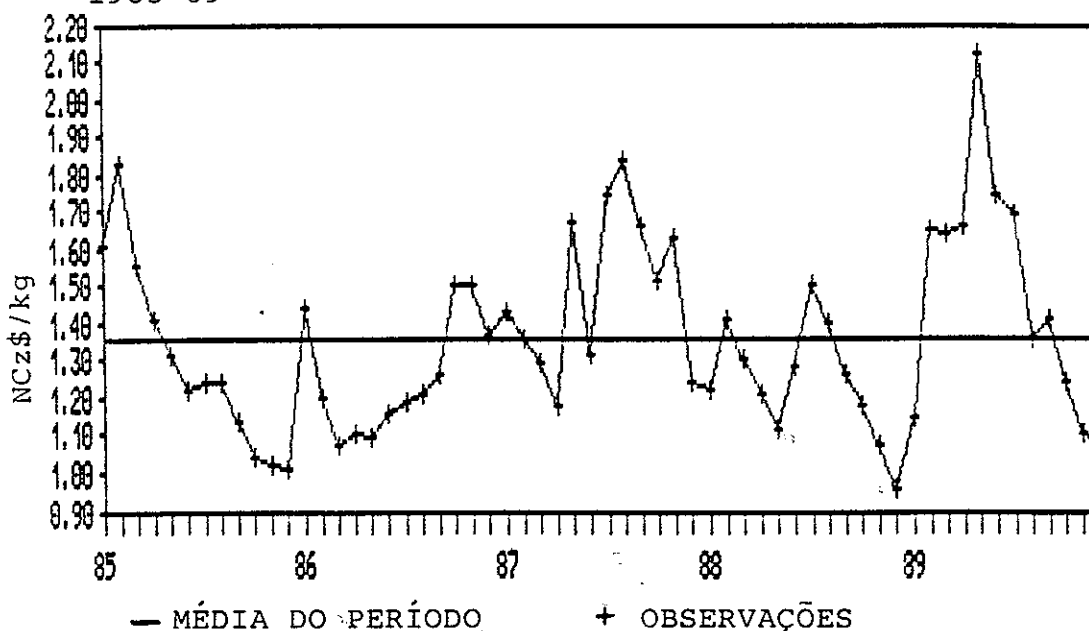
Na Microrregião Colonial de Joinville, a bananicultura caracteriza-se pela exploração das cultivares Nanicão e Nanica. Na região sul, as mais cultivadas são as do subgrupo Prata, cujo preço, nas últimas safras, em relação às do subgrupo Gaturra, tem levado esta região a um aumento de área. Nesta região a Nanicão também é cultivada, porém com menor expressão.

A produção da banana tem forte concentração na MRH Colonial de Joinville (vide tabela 5 e mapa), onde se obtém praticamente metade da produção estadual, destacando-se o município de Corupá, com 18% da produção catarinense.

Os aumentos verificados na área explorada do sul têm ocorrido basicamente nas cultivares do subgrupo Prata, haja vista os aumentos reais em seus preços, bem superiores aos da Gaturra (gráficos 1 e 2).

GRÁFICO 1

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA BANANA-PRATA NA CEASA/SC
- 1985-89



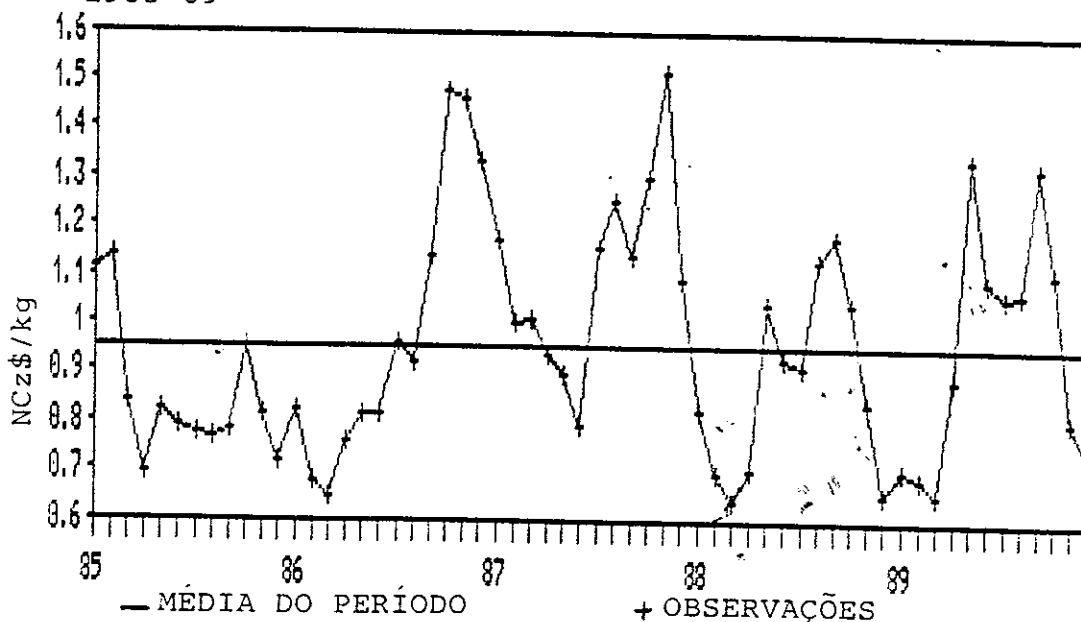
FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA BANANA CATURRA NA CEASA/SC
- 1985-89



FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A banana, por ser produto perecível e de baixo preço unitário, influencia a forma de comércio do produto. As transações são feitas a curta distância, basicamente entre países vizinhos. Além disto, somente 18% da produção é destinada ao mercado mundial, concentrada no Caribe e área circunvizinha (tabelas 6 e 7).

Esta concentração é resultado da forma como historicamente se desenvolve o mercado de bananas. Como os importadores são ao mesmo tempo exportadores, através da exploração do tipo "plantation" passam a ter um controle efetivo sobre preços e mercados.

TABELA 6
EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO - QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1985-87

REGIÃO	1985		1986		1987	
	Quantidade (t)	Participação (%)	Quantidade (t)	Participação (%)	Quantidade (t)	Participação (%)
América Latina	5.375.082	81,3	6.045.266	82,3	6.258.242	83,2
Ásia	986.429	14,9	1.010.295	13,7	972.192	13,0
África	214.149	3,2	204.366	2,7	171.946	2,3
Europa	35.033	0,5	76.262	1,0	112.522	1,5
Oceania	4.640	0,1	3.486	0,4	5.604	0,1
TOTAL	6.615.333	100,0	7.339.675	100,0	7.520.506	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.40-41, 1986-87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1985-87

PAIS	1985		1986		1987	
	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)	Quantidade (1000 t)	Participação (%)
Equador	1.075.027	15,8	1.399.581	18,6	1.401.549	18,6
Colômbia	783.039	11,5	989.393	13,2	962.000	12,8
Costa Rica	856.501	12,6	885.232	11,8	942.500	12,5
Honduras	847.375	12,4	931.500	12,4	903.500	12,0
Filipinas	789.994	11,6	855.743	11,4	774.983	10,3
Panamá	686.220	10,0	660.000	8,8	675.577	8,9
Guatemala	380.000	5,6	329.600	4,4	380.000	5,0
China	135.343	2,0	93.246	1,2	128.010	1,7
Brasil	105.335	1,5	110.000	1,5	81.220	1,1
Jamaica	12.998	0,2	22.100	0,3	33.324	0,4
Outros	1.140.742	16,8	1.225.944	16,4	1.237.843	16,4
TOTAL	6.812.574	100,0	7.502.339	100,0	7.520.506	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.40-41, 1986-87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Embora não exista um acordo internacional do comércio de banana, as poucas empresas transnacionais que operam o mercado com políticas isoladas de países ou grupo de países conseguem um "arranjo" comercial próximo a um acordo formal.

Entretanto, a definição dos blocos econômicos deve proporcionar disputas pelo estabelecimento de cotas, tendo em vista o crescimento político da United of Banana Exporting

4. PERSPECTIVAS

No cenário internacional, a perspectiva é de uma negociação mais favorável para as empresas transnacionais, uma vez que na disputa política pelo mercado europeu a UPEB perdeu força, pois, além de Honduras haver-se desligado, no país sede, o Panamá, houve substituição do poder político.

Considerando a influência do governo americano na mudança da presidência daquele país, é possível que os interesses das corporações tenham tratamento diferenciado em detrimento da UPEB, em prejuízo dos exportadores independentes.

A produção e o abastecimento nacionais pouco têm a ver com tal disputa, já que nosso mercado externo é o Cone Sul, e o ajuste econômico em tais países pode ter um desfecho desfavorável para as exportações no ano de 1990.

Para Santa Catarina, as perspectivas são de uma maior organização do produtor, com o objetivo de alcançar o mercado externo (Cone Sul).

Esta perspectiva é alimentada pela certeza da obtenção de resultados econômicos através de técnicas que privilegiam a qualidade.

O produto que chega a esse mercado em pencas e caixas só é adquirido através de cachos, cujo peso médio está em torno de 30 kg.

É certo que o estado de Santa Catarina tem aumentado a oferta de banana, apesar da forma pela qual são apresentadas as estatísticas. Como o que se divulga é apenas o número de cachos e não as toneladas, não se consegue identificar tal aumento, dificultando perceber-lhe a evolução.

2.4. BATATA

1. INTRODUÇÃO

No contexto mundial das atividades olerícolas, a cultura da batata, relativamente à produção anualmente colhida, destaca-se como a mais importante.

É cultivada em quase todos os países, sendo, todavia, significativamente relevante para os asiáticos e europeus, os quais respondem por mais de 85% da produção mundial.

No continente sul-americano, destacam-se as colheitas da Colômbia, Brasil, Argentina e Peru - os dois primeiros alternando-se como principais fornecedores da América do Sul - com ofertas individuais entre 2 e 2,5 milhões de toneladas anuais.

No Brasil, situado nos últimos anos entre a 18a. e 20a. posição de maior produtor mundial, a bataticultura também desponta como a mais importante das lides olerícolas. Caracteriza-se como atividade de pequenos e médios produtores rurais, concentrando-se nos estados da Região Sul e Sudeste. Estes têm respondido por mais de 95% da área plantada e da oferta bruta dos últimos anos.

Em Santa Catarina, a cultura é trabalhada em praticamente todos os municípios, absorvendo, segundo o Censo Agropecuário de 1980, da Fundação IBGE, cerca de 37.000 pequenos produtores.

A produção estadual representa entre 7% e 8% da oferta nacional do tubérculo, destacando o estado como o quinto produtor nacional.

As principais microrregiões produtoras são: Carbonífera, Colonial do Alto Itajaí, Colonial Serrana Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do

Peixe, Campos de Lages e Planalto de Canoinhas, sendo que as duas últimas também se destacam como as mais importantes na produção de batata-semente certificada. Sob este aspecto, o estado catarinense surge como o primeiro produtor brasileiro ao responder por mais de 60% da colheita interna.

2. PRODUÇÃO

De acordo com dados disponíveis da FAO, a produção mundial de batatas correspondente ao ano de 1988 alcançou um volume de 265.743 mil toneladas, diferenciando-se ligeiramente, dessa forma, dos totais obtidos nos dois anos imediatamente precedentes, quando se alcançaram resultados de 284.087 e 290.372 mil t, respectivamente.

A União Soviética com uma colheita de 62.700 mil t, a Polônia com 34.300 mil t e a China com 29.550 mil t foram os três principais países produtores. Juntos, responderam por 47,6% da oferta mundial. Vieram, a seguir, em ordem decrescente de importância, os Estados Unidos, a Índia e a Alemanha Oriental, com participações, sobre o total colhido, de 5,5%, 4,9% e 4,3%, respectivamente.

Na América do Sul, cuja oferta representou apenas 4,2% da oferta mundial, a Colômbia destacou-se como primeiro fornecedor, ficando o Brasil com a segunda posição.

TABELA 1

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BATATA E TOTAL MUNDIAL -
1986-88

PAÍS	(1.000 t)		
	1986	1987	1988
União Soviética	87.186	75.908	62.700
Polônia	39.037	36.252	34.300
China	25.041	28.046	29.550
Estados Unidos	16.398	17.486	14.520
Índia	10.423	12.731	13.000
Alemanha Oriental	9.997	12.228	11.350
Romênia	9.106	7.800	8.000
Reino Unido	6.447	6.760	6.000
Brasil	1.836	2.331	2.300
TOTAL MUNDIAL	290.372	284.087	265.743

FONTES: FAO. Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, v. 2, 1989.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Ainda segundo a mesma fonte, o total de área plantada com batatas naquele ano foi de 18,04 milhões de ha e a produtividade obtida, de 14.730 kg/ha. Nesse aspecto, destacaram-se os rendimentos obtidos pelos Países Baixos, Bélgica, Israel, Suíça, Reino Unido e Alemanha Ocidental, com volumes médios superiores a 35.000 kg/ha.

No Brasil, a retrospectiva da atividade batateira nos últimos dez anos revela um quadro de grande instabilidade e sensível oscilação de oferta, decorrente, sobretudo, do comportamento do clima, do mercado e da distribuição das safras que se observa no país, onde cerca de 52% da oferta provém do cultivo das águas, 32% das secas e apenas 16% da safra de inverno.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, A NÍVEL DE BRASIL - SAFRAS 1977/78 A 1987/88

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	211.315	1.013.882	9.530
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	169.070	1.826.579	10.804
1983/84	172.633	2.171.133	12.577
1984/85	155.235	1.946.659	12.540
1985/86	160.677	1.835.975	11.426
1986/87	176.857	2.330.817	13.179
1987/88	173.168	2.299.499	13.279

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1978-88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Como consequência dessa situação, o mercado, via de regra, passa por crises sazonais de oferta, alternando períodos de excesso e escassez do produto. Isso gera, evidentemente, sérios problemas de formação de preços médios de comercialização, os quais, por vezes, são elevados e provocam

redução da demanda, outras vezes, são reduzidos e desestimulam a classe produtora.

Na campanha batateira deste ano, o quadro da cultura novamente se mostrou problemático. De acordo com as informações disponíveis da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, de novembro/89, a produção brasileira de batatas desta safra agrícola apresentava uma expectativa de colheita da ordem de 2.109 mil t, correspondente a uma área de cultivo próxima a 156.500 ha e a um rendimento médio de 13.480 kg/ha.

Comparativamente aos valores da safra passada, estes se apresentam envolvidos em 9,6% e 8,3%, na área de plantio e na produção colhida, respectivamente.

Com referência à primeira safra, ou das águas, os dados estatísticos conclusivos, de acordo com a mesma fonte, mostraram uma área cultivada de 88.013 ha, que responderam com uma colheita bruta de 1.096.252 t. A produtividade média ficou em 12.456 kg/ha.

Comparados com o mesmo cultivo da safra 1987/88, esses valores são menores em 17,0%, 21,9% e 5,7%, respectivamente. O montante da produção obtida caracterizou-se como um dos mais baixos já verificados nos últimos anos, e certamente refletiu o desestímulo reinante nos meios produtores frente aos preços praticados.

A exceção de São Paulo, que acusou um crescimento de 2,6% no total plantado e de 4,8% na produção colhida, todos os demais grandes estados produtores apresentaram reduções em relação à safra anterior, recuos estes que chegaram a somar 27% no plantio e 40% na produção, como o registrado no estado do Paraná.

TABELA 3

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, RENDIMENTO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE BATATAS - SAFRA DAS ÁGUAS - POR ESTADO PRODUTOR E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89(1)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QTIDADE OBTIDA (t)	PARTIC. %	REND. MÉDIO ALCANÇADO (kg/ha)
Paraná	23.630	291.334	26,58	12.329
Minas Gerais	14.571	273.740	24,97	18.787
Rio G. do Sul	26.092	213.250	19,45	8.173
São Paulo	10.130	189.000	17,24	18.657
Santa Catarina	12.512	114.977	10,49	9.189
Outros	1.078	13.951	1,27	12.942
BRASIL	88.013	1.086.252	100,00	12.456

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Já no segundo cultivo, que engloba as safras das secas mais a do inverno, o quadro da bataticultura nacional apresenta uma situação bastante mais confortável, sobretudo se analisado com vistas ao suprimento da demanda interna.

As informações oficiais preliminares da Fundação IBGE de outubro/89 estimavam a produção dessa safra em pouco mais de um milhão de toneladas. A área plantada era avaliada em 68.450 ha e o rendimento médio, em 14.800 kg/ha.

Comparativamente aos valores alcançados no ano anterior, os números em questão são maiores em 13,0%, 1,9% e 10,8%, respectivamente, e resultam das boas condições de clima verificadas durante o ciclo da cultura, as quais resultaram, em alguns estados, em significativos aumentos da produção, assim como do comportamento do mercado no decorrer do primeiro semestre, quando, via de regra, operou firme. Isto se refletiu em crescimento da área cultivada em quase todos os principais estados produtores.

Em novembro/88, a safra das secas já havia sido concluída em todas as unidades da Federação. A de inverno, que responde por 35% da expectativa de colheita deste segundo cultivo, e que tem como principais produtores os estados de São Paulo e Minas Gerais com aproximadamente 90,0% da oferta, achava-se em fase final de colheita.

O resultado esperado para esta safra, por estado produtor, é mostrado na tabela 4.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA, RENDIMENTO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE BATATAS - SAFRA DAS SECAS, POR ESTADO PRODUTOR E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89(1)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE PREVISTA (t)	PARTIC. %	REND. MÉDIO ESPERADO (kg/ha)
São Paulo	16.230	336.000	33,17	20.702
Minas Gerais	15.906	303.416	29,95	19.076
Paraná	15.630	210.100	20,74	13.442
Rio G.do Sul	12.294	79.042	7,80	6.428
Santa Catarina	5.585	48.277	4,76	8.644
Outros	2.815	36.260	3,58	12.880
BRASIL	68.460	1.013.095	100,00	14.798

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, os últimos levantamentos oficiais mostram, para o ano agrícola 1988/89, os seguintes valores para os principais estados produtores.

TABELA 5

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO DE BATATAS (SAFRAS DAS SECAS E DAS ÁGUAS), SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Minas Gerais	30.477	577.156	18.937
São Paulo	26.360	525.000	19.917
Paraná	39.260	501.434	12.772
Rio Grande do Sul	38.386	292.292	7.615
Santa Catarina	18.097	163.254	9.021
Outros	3.893	50.211	12.898
TOTAL DO BRASIL	156.473	2.109.347	13.480

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

Em Santa Catarina, o resultado final da atividade batateira no transcorrer de 1989, pelos mesmos motivos anteriormente citados, também apresentou recuos comparativamente aos valores alcançados no ano precedente.

Os dados finais do ano agrícola 1988/89, levantados pela Fundação IBGE/GCEA, revelaram um plantio de 18.097 ha e uma produção bruta de 163.254 t de batatas. O rendimento médio obtido ficou em 9.021 kg/ha. Sobre os números da safra passada, estes se apresentaram envolvidos em 1,9%, 4,0% e 2,1%, respectivamente.

TABELA 6

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1978/79 A 1988/89

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.141	160.692	9.320
1983/85	17.314	161.900	9.351
1985/86	17.583	132.828	7.554
1986/87	20.491	181.292	8.847
1987/88	18.447	170.049	9.218
1988/89(1)	18.097	163.254	9.021

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1979-88.

Fundação IBGE/GCEA-SC, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

A primeira safra, ou das águas, mostrou como dados conclusivos uma área plantada de 12.512 ha e uma produção de 114.977 t.

Os dados de plantio verificados nessa última safra foram os mais baixos dos últimos dez anos, sendo que a produção colhida situou-se também entre as menores desta década. Foi superior apenas às colheitas das safras 1982/83 e 1985/86, seriamente comprometidas por fatores climáticos adversos. A primeira, em decorrência de excesso de chuvas e a última, por forte estiagem que assolou o estado.

Comparativamente aos números da campanha imediatamente anterior, estes foram menores em 12,4% e 14,5%, na área plantada e no volume obtido, respectivamente, e decorreram especificamente de preços desestimulantes recebidos pela classe produtora. Nos dois últimos anos, por razões de excesso de oferta e redução da demanda, os preços praticados situaram-se em níveis inferiores aos da média histórica dos últimos dez anos.

A segunda safra, por sua vez, apresentou como dados terminais um plantio de 5.585 ha e produção de 48.277 t, ou seja, registrou um crescimento da ordem de 35,0%, respectivamente, se comparado aos totais obtidos no cultivo do ano passado.

Como fatores determinantes deste melhor desempenho da atividade, apontam-se as boas situações de clima e o comportamento do mercado batateiro no decorrer do primeiro semestre deste ano. Cabe lembrar, a respeito, que no período em questão o mercado do produto, via de regra, operou firme.

A distribuição da área implantada e da produção obtida por microrregião produtora, em Santa Catarina, considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno do ano agrícola 1988/89, é mostrada na tabela 7.

TABELA 7

ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE OBTIDA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E TOTAL DE SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 (1)

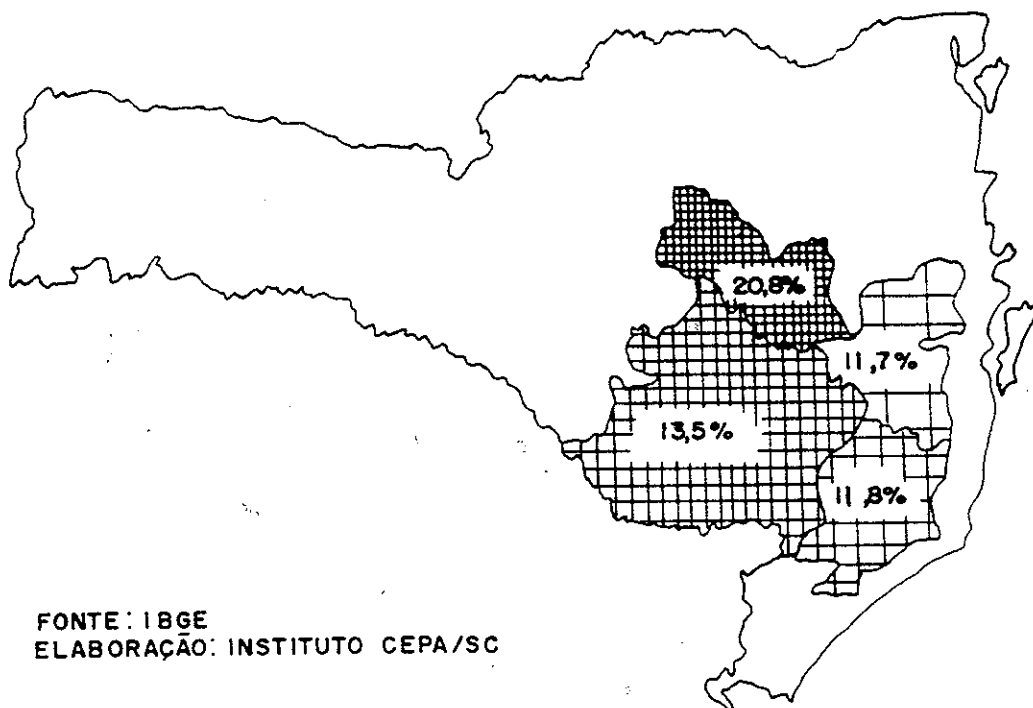
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE COLHIDA (t)
Colonial de Joinville	170	2.390
Colonial de Blumenau	513	3.630
Colonial do Itajaí do Norte	220	1.452
Colonial do Alto Itajaí	3.695	34.040
Florianópolis	640	5.566
Colonial Serrana Catarinense	2.065	19.054
Litoral de Laguna	8	72
Carbonífera	2.825	19.237
Litoral Sul Catarinense	55	640
Colonial Sul Catarinense	70	610
Campos de Lages	2.370	22.095
Campos de Curitibanos	810	9.050
Colonial do Rio do Peixe	1.331	14.350
Colonial do Oeste Catarinense	1.200	11.610
Planalto de Canoinhas	2.125	19.458
TOTAL DO ESTADO	18.097	163.254

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA EM SANTA CATARINA — SAFRA 1988/89



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

No contexto mundial, a comercialização da batata registra valores extremamente pequenos relativamente à produção obtida.

Nos últimos anos, segundo dados da FAO, tem oscilado entre 5,0 e 6,5 milhões de toneladas, ou seja, representou apenas 2,0% da oferta total, com movimento de recursos da ordem de um bilhão de dólares.

Os maiores importadores são os países do continente europeu, com destaque para as compras da Alemanha Ocidental (13,7% da comercialização em 1987), dos Países Baixos, do Reino Unido, da Itália e da Bélgica, cujas aquisições representaram mais de 50,0% das compras internacionais naquele ano.

Nas exportações, destacaram-se como maiores ofertantes, em 1987, os Países Baixos (33,2%), a Alemanha Ocidental, a França, a Bélgica e a Polónia, os quais, em conjunto, totalizaram mais de 70,0% das vendas internacionais.

Decorrente das políticas econômicas emergenciais adotadas pelos governantes brasileiros, as quais influenciam intenções de plantio e, normalmente, redundam em achatamento do poder de compra, a produção brasileira de batatas nos últimos anos e, por extensão, o resultado financeiro da atividade, tem mostrado um comportamento bastante irregular.

A oferta nacional apresentou-se com muitas oscilações, alternando excessos de oferta com períodos de escassez do produto.

Os reflexos desse quadro são normalmente negativos, recaindo, por vezes, no segmento produtor, que recebe valores aquém dos custos de implantação da cultura e, por outras vezes, na ponta consumidora, a qual se depara com preços extremamente elevados.

Ainda no decorrer de 1988, a comercialização do tubérculo no mercado interno apresentou duas situações bastante distintas.

A primeira, com vigência já a partir de outubro/88 e prolongando-se até maio/89, mostrou um quadro de comércio excepcionalmente favorável à classe produtora. O mercado do produto nesse período normalmente operou firme e praticou preços em ascensão em todos os níveis. Os produtores foram extremamente bem remunerados, evidenciando-se a comercialização da safra das águas como das melhores dos últimos dez anos.

Essa situação se deveu, de modo particular, à sensível redução da oferta. Cabe lembrar, a propósito, que o resultado final da última safra nacional, correspondente ao primeiro cultivo, ou das águas, registrou significativa redução comparativamente aos números da safra imediatamente anterior, caracterizando-se como um dos mais reduzidos dos últimos anos.

A diminuição de valores ocorrida na atividade foi provocada pelos péssimos preços de mercado praticados nos oito primeiros meses de 1988, os quais se constituíram nos mais baixos desta década.

O segundo momento verificou-se a partir de meados de junho, e mostrou um quadro de mercado exatamente oposto. Os níveis de preços reais declinaram acentuadamente, atingindo seu ponto crítico no decorrer do mês de outubro, quando os valores praticados situaram-se próximos aos de março/85 e princípios de 1988, períodos de cotações extremamente baixas.

O excepcional desempenho da atividade na segunda safra, cujos níveis de oferta constituíram-se nos mais elevados já alcançados no país nesse cultivo, foi determinante para o comportamento do mercado.

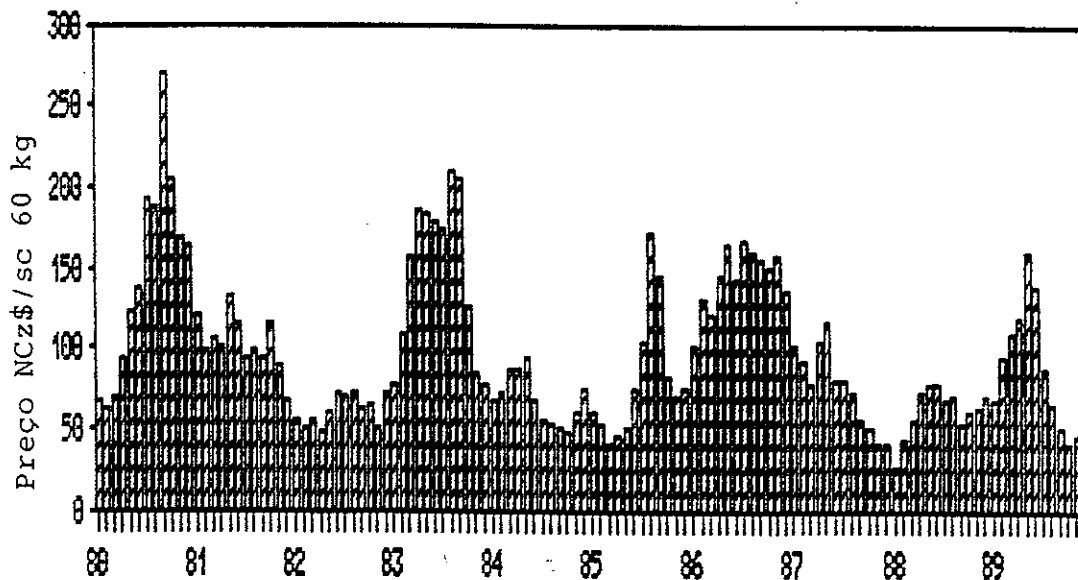
Consideram-se, também, como fato inibidor de um melhor resultado financeiro da cultura no período, a divulgação, a partir de meados do mês de setembro, das notícias de contaminação de campos produtores paulistas com produto à base de mercúrio.

O aconselhamento, por parte da Secretaria da Saúde de São Paulo, para a suspensão do consumo até a completa análise e liberação de todas as lavouras gerou queda acentuada na demanda em praticamente todos os grandes centros consumidores do país, notadamente nos da Região Sudeste. A determinação imposta por secretarias de agricultura e saúde e por algumas centrais de abastecimento do país de só permitirem a comercialização do produto mediante a apresentação de laudos oficiais que comprovassem a qualidade do tubérculo também contribuiu para o desaquecimento do mercado e dificultou sobremaneira o escoamento da produção.

Somente a partir do mês de novembro, devido à proximidade das festas de final de ano, as cotações deram mostras de recuperação, sem alcançar, ainda assim, a média da série histórica.

GRÁFICO 1

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA
CEAGESP - 1980-89



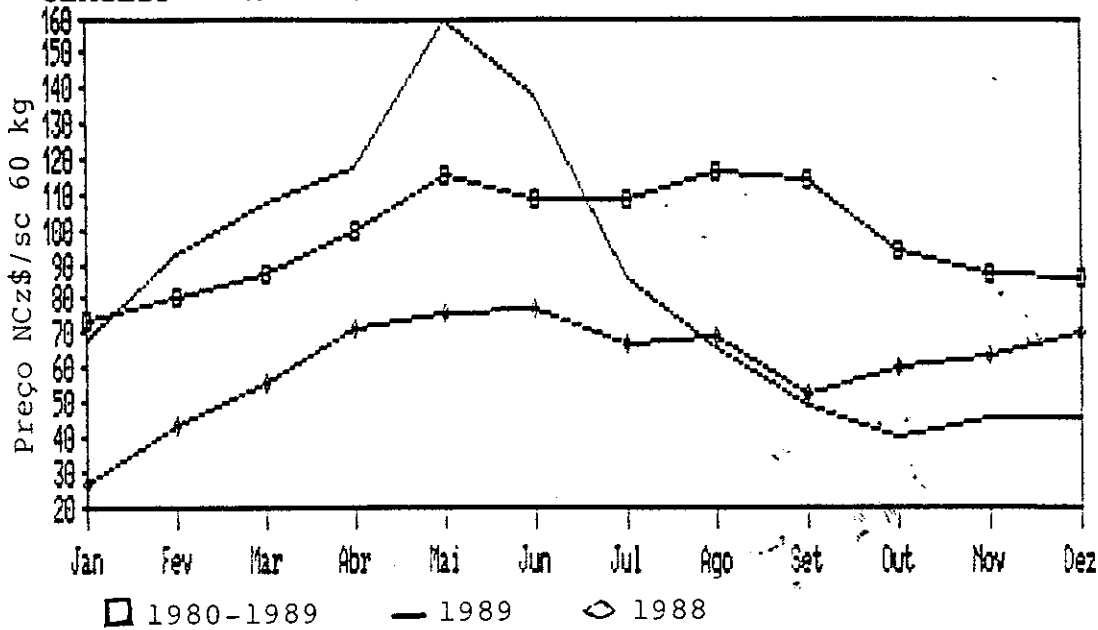
FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2

PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA
CEAGESP - 1980-89 E 1989



FONTE: CEAGESP.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Em termos de Santa Catarina, não se registraram maiores problemas de suprimento do consumo.

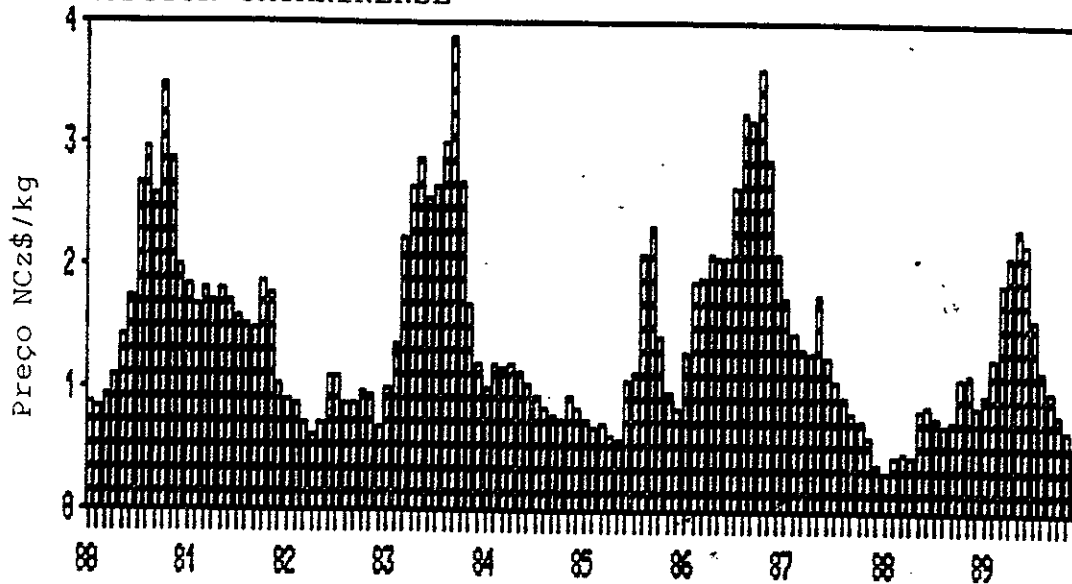
O volume de produção colhido nesta última safra não apenas proporcionou um pleno atendimento da demanda, estimada em 120.000 t/ano, como também, a exemplo de anos anteriores, gerou excedentes exportáveis, os quais foram destinados principalmente aos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Quanto aos preços praticados, estes mostraram o mesmo comportamento observado para o mercado nacional como um todo.

Houve ganho real na venda da primeira safra e certo equilíbrio entre custos e receitas na comercialização do segundo cultivo.

GRÁFICO 3

PREÇOS MÉDIOS REAIS ⁽¹⁾ MENSAIS DA BATATA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE

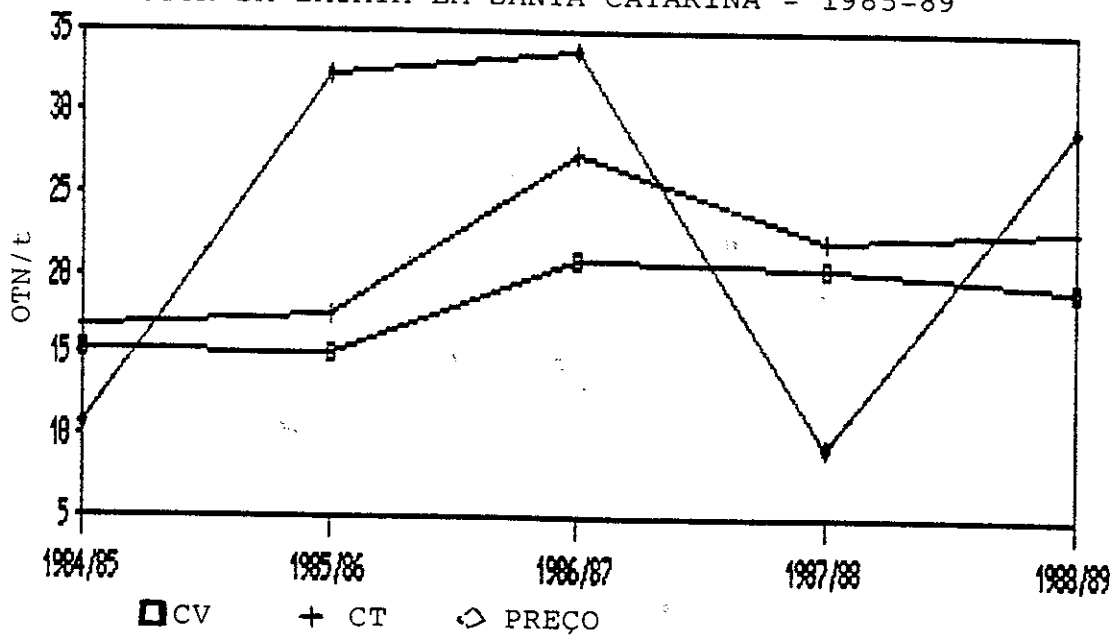


FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 4

CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DA BATATA EM SANTA CATARINA - 1985-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Simultaneamente à comercialização da segunda safra, os bataticultores nacionais dão prosseguimento, desde meados de agosto último, às operações de preparo do solo, plantio e tratamentos culturais da nova safra das águas do ano agrícola 1989/90.

Os primeiros informes estatísticos da Fundação IBGE/CEPAGRO para a Região Centro Sul, acerca desta safra, indicam tendência de cultivo de 90.600 ha e produção esperada de 1.250.000 t de batatas.

Ao final de dezembro, o plantio achava-se praticamente concluído, com a colheita já tendo sido iniciada na maioria dos estados.

Para Santa Catarina, de acordo com informações da Fundação IBGE/GCEA, que recentemente concluiu os primeiros levantamentos de campo relativamente a essa safra, os indicativos de intenção de plantio apontam para valores próximos a 13.000 ha da cultura, ou seja, registraram um ligeiro incremento, da ordem de 4%, sobre a área total plantada na safra passada. A produção bruta esperada é de 123.500 t e a produtividade média, de 9.500 kg/ha.

As atividades pertinentes à cultura são executadas dentro do cronograma previamente determinado. O plantio já foi concluído e a colheita, iniciada em algumas regiões.

As primeiras ofertas do produto foram efetuadas a partir de meados do mês de novembro. Os preços de mercado ficaram na faixa de NCz\$ 50,00 a NCz\$ 60,00/sc de 50 kg.

2.5. CEBOLA

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das atividades olerícolas do país, a cebolicultura constitui uma atividade sócio-econômica de significativa relevância, não apenas pelo lugar de destaque que ocupa dentro do mercado interno das hortícolas, mas, sobretudo, e principalmente, pela contribuição proporcionada à geração de empregos e à fixação do homem ao meio rural.

Superada apenas pelas culturas da batata e do tomate, a nível nacional, a da cebola, normalmente atividade de pequeno produtor, reveste-se de suma importância especialmente para a Região Sul, Sudeste e Nordeste do país. Nestas, destacam-se as produções dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pernambuco, respectivamente, os quais, no seu conjunto, têm respondido nos últimos anos pela quase totalidade da oferta interna desse bulbo.

No que diz respeito à situação interna catarinense, a importância da cultura torna-se ainda mais expressiva. Caracteriza-se como principal ocupação hortícola do estado, quer em termos de área de plantio, quer em volume de produção obtida, quer em valor bruto da produção. Proporciona ocupação e renda a cerca de 20.000 pequenos agricultores. É desenvolvida em praticamente todas as regiões do estado, mas assume papel primordial para a economia das microrregiões homogêneas do Alto Vale do Itajaí e Colonial Serrana Catarinense, onde se caracteriza como uma das principais atividades agrícolas. Estas têm respondido, nas últimas safras, por mais de 80% da área de plantio e da produção obtida no estado.

Em Santa Catarina, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 1980, 24,7% dos estabelecimentos que cultivam cebola possuem menos de 10 ha; 72,6% têm áreas que variam de 10 a menos de 100 ha. Estes, por sua vez, ocupam 92,9% da área plantada.

2. PRODUÇÃO

De acordo com dados da FAO, a produção mundial de cebolas tem oscilado, nos últimos anos, ao redor de 25 milhões de toneladas, correspondendo a uma área de cultivo da ordem de 1,7 milhão de hectares e a uma produtividade média de 14.388 kg/ha.

Os principais produtores têm sido os países do continente asiático, os quais, sistematicamente, vêm respondendo com colheitas equivalentes a mais de 45% da oferta mundial.

A China desponta como o maior produtor de cebolas. As informações disponíveis mostram que, no ano de 1988 sua produção correspondeu a cerca de 14,4% de toda a oferta universal. Seguiram-na, em ordem de importância, naquele ano, a Índia (9,5%), a União Soviética (8,7%), os Estados Unidos (8,0%), a Turquia (5,1%), o Japão (4,5%), a Espanha (4,4%) e o Egito (3,3%). A produção brasileira correspondeu a 2,9% da oferta mundial, destacando o país como o nono produtor de cebolas.

TABELA 1
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL MUNDIAL - 1986-88

PAÍS	(em 1.000 t)		
	1986	1987(*)	1988(*)
China	3.486	3.600	3.692
Índia	2.720	2.400	2.450
União Soviética	2.100	2.000	2.200
Estados Unidos	1.964	2.041	2.056
Turquia	1.300	1.300	1.300
Japão	1.252	1.294	1.160
Espanha	1.166	1.104	1.139
Egito	664	825	850
Brasil	639	854	756
TOTAL MUNDIAL	24.940	25.323	25.692

FONTES: FAO, Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, v. 2, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Na América do Sul destacam-se as colheitas do Brasil, Colômbia, Argentina e Chile. Em seu conjunto, respondem por 87,0% da oferta sul-americana, a qual, por sua vez, representa 7,8% da produção mundial.

Em termos de Brasil, o quadro da cebolicultura nacional tem-se apresentado relativamente calmo nos últimos anos, graças, sobretudo, à sucessão das safras dos grandes estados produtores, preconizadas no Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola (PRONACE), do Ministério da Agricultura.

A cultura ampliou-se de forma significativa, seja pelas condições de clima favoráveis, seja pelas diversas safras colhidas no país.

Hoje, praticamente, não há mais entressafra do produto e o suprimento do bulbo no mercado nacional tem sido realizado mediante a seguinte distribuição de safras:

- No período de novembro a janeiro, colheita e armazenamento da safra sulina, responsável pelo abastecimento nacional de janeiro a meados de maio.
- De fins de abril a junho, colheita de cebola pelo sistema de "bulbinho" - safra de "soqueira" - da região de Piedade/SP, responsável pelo atendimento da demanda nesse período e estendendo-se até o mês de julho.
- Nos meses de junho/julho e agosto, colheita e comercialização da safra básica do Nordeste (Pernambuco e Bahia) e, posteriormente, de setembro a dezembro, colheita da safra temporã daqueles estados.
- Em junho inicia também a colheita da safra de cebolas claras de São Paulo (Monte Alto e São José do Rio Pardo), a qual sofre incremento no período de julho a setembro, responsável, juntamente com a safra do Vale do Rio São Francisco, pelo abastecimento nesse período.
- Por último, início da colheita, em final de setembro, da

safra de mudas (bacias periformes) da região de Paranapiacaba/Piedade/SP, que, juntamente com a safra do Paraná e dos demais estados pequenos produtores, supre a demanda interna até a entrada da safra sulina.

QUADRO 1
CALENDÁRIO MENSAL DE OFERTA DE CEBOLA POR ESTADO BRASILEIRO

ESTADO	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RIO GRANDE DO SUL	X	X	X	X	X	X					X	X
SANTA CATARINA	X	X	X	X	X	X					X	X
PARANÁ	X	X	X							X	X	X
SÃO PAULO - soqueira				X	X	X	X					
- CLARAS PRECOSES						X	X	X	X	X		
- BAIAS PERIFORMES	X								X	X	X	X
BAHIA					X	X	X	X	X	X	X	X
PERNAMBUCO					X	X	X	X	X	X	X	X
OUTROS								X	X	X	X	

FONTE: Instituto CEPA/SC.

Não obstante esse quadro extremamente favorável em termos de distribuição de safras, que, via de regra, tem possibilitado ao mercado operar com relativa calma, a produção interna ainda tem mostrado frequentes e profundas oscilações, alternando excessos de oferta com períodos de escassez, cenários estes normalmente relacionados a fatores climáticos, à disponibilidade de sementes e aos preços recebidos pelos produtores. Isto tem gerado problemas na área do abastecimento e interferido na decisão dos agricultores quanto à implantação da cultura, e, como tal, redundado em prejuízos para a atividade.

TABELA 2
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1980/81 A 1987/88
(em t)

ESTADO	SAFRAS							
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(*)
Rio G. do Sul	192.665	168.555	167.483	155.988	172.876	107.645	166.272	124.274
Santa Catarina	151.809	113.745	125.756	111.116	148.130	148.426	261.415	211.697
São Paulo	282.600	255.620	253.900	270.107	236.858	264.283	282.500	266.696
Bahia	40.790	46.023	52.890	71.905	22.215	48.470	54.424	86.199
Pernambuco	70.728	54.091	92.714	81.789	22.721	42.032	48.141	28.416
BRASIL	778.403	670.624	725.269	717.230	639.569	639.182	853.968	755.574

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez.1981 - dez.1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com os últimos levantamentos da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, a produção brasileira de cebolas do ano agrícola 1988/89 deverá situar-se próximo a 790.800 t. A área de plantio é estimada em 74.600 ha e a produtividade média, em 10.600 kg/ha.

Comparativamente à safra passada, estes números são 7,3% e 4,7% respectivamente maiores na área de cultivo e na produção prevista. Em se confirmando, situar-se-ão entre os maiores já alcançados pela cultura no país. Serão inferiores em apenas 0,6% na área plantada e em 7,4% no total colhido, em relação à safra 1986/87, recorde nacional, quando os valores obtidos foram de 75.041 ha e 853.986 t.

Sem nenhuma exceção, todos os cinco principais estados produtores acusam, em comparação com o ano precedente, crescimento na área cultivada. O estado de Pernambuco, por exemplo, mostra um aumento de 41,3%, enquanto o de Santa Catarina, que hoje detém a primeira colocação nacional em termos de área plantada, com 24.420 ha e 32,7% do total cultivado no país em 1988, mostra uma elevação da ordem de 11,2%.

No aspecto da produção colhida, o quadro mostra-se também bastante semelhante. Excetuando-se Santa Catarina, onde, por razões de natureza climática, a produtividade obtida ficou aquém das expectativas, os demais estados produtores mostram ligeiro ganho no rendimento da cultura e, conseqüentemente, acenam com produções superiores àquelas alcançadas no último ano.

A safra em questão acha-se praticamente definida. A colheita já foi encerrada na maioria dos estados. Prossegue apenas em áreas isoladas da região de Piedade, em São Paulo. O desempenho da cultura neste ano, por estado produtor, é mostrado na tabela 3.

TABELA 3
 ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO
 DA CEBOLA - SAFRA 1988/89

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO/ PREVISTO (kg/ha)
São Paulo	16.285	283.903	35,90	17.433
Santa Catarina	24.420	207.587	26,25	8.500
Rio Grande do Sul	16.692	127.355	16,11	7.630
Bahia	7.992	98.645	12,47	12.343
Pernambuco	3.415	41.253	5,22	12.080
Paraná	4.500	23.112	2,92	5.136
Outros	1.302	8.966	1,13	6.886
TOTAL DO BRASIL	74.606	790.821	100,00	10.600

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Dados preliminares sujeitos a retificação.

Em Santa Catarina, os dados estatísticos disponíveis acerca da cultura mostram que já na década de quarenta ela era praticada no estado, tendo atingido, na safra 1946/47, uma área plantada de 1.106 ha e uma produção de 2.185 t. O rendimento médio alcançado naquele ano foi de apenas 1.976 kg/ha. Nos anos imediatamente subsequentes, a cultura sempre registrou pequenos aumentos de área e, conseqüentemente, de produção. Merece destaque, todavia, o aumento verificado na produtividade média, que, já na safra 1950/51, superava os 4.000 kg/ha e os 6.000 kg/ha na safra 1965/66.

Na safra 1980/81 ocorreu a grande corrida para a cebola, em virtude de um mercado excepcionalmente favorável em 1980. Naquele ano, a área cultivada situou-se próximo a 17.000 ha, tendo a produção ficado em torno de 152.000 t. Nos anos seguintes, assistiu-se a constantes aumentos de área e de produção - em decorrência, principalmente, das boas condições de mercado e da aceitação do bulbo catarinense - sendo que as eventuais reduções decorreram ou de problemas de ordem climática, ou de situações de mercado nem sempre propícias.

Ocupando apenas a quarta colocação entre os maiores produtores e respondendo por somente 6,47% da oferta nacional no período 1970/72, o estado catarinense mostrou um crescimento significativo no cultivo da olerícola, passando a ocupar lugar de destaque na produção brasileira de cebolas. Nos anos 86/88

respondeu por 27,6% da produção nacional e apresentou, no período 1970-88, a melhor taxa de crescimento, ou seja, 14,43% ao ano, bem acima, portanto, da média nacional (5,57%) e bastante superior ao desempenho mostrado pelos demais estados grandes produtores.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODÚZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1978/79 A 1988/89

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE	QTIDADE. (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1978/79	10.736	100	94.017	100	8.757	100
1979/80	12.307	115	103.605	110	8.428	96
1980/81	16.920	158	151.809	161	8.959	102
1982/83	11.380	105	113.745	121	9.983	114
1983/84	12.338	115	125.756	134	10.189	116
1983/84	12.157	113	111.116	118	9.140	104
1984/85	14.409	134	148.130	157	10.280	117
1985/86	16.678	155	148.426	158	8.899	102
1986/87	24.370	227	261.415	278	10.727	122
1987/88	21.856	204	211.697	225	9.686	111

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1979-88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Apesar dos graves problemas climáticos verificados durante todo o ciclo evolutivo da cultura, a última safra catarinense de cebola acabou por superar todas as expectativas pessimistas e constituir-se numa das maiores já obtidas no estado.

Os dados conclusivos, levantados pela Fundação IBGE, mostram que foram cultivados no estado 24.420 ha, que responderam por uma produção bruta de 207.587 t do bulbo. O rendimento médio obtido ficou em 8.500 kg/ha. As avaliações iniciais mostravam valores bastante superiores, os quais, no entanto, face à estiagem que assolou o estado no período de junho a setembro e que causou danos irrecuperáveis à cultura, não se confirmaram.

Comparados aos da safra precedente - 21.866 ha e 211.697 t de produção colhida - indicam pequena diminuição no volume produzido (não obstante um crescimento superior a 10% na área de cultivo), decorrente de condições climáticas não-propícias, observadas sobretudo por ocasião do transplante das mudas e, na fase de formação e crescimento dos bulbos.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A comercialização mundial da cebola registra um movimento de ofertas consideravelmente pequeno em comparação ao total anualmente produzido. Nos últimos anos, o volume internacional de vendas tem-se situado em nível inferior aos 2 milhões de toneladas do bulbo, o que representa, portanto, algo entre 7,0% e 8,0% da produção mundial.

No decorrer do ano de 1987, por exemplo, última informação disponível da FAO, o volume de produto importado ficou em 2.035.985 t, sendo que as exportações somaram 2.008.746 t. Os recursos movimentados foram da ordem de 661 e 467 milhões de dólares, respectivamente.

Os países maiores importadores, nesse mesmo ano, foram a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, os Estados Unidos, a França e a Malásia, enquanto nas exportações destacaram-se os Países Baixos, a Espanha, a Índia, o México e a Turquia.

A nível de Brasil, a comercialização ceboleira ainda enfrenta uma série de problemas. De maneira geral, o mercado opera com excesso de oferta, em decorrência do incremento da área de plantio verificado nos últimos anos, sobretudo em Santa Catarina, e da superposição das safras dos principais estados produtores.

Para uma demanda interna avaliada entre 500 e 550 mil toneladas/ano, o mercado, via de regra, opera com níveis de oferta líquida que superam as 600 mil toneladas.

Esse quadro, conforme já observado, acarreta perda de produto em volume acentuado, e, com isso, sérios prejuízos para a classe produtora.

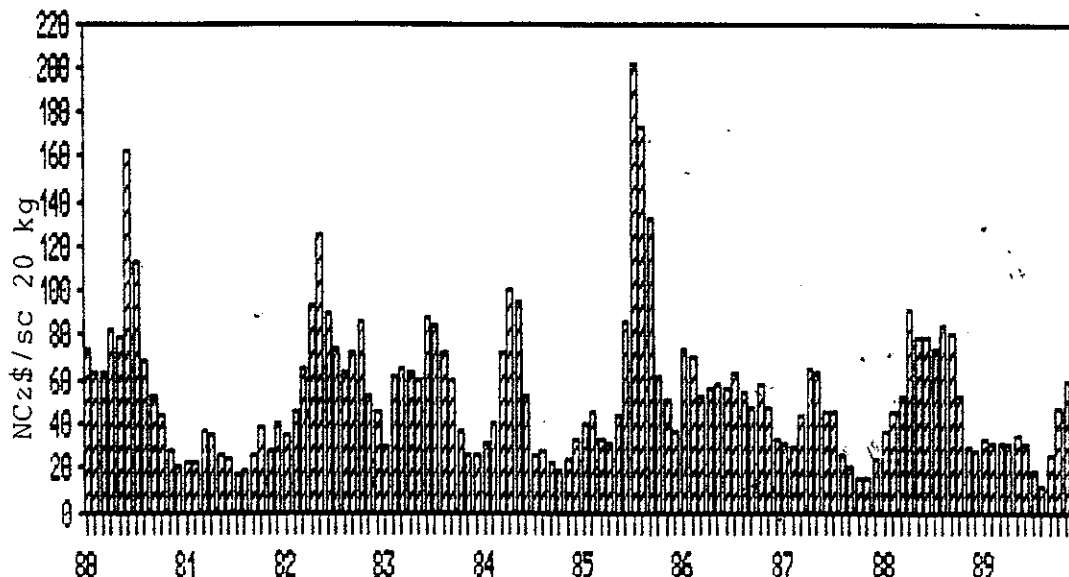
Ainda no corrente ano, apenas para exemplificar, o total de produto comercializado no país foi avaliado em algo próximo a 650 mil toneladas. Em consequência, gerou um mercado totalmente inverso àquele de 1988, operando normalmente com excesso de oferta e praticando preços muito aquém das expectativas.

O entreposto atacadista da CEAGESP, por exemplo, nos nove primeiros meses deste ano já acumulava um volume de oferta próximo a 70.000 t, ou seja, cerca de 12% a mais que o verificado em igual período de 1988.

Em contrapartida, os preços de comercialização, em igual tempo, registraram um crescimento de apenas 283%, enquanto que a inflação superou os 520%.

GRÁFICO 1

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO DA
CEAGESP - 1980-89



FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI,
da Fundação Getúlio Vargas.

Comparando, todavia, os valores de setembro/89 com aqueles verificados em mesmo tempo do ano passado, o quadro torna-se ainda mais prejudicado. O crescimento dos preços médios nesse período somou apenas 355%, enquanto a inflação acumulada ultrapassava os 1.100%.

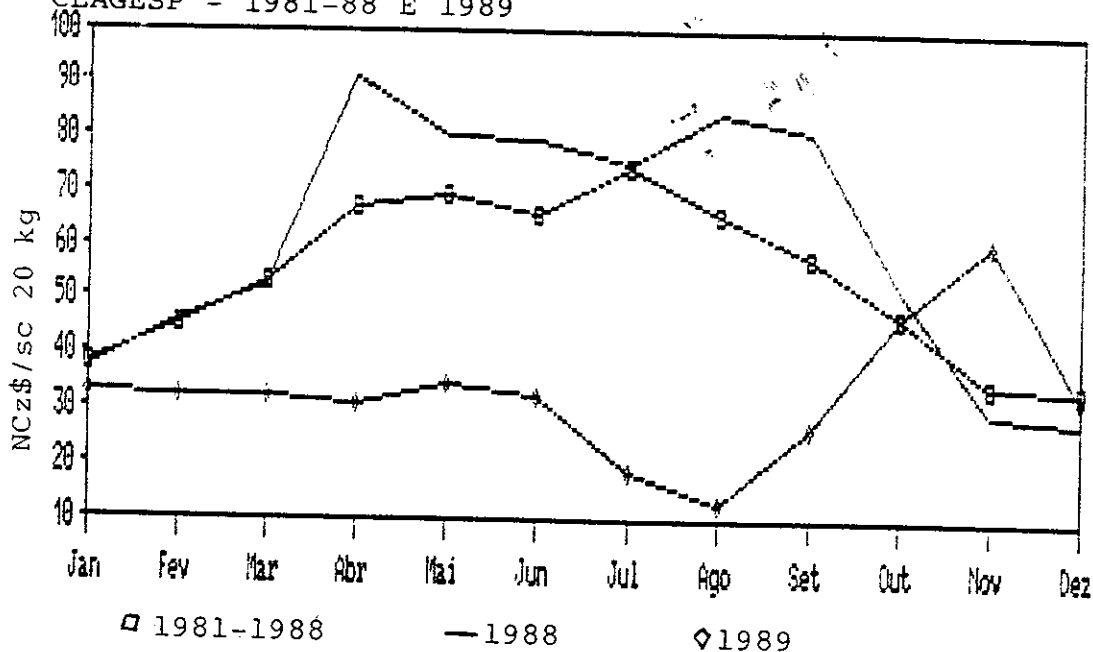
Somente a partir do final de setembro último e contrariando, de certa forma, o comportamento normal das tendências de mercado e preços, é que a comercialização do produto começou a se aquecer e as cotações a dar sinais de recuperação.

Esta situação de mercado foi creditada à sensível diminuição dos estoques do produto nas regiões paulistas Encosta Ocidental da Mantiqueira e Serra do Jaboticabal, em especial nos municípios de São José do Rio Pardo e Monte Alto, respectivamente (naquele momento os principais responsáveis pelo

suprimento das necessidades de consumo nacional), onde a safra de cebolas claras precoces encaminhava-se rapidamente para o seu término. Acresce-se também o fato de a safra de mudas de cebolas baías periformes da região de Paranapiacaba/Piedade/São Paulo (que a partir de outubro próximo passado passaria a atender ao abastecimento interno), recém tinha iniciado a sua colheita e, por isso, apresentava níveis de oferta ainda muito incipientes.

GRÁFICO 2

PREÇOS MÉDIOS REAIS ⁽¹⁾ MENSIS DA CEBOLA NO ATACADO DA CEAGESP - 1981-88 E 1989



FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Em termos de Santa Catarina, não obstante todos os problemas verificados no decorrer do ciclo da cultura, e já amplamente enumerados, o desempenho da última safra acabou por superar as expectativas, com a produção ultrapassando as 207.000 t do bulbo.

Do volume em questão, 20.000 t destinaram-se ao atendimento das necessidades internas do estado e à reserva de bulbos, com vistas à produção de sementes; 57.587 t foram

perdas nas fases de colheita e armazenamento e 130.000 t representaram a disponibilidade líquida ofertada em outros estados.

Nem tudo, entretanto, se traduziu em euforia na atividade ceboleira catarinense neste ano. A despeito do menor custo de produção, quando comparado ao despendido pelos agricultores dos demais grandes estados produtores, a última campanha ceboleira foi totalmente desastrosa. A comercialização registrou um quadro extremamente desfavorável, mostrando-se bastante conturbada e remunerando muito aquém das expectativas dos produtores.

Essa situação decorreu da redução da demanda face à perda do poder de compra, das medidas econômicas advindas do Plano Verão e, principalmente, do sensível incremento de produto verificado nas três últimas safras brasileiras, as quais se traduziram em recordes nacionais na oferta do bulbo.

A superposição das safras do Sul e do Sudeste também concorreu para o agravamento do quadro de mercado e resultou na retenção do produto por parte de muitos agricultores locais, os quais, ainda no decorrer do mês de maio/89 - portanto, cinco meses após o término da colheita - foram os responsáveis por quase 50% do abastecimento nacional. Por outro lado, contribuiu para o aumento do percentual de perdas de armazenamento, que somou 27,7% do total colhido no estado.

Os piques de oferta de cebola catarinense neste ano, diferentemente das safras de mercado normal, ocorreram nos meses de março e abril, quando cerca de 50% da disponibilidade do estado foi comercializada.

Com base nas vendas processadas através das principais centrais de abastecimento do país e nas informações disponíveis nas zonas produtoras, o escalonamento das remessas mensais para o mercado nacional, relativamente à última safra catarinense, foi estimado pelo Instituto CEPA/SC conforme a tabela 5.

TABELA 5

ESTIMATIVAS DE FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA PRODUÇÃO DE CEBOLA
EM SANTA CATARINA - 1988/89

MÊS	QUANTIDADE (t)	DISTRIBUIÇÃO (%)
Novembro/88	650	0,50
Dezembro/88	2.600	2,00
Janeiro/89	13.000	10,00
Fevereiro	23.400	18,00
Março	35.100	27,00
Abril	29.900	23,00
Maio	19.500	15,00
Junho	5.200	4,00
Julho	650	0,50
TOTAL	130.000	100,00

FONTE: Instituto GEPA/SC.

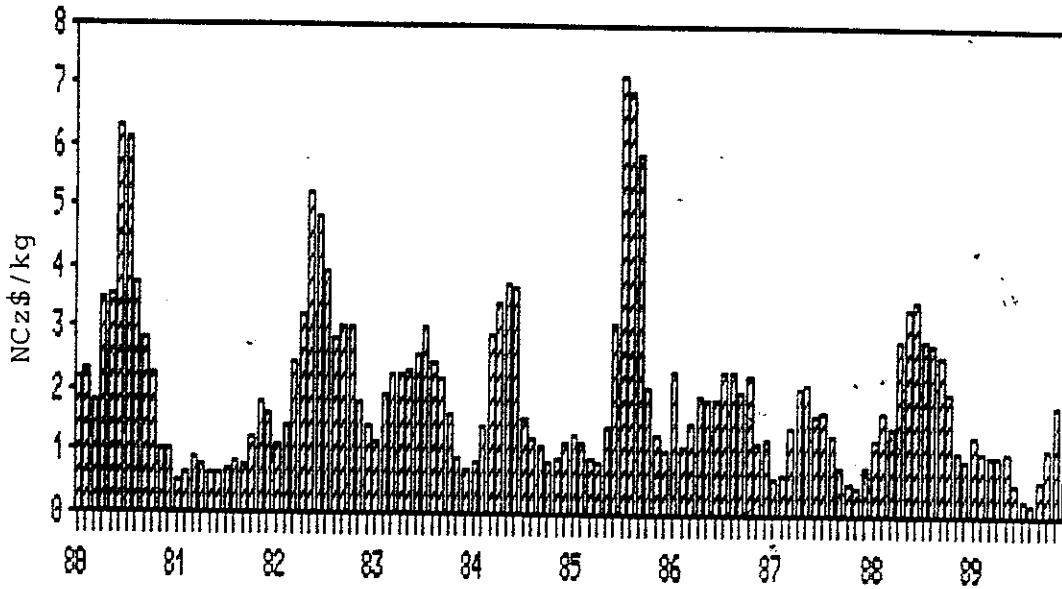
Com relação aos preços de venda praticados nesta safra, ressaltase que foram os mais baixos dos últimos dez anos.

A avaliação final da comercialização processada pela Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí - CRAVIL, de acordo com dados fornecidos pela mesma fonte mostra um preço médio ponderado de apenas NCz\$ 0,20/kg, ou seja, registrou um crescimento de apenas 566% sobre a cotação média da safra anterior.

Extrapolando-se esse valor para o montante geral da comercialização estadual neste último ano, verifica-se, não obstante todos os entraves ocorridos, que esta safra ceboleira gerou para o setor agrícola catarinense recursos da ordem de vinte e seis milhões de cruzados novos.

GRÁFICO 3

PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSUAIS DA CEBOLA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-89

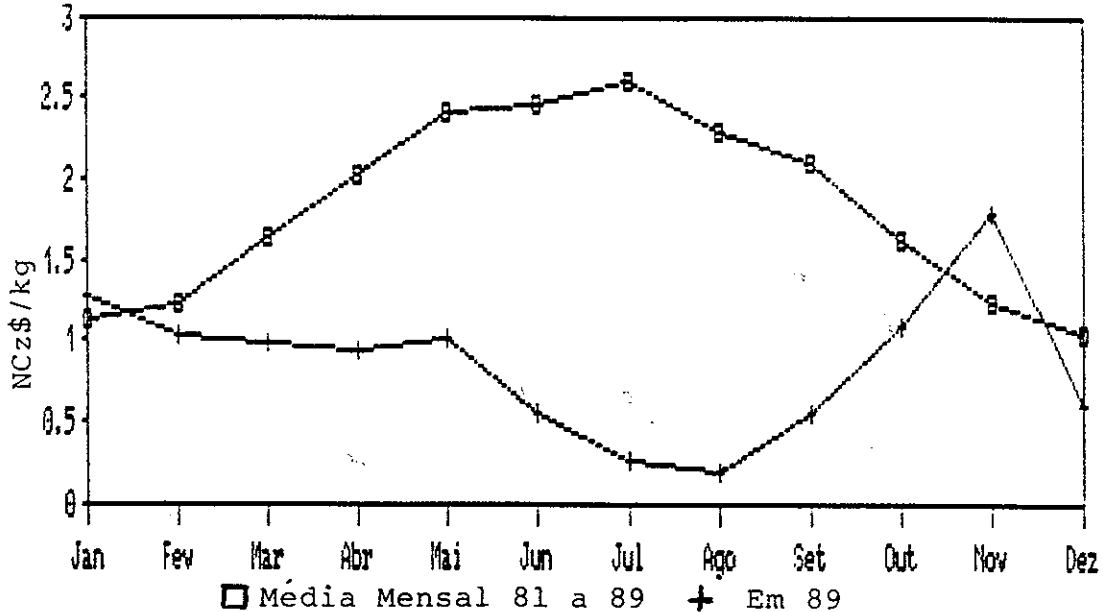


FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 4

PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSUAIS DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - 1981-89 E 1989



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Paralelamente à comercialização do remanescente de produção da safra 1988/89, os produtores locais dão início, a partir dos meses de abril/maio, aos preparativos do novo plantio.

Não obstante os alertas sobre os riscos da expansão exagerada da cultura, os protestos dos cebolicultores dos demais estados quanto à não-observância local das metas do PRONACE - Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas - que prevê para o estado uma área máxima de 14.000 ha, e o péssimo resultado financeiro da última safra, cujo registro de preços recebidos atesta ter sido essa a pior campanha dos últimos anos, mais uma vez se deverá presenciar a aumentos de área e de produção de cebolas em Santa Catarina.

A falta de opção de cultivo de inverno e os baixos custos de implantação da cultura são fatores que estimulam as constantes evoluções da área plantada.

Chegou-se mesmo a acreditar, num primeiro momento, que o "desastre" da última comercialização interna serviria de pretexto e motivação para uma eventual redução da área cultivada.

Os primeiros levantamentos sobre as intenções de plantio da safra deste ano agrícola de 1989/90, no entanto, revelaram uma situação exatamente oposta, ou seja, de aumento da cultura.

Com efeito, às últimas avaliações oficiais da Fundação IBGE/GCEA, processadas nas principais regiões produtoras do estado, indicavam uma tendência de cultivo da ordem de 28.900 ha, ou seja, 18% a mais que na safra passada. A produção esperada, por outro lado, considerando-se uma produtividade média de apenas 10.000 kg/ha, é calculada em 289.000 t. Esse volume representa um crescimento de quase 40% em relação à colheita precedente e levanta sérias interrogações sobre o resultado da próxima comercialização.

As condições climáticas reinantes no decorrer desta safra foram consideradas favoráveis. Permitiram, sempre, a execução das diversas tarefas e tratos culturais dentro do cronograma previsto, proporcionando, dessa forma, excepcional desenvolvimento dos campos ceboleiros.

As primeiras operações de colheita aconteceram a partir da segunda quinzena do mês de novembro, sendo o produto comercializado na faixa de NCz\$ 3,00/kg.

A efetivação do volume previsto a colher nesta safra em Santa Catarina representará uma disponibilidade líquida para a exportação entre 170 e 180 mil toneladas de cebolas.

2.6. FEIJÃO

1. INTRODUÇÃO

Cultivado principalmente em países ditos menos desenvolvidos, o feijão encontra no Brasil um bom nível de demanda, tanto que é o segundo produtor mundial. Consumida por praticamente toda a população, a leguminosa é cultivada em todos os estados brasileiros. A diversidade de climas no país, por sua vez, proporciona condições para que o plantio se estenda por praticamente todo o ano. Assim é que, às duas safras tradicionais, já se soma uma terceira, dita de inverno, ou irrigada, que, embora ainda em pequena escala, vem apresentando avanços razoáveis nos últimos anos, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esta característica, por sinal, é um fato que não só vem reduzindo os períodos chamados de entressafra, como também tem colaborado para que não ocorram interrupções muito acentuadas de fornecimento no transcorrer do ano.

Em Santa Catarina, o plantio do feijão é efetuado por aproximadamente 159.000 produtores (pequenos, na grande maioria) e se concentra principalmente no primeiro período (safra das águas), quando é semeado, conforme a safra, de 60% a 70% do total da área cultivada durante o ano. Essa maior concentração ocorre principalmente neste período (set/nov) porque as condições de clima permitem o cultivo em todas as microrregiões homogêneas do estado. Já na safrinha, cujo plantio se processa entre janeiro e fevereiro, a redução da área semeada decorre de limitações climáticas (frio) que não permitem a semeadura em algumas regiões, principalmente nas do planalto.

Em termos espaciais, a produção da primeira safra concentra-se nas microrregiões Colonial do Oeste, Campos de Curitiba, Planalto de Canoinhas, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí e Campos de Lages. Já na segunda safra, destacam-se a Colonial do Oeste e, em menor escala, a

Carbonífera, Colonial do Rio do Peixe, Litoral Sul Catarinense e Colonial do Alto Itajaí.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de feijão tem oscilado nos últimos anos entre 13,4 e 15,5 milhões de t, evidenciando a pequena significância do produto na produção mundial de grãos. Por outro lado, ao se analisar o quadro dos principais países produtores (tabela 1), fica evidente, exceto para os Estados Unidos, que o cultivo é efetuado principalmente nos chamados países menos desenvolvidos. Além disso, o pequeno mercado internacional e o direcionamento da produção para o consumo interno dos próprios países produtores são fatores que não só limitam a expansão de cultivo da leguminosa, como, também, não estimulam a divulgação mais sistemática de informações sobre a produção global. Esta última restrição, por sinal, fez com que, já ao final do ano, ainda não se dispusesse de um referencial mais consistente quanto ao volume colhido em 1989. De qualquer forma, acredita-se que o quadro não seja muito diferente do registrado em 1988. Por outro lado, é certo que o Brasil, embora com uma safra menor do que no ano passado, continuou como o 2º produtor mundial, perdendo somente para a Índia.

No Brasil, o volume colhido situou-se, segundo a publicação do IBGE/CEPAGRO de outubro, em aproximadamente 2,33 milhões de toneladas, ou seja, num nível bem inferior (cerca de 16%) ao de 1988. Este decréscimo deveu-se principalmente à sensível queda da produção da primeira safra do Centro-Sul que, por sua vez, foi decorrente de as estiagens do segundo semestre de 1988 terem não só inviabilizado parte do plantio, como, também, prejudicado o desenvolvimento das lavouras, principalmente no Paraná e em São Paulo. Além disso, o plantio da segunda safra também foi um pouco prejudicado pelo atraso na fixação do VBC e na liberação dos créditos de custeio, o que acarretou uma leve redução na área plantada (menos 6% em relação à anterior) e, conseqüentemente, no volume colhido. A produção global do país só não foi ainda menor porque o cultivo

de inverno apresentou um bom crescimento tanto na área quanto na produção, que atingiu aproximadamente 167,7 mil t, contra 147,0 mil em 1988.

TABELA 1

PRODUÇÃO MUNDIAL DE FEIJÃO, A NÍVEL DE CONTINENTE E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1979-81 E 1986-1988

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)			
	1979-81	1986	1987	1988
ÁFRICA	1.524	1.753	1.651	1.678
AMÉRICA CENTRAL E DO NORTE	2.621	2.560	2.664	2.424
. México	1.015	1.085	1.023	1.075
. USA	1.210	1.039	1.175	872
AMÉRICA DO SUL	2.724	2.799	2.561	3.549
. Argentina	202	240	200	205
. Brasil	2.185	2.209	2.008	2.941
. Chile	113	89	81	100
ÁSIA	5.818	6.041	5.586	7.091
. China	1.748	1.523	1.428	1.629
. Índia	2.581	3.077	3.321	3.500
EUROPA	728	888	773	724
. Romênia	99	282	248	225
OCEANIA	3	5	8	7
URSS	84	75	71	60
MUNDO	13.482	14.482	14.315	15.533

FONTES: FAO, Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, v.2, n.1-4, 1989.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (1a. E 2a. SAFRAS) SEGUNDO AS REGIÕES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1987/88 E 1988/89

REGIÃO	(em mil t)			
	PRIMEIRA SAFRA		SEGUNDA SAFRA	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Norte/Nordeste	634,3	363,6	516,4	524,8
Sudeste	282,1	233,5	231,6	206,8
Sul	778,1	491,6	340,6	369,9
Centro-Oeste	17,1	13,5	100,5	130,1
TOTAL BRASIL	1.711,6	1.102,2	1.189,1	1.231,6

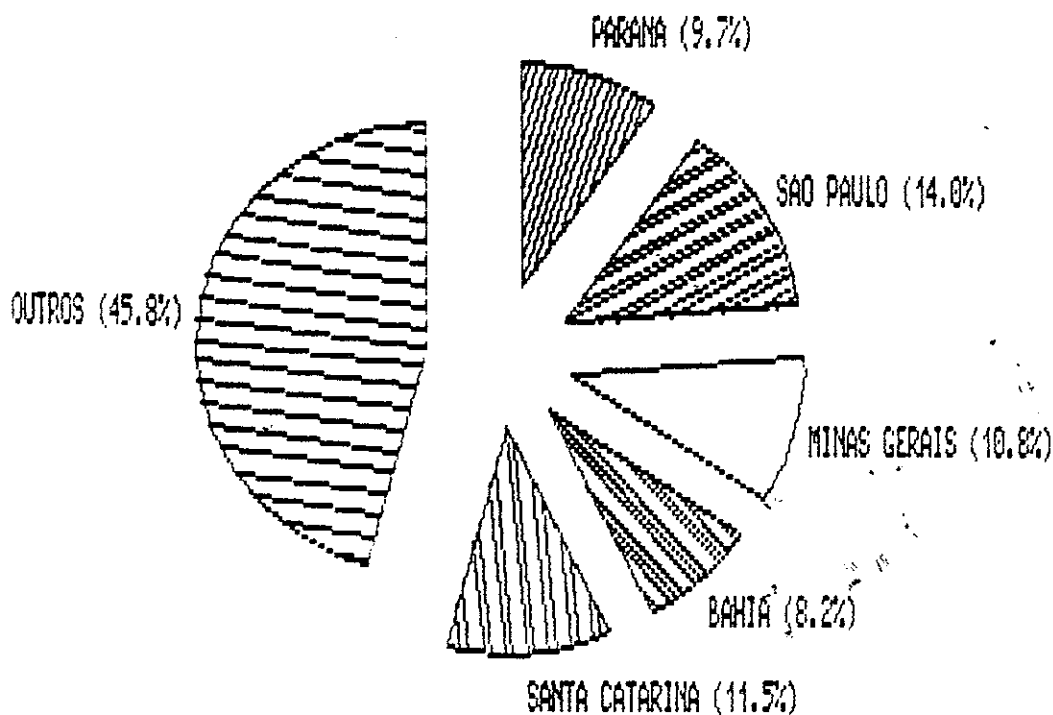
FONTES: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Na segunda safra está computada a produção da safra de inverno.

GRÁFICO 1

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE FEIJÃO - SAFRA 1988/89



FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov.1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

A produção catarinense de feijão nos dois cultivos da safra 1988/89 situou-se em 269,0 mil t. Apesar de a primeira safra não ter externalizado todo o seu potencial, devido às estiagens dos últimos meses de 1988 (a produção foi de somente 186,6 mil t, contra 216,0 mil t em 1988), o volume total colhido no estado assemelhou-se ao do ano anterior (265,5 mil t), graças ao razoável desempenho da safrinha. Esta, embora tenha sofrido alguns entraves com o excesso de chuva, principalmente na região oeste, alcançou 82,2 mil t, ou seja, foi uma das melhores dos últimos anos. Com esse volume, Santa Catarina participou com cerca de 11,5% da produção nacional e situou-se como o 2º produtor brasileiro de feijão, ficando atrás somente de São Paulo. Registre-se que o Paraná, tradicionalmente o 1º produtor, caiu, em decorrência dos problemas anteriormente citados, para a 5ª. colocação.

TABELA 3

QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (1ª. SAFRA E SAFRINHA) POR
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88
E 1988/89

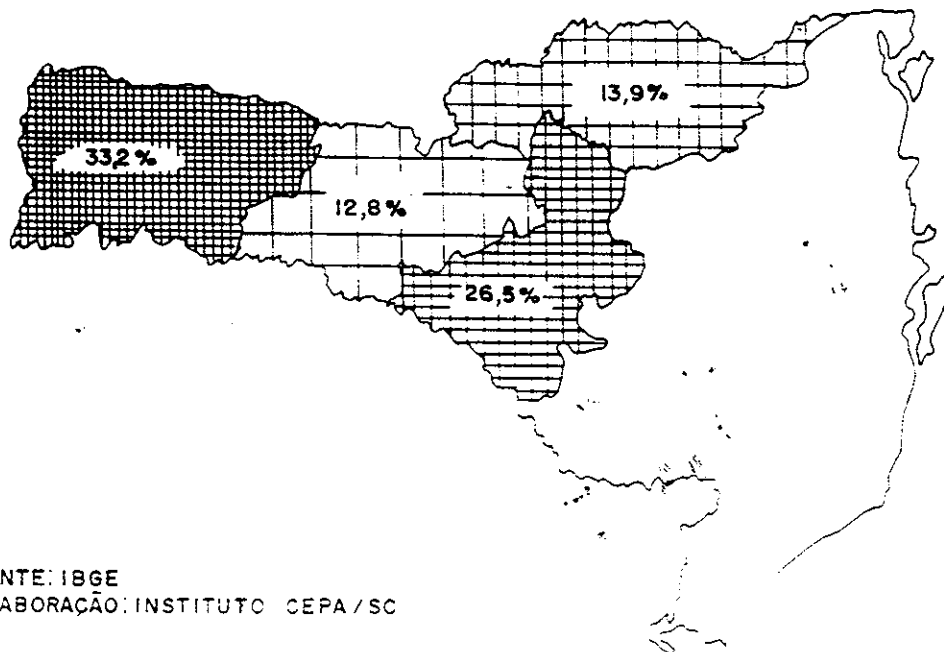
MICRORREGIÃO	(em t)			
	PRIMEIRA SAFRA		SAFRINHA	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Col. de Joinville	230	158	120	270
Lit. de Itajaí	223	247	204	262
Col. de Blumenau	1.791	1.591	854	1.104
Col. de Itajaí do Norte	1.221	810	1.110	1.035
Col. do Alto Itajaí	10.948	6.570	3.177	3.913
Florianópolis	523	414	481	685
Col. Serrana Catar.	3.150	3.004	784	1.523
Lit. de Laguna	365	247	641	453
Carbonífera	6.972	2.798	2.472	10.690
Lit. Sul Catar.	894	537	1.235	4.297
Col. Sul Catar.	1.260	1.340	1.395	2.772
Campos de Lages	5.668	7.834	-	-
Campos de Curitibanos	37.832	49.430	360	-
Col. do Rio do Peixe	22.344	23.735	3.068	5.126
Col. Oeste Catar.	86.907	61.998	33.505	48.978
Planalto de Canoinhas	35.672	25.889	115	1.123
TOTAL DO ESTADO	216.000	186.602	49.521	82.231

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1988.

Fundação IBGE/GCEA-SC, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

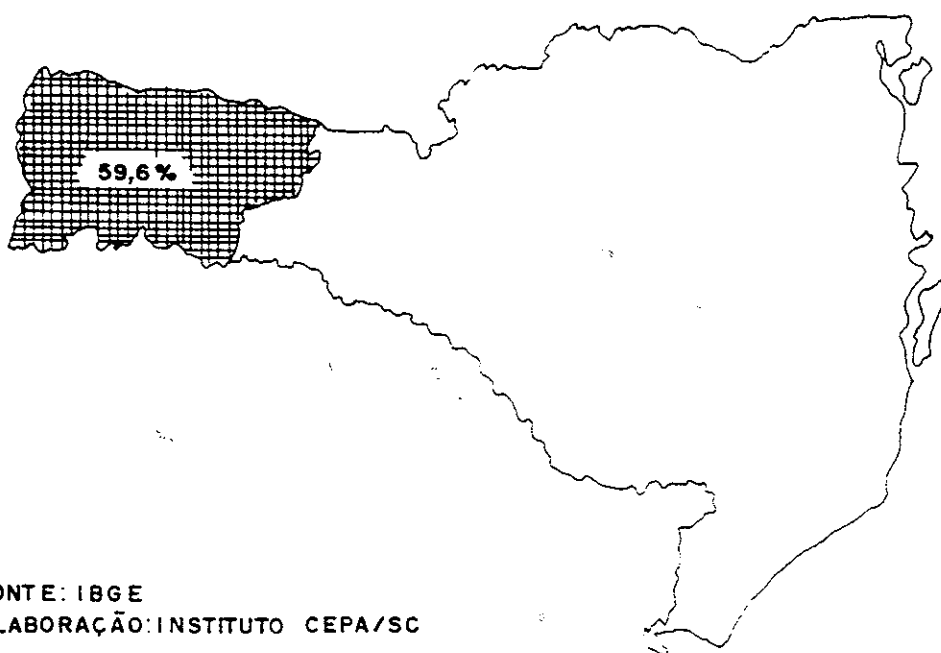
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO
1ª SAFRA EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

MAPA 2 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO
2ª SAFRA EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO

Apesar de a produção de feijões-de-cor ter sido menor do que o potencial de consumo, o abastecimento transcorreu normal, isto foi possível graças à existência de um razoável excedente de safras anteriores, que permitiu que a oferta se mostrasse compatível com a demanda, cujo nível se assemelhou ao de 1988. A carência que chegou a ser visualizada em maio/junho, quando do final da colheita da segunda safra no Sul e no Sudeste, foi devida muito mais aos efeitos do tabelamento do produto no varejo - o que acarretou falta do produto nas gôndolas dos supermercados - do que por falta efetiva do produto. Aquela situação, no entanto, foi superada em seguida, não só com a liberação dos preços em junho, como também com o prosseguimento da colheita das safras do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, e, posteriormente, com o início da entrada da produção do Nordeste. Colaborou, ainda, para a normalidade do suprimento, a boa produção da safra de inverno, que supriu grande parte da demanda paulista nos meses de agosto/setembro e parte de outubro.

No caso do feijão-preto, a situação do abastecimento mostrou-se bastante crítica. Além da expressiva quebra da produção, o baixo nível dos estoques iniciais e as dificuldades de importação - em face da pouca disponibilidade do produto nos países vizinhos - foram alguns dos fatores que geraram uma expressiva redução da oferta, principalmente no período setembro/dezembro. Conseqüentemente, a demanda teve de adequar-se às disponibilidades internas, o que acarretou uma diminuição de consumo da ordem de 13% em relação ao registrado em 1988.

A tabela 4, além de ilustrar com bastante clareza o que se acaba de descrever, indica também que os estoques de passagem ficaram praticamente a zero, tornando o abastecimento do próximo ano bastante vulnerável e extremamente dependente de boas produções tanto na primeira quanto na segunda safra do período 1989/90.

TABELA 4

SUPRIMENTO/DEMANDA A NÍVEL DE BRASIL - SAFRAS 1987/88 E
1988/89

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)					
	SAFRA 1987/88			SAFRA 1988/89(1)		
	Cores	Preto	Total	Cores	Preto	Total
Estoque inicial (01.11.88)	20.1	86.2	106.3	225.90	39.40	265.30
Produção	2,328.8	423.2	2,752.0	2036.70	349.70	2386.40
1. Safra	803.8	376.6	1,180.4	545.60	277.30	822.90
2. Safra	1,525.0	46.6	1,571.6	1491.20	72.40	1563.60
Importação		10.0	10.0		25.00	25.00
Suprimento	2,348.9	519.4	2,868.3	2262.60	414.10	2676.70
Consumo	2,120.0	480.0	2,600.0	2185.90	414.10	2600.00
Excedente	228.9	39.4	268.3	76.70	0.00	76.70
Exportação	3.0	-	3.0			
Estoque final. (31.10.89)	225.9	39.4	265.3	76.70	0.00	76.70
Estoque Final/ Cons. Mensal	1.3	1.0	1.2	0.4	0.0	0.4

FONTE: GFP/DAEP/SUPRA (13/09/89).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados estimados sujeitos a retificação.

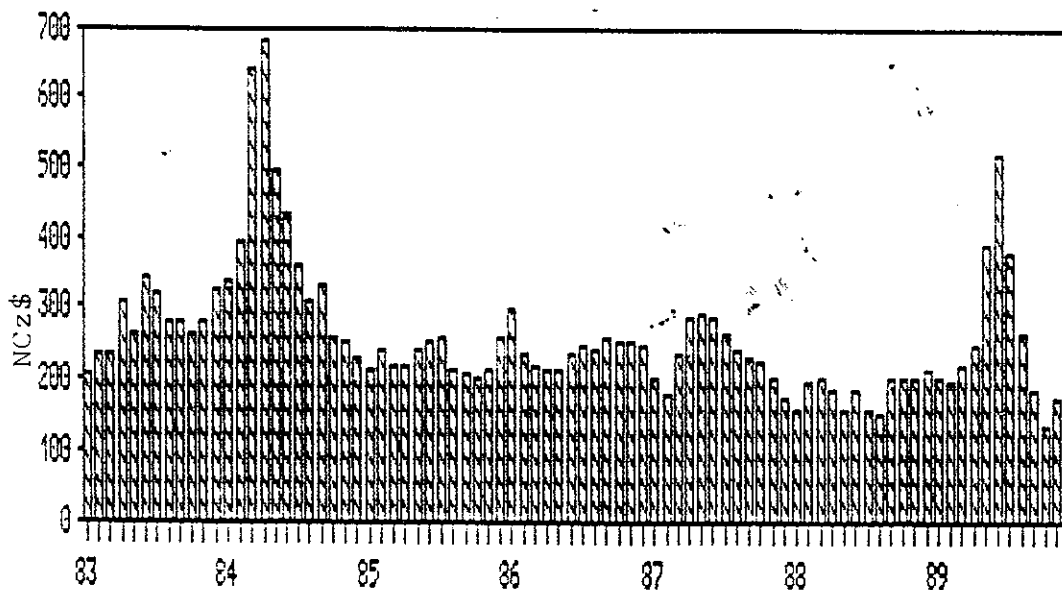
4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O mercado interestatual de feijão-carioca, após ter sofrido uma pequena retração no início do Plano Verão, apresentou um expressivo fortalecimento até junho. As cotações, após terem iniciado o ano relativamente firmes e praticamente estabilizadas nos primeiros trinta dias do congelamento, voltaram a crescer a partir de meados de fevereiro. A expectativa de escassez em face da entressafra e a própria folga embutida na tabela de preços, com um primeiro ajuste em março (de NCz\$ 0,87 para NCz\$ 0,94/Kg), permitiram ao mercado operar com altas moderadas até o final daquele mês. A partir de então, o crescimento das cotações acentuou-se significativamente, seja pela pouca expressiva produção da segunda safra do Centro-Sul e acentuada retração dos vendedores, como, e principalmente, porque o engessamento dos preços, mesmo com o novo ajuste de 25% ao final de maio, acarretou um quadro de desabastecimento nos supermercados. Além disso, a grande demanda por parte dos estados do Nordeste e as incertezas quanto ao quadro de suprimento futuro também colaboraram para sustentar o mercado. A situação somente começou a se normalizar em junho, após a liberação total dos preços. Mesmo assim, o fim do tabelamento ainda provocou uma certa "puxada" das cotações em razão da

reativação das compras por parte dos supermercados. Como decorrência deste expressivo aquecimento, o nível real dos preços em junho (gráfico 2) foi o maior registrado desde meados de 1984.

GRÁFICO 2

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1983-89



FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

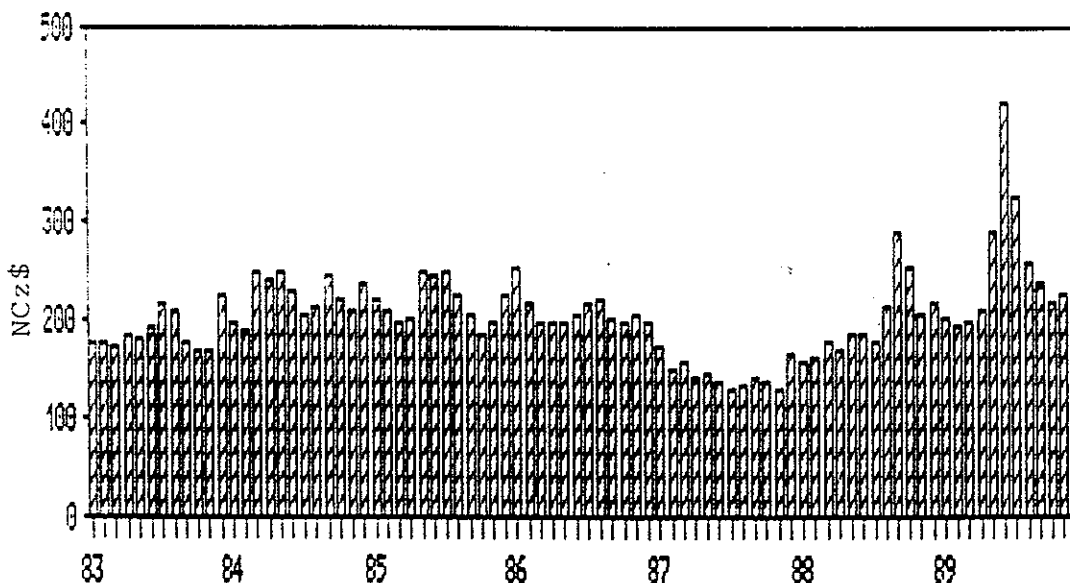
De julho em diante, o mercado entrou num processo de gradativo declínio. O aumento da oferta com o início da colheita da safra do Nordeste e o bom desempenho da safra de inverno, além do desinteresse dos atacadistas na formação de estoques (devido às altas taxas de juros), levaram a um gradativo enfraquecimento do mercado, que acusou sucessivas quedas reais das cotações até outubro, quando da entrada das primeiras colheitas da nova safra. Em novembro, entretanto, com o início da operacionalização do novo preço mínimo, as cotações voltaram a apresentar uma pequena recuperação pelo fato de o mercado ter-se ajustado ao patamar de garantia do governo.

O mercado de feijão-preto, relativamente estável nos primeiros sessenta dias do "Plano Verão", também se mostrou

firme no transcorrer do segundo trimestre do ano. Os preços, ainda que sem a mesma intensidade dos do carioca, também apresentaram crescimentos expressivos até junho, quando, em termos reais (gráfico 3), seus níveis alcançaram os patamares mais altos dos últimos anos. A perspectiva de aperto da oferta, em face da sensível queda da produção da safra do Paraná e os problemas enfrentados com o tabelamento dos preços no varejo, foram os principais fatores reportados como influenciadores desta tendência. A partir de julho, no entanto, o mercado voltou a cair. Mesmo com o gradativo crescimento das deficiências de abastecimento, os preços apresentaram sucessivos recuos, até início de outubro, quando, face à crítica situação da oferta, seus níveis voltaram a apresentar crescimento real. Este comportamento, que parece discrepante, foi creditado tanto às restrições ao consumo, que esbarrou no poder aquisitivo, quanto à substituição do uso deste tipo de produto por feijões de cor, cuja oferta e preço apresentaram-se mais favoráveis. É de se salientar, também, que as cotações do feijão-preto, tradicionalmente inferior às do carioca, a partir de meados de agosto ultrapassaram as deste último.

GRÁFICO 3

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1983-89



FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

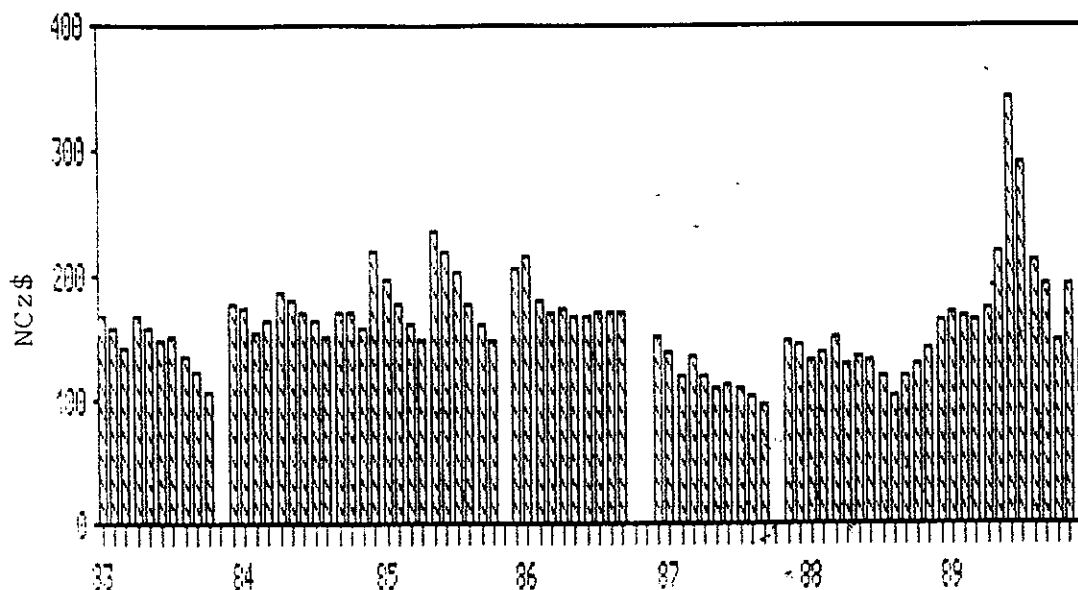
(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

O mercado atacadista catarinense mostrou uma tendência semelhante à registrada no atacado interestadual. A movimentação da produção foi normal, com a maior parte do produto escoada no transcorrer do 1º semestre. Este comportamento, habitual para o estado por ser um tradicional exportador de feijão para outras unidades da Federação, foi reforçado neste ano pelo bom desempenho da comercialização e pelos altos juros que estimularam a "desova" da produção. O bom desempenho da comercialização e a evolução favorável dos preços, por sinal, desobrigou o governo de intervir na compra da safra estadual. Em face disso, a GFP não só não adquiriu nenhum produto neste ano, como pôde "desovar" os estoques remanescentes de outras safras ainda depositadas no estado (cerca de 18 mil t).

Esta situação favoreceu os produtores catarinenses, uma vez que a firmeza do mercado se refletiu nos preços por eles recebidos. As cotações do feijão-carioca a nível de fazenda, após se terem situado em aproximadamente NCz\$ 34,00/sc em dezembro/88 e apresentado gradativo crescimento até abril, experimentaram um expressivo crescimento nos dois meses subsequentes, fechando o primeiro semestre próximo a NCz\$ 110,00/sc. O feijão-preto também apresentou um comportamento semelhante, crescendo, no mesmo período, de NCz\$ 19,00 para NCz\$ 100,00/110,00 por saca. De qualquer forma, é de salientar que os preços, em termos reais (gráficos 5 e 6), foram os mais favoráveis dos últimos anos, o que se traduziu em expressivos ganhos para os agricultores. Salienta-se que a queda real experimentada pelos preços no transcorrer do segundo semestre não teve reflexos a nível de produtor, uma vez que neste período praticamente já não existia mais produto por comercializar.

GRÁFICO 4

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO RECEBIDOS
PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1983-89

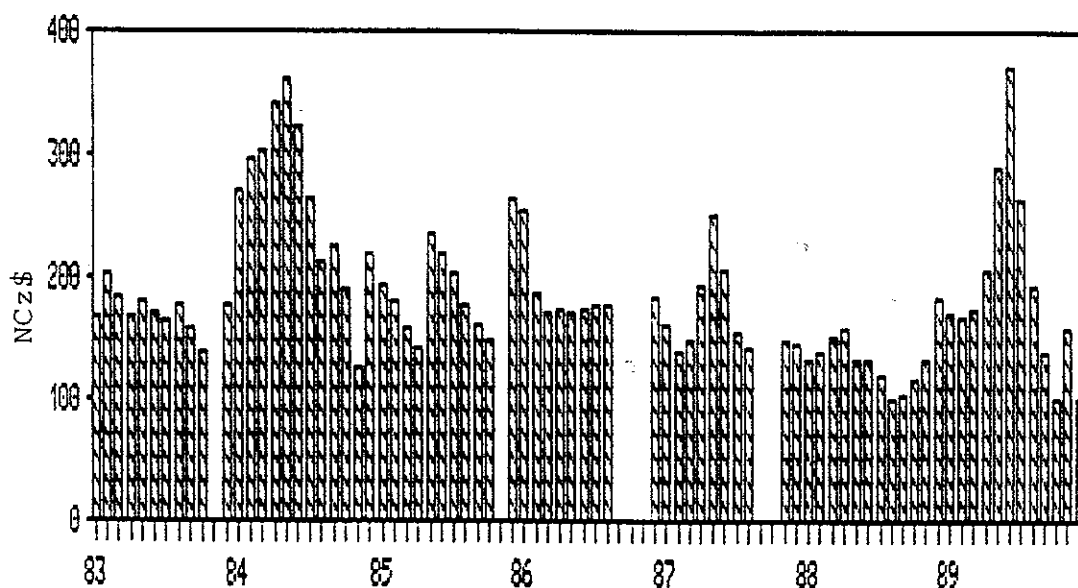


FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 5

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA RECEBIDOS
PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1987-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

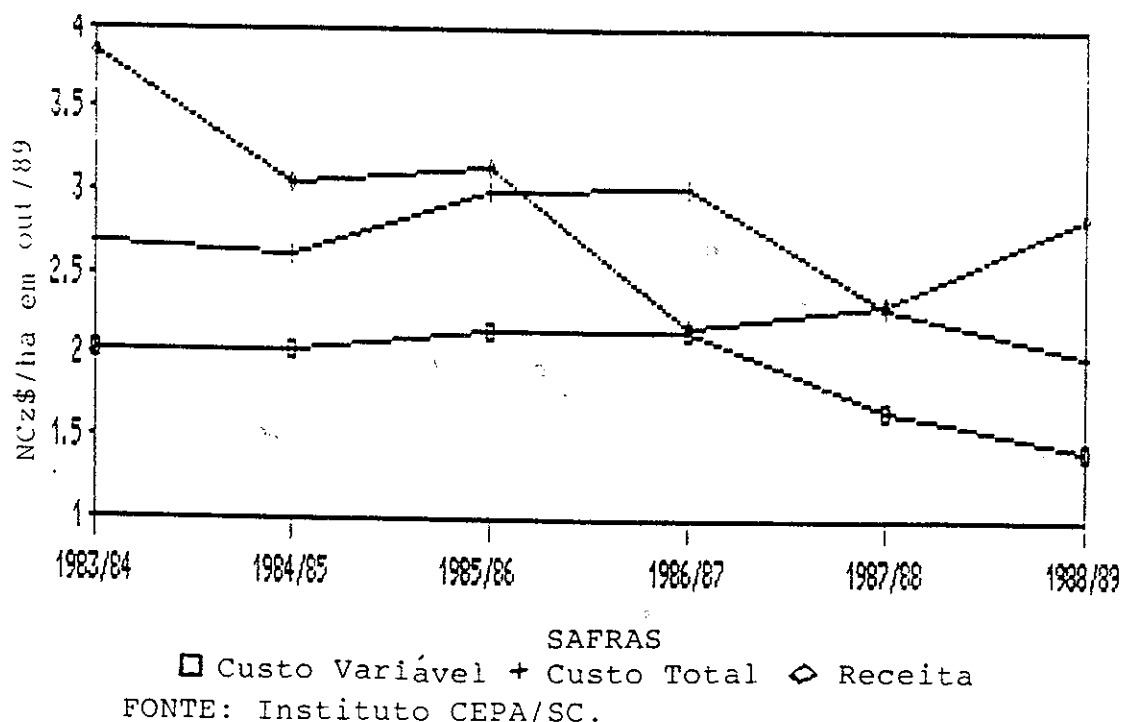
(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A rentabilidade da cultura do feijão, já positiva na primeira safra de 1987/88, melhorou expressivamente em 1988/89. Além de os custos de produção, notadamente os das lavouras de maior tecnologia, se terem mostrado levemente inferiores aos da primeira safra do ano anterior, os preços recebidos pelos produtores cresceram acentuadamente, proporcionando ganhos líquidos bastante expressivos aos agricultores. O gráfico 6, que atualiza monetariamente tanto os custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA/SC (em outubro dos diversos anos), quanto os preços recebidos nos meses de janeiro dos anos subsequentes, mostra, do período em análise, que a safra mais recente foi a que proporcionou uma das melhores rentabilidades aos produtores. Este fato, por sinal, aliado ao estabelecimento de um preço mínimo bastante razoável (mais 25% reais sobre os de garantia da safra anterior), estimulou o cultivo da nova safra, cuja área apresentou um incremento superior a 8% em relação ao da primeira safra de 1988/89.

GRÁFICO 6

CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1988/89



6. PERSPECTIVAS

Os levantamentos sobre as intenções de plantio da primeira safra de feijão do Centro-Sul (1989/90) acusaram, em dezembro, uma tendência de crescimento entre 12% e 18% em relação ao 1,35 milhão de ha cultivados no período precedente. Apesar de alguns entraves climáticos no transcorrer da semeadura, a perspectiva ao final do ano era de uma produção próximo a 1,0 milhão de t, contra somente 773,0 mil t em 1988/89.

Esta projeção, no entanto, não se concretizará, pois o excesso de chuvas do início de 90 poderá reduzir a produção regional para os mesmos níveis da safra anterior. Diante disso, mesmo que a safra de Irecê (BA) apresente um bom resultado, a perspectiva é de certa escassez de oferta de feijões-de-cor entre março e abril, quando do início da colheita da segunda safra, período em que os preços poderão novamente acusar um crescimento substancial. Daí em diante, o abastecimento dependerá do desempenho da segunda safra e da safra de inverno. O suprimento de feijão preto, por sua vez, poderá tornar-se bastante crítico, principalmente no transcorrer do segundo semestre. A inexistência de estoques oficiais e a quebra das safras do Paraná e de Santa Catarina (os dois maiores produtores deste tipo), são os principais responsáveis por esta provável deficiência. Este quadro, por conseguinte, prevê que o mercado do feijão-preto será firme no transcorrer do ano.

A safra catarinense, por sua vez, apresenta um crescimento de área estimado em pouco mais de 8% em relação aos 273.000 ha plantados no ano anterior. O bom comportamento da comercialização ao longo do primeiro semestre de 1989 foi o principal impulsionador das intenções de plantio. A produção, inicialmente estimada em pouco menos de 240.000 t, deverá acusar uma quebra significativa (cerca de 25%) por causa do excesso de chuvas em janeiro. Apesar disso, o estado continuará como exportador da leguminosa, já que seu consumo total é de pouco mais de 130.000 t/ano. Em termos de rentabilidade, acredita-se que a mesma continuará positiva para os agricultores catarinenses, uma vez que a quebra da primeira safra do Centro-Sul tende a sustentar os preços.

2.7. FUMO

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, tradicionalmente, destaca-se no cenário internacional como segundo maior exportador e quarto produtor mundial de fumo em folha. Na safra em andamento, poderá superar a produção da Índia, ficando na terceira posição, atrás da China e dos Estados Unidos.

Trata-se de uma cultura importante no contexto sócio-econômico do país. Em 1988, para um total de 1,91 trilhão de cruzados arrecadados com o IPI, o fumo respondeu por aproximadamente 20%, ou seja, 380,9 bilhões de cruzados. Além disto, na atividade agrícola propriamente dita estão envolvidas aproximadamente 186 mil famílias.

A produção brasileira está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia. Na safra 1988/89, os três estados do Sul responderam por cerca de 90% da produção nacional.

O plantio de fumo na Região Sul envolve cerca de 111 mil famílias. Segundo informações da AFUBRA e ABIFUMO, o perfil da propriedade do fumicultor de estufa desses três estados é o seguinte: área com fumo: 2,3 ha; lavouras anuais: 5,4 ha; lavouras permanentes: 0,7 ha; pastagens: 3,3 ha; floresta de toda natureza: 6,2 ha; áreas em descanso e inaproveitáveis: 3,1 ha, somando uma área total de 21 ha.

Os principais tipos de fumo produzidos na Região Sul são o Virgínia, o Burley, o Amarelinho e o Galpão Comum. O fumo Amarelinho destina-se à fabricação de cigarros nacionais. O Virgínia destina-se, em grande parte, às exportações, sendo a outra parte utilizada para a fabricação de cigarros nacionais. O Burley destina-se tanto à exportação como à fabricação de cigarros nacionais.

Na Região Nordeste predomina a produção de fumos escuros destinados à fabricação de charutos, cigarrilhos, cigarros escuros e fumo em corda.

Em Santa Catarina, segundo as informações do Censo Agropecuário de 1980, a cultura envolvia 36.583 produtores, cultivando uma área de 87.122 ha. Atualmente, o número de produtores catarinenses que plantam fumo está estimado entre 45 e 50 mil.

Segundo a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1988-89, volume 2, em 1988 o fumo foi responsável por 5,9% do valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária, situando-se como o 7º produto mais importante, superado apenas pelos valores da avicultura, milho, suinocultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite e soja.

2. PRODUÇÃO

Apesar de ser uma lavoura presente em mais de 100 países, os cinco maiores produtores mundiais - China, Estados Unidos, Brasil, Índia e União Soviética - concentram quase 65% do total da produção de fumo em folha.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAISES PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO - 1985-89
(t)

ANO	1985	1986	1987	1988	1989
PRINCIPAIS PRODUTORES					
China	2.208.572	1.524.868	1.774.100	1.768.130	2.384.200
Estados Unidos	617.356	474.058	486.077	486.081	559.576
Brasil	328.000	313.000	331.000	332.100	339.390
Índia	444.432	414.730	432.590	431.554	337.394
União Soviética	350.000	300.000	275.000	269.360	220.220
Turquia	141.507	131.538	147.325	153.311	175.236
SUBTOTAL	4.089.867	3.158.194	3.446.092	3.440.536	4.016.016
TOTAL	6.223.999	5.285.329	5.483.429	5.517.026	6.039.575

FONTE: USDA. World Tobacco Situation, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Segundo as estatísticas do United States Department of Agriculture (USDA), de setembro de 1989, o peso seco da produção mundial para 1989 é estimado em 6,04 milhões de toneladas. Isto significa um crescimento de 9,48% em relação à produção de 1988, estimada em 5,52 milhões de toneladas. Esta expectativa de crescimento deve-se especialmente à produção da China que, segundo aquele departamento, teria apresentado um incremento de aproximadamente 35%.

A nível nacional, segundo os dados do IBGE/CEPAGRO de dezembro/89, a produção atingiu, na safra 1988/89, 448.649 toneladas. Isto, se confirmado, significaria um incremento de 4,2% em relação às 430.437 toneladas colhidas na safra 1987/88. Este incremento se deve fundamentalmente ao crescimento na área de plantio do país. Na Região Sul, a exemplo do que ocorreu no país, o crescimento da produção se deveu ao aumento na área de plantio. A produtividade dos três estados foi inferior à da safra anterior. O decréscimo resultou do longo período de estiagem que atingiu esta região em praticamente todo o segundo semestre de 1988 e da incidência de fortes chuvas de granizo que destruíram áreas bastante significativas das lavouras de fumo. Apesar disto, é a maior safra da história do país.

TABELA 2
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO FUMO EM FOLHA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIROS - SAFRAS 1987/88 E 1988/89(1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		QUANTIDADE OBTIDA (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Santa Catarina	86.580	93.756	149.052	156.707	1.722	1.671
Rio Grande do Sul	103.833	116.853	183.349	201.200	1.766	1.722
Alagoas	33.616	26.667	26.578	22.085	791	828
Paraná	22.520	25.200	44.482	46.620	1.975	1.850
Bahia	23.585	20.409	17.425	14.712	739	721
Minas Gerais	4.728	3.764	3.168	2.432	670	646
Sergipe	2.817	1.512	3.036	1.627	1.078	1.076
Outras	5.060	4.878	3.347	3.266	661	670
TOTAL	282.739	293.039	430.437	448.649	1.522	1.531

FONTES: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados não-definitivos.

Quanto ao estado de Santa Catarina, o quadro da safra 1988/89 é semelhante ao verificado na Região Sul como um todo. Pelas estatísticas finais do IBGE/GCEA-SC, a área plantada foi de 93.756 ha, 8,29% superior aos 86.580 ha plantados na safra anterior. Como a produtividade foi prejudicada pela estiagem e por chuvas de granizo, o crescimento de 5,14% na produção ficou abaixo do verificado na área de plantio. Não obstante pudesse ter atingido melhores patamares, esta é uma das maiores safras do estado.

TABELA 3

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DE FUMO EM FOLHA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1980/81 A 1989/90

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1980/81	61.250	100.303	1.638
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641
1986/87	98.305	156.669	1.594
1987/88	86.580	149.052	1.722
1988/89	93.756	156.707	1.671
1989/90(1)	90.000	153.000	1.700

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1981-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Estimativa.

TABELA 4

ÁREA, PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DO FUMO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		QUANTIDADE (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Col. Joinville	546	661	1.029	1.247	1.885	1.887
Lit. Itajaí	199	265	307	494	1.945	1.864
Col. Blumenau	5.065	6.106	9.609	11.014	1.897	1.804
Col. Itajaí Norte	5.421	6.290	10.057	9.690	1.855	1.541
Col. Alto Itajaí	13.232	15.156	23.162	23.621	1.750	1.559
Florianópolis	486	582	896	1.126	1.844	1.935
Col. Serrana Cat.	4.307	4.869	7.695	7.549	1.787	1.550
Lit. Laguna	811	605	998	719	1.231	1.188
Carbonífera	14.685	15.525	25.033	24.864	1.705	1.602
Lit. Sul Cat.	11.756	11.942	16.295	19.494	1.386	1.632
Col. Sul Cat.	8.883	8.916	13.646	16.388	1.536	1.838
Campos Lages	718	935	1.467	1.733	2.043	1.853
Campos Curitibanos	1.010	1.004	1.812	1.895	1.794	1.887
Col. Rio do Peixe	3.128	3.135	5.442	5.473	1.740	1.746
Col. Oeste Cat.	8.719	9.510	14.760	15.050	1.693	1.583
Plan. Canoinhas	7.614	8.255	16.764	16.350	2.202	1.981
TOTAL DO ESTADO	86.580	93.756	149.052	156.707	1.722	1.671

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático de Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A quantidade de fumo da safra 1988/89 classificado pela CIDASC em Santa Catarina é bem superior à produção estadual. Esta diferença é explicada pelo fato de que o fumo classificado não necessariamente é produzido no estado, ou seja, existe um fluxo interestadual de produto que pode atingir níveis bastante significativos, como ocorreu neste ano.

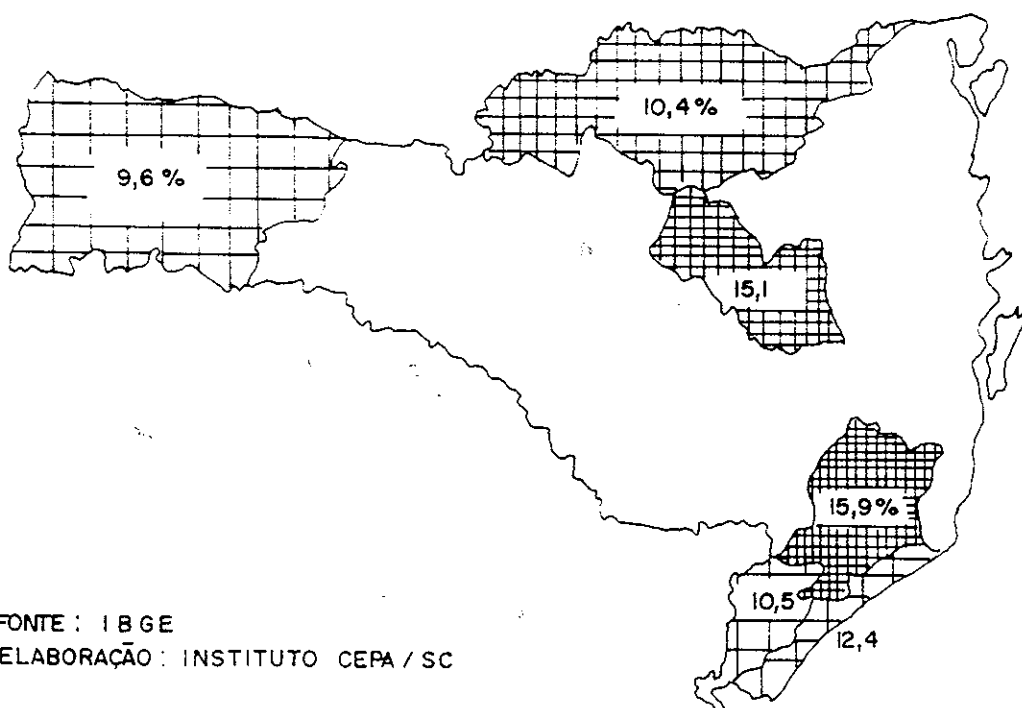
TABELA 5
QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO - SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1988/89

TIPO	1985/86		1986/87		1987/88		1988/89	
	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)	Qtidade (t)	Partic. (%)
Virgínia	95.583	63,3	105.304	67,1	95.931	66,06	104.440	59,50
Amarelinho	18.561	12,3	13.653	8,7	12.030	8,29	18.124	10,32
Burley	34.835	23,1	36.034	23,0	36.593	24,51	51.612	29,50
Comum	1.936	1,3	1.907	1,2	1.657	1,14	1.368	0,78
TOTAL	150.915	100	156.898	100	145.211	100	175.544	100

FONTE: CIDASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA — SAFRA — 1988/89.



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Segundo as informações do boletim do USDA, World Tobacco Situation, o Brasil se destaca como o segundo principal exportador de fumo, respondendo por cerca de 13% do total das exportações mundiais, superado apenas pelos Estados Unidos, que atingem cerca de 15% deste total. Além destes dois países, alguns outros têm participação significativa no mercado internacional e normalmente são os que disputam mercado com o Brasil (tabela 6).

TABELA 6

QUANTIDADE DE FUMO EXPORTADO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1989.(1)

PAIS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DAS EXPORTA- ÇÕES MUNDIAIS
E.U.A.	225.000	15,16
Brasil	200.000	13,48
Grécia	139.300	9,39
Zimbábue	117.330	7,91
Itália	115.000	7,75
Turquia	100.192	6,75
SUBTOTAL	896.822	60,43
TOTAL MUNDIAL	1.484.098	100

FONTE: USDA, World Tobacco Situation, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa.

A exemplo do que ocorre com as exportações, as importações, mesmo realizadas por muitos países, na sua grande parte estão concentradas em alguns poucos (tabela 7).

TABELA 7

QUANTIDADE IMPORTADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1989(1)

PAÍS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS
E.U.A	190.000	14,14
Alemanha Oc.	150.000	11,16
Reino Unido	98.345	7,32
União Soviética	60.000	4,46
Países Baixos	80.000	5,95
Japão	64.000	4,76
SUBTOTAL	642.345	47,79
TOTAL MUNDIAL	1.344.087	100

FONTE: USDA, World Tobacco Situation, set. 1989.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (1) Estimativa.

As exportações brasileiras, que, depois de um crescimento relativamente significativo nos anos de 1984 e 1985, tinham voltado para patamares um pouco mais próximos dos normalmente alcançados nos primeiros anos da década de 80, apresentaram, em 1988, um crescimento bastante sensível. Isto se deveu especialmente a uma significativa recuperação das exportações para os Estados Unidos e também ao crescimento da quantidade comercializada para o Reino Unido e a Alemanha Ocidental. Para 1989, embora as informações ainda sejam bastante parciais, a previsão é de as exportações do país serem ainda maiores que as do ano de 1988.

TABELA 8

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO - 1980-88

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US\$ 1000)	VALOR MÉDIO US\$/Kg
1980	144.758	295.261	2,04
1981	149.950	368.663	2,46
1982	166.908	476.923	2,86
1983	178.047	471.954	2,65
1984	189.233	468.570	2,48
1985	201.097	459.334	2,28
1986	178.069	413.209	2,32
1987	177.737	431.535	2,43
1988(1)	207.000	553.252	2,67

FONTE: Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (1) Estimativas preliminares.

Apesar de o Brasil comercializar fumo para aproximadamente 80 países, seus 5 maiores clientes - Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Japão e Países Baixos - respondem por cerca de 70% do valor das exportações realizadas pelo país. Além destes compradores, as indústrias instaladas no Brasil têm procurado ampliar o seu mercado, e não se descarta a possibilidade de até o final do século o país poder vir a ser o principal exportador mundial.

A nível de mercado interno, particularmente na Região Sul, onde a produção é totalmente adquirida pelas indústrias e normalmente existe uma negociação prévia entre estas e as entidades representativas dos produtores, a comercialização da safra 1988/89 acabou apresentando alguns problemas. O protocolo previa, entre outros pontos, os seguintes:

- a) "O preço básico da safra 1988/89, nas classes determinadas pelas Portarias 875 e 309 do Ministério da Agricultura, dos fumos FE Virgínia, FE Amarelinho, FG Comum e FG Burley, será obtido pela aplicação do índice de 6% (seis por cento) sobre os preços praticados em 31.03.88".
- b) "Fica assegurado ao preço básico resultante do item anterior a correção mensal acumulada pelo índice de inflação oficial que ocorrerá entre 1º de abril de 1988 e 31 de dezembro de 1988".
- c) "Fica assegurado, a partir de 01.01.89, que o preço alcançado em 31.12.88, conforme item anterior, sofrerá um acréscimo correspondente à variação diária da OTN fiscal durante todo o período de comercialização da safra 1988/89".

Com a edição do Plano Verão em 15.01.89, a sistemática de correção prevista acabou sendo dificultada e, assim, para o mês de janeiro, ficou estabelecida uma correção de 26%. De fevereiro a junho de 1989, o preço seguiu sendo corrigido pela variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Conhecido o IPC ao final de cada mês, as indústrias emitiam notas fiscais complementares, obedecendo ao critério "pro rata tempore", baseado neste índice e na data de entrega do fumo pelos produtores durante o mês.

Embora as entidades representativas dos produtores tenham assinado um aditivo que previa estas medidas, o fato é que os produtores acabaram não ficando muito satisfeitos com os resultados da safra 1988/89. Os preços ficaram abaixo das suas expectativas.

Isto, inclusive, dificultou as negociações entre as representações de produtores e das indústrias para a safra 1989/90. Para esta safra não houve acordo e as indústrias acabaram estabelecendo um reajuste de preço de forma unilateral. Em relação à tabela em vigor em 31/03/89 (da safra 1988/89), houve um reajuste de 35% para os fumos de tipo Virgínia, Amarelinho e Burley e de 43% para o de tipo comum. A sistemática de correção estabelecida é idêntica à das últimas safras: correção mensal pela inflação até 31/12/89 e diária durante o período de comercialização (de janeiro a junho de 1990).

Estes percentuais desagradaram profundamente aos produtores e acabaram repercutindo nos três estados da Região Sul do país, com redução na área de plantio.

É oportuno observar, entretanto, que ao final do ano abriram-se grandes possibilidades de se retomar as negociações na tentativa de reverter este quadro, em alguma medida admitido pela indústria como adverso para os produtores.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Segundo dados do USDA, o consumo doméstico mundial neste ano de 1989 será superior ao de 1988. Apesar deste aumento, em face do crescimento na produção, a previsão é de o estoque final mundial não ficar em patamar muito inferior ao do último ano.

TABELA 9

SITUAÇÃO MUNDIAL DE PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUMO MANUFATURADO -
1985-89

em 1.000 t)

ANO	PESO SECO DA PROD.	TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	CONSUMO DOMESTICO	ESTOQUE FINAL
1985	6.224,0	1.351,9	1.414,9	5.881,7	6.436,4
1986	5.285,3	1.320,0	1.358,9	5.949,5	5.733,3
1987	5.483,4	1.396,6	1.362,2	5.857,0	5.394,1
1988	5.517,0	1.376,5	1.391,4	5.770,3	5.126,0
1989	6.039,6	1.344,1	1.484,1	5.939,9	5.085,7

FONTE: USDA, World Tobacco Situation, set. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de Brasil, o consumo tem guardado uma relação bastante estreita com o poder aquisitivo da população. O ano de 1985, quando o consumo deu um salto bastante significativo, mostra isto bastante claramente. Depois daquele ano, com a economia do país passando por algum esfriamento, o consumo de cigarros tem apresentado declínio. Apesar disto, em 1988 ainda foi sensivelmente superior aos patamares alcançados antes de 1986.

TABELA 10

CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL - 1980-88

ANO	BILHÕES DE UNIDADES
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	127,8
1985	146,3
1986	168,9
1987	161,4
1988	157,9

FONTE: Sindicato das Indústrias de Fumo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os dados referentes a 1989 ainda não estavam disponíveis ao final do ano. Informações oficiais, no entanto, davam conta que este teria sido um ano que apresentou crescimento relativamente ao imediatamente anterior.

5. PERSPECTIVA PARA 1990

Ainda não se dispõe de informações referentes à safra nacional 1989/90. Para a Região Sul do país as estimativas preliminares indicavam uma redução de cerca de 5% na área plantada. Apesar disto, por haver prevalecido um clima bastante favorável para a cultura, no decorrer da safra, especialmente nos meses da primavera, as perspectivas são de a produtividade ser bastante boa e a produção se aproximar daquela obtida na safra anterior.

A comercialização, apesar de em princípio não ter havido acordo entre os produtores e as indústrias, deverá transcorrer sem maiores problemas. Esta assertiva baseia-se no fato de que, ao final do ano de 1989, existiam perspectivas de indústrias e produtores voltarem a negociar e serem feitas novas correções nos preços aos produtores.

Quanto às exportações, é bastante provável que sejam mais uma vez incrementadas. A boa qualidade dos fumos nacionais tem facilitado sobremaneira a penetração em novos mercados e a ampliação de alguns mercados já tradicionais. Isto, se confirmado, criará condições relativamente favoráveis para os produtores conseguirem uma boa negociação para a safra 1990/91.

Desta forma, pode-se dizer que as perspectivas da fumiicultura para o ano de 1990 são relativamente boas.

2.8. MAÇÃ

1. INTRODUÇÃO

Originária da Ásia, a maçã é uma das mais tradicionais e consumidas frutas do mundo. Em termos de volume produzido, ocupa a quarta posição a nível mundial, sendo ultrapassada apenas pela uva, pela banana e pela laranja. Os principais produtores são os países asiáticos e europeus, que respondem, em seu conjunto, por mais de 75% da oferta mundial.

No continente americano, destacam-se as produções dos Estados Unidos da América, Argentina, Canadá, Chile e México. O Brasil vem a seguir, ocupando a sexta posição de maior produtor americano.

Em termos de Santa Catarina, a cultura reveste-se de singular importância, sobretudo para os municípios das microrregiões do Vale do Rio do Peixe e dos Campos de Lages.

Esta atividade absorve, atualmente, em torno de 1.400 unidades produtivas. Concentra-se nos municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra, os quais, no seu conjunto, têm respondido por mais de 70% da produção interna nas últimas safras.

O estado catarinense destaca-se, no cenário nacional, como primeiro produtor de maçã, com ofertas que têm representado mais de 50% da produção brasileira.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de maçãs dos últimos anos tem-se situado num intervalo de 37 a 42 milhões de toneladas.

Os principais países produtores, em 1988, segundo

dados da FAO, conforme mostra a tabela 1, foram a União Soviética, a China, os Estados Unidos da América, a França, a Alemanha Ocidental e a Itália, todos com produções acima de 2,0 milhões de toneladas. Em seu conjunto, esses países responderam, no ano de 1988, por mais de 50% da produção mundial.

TABELA 1

PRODUÇÃO DE MAÇÃ, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88

(em 1.000 t)

PAÍS	1986	1987	1988
União Soviética	7.700	5.496	5.700
China	3.353	4.281	4.288
Estados Unidos	3.598	4.782	4.037
Alemanha Ocidental	2.180	1.080	2.467
França	2.739	2.424	2.357
Itália	2.020	2.236	2.326
TOTAL MUNDIAL	41.770	37.711	40.860

FONTE: FAO, Anuário FAO de Producción, v. 42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na América do Sul, a Argentina e o Chile despontam como os principais produtores. Em 1988, obtiveram produções avaliadas em 990 e 424 mil t, respectivamente, contribuindo, dessa forma, com 74% da colheita sul-americana.

A nível de Brasil, a cultura da macieira evoluiu de forma expressiva nos últimos anos, não obstante as restrições de natureza climática (face às exigências de condições específicas de clima, a sua exploração restringe-se ao sul do país e, em menor escala, aos estados de São Paulo e Minas Gerais) e ao fato de se tratar de uma atividade recente, de vez que os primeiros pomares tecnicamente implantados datam do início da década de setenta.

Ordenada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento, estabelecido pelo Ministério da Agricultura a

partir de 1980, a produção de maçãs do país vem-se ampliando rapidamente.

Nos últimos dez anos, segundo informações disponíveis, a área cultivada com a cultura cresceu cerca de 400%. A produção colhida, por sua vez, evoluiu mais de 2.000%, passando de apenas 14.700 t no ano de 1978, para a surpreendente oferta de 342.000 t na safra do ano agrícola 1987/88.

Nesse mesmo período, as importações do produto decresceram sensivelmente e já proporcionam uma economia acumulada de divisas superior a 400 milhões de dólares.

São 29,0 mil ha de pomares implantados e mais de 30,0 milhões de maceiras que propiciam ocupação e renda a mais de cem mil pessoas entre produtores e trabalhadores rurais.

Os índices de crescimento mostrados pela atividade revelam que os vultosos recursos privados e governamentais aplicados em infra-estrutura e serviços de apoio começam a frutificar.

A maçã nacional é hoje uma realidade. É essencial, todavia, para que a produção seja eficiente e o setor competitivo em seu todo, a manutenção de uma política específica para a atividade, principalmente nas áreas de estocagem frigorífica, comercialização e abastecimento de entressafra.

TABELA 2
QUANTIDADE PRODUZIDA DE MAÇÃ NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS 1977/78 A 1987/88

SAFRA	(em t)						BRASIL
	RS	SC	PR	SP	MG		
1977/78	3.349	10.854	500	--	--	14.703	
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	240	38.950	
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134	
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222	
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874	
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638	
1983/84	34.000	108.609	13.980	7.000	1.200	164.789	
1984/85	46.000	138.055	17.300	8.000	1.200	210.555	
1985/86	49.000	156.887	15.727	7.716	1.830	231.160	
1986/87	52.000	104.202	23.000	5.000	1.000	185.202	
1987/88	88.000	203.131	30.000	20.000	1.200	342.331	

Fonte: EMATER/SC-ACARESC e Associação Brasileira dos Produtores de Maçã.
Elaboração: Instituto CEPA/SC.

Prevista inicialmente em 378.200 t e, posteriormente, face a situações climáticas desfavoráveis, reavaliada para 258.200 t, a produção brasileira correspondente ao ano agrícola 1988/89 deverá, no entanto, situar-se bastante próximo às primeiras avaliações.

Com efeito, não obstante a ausência de dados conclusivos dos estados da Região Sudeste, a efetivação dos volumes trabalhados para o Rio Grande do Sul e a superação das metas previstas para Santa Catarina permitem afirmar, com certeza, que o dado final da produção nacional deste ano deverá ultrapassar os números ultimamente levantados e aproximar-se bastante das primeiras avaliações.

Realmente, os últimos informes disponíveis registram uma colheita bruta ao redor de 377.133 t de maçãs, ou seja, mostram um crescimento da ordem de 10% relativamente à produção da safra precedente.

Nos três estados sulinos, onde os dados de colheita já foram oficializados, a produção desta última safra somou 366.133 t, representando um aumento de oferta de 14%, se comparado ao volume colhido na safra passada.

TABELA 3

QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA MAÇÃ NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89(*)

ESTADO	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO %
Santa Catarina	230.333	61,07
Rio Grande do Sul	105.000	27,84
Paraná	30.800	8,17
São Paulo	10.000	2,65
Minas Gerais	1.000	0,27
BRASIL	377.133	100,00

FONTE: EMATER/SC-ACARESC; Associação Brasileira dos Produtores de Maçã; Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã; Associação Paranaense dos Produtores de Maçã.
ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.
(*) Dados não-conclusivos.

A efetivação da produção atualmente prevista a nível nacional terá possibilitado uma disponibilidade de oferta líquida "in natura" para o mercado de aproximadamente 340.000 t, ou seja, um volume cerca de 5% superior às metas previstas, e terá representado cerca de 94% da demanda projetada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã para o período.

Em termos de produção estadual, a colheita desta última safra somou 230.333 t do fruto, superando, dessa forma, em cerca de 12% os números inicialmente estimados.

Do volume em questão, 214.393 t foram comercializadas "in natura", 15.403 t destinaram-se à industrialização e 538 t foram consumidas nas próprias regiões produtoras.

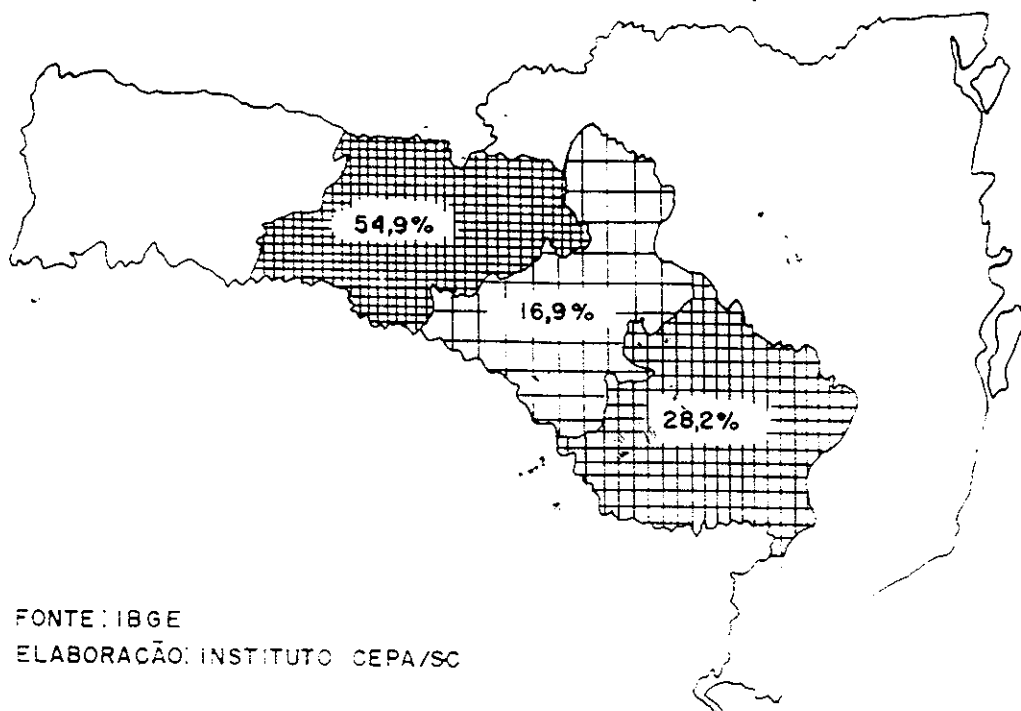
A microrregião Colonial do Rio do Peixe sobressaiu-se novamente como a principal ofertante do produto. Registrou uma colheita bruta de 126.510,8 t - 54,93% do total estadual - destacando-se o município de Fraiburgo com 114.869 t, ou seja, aproximadamente 50% da oferta interna estadual.

A produção da microrregião dos Campos de Lages somou 64.931,34 t e a dos Campos de Curitibanos, 38.891,67 t. Representaram, respectivamente, 28,19% e 16,88% da produção estadual catarinense.

Os principais municípios produtores dessas regiões foram São Joaquim (40.428,44 t), Bom Jardim da Serra (6.567,94 t), Lages (4.400,03 t) Urubici (4.261,7 t), Lebon Régis (19.029,27 t) e Campos Novos (15.663,35 t).

Os cinco municípios maiores produtores de maçã do estado são os de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra. Nesta última safra produziram 196.558 t, isto é, cerca de 85% da produção estadual catarinense.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
MAÇÃ EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

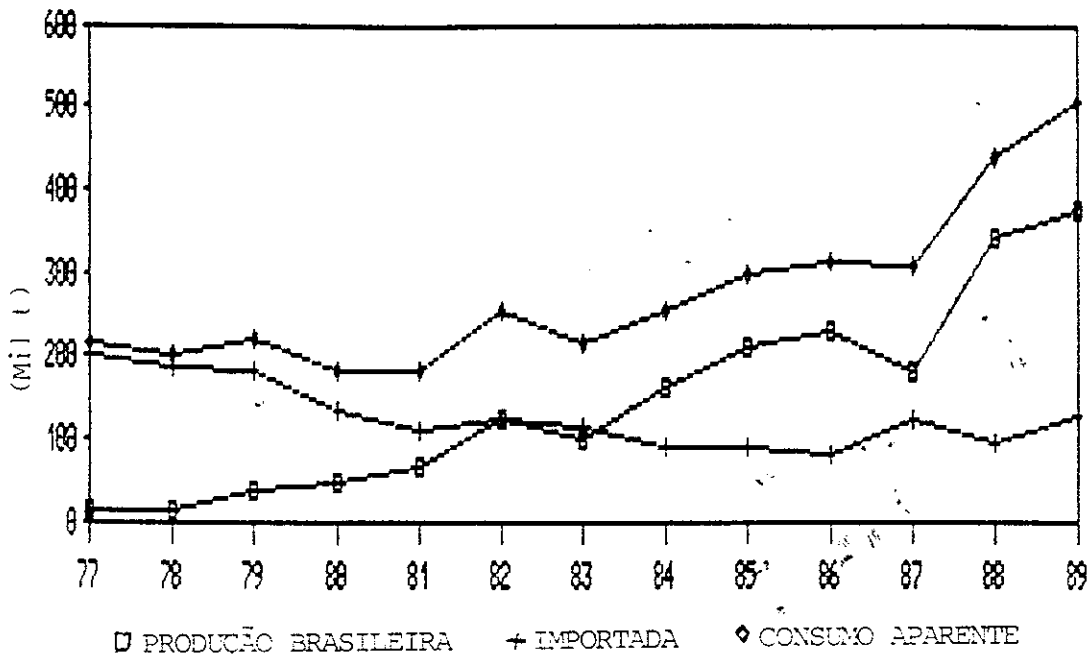
3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Conforme já abordado, a produção brasileira de maçãs, da qual Santa Catarina detém a primeira colocação em termos de volume produzido - ainda nesta safra respondeu por mais de 60% do total nacional - tem acusado, nos últimos anos, extraordinário crescimento de oferta. Somente no último quinquênio evoluiu cerca de 72%.

Como decorrência, registrou-se acentuada redução dos níveis de importação, ao mesmo tempo em que se constatava uma maior participação do produto local no atendimento das necessidades internas do país.

GRÁFICO 1

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO BRASILEIRO DE MAÇÃ - 1977-89



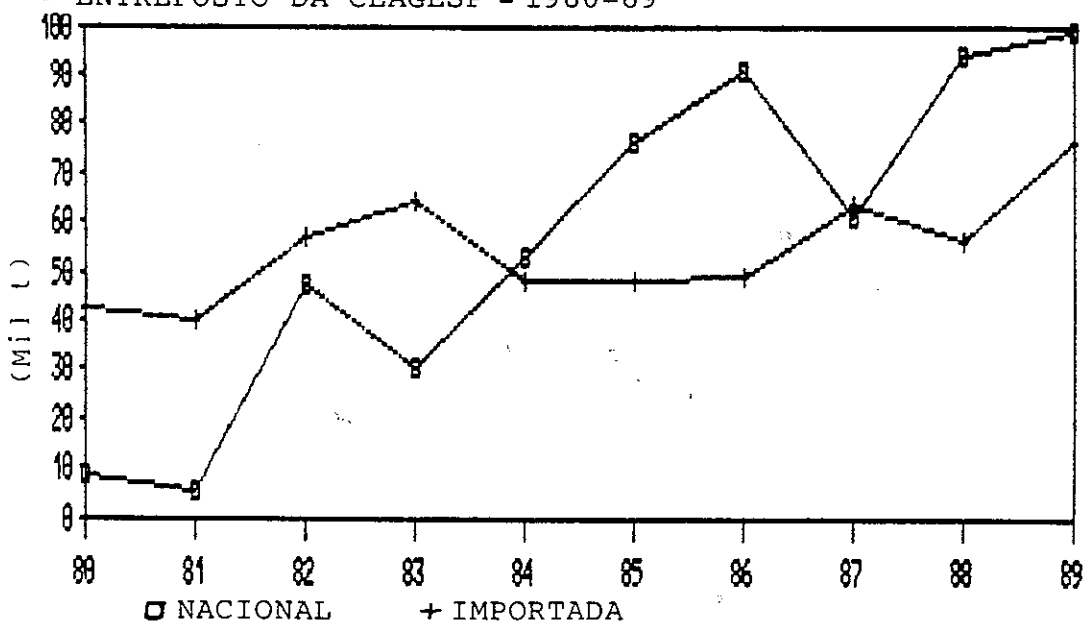
FONTE: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/MA, CACEX, Associação Brasileira de Produtores de Maçã.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

GRÁFICO 2

QUANTIDADE DE OFERTA DE MAÇÃ IMPORTADA E NACIONAL - ENTREPÓSITO DA CEAGESP - 1980-89



FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

O quadro em questão é creditado ao aumento das colheitas estaduais e, principalmente, à maior disponibilidade de câmaras nas diversas regiões produtoras, muitas das quais dotadas de atmosfera controlada, particularmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isto tem possibilitado não apenas um melhor escalonamento da oferta interna ao longo do ano, mas, sobretudo, uma sensível melhoria da qualidade do fruto.

A propósito da capacidade de frigorificação específica para o produto na Região Sul do Brasil, a qual, nesta última safra, deteve mais de 97% da produção nacional, os últimos levantamentos indicavam uma disponibilidade de estocagem da ordem de 211.070 t, assim distribuídas: 125.670 t em Santa Catarina, 75.000 t no Rio Grande do Sul e 10.400 t no Paraná.

Em Santa Catarina, a capacidade de estocagem, que representa quase 60% da disponibilidade da Região Sul, está assim distribuída: 88,7% está sob administração privada, 9,7% pertence a cooperativas e apenas 1,6% está sob orientação oficial, conforme mostra a tabela 4.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO PARA MAÇÃ, CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1989

(em t)

MICRORREGIÃO PRODUTORA	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES			TOTAL
	Particular	Cooperativa	Oficial	
Col. Rio do Peixe	89.060	1.100	550	90.710
Campos de Lages	15.060	11.110	1.200	27.370
C. Curitibaanos	7.040	---	250	7.290
Col. Oeste Catar.	300	---	---	300
TOTAL	111.460	12.210	2.000	125.670

FONTE: CIDASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

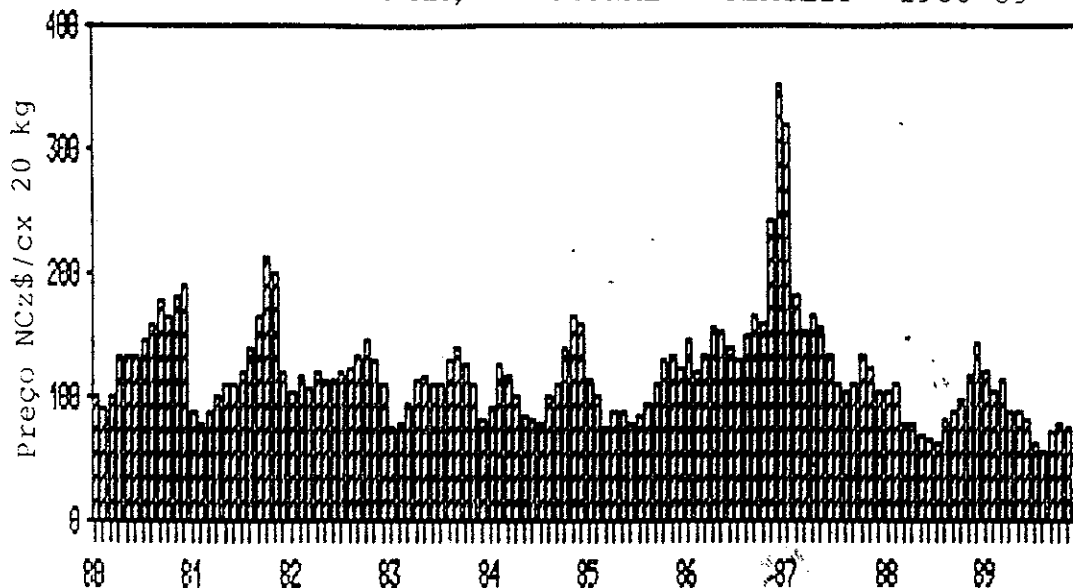
Como consequência da crise econômica que o país atravessa, com perda real do poder de compra por parte da população e do aumento dos níveis de oferta da produção nacional, a qual ainda é acrescida de significativo volume de produto importado, a comercialização do fruto no corrente ano, sobretudo na fase de "pique" de venda (fevereiro a junho), ficou, a exemplo de anos anteriores, muito aquém das expectativas.

Nos oito primeiros meses do ano, o mercado do produto operou muito calmo e praticou preços estabilizados, em níveis razoavelmente baixos. O registro dos valores médios de venda mostram um crescimento nominal de apenas 24,11% no período, ou seja, o mais baixo dos últimos dez anos. O quadro tornou-se crítico, principalmente a partir da segunda quinzena de julho próximo passado. A divulgação de notícias de contaminação de maçãs produzidas no estado do Paraná, com produto acaricida à base de mercúrio, de uso proibido no país há cerca de três anos, fez com que o escoamento da fruta, já bastante deficiente, praticamente cessasse.

Somente a partir de meados de setembro último é que o mercado do produto deu mostras de recuperação, devido, principalmente, ao crescimento das vendas do fruto importado, o qual agrega substanciais custos de frete e frigorificação.

GRÁFICO 3

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ DA MAÇÃ NACIONAL - CEAGESP - 1980-89



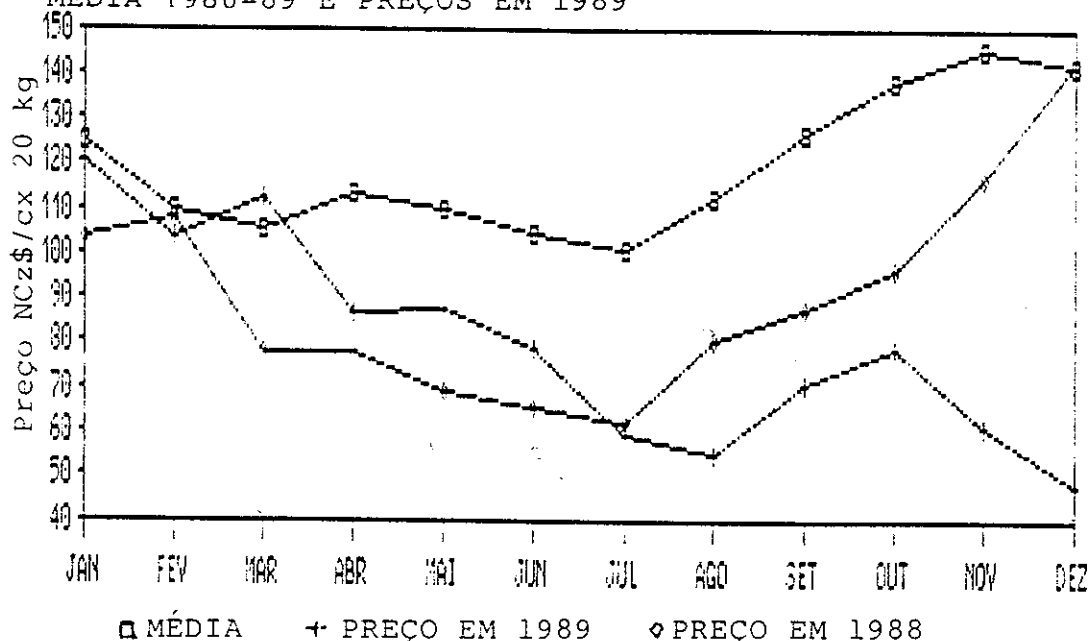
FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 4

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ DA MAÇÃ NACIONAL - CEAGESP
MÉDIA 1980-89 E PREÇOS EM 1989



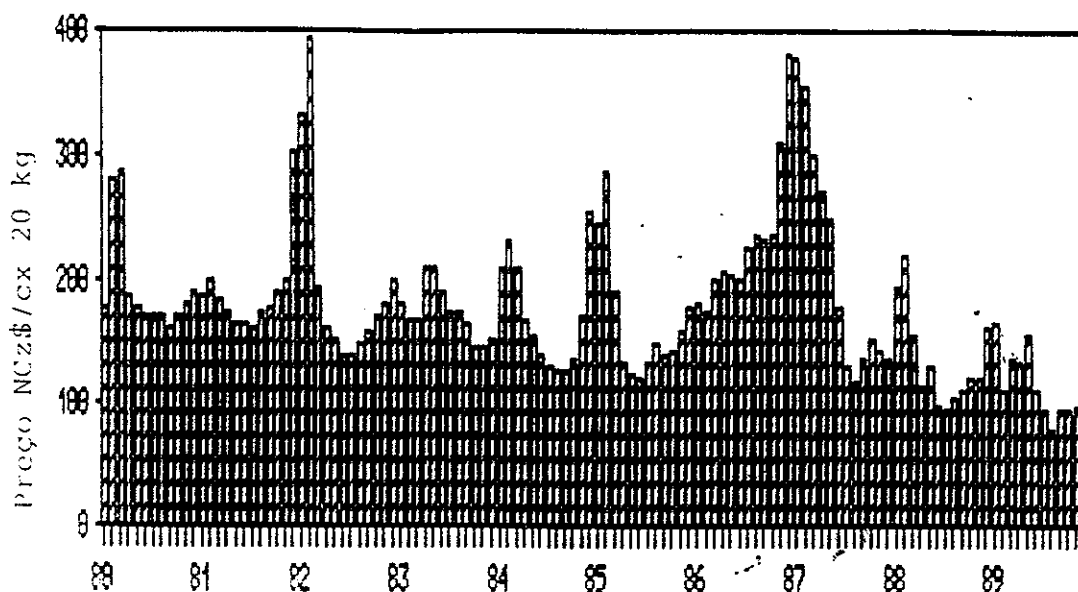
FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 5

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ DA MAÇÃ IMPORTADA - CEAGESP - 1980-89



FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Em termos locais, a comercialização da última safra, de acordo com dados fornecidos pelo Serviço de Extensão Rural do estado, movimentou recursos da ordem de NCz\$ 81.096.392,88.

O produto comercializado "in natura" gerou um montante de NCz\$ 79.929.014,95. Foi comercializado a um preço médio de NCz\$ 0,37/kg por aproximadamente 982 produtores. O produto industrial teve um preço médio de venda de NCz\$ 0,07/kg, sendo de 389 o número de produtores que realizaram a comercialização. O valor resultante das vendas somou NCz\$ 1.167.380,93.

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Para a safra agrícola do próximo ano, o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã (PRONAMA), do Ministério da Agricultura, projeta uma produção bruta, a ser colhida a nível nacional, da ordem de 409.900 t. Estima, por

outro lado, uma demanda de 380.000 t, ou seja, prevê que já nesta safra o país atinja a auto-suficiência.

Face, entretanto, a uma série de problemas de natureza climática ocorridos no corrente ano, os quais, em áreas isoladas, acarretaram perdas consideráveis, acredita-se como pouco provável o alcance das metas previstas.

Com efeito, as primeiras avaliações da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã mostram, com vistas à próxima safra nacional, números ligeiramente inferiores àqueles estimados pelo PRONAMA, ou seja, apontam para uma colheita de 392.500 t do fruto. Relativamente à safra passada, o volume em questão representa um crescimento da ordem de 4%.

A expectativa de oferta para este ano agrícola, por estado produtor, está assim distribuída.

TABELA 5

PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR ESTADO PRODUTOR - SAFRA 1989/90

ESTADO	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO %
Santa Catarina	235.000	59,87
Rio Grande do Sul	120.000	30,57
Paraná	26.500	6,75
São Paulo	10.000	2,55
Minas Gerais	1.000	0,26
BRASIL	392.500	100,00

FONTE: ABPM, Associação Brasileira dos Produtores de Maçã - Dezembro/89.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

O volume a ser destinado à comercialização "in natura" deverá ficar por volta de 350.000 t.

A colheita já foi iniciada na Região Sudeste. Nos pomares do sul do país, esta operação somente será processada a partir do final de janeiro/90.

Dado o volume de produção previsto e a pouca probabilidade de mudanças na atual política de recuperação das perdas salariais, é provável que os preços de mercado a serem praticados na comercialização da próxima safra repitam o comportamento registrado nos últimos anos. Por essas razões é provável o aviltamento das cotações por ocasião do pique de oferta - fevereiro a junho - e sua recuperação a partir de meados de agosto.

2.9. MANDIOCA

1. INTRODUÇÃO

Os maiores produtores mundiais de mandioca são países "não desenvolvidos", o que leva a cultura a assumir características de lavoura de subsistência e, por conseguinte, não atingir importância comercial significativa.

No Brasil, principalmente em função de problemas de mercado - tanto em aspectos relacionados à capacidade de absorção de toda a produção, quanto no que diz respeito à instabilidade dos preços recebidos pelos produtores - a produção de raiz sofreu reduções significativas. Assim, após haver ultrapassado 30 milhões de t no início dos anos 70, caiu para aproximadamente 21 milhões em 1988, perdendo, em consequência, a posição de primeiro produtor mundial.

Uma análise dos preços da raiz, da farinha e da fécula mostra a existência de ciclos bem definidos que, em certos momentos de baixa, atingem valores bastante desestimulantes, fazendo com que na maioria das regiões do país a situação da cultura seja, atualmente, muito semelhante à de séculos atrás. Observa-se, entretanto, que em certas regiões - onde se concentram as indústrias mais modernas do setor - essa situação é diferente e a produtividade é bastante superior à média estadual e nacional. Por isso, e para tentar minimizar os efeitos negativos desses "ciclos", acredita-se que o "perfil" das agroindústrias do setor deva ser revisto, procurando dar maior ênfase à fabricação de outros produtos (amidos modificados), com possibilidade de uso em outros ramos industriais.

2. PRODUÇÃO

A. MUNDIAL

A produção mundial de mandioca cresceu em 1988 pelo terceiro ano consecutivo, graças, principalmente, aos aumentos verificados na Ásia (Tailândia, Indonésia, China e Vietnã), já que na África não apresentou grandes variações e na América Latina diminuiu (principalmente devido à queda da produção brasileira) (tabela 1). Nesse ano, o Brasil perdeu para a Tailândia a posição de primeiro produtor mundial, tendo contribuído com 15,6% do total mundial, contra 17,4% em 1987. Os cinco maiores produtores mundiais (Tailândia, Brasil, Zaire, Indonésia e Nigéria) concentraram, em 1988, 64% do total produzido. O consumo da mandioca como alimento humano decresceu. Na América Latina, isso ocorreu principalmente no Brasil. Em contrapartida, aumentou a demanda para rações e usos industriais, principalmente em países não-produtores da Ásia e da Europa Oriental.

TABELA 1
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO MUNDIAL DA CULTURA DA MANDIOCA - 1979-1988

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1979-81	13.788	123.508	8.956
1986	14.533	133.199	9.165
1987	14.517	135.088	9.305
1988	14.718	138.237	9.392

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v. 42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

As exportações mundiais cresceram em 1988, principalmente devido aos aumentos das vendas da Tailândia (maior exportador mundial) e da Indonésia. O comércio mundial se deu, em grande parte, na forma de grânulos para rações. Os países asiáticos e da Europa Oriental foram os que mais

aumentaram suas compras em termos relativos. Assim, embora a Comunidade Econômica Européia tenha continuado a ser o principal importador, sua participação relativa no comércio mundial diminuiu.

Em termos de preços (cotados em dólares americanos), pode-se dizer que houve um aumento real em 1988. Além disso, os preços praticados nas vendas à Comunidade Econômica Européia foram mais elevados que os praticados nas vendas aos demais países.

B. NACIONAL

A produção nacional de mandioca tem oscilado, ao longo dos anos, em decorrência dos problemas de mercado, guardando estreita relação com as oscilações dos preços dos derivados e da própria raiz. Basicamente por esta razão, a produção, que havia decrescido em 1987 e 1988, voltou a subir, em 1989, para os patamares médios verificados na década de 80 (tabela 2).

Entre os principais estados produtores (Bahia, Pará, Piauí, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul), o Pará, o Piauí e a Bahia foram os que apresentaram as maiores variações positivas em 1989, embora a produção da Bahia - maior produtor nacional - ainda esteja longe da alcançada em meados da década.

C. ESTADUAL

Apesar das adversidades climáticas verificadas no final de 1988 (estiagem, temperaturas baixas e excesso de ventos), com perdas irreparáveis em lavouras implantadas em solos arenosos no sul do estado, a produtividade e a produção foram consideradas boas. O rendimento do amido, segundo várias avaliações, situou-se acima da média obtida em outras safras.

TABELA 2
 PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA, SEGUNDO AS REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1985-89

(t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ANO	1985	1986	1987	1988	1989(1)
NORTE		3.703.017	4.011.083	3.758.907	3.459.568	4.058.617
Acre		283.867	290.950	310.078	293.575	306.145
Amapá		46.099	42.773	25.060	26.366	38.083
Amazonas		954.172	957.027	976.167	767.450	574.800
Pará		1.903.943	2.318.573	2.024.370	1.908.884	2.607.701
Rondônia		493.378	382.501	414.456	452.519	504.612
Roraima		21.558	19.259	8.776	10.774	27.276
NORDESTE		11.268.774	13.348.615	11.568.188	10.248.879	11.682.914
Alagoas		148.369	146.489	139.340	132.197	159.885
Bahia		5.317.000	5.421.000	3.937.000	3.429.000	4.338.973
Ceará		764.591	1.118.535	1.001.861	952.796	1.007.191
Maranhão		1.020.667	1.808.315	1.965.868	1.619.514	1.820.793
Paraíba		526.526	518.405	446.498	410.610	436.054
Pernambuco		1.474.707	1.429.580	1.291.373	1.160.969	1.164.974
Piauí		1.013.463	1.779.956	1.773.375	1.596.983	1.903.160
R. G. do Norte		541.139	600.451	551.408	599.815	472.218
Sergipe		462.292	525.884	461.465	346.995	379.666
SUDESTE		2.572.000	2.628.587	2.194.528	1.973.269	2.056.182
Espirito Santo		482.046	590.128	327.752	285.960	366.389
Minas Gerais		1.118.925	1.141.456	939.463	1.003.069	954.765
Rio de Janeiro		186.350	183.317	172.398	155.137	203.466
São Paulo		784.679	713.686	754.915	529.103	531.562
SUL		4.419.469	4.516.194	4.768.744	4.791.056	4.620.695
Paraná		1.722.864	1.700.000	1.853.950	1.855.328	1.680.560
R. G. do Sul		1.515.830	1.592.008	1.693.565	1.769.850	1.664.671
Santa Catarina		1.180.775	1.224.186	1.221.229	1.165.878	1.275.464
CENTRO-OESTE		1.147.793	1.051.518	1.209.590	1.138.768	1.282.750
D. Federal		5.070	4.396	5.400	8.940	8.400
Goiás		339.680	348.200	369.620	347.020	360.700
Mato Grosso		351.174	254.767	354.975	323.285	345.020
Mato G. do Sul		451.869	444.155	479.595	459.523	568.630
Tocantins		-	-	-	-	-
Brasil		23.111.053	25.555.997	23.499.957	21.611.540	23.701.158

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1985-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa Fundação IBGE/CEPAGRO, dez/89.

No sul do estado, em 1989 ocorreu uma situação considerada "sui generis" por várias pessoas que acompanham o setor há muitos anos. Isto é, até o final de junho - mês em que, historicamente, se concentra um percentual significativo da colheita - muito pouca raiz havia "entrado nas indústrias". Entre as razões apontadas para explicar o fato foram citadas as seguintes: o atraso na chegada do frio, que retardou o amadurecimento das lavouras, propiciando aos agricultores condições para esperar um pouco mais; a expectativa, por parte dos produtores, de melhores preços para a raiz; a situação do mercado da farinha e da fécula, que, não demonstrando naquele momento perspectivas de melhora, fez com que muitas indústrias não "forçassem" as compras de raiz; o pequeno número de agricultores com financiamento de custeio a saldar (o que lhes proporcionaria certa "folga" na colheita) e a falta de capital de giro de várias indústrias (principalmente as menores), as quais só podiam ir comprando a raiz de acordo com sua capacidade financeira. No Vale do Itajaí, embora se tenha observado também um certo retardamento na intensificação da colheita, isso não ocorreu de modo tão intenso como no sul.

Como consequência dos fatores acima citados, a colheita foi encerrada em agosto no Vale do Itajaí. Já no sul do estado, enquanto as farinheiras encerraram suas atividades em agosto, as fecularias só o fizeram em setembro, uma vez que haviam intensificado as operações mais tardiamente.

A produção, segundo as estimativas mais recentes da Fundação IBGE (GCEA/SC- dez/89), atingiu 1.275.464 t em 73.230 ha colhidos, o que significou aumentos de 9,40% e 5,41%, respectivamente, em relação à safra anterior (tabela 3). Esse aumento de área - em parte consequência do maior arranquio de raiz de um ciclo - pode ser creditado em boa dose aos preços da raiz em 1989, que podem ser considerados bons, principalmente para os agricultores que venderam a raiz mais cedo.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1989/90

SAFRA	ÁREA COLHIDA (1) (ha)	QUANTIDADE (1) (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	82.962	1.239.687	14.943
1977/78	77.528	1.208.159	15.584
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.072
1983/84	83.102	1.090.968	13.128
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.224.186	14.434
1986/87	75.738	1.221.129	16.123
1987/88	69.469	1.165.978	16.783
1988/89	73.230	1.275.464	17.417

 FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1977-88.
 Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).
 (2) Dados preliminares sujeitos a retificações.

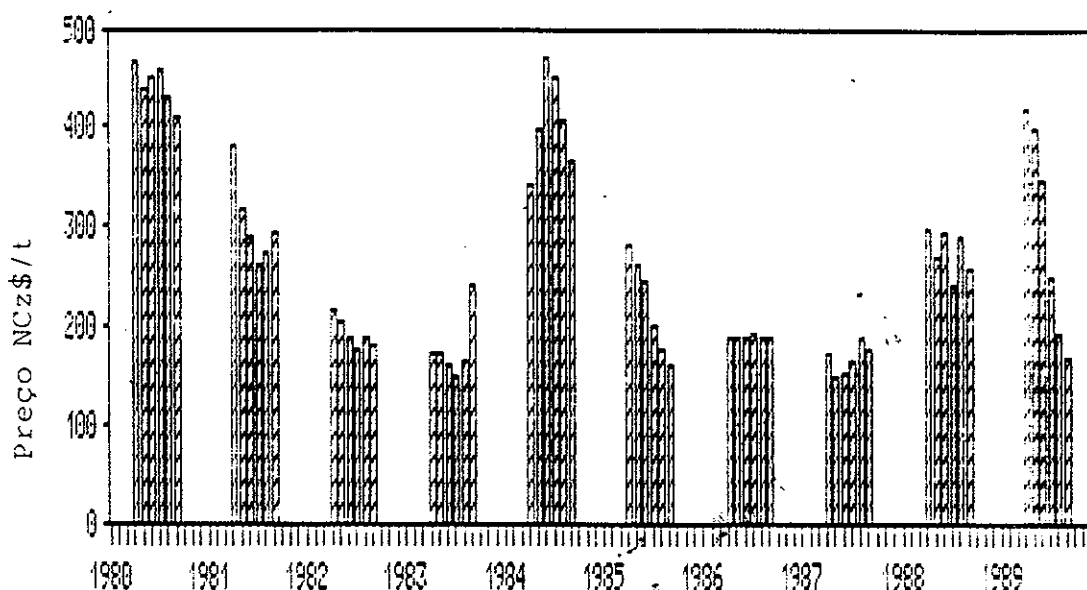
3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A. RAIZ

Os preços da raiz nas regiões onde ela se destina predominantemente às indústrias (Vale do Itajaí e sul do estado) situaram-se, durante a colheita da safra 1988/89, entre NCz\$ 80,00/t em abril e NCz\$ 120,00/t em setembro. Em termos reais, eles significaram uma queda constante ao longo da colheita (gráfico 1). Assim, apesar de no início da colheita eles se situarem em patamares elevados (considerando-se os preços praticados na década de 80), ao final encontravam-se entre os mais baixos.

GRÁFICO 1

PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA RAIZ DE MANDIOCA RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1980-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

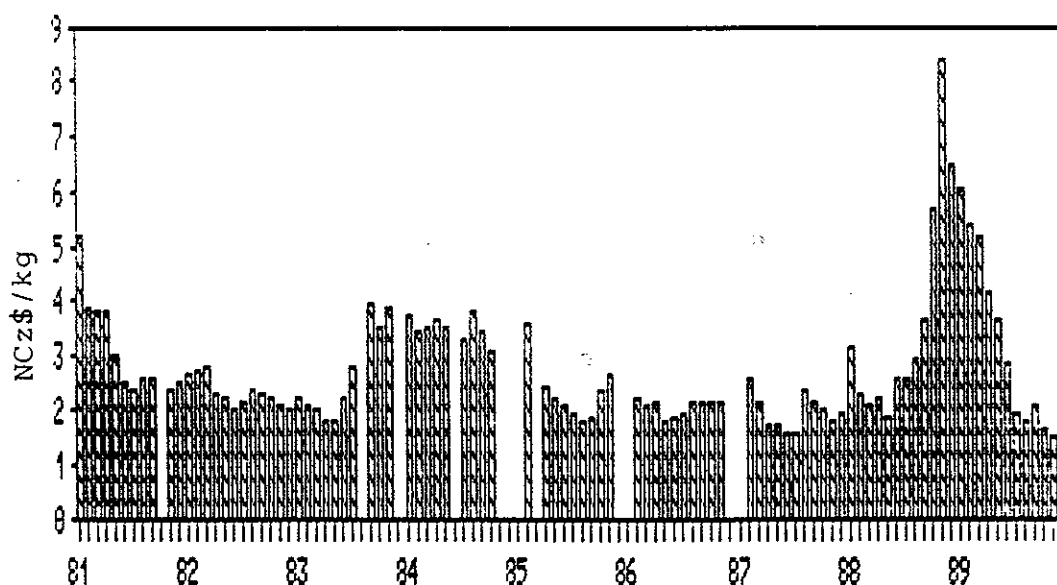
No início do ano havia uma expectativa de que a safra seria bem disputada entre as indústrias (as condições climáticas adversas haviam prejudicado várias lavouras, principalmente no sul do estado; as farinheiras estavam comprando raiz por preços considerados elevados à época e os preços dos derivados, apesar de em queda, ainda eram bons). Por isso, muitas indústrias procuraram antecipar suas compras. Entretanto, a redução do consumo dos derivados (altos preços x baixos salários) no estado e no país pressionou para baixo os preços dos derivados e, conseqüentemente, os da raiz, principalmente a partir da intensificação da colheita no centro-sul do país. Os aumentos nominais ocorridos durante a safra não foram suficientes para acompanhar a inflação do período; daí despencarem os preços reais. Apesar disso, eles foram compensadores, em particular para os produtores que venderam a raiz mais cedo e mesmo para os que a comercializaram mais tarde, mas obtiveram uma boa produtividade em suas lavouras.

8. FECULA

Em meados de 1988, a partir da constatação de que a produção seria pequena, os preços reais da fécula começaram a reagir e em novembro atingiram os valores mais elevados desta década (gráfico 2). A partir de então, entraram em queda constante (com exceção de setembro) e, em certos momentos, situaram-se entre os mais baixos dos últimos anos. Explicam esse comportamento descendente, entre outros, os seguintes fatores: 1. os patamares extremamente elevados atingidos pelos preços ao final de 1988/início de 1989; 2. a diminuição do consumo e a substituição, por parte de certos segmentos de consumidores, da fécula por outros produtos com preços mais acessíveis; 3. as elevadas taxas de inflação verificadas durante o ano, que fizeram com que os compradores trabalhassem com estoques pequenos; 4. a importação de fécula, que em alguns momentos do ano permitiu a venda do produto em certas praças por preços mais baixos; 5. o congelamento imposto pelo Plano Verão no início do ano, bem como o tabelamento dos preços de vários produtos de indústrias consumidoras de fécula.

GRÁFICO 2

PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ DA FÉCULA DE MANDIOCA RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA - 1981-89



FONTE: Fecularias.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Diferentemente do que ocorreu ao final da safra em 1988, quando as indústrias passaram a atender seus compradores de forma parcimoniosa, por causa da menor produção, em 1989 as indústrias, mesmo a partir do final da colheita, não conseguiram vender com a intensidade e nos preços desejados devido aos fatores acima mencionados. O aumento da oferta e da queda do consumo, nesta última safra, levou várias indústrias, particularmente as menores, com menor capital de giro (e este ano sem a disponibilidade de recursos para EGF), a venderem sua produção para indústrias maiores. Por isso, ao final da safra os estoques estavam mais concentrados, dessa forma evitando que os preços fossem deprimidos ainda mais. Por outro lado, porém, essa concentração não permitiu que eles fossem "puxados para cima" com a intensidade que as indústrias desejavam ou que seria necessária para compensar os elevados índices inflacionários.

TABELA 4

PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA FÉCULA DE MANDIOGA RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA - 1981-89

(NCz\$/kg)

MÊS	PREÇOS MÉDIOS	
	Período 1981-89	1989
Janeiro	3,86	6,08
Fevereiro	3,18	5,44
Março	2,98	5,22
Abril	2,72	4,18
Maio	2,45	3,70
Junho	2,24	2,92
Julho	2,31	1,99
Agosto	2,51	1,84
Setembro	2,72	2,10
Outubro	2,87	1,70
Novembro	3,37	1,50
Dezembro	3,28	1,16

FONTE: Fecularias.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

G. FARINHA

Como decorrência da escassez de raiz em 1988 e da menor produção de derivados, os preços da farinha iniciaram o ano em patamares elevados. Eles só não estiveram mais elevados, segundo algumas análises, porque o consumo deste produto foi reduzido em função da queda do poder aquisitivo, e substituído, principalmente no Nordeste, pelo de outros alimentos de menor preço (arroz e milho, por exemplo) que, devido à regularidade das chuvas naquela região em 1988, tiveram sua produção aumentada. Assim, o Nordeste conseguiu, durante boa parte de 1989, exportar o produto para outras regiões do país.

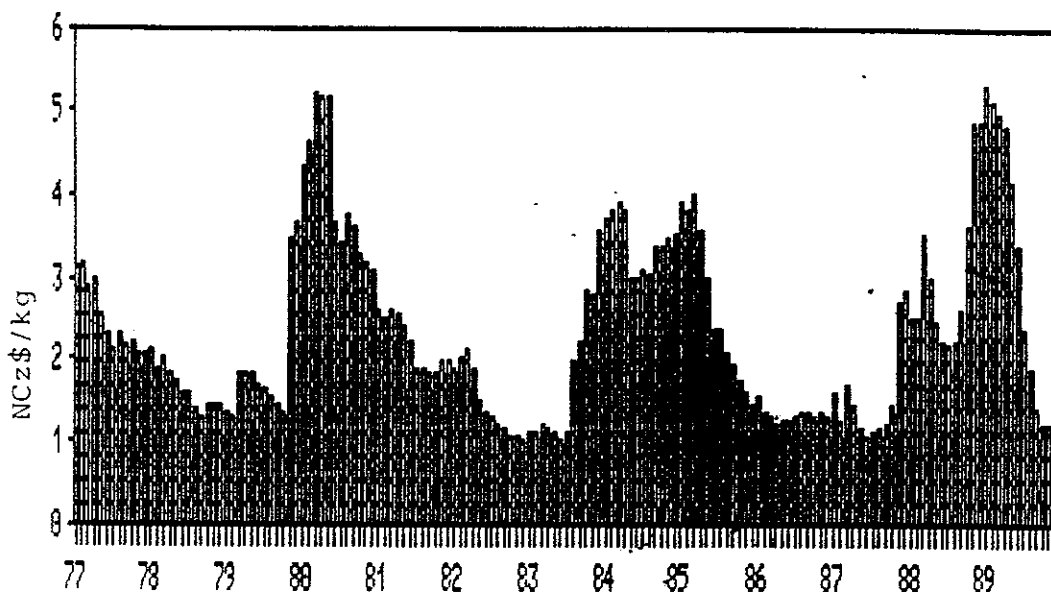
Esses fatores resultaram numa incompatibilidade entre os custos de produção/comercialização e os preços do atacado, que, apesar de elevados no início do ano, foram sistematicamente achatados em termos reais (gráfico 3). Contribuíam para isso, além de fatores que já ocorriam em anos anteriores (como o subsídio), a recuperação da produção nacional da mandioca e a elevada inflação que, tornando as aplicações financeiras mais atraentes, fez com que os atacadistas operassem com estoques bem reduzidos. Acrescentem-se os poucos e caros recursos para EGF, o retorno do subsídio ao trigo e os tabelamentos do Plano Verão ao consumidor muito baixos, principalmente no Norte/Nordeste.

O tabelamento da "farinha crua comum", pelo referido Plano, não chegou a ser tão problemático como o do Plano Cruzado em 1986. No caso da "farinha branca especial", fabricada nas regiões Litoral Norte, Florianópolis e Vale do Itajaí, o congelamento aos níveis praticados quando da divulgação do Plano Verão permitiu às farinheiras comercializar o produto sem maiores dificuldades.

A produção de farinha em 1989 - encerrada mais cedo devido aos baixos preços do produto - ficou, em grande parte, dispersa nas mãos dos pequenos engenhos. Entretanto, observou-se que alguns destes, em função das dificuldades do mercado, em determinados momentos depositaram suas produções juntos aos compradores maiores, sem, no entanto, acertar o preço.

GRÁFICO 3

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ DA FARINHA DE MANDIOCA CRUA FINA, A NÍVEL DE ATACADO EM FLORIANÓPOLIS - 1977-89



FONTE: CIMAG.

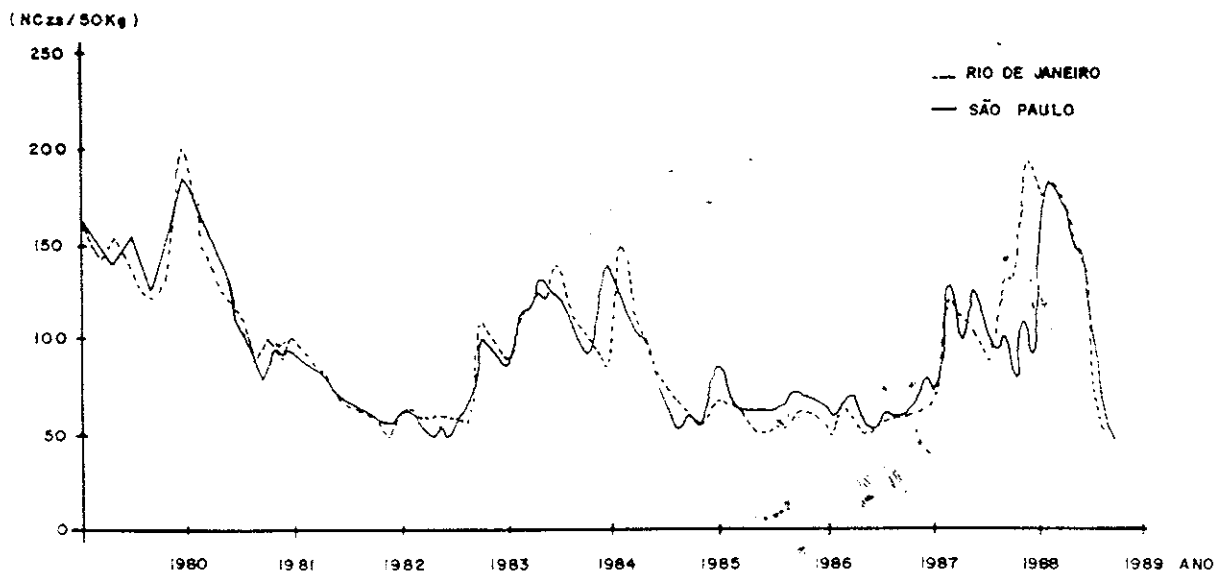
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Estes, que tradicionalmente centralizavam as compras, não o fizeram com a mesma intensidade de anos anteriores devido aos baixos preços do produto, à falta de perspectiva de aumento e ao alto custo de manutenção dos estoques. A liberação de recursos para EGF em agosto, embora pareça ter causado algum reflexo a nível nacional, não contribuiu para propiciar maiores movimentações no mercado do produto no estado.

GRÁFICO-4

PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ DA FARINHA DE MANDIOCA NO ATACADO DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO, 1980-89.



FONTE: CFP/DAEP/SUPRA/SIMA.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

(1) - A PREÇO DE OUT/89 - CORRIGIDO PELO IGP - DI DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

A subida acentuada dos preços dos derivados da mandioca no segundo semestre de 1988, aliada à queda do poder aquisitivo da população, resultou na diminuição do consumo, tanto da farinha quanto da fécula, a partir daquela época e durante todo o ano de 1989.

Em termos de abastecimento de fécula, pode-se dizer que antes do início da colheita de 1989 as indústrias, em razão da baixa produção do ano anterior, não conseguiram atender a toda a demanda. A partir da colheita, entretanto, a situação se inverteu, ou seja, a demanda diminuiu e várias indústrias, devido aos fatores anteriormente explicitados, só conseguiram realizar suas vendas com muita lentidão.

Apesar dos baixos estoques de farinha com que o país atravessou boa parte do ano, o abastecimento ocorreu, de modo geral, sem maiores problemas, até porque a Região Nordeste, tradicionalmente grande consumidora do produto, conseguiu, pela substituição da farinha por outros alimentos (o que já ocorria desde 1988), se auto-abastecer e, em certas épocas, até exportar o produto para outras regiões do país.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

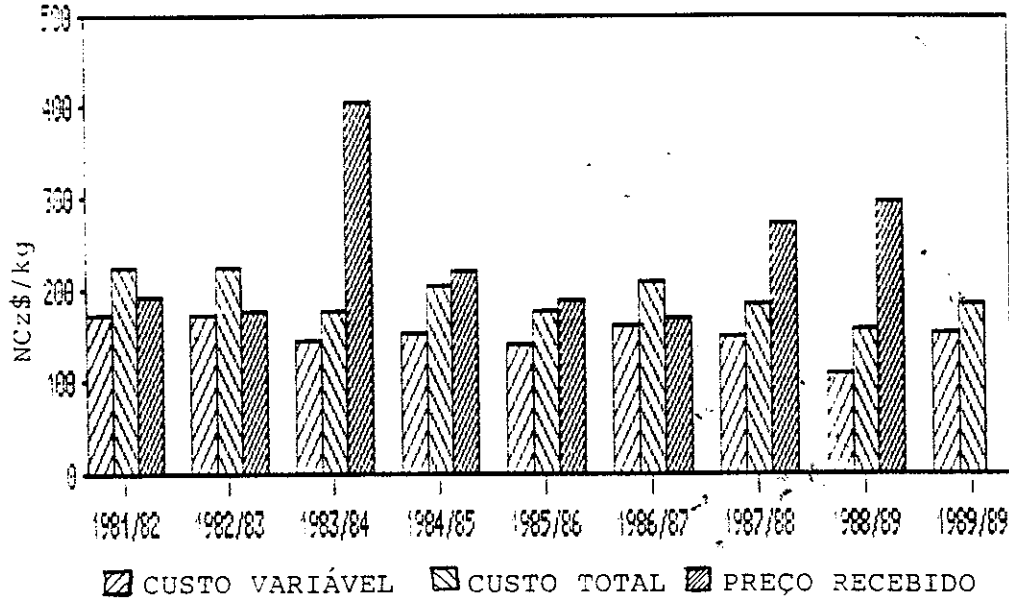
Os dados aqui analisados provêm dos "Custos de Produção" calculados pelo Instituto GEPA-SC, segundo determinada metodologia. Assim, mesmo evidenciando uma tendência geral sentida pelo setor mandioqueiro, não contemplam todas as particularidades existentes no estado.

Tomando-se por base a situação mais comum no Vale do Itajaí, isto é, a produção da raiz em lavouras de dois ciclos, observa-se o seguinte nos últimos oito anos (gráfico 5): nas safras 1983/84, 1987/88 e 1988/89, quando, por razões diversas, os preços da raiz atingiram preços reais elevados, a cultura mostrou-se bastante rentável; nas outras safras, os preços recebidos pelos produtores situaram-se abaixo ou pouco acima dos custos totais calculados, porém acima dos custos variáveis - o que, entre outras coisas, viabilizaria a atividade nesses "anos ruins".

Para o sul do estado, nas lavouras de um ciclo, observa-se, em linhas gerais, o mesmo comportamento acima descrito, embora em patamares um pouco superiores (Gráfico 6).

GRÁFICO 5

CUSTOS REAIS ⁽¹⁾ DE PRODUÇÃO, CUSTO VARIÁVEL E TOTAL DA MANDIOCA E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO VALE DO ITAJAÍ EM CULTURA DE DOIS CICLOS - SAFRAS 1981/82 A 1988/89

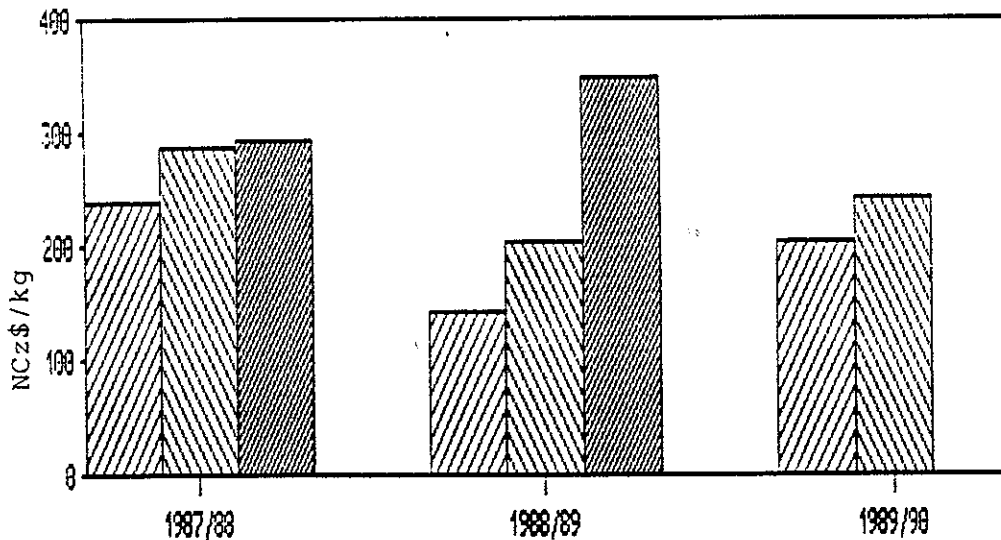


▨ CUSTO VARIÁVEL ▩ CUSTO TOTAL ■ PREÇO RECEBIDO
 FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 6

CUSTOS REAIS ⁽¹⁾ DE PRODUÇÃO, CUSTO VARIÁVEL E TOTAL DA MANDIOCA E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO SUL DO ESTADO EM CULTURA DE UM CICLO - SAFRA 1977/78 A 1989/90



▨ CUSTO VARIÁVEL ▩ CUSTO TOTAL ■ PREÇO RECEBIDO

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

6. PERSPECTIVAS PARA 1990

A. PRODUÇÃO

A nível nacional, embora ainda não se disponha de estimativas oficiais para 1990, as avaliações de diversas fontes apontam, em dezembro, para um novo aumento e situam a produção do próximo ano em aproximadamente 25.000.000 t.

Em Santa Catarina, a expectativa também é de uma produção maior que a de 1989, pois, além de avaliações subjetivas indicarem para um aumento da área plantada, as condições climáticas adversas foram amenizadas com as chuvas caídas a partir de meados de novembro e o desenvolvimento das lavouras é, em geral, considerado normal neste final de ano.

B. MERCADO

Para 1990, em função da perspectiva de aumento na produção catarinense e nacional e da atual perspectiva pouco animadora para os derivados, a previsão é de que os preços da raiz sejam inferiores aos preços reais da safra passada.

No caso dos derivados (farinha e fécula), embora as perspectivas em termos de preços não sejam muito animadoras, é possível que venham a apresentar alguma recuperação em valores reais, pelo próprio nível (extremamente baixo) em que se encontram atualmente e, no caso da farinha, pelos baixos estoques, considerados insuficientes para a entressafra em vários estados.

2. 10. MILHO

1. INTRODUÇÃO

Superado apenas pelo trigo e pelo arroz, o milho destaca-se, a nível mundial, como o terceiro mais importante cereal em termos de volume de produção. No Brasil, apesar do cultivo em todas as unidades da Federação, a produção se concentra no Centro-Sul, com destaque para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, que em conjunto respondem por aproximadamente 85% do volume total colhido no país.

Em Santa Catarina, além de ser a principal cultura tanto em área quanto em produção, o milho desponta também como o mais importante produto na formação do valor bruto da produção do subsetor lavouras. Mesmo sendo o estado um dos principais produtores brasileiros, o volume colhido tem-se mostrado insuficiente para atender à demanda, devido ao expressivo consumo do setor avícola e suinícola. Pelas características fundiárias e por se destinar principalmente ao suprimento das propriedades, a cultura do milho é uma atividade exercida predominantemente por pequenos e médios agricultores. Segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985, aproximadamente 195.000 deles dedicavam-se, de alguma forma, à atividade. Por outro lado, embora ainda não se disponha de informações mais atualizadas, vale lembrar que, pelo Censo de 1980, aproximadamente 50% dos produtores o cultivavam na modalidade solteiro; os demais, em associação e/ou consorciação com outras culturas.

Em termos espaciais, as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe, além de se destacarem como as maiores produtoras, também despontam como as maiores consumidoras, uma vez que é nelas que se concentra a maioria do plantel catarinense de aves e suínos.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de milho da safra 1988/89 situou-se em apenas 399,0 milhões de t (menos 10,9% em relação à anterior), ou seja, foi a menor registrada desde 1983/84, quando se colheram apenas 349,1 milhões de t. Este baixo desempenho se deveu principalmente aos problemas enfrentados pela safra norte-americana que, a exemplo de 1983, voltou a ser assolada por estiagens, fato que se traduziu numa colheita 30% inferior à da safra precedente. Colaborou ainda, para este mau desempenho, embora em escala bem mais reduzida, a drástica redução da safra argentina, que também enfrentou problemas de ordem climática, refletindo-se numa queda de produção da ordem de 48%. Vale destacar que, apesar dos problemas com a safra, os Estados Unidos continuaram como o 1º produtor mundial de milho. Já a China e o Brasil, onde a cultura não sofreu alterações significativas, permaneceram nas mesmas posições, ou seja, respectivamente segundo e terceiro colocados.

TABELA 1

PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MILHO - SAFRAS 1986/87 A 1989/90

(em milhões de t)

PAÍS	SAFRA			
	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90(1)
EUA	209,6	179,6	125,2	192,8
China	70,9	79,2	77,4	76,0
Brasil	26,5	24,7	26,0	25,8
CEE (12 países)	25,1	25,9	28,6	25,8
URSS	12,5	14,8	16,0	16,0
Leste Europeu	38,9	30,3	27,3	34,6
Argentina	9,3	9,0	4,8	6,5
Outros	84,2	83,9	93,8	90,1
Total Mundial	477,0	447,4	399,1	467,6

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Previsão (dez/89).

A safra brasileira apresentou um desempenho superior ao esperado. As estimativas pessimistas em relação ao Centro-Sul não chegaram a se concretizar. A queda de aproximadamente 3% na área de plantio - decorrente tanto de as estiagens terem atrasado e inviabilizado a semeadura de parcela da área prevista, principalmente no Paraná, quanto da maior atratividade da soja - foi neutralizada pelo excelente desenvolvimento apresentado pelas lavouras com o retorno das chuvas a partir do final de 1988. Em face disso, a produção regional, inicialmente prevista em apenas 21,0 milhões de t, acabou situando-se em aproximadamente 24,0 milhões, ou seja, foi superior à da safra anterior. Já no Norte/Nordeste, a safra apresentou um desempenho inferior ao da safra 1987/88. Além da redução de aproximadamente 5% na área de plantio - provocada por falta de chuvas no Ceará e por substituição de cultivo na Bahia - a cultura enfrentou problemas com o excesso de umidade durante o período vegetativo, principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, o que afetou a produtividade. Como consequência, a produção, que na safra anterior havia crescido para 2,67 milhões de t, caiu para 2,44 milhões.

Em termos globais, portanto, a produção brasileira de 1988/89 superou os 26,0 milhões de t, o que a caracterizou como a segunda maior já obtida, inferior somente à safra 1986/87, quando foram colhidos 26,79 milhões de t.

TABELA 2

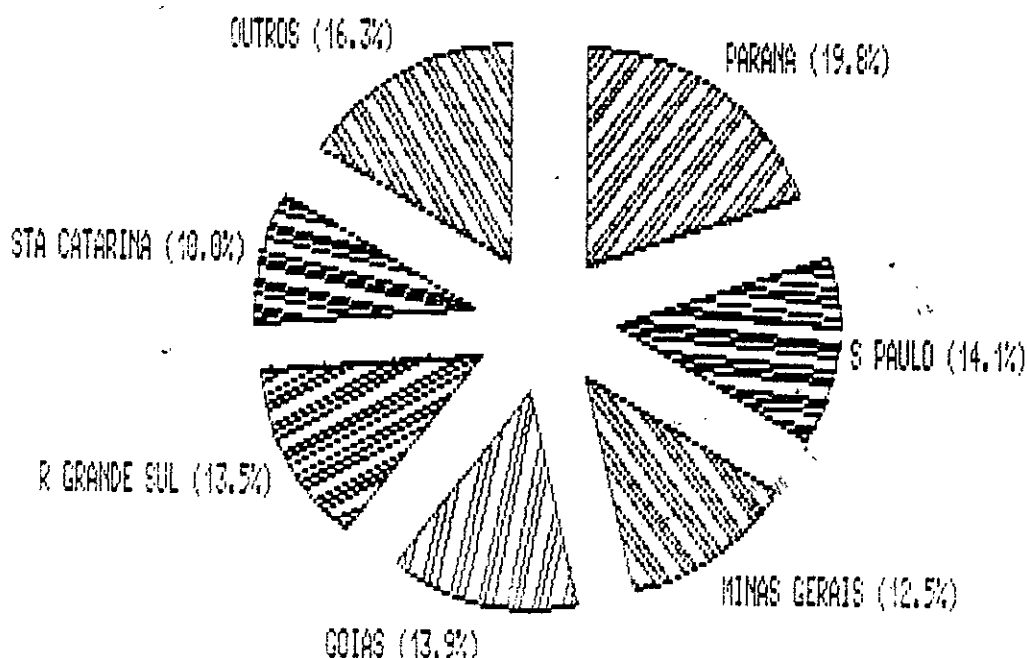
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR REGIÃO - SAFRAS 1985/86 A 1988/89 (em mil t)

REGIÃO	SAFRA			
	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89(1)
Norte	402,7	434,2	597,8	662,8
Nordeste	1.905,0	620,7	2.046,2	1.776,5
Centro Oeste	3.333,4	4.418,0	4.386,5	5.274,2
Sudeste	6.679,6	7.379,2	7.253,0	7.415,3
Sul	8.220,5	13.934,5	10.466,0	11.514,7
Total Brasil	20.541,2	26.786,6	34.749,5	26.643,5

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1986-89.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO,
SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89



FONTE: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da
Produção Agrícola, dez. 1989.

Em Santa Catarina, não obstante algumas dificuldades enfrentadas à época da semeadura - estiagem e queda de granizo ao final de outubro - a melhora das condições a partir de fins de dezembro permitiu que as lavouras apresentassem bom desenvolvimento, o que se traduziu na obtenção de uma produtividade média superior à dos últimos anos. Em face disso e de a área ter apresentado um leve crescimento, o volume colhido superou largamente as estimativas iniciais (da ordem de 2,37 milhões de t), situando-se em 2,66 milhões de t. Embora em volume esta tenha sido a maior safra já colhida, Santa Catarina não chegou a mudar de posição em relação ao contexto nacional. Com uma participação da ordem de 10,0% na produção, o estado continuou como o 6º produtor brasileiro do cereal.

No estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com 51% da produção, permanece como a principal produtora. Seguem, por ordem de importância, as microrregiões Colonial do Rio do Peixe (22,0%), Planalto de Canoinhas (7,0%), Campos de Curitibanos (5,3%) e Colonial do Alto Itajaí (4,4%).

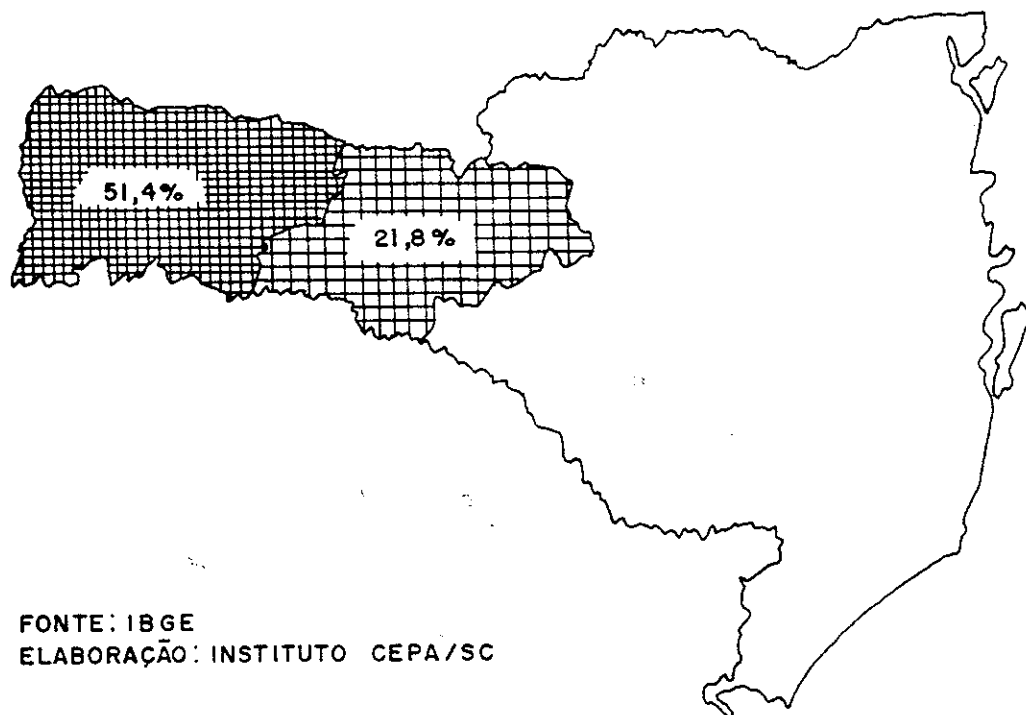
TABELA 3

ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Col. Joinville	5.690	4.730	15.337	11.728
Lit. Itajaí	1.117	930	3.348	2.787
Col. Blumenau	18.300	15.810	49.171	41.607
Col. Itajaí do Norte	10.900	9.930	22.890	23.245
Col. Alto Itajaí	42.620	41.190	121.023	117.650
Florianópolis	2.810	2.370	7.567	6.715
Col. Serrana Cat.	15.960	14.040	47.256	39.120
Lit. de Laguna	560	620	1.250	1.452
Carbonífera	21.042	17.840	58.680	50.135
Lit. Sul Cat.	7.240	5.500	15.197	10.374
Col. Sul Cat.	15.900	13.630	47.100	37.557
Campos de Lages	23.000	20.300	48.515	41.718
Campos de Curitibanos	66.125	60.000	129.140	140.650
Col. Rio do Peixe	218.825	210.685	611.713	582.810
Col. Oeste Cat.	470.611	505.980	1.054.133	1.369.513
Planalto de Canoinhas	67.300	73.550	138.940	185.930
TOTAL ESTADO	988.000	997.105	2.371.200	2.662.990

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1988-89.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA — SAFRA — 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Apesar da queda da produção, o consumo mundial de milho na temporada 1988/89 continuou semelhante ao da anterior (462,0 milhões de t), graças aos expressivos excedentes de outras safras. Os estoques finais, no entanto, decresceram substancialmente, caindo para os níveis mais baixos dos últimos anos. Para a próxima temporada, mesmo com a perspectiva de uma sensível recuperação da produção, a tendência é de os estoques continuarem decrescendo. Esta assertiva baseia-se nas projeções que apontam para um crescimento da demanda, tanto a nível mundial (cerca de 2%), quanto nos Estados Unidos (mais 6%). Este incremento de consumo, por sua vez, deverá alicerçar-se na perspectiva de crescimento da produção de frangos (prevista em cerca de 4%) e na possibilidade de que preços mais favoráveis estimulem a demanda pelo cereal.

TABELA 4

ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO DOS ESTADOS UNIDOS E TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1988/89 E 1989/90

ESPECIFICAÇÃO	(em milhões de t)			
	ESTADOS UNIDOS		TOTAL MUNDIAL	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Estoque inicial	108,18	49,02	146,32	87,44
Produção	124,99	192,79	399,10	467,71
Importação	0,13	0,08	73,71	74,91
Uso doméstico	131,57	139,07	457,98	473,00
Exportação	52,70	54,61	73,41	74,24
Estoque final	49,02	48,21	87,44	82,15

FONTE: USDA.

Previsão nov/89.

Em termos de Brasil, o abastecimento mostrou-se, de uma forma geral, bastante tranquilo. O bom nível da produção, acrescido dos estoques da safra anterior (carry over) e de algumas compras do exterior, proporcionou uma oferta total da ordem de 29 milhões de t. Apesar das disponibilidades significativamente superiores ao consumo global, a concentração dos estoques no Centro-Oeste continuou, embora em menor escala,

gerando deficiência de oferta em estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que, apesar de grandes produtores, têm consumos superiores às próprias produções. Igual situação aconteceu no Nordeste, onde a oferta regional é tradicionalmente inferior à demanda. Por outro lado, o encarecimento do produto do Centro-Oeste (em razão dos altos custos dos fretes), juntamente com os preços mais favoráveis do mercado internacional e a isenção das taxas de importação favoreceu as aquisições de milho do exterior para o Nordeste e para o Sul. Não fosse isso, as importações seriam completamente desnecessárias, já que os estoques de passagem previstos para o início de março/90 são superiores a 3,0 milhões de t. O quadro abaixo dá idéia do comportamento da oferta/demanda brasileira de milho nas duas últimas temporadas.

TABELA 5

ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO DE MILHO PARA O BRASIL - 1988-89

(em mil t)

ITEM	1988	1989
Estoque inicial	2.879,4	2.799,4
Produção	25.225,0	26.374,3
Importação	15,0	120,0
Suprimento	28.119,4	29.293,7
Consumo	25.320,0	25.890,0
Excedente	2.799,4	3.403,7

FONTE: CFP/SUPRA.

Em Santa Catarina, o suprimento também se mostrou razoável. O crescimento da produção e a diminuição do consumo - principalmente em razão da expressiva redução do plantel de suínos, da ordem de 15% em relação a 1988 - proporcionaram uma situação de abastecimento mais tranquila do que no ano anterior. Apesar disso, o estado permaneceu com um déficit da ordem de 300 mil t, que teve de ser coberto com aportes de milho de outros estados, principalmente do Paraná e do Mato Grosso. Colaboraram, ainda, para o suprimento catarinense, os leilões de milho promovidos pela CFP na Bolsa Catarinense (até março e, posteriormente, em nov/dez) e a realização de pequenas importações da Argentina.

ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO EM SANTA CATARINA -
1988-1989

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989
DEMANDA	2.709,9	2.608,7
Consumo Humano	65,0	70,0
Consumo Animal	2.560,0	2.449,2
. Suínos	1.397,4	1.230,0
. Frangos de Corte	805,7	844,4
. Matrizes	88,0	93,1
. Poedeiras	41,4	38,6
. Perus	83,1	77,8
. Outros animais	185,3	165,3
Consumo industrial	80,0	85,0
Sementes	4,0	4,5
PERDAS	237,0	266,0
NECESSIDADE TOTAL	2.946,9	2.874,7
PRODUÇÃO	2.371,0	2.660,0
DÉFICIT	575,9	214,7

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

OBS: Não são considerados os estoques de passagem, nem as saídas para o Rio Grande do Sul, calculados em aproximadamente 100 mil t.

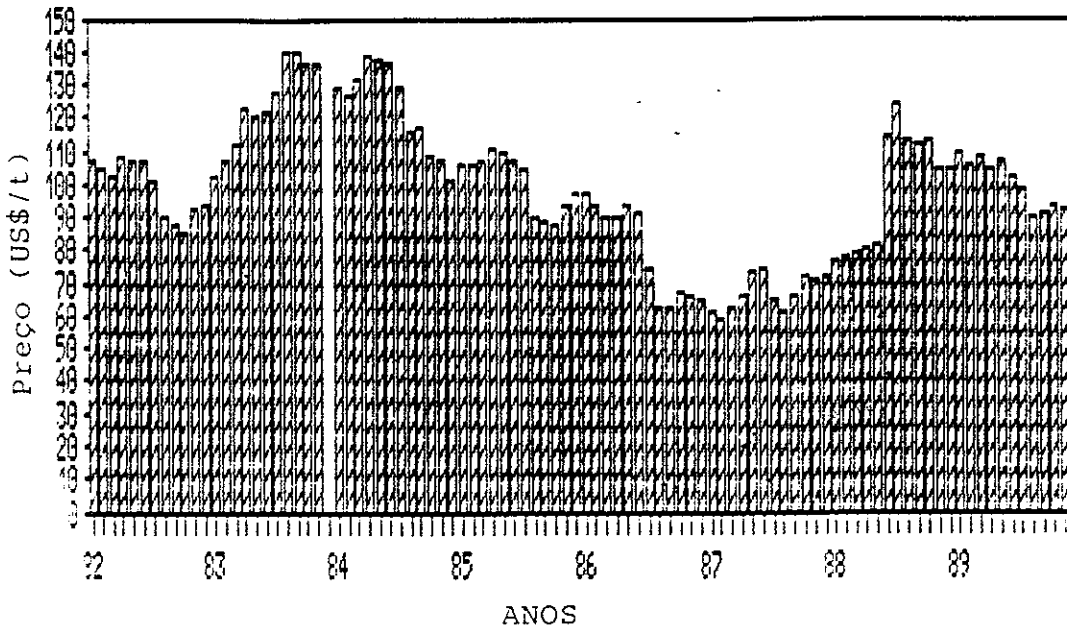
4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O comércio internacional de milho mostrou um comportamento bem mais calmo que em 1988. O mercado, após ter absorvido a sensível alta de mercado do ano passado - decorrência da quebra da safra americana - apresentou um gradativo processo de enfraquecimento, que foi se acentuando na medida em que a nova safra dos Estados Unidos apresentava sinais de grande recuperação. As cotações, que em meados de 1988 (gráfico 2) atingiram patamares próximos a US\$ 124,00/t, refluíram paulatinamente, caindo para níveis pouco superiores a US\$ 90,00/t nos últimos 4 meses de 1989. É de se ressaltar, entretanto, apesar deste expressivo recuo, que os preços internacionais ainda se mantiveram em patamares sensivelmente superiores aos registrados entre meados de 1986 e princípios de 1988, quando as cotações oscilaram entre US\$ 59,00 e US\$ 82,00/t. Quanto à tendência, os primeiros meses do ano vindouro deverão manter os preços em níveis próximos aos do final deste ano. Isto porque, apesar do crescimento da

produção mundial, o nível dos estoques deverá continuar baixo, dando sustentação ao mercado.

GRÁFICO 2

PREÇO DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - 1982-89



FONTE: Folha de São Paulo.

O mercado do Centro-Sul apresentou um comportamento diferente do tradicional. Os preços, após terem mostrado tendência normal da queda nos primeiros 4 meses de 1989 - em face da continuidade das vendas da CFP até março, e da própria entrada da nova safra - entre meados de maio e meados de junho experimentaram um forte aquecimento. Esta elevação abrupta, que não é normal para um período ainda de grande oferta, foi creditada principalmente à retração dos vendedores (que apostavam em preços ainda melhores no segundo semestre) e à necessidade de recomposição de estoques por parte de muitos consumidores. Estes, por terem adotado uma política de compras da "mão para a boca" em face de os altos juros terem desestimulado a formação de estoques, tiveram de retornar ao mercado para não ficarem desabastecidos. Após este movimento de alta, no entanto, com a expectativa da entrada iminente da CFP no mercado e com o grande interesse de vendas por parte de

produtores e cooperativas - estimulados seja pela atratividade do mercado financeiro, seja pelos vencimentos dos créditos de custeio - a oferta aumentou substancialmente, refletindo-se sobre os preços, que acusaram acentuados decréscimos reais até a primeira semana de agosto. A partir daí, o mercado novamente se firmou. O término da colheita, a redução das vendas diretas por parte dos produtores e os ajustes no preço mínimo da safra 1988/89 - ampliação das correções até 1º de setembro, com incorporação de um acréscimo de 14,83% retroativo a 1º de agosto - foram os fatores que deram suporte aos preços até meados de setembro, quando novamente se iniciou um período de relativa estabilidade nominal, que se estendeu até a primeira semana de novembro. Para esta estabilidade colaboraram não só o desinteresse na formação de estoques frente às altas taxas do "overnight", como, também, a estabilização de algumas importações da Argentina em face tanto de preços favoráveis, como da própria isenção das taxas de importação.

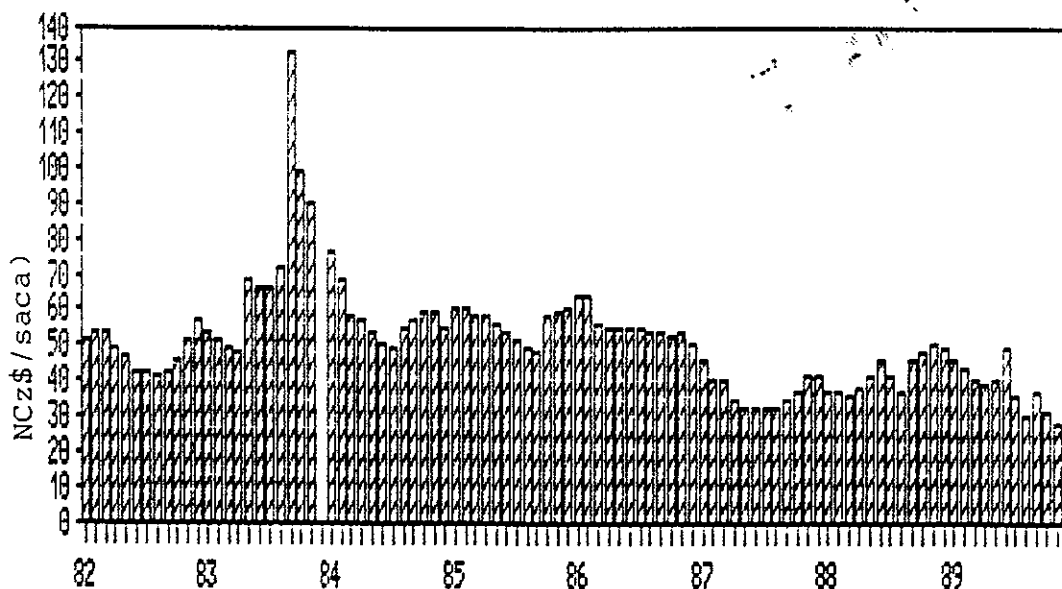
De meados de novembro em diante, apesar de a GFP ter retomado as vendas em bolsas com preços inferiores aos de intervenção - por se tratar de produto de safras velhas sujeito a deterioração - as cotações voltaram a apresentar tendência de crescimento real. Este movimento se deveu tanto à sensível redução da oferta quanto ao retorno de muitos consumidores ao mercado para cobrir suas necessidades mais imediatas. É de se ressaltar, entretanto, que, apesar de alguns períodos de maior aquecimento, as cotações no transcorrer do segundo semestre não só não retornaram aos níveis de maio/junho, como se mostraram, de um modo geral, sempre inferiores às dos primeiros meses do ano.

O mercado atacadista catarinense mostrou um comportamento semelhante ao do restante do Centro-Sul. Após ter-se apresentado bastante tranquilo até meados de abril, mostrou um expressivo fortalecimento em maio/junho, voltando a acalmar-se em seguida até meados de agosto. Daí em diante continuou alternando períodos de calma com outros de maior firmeza, porém sempre com tendência de queda em termos reais. Com isso, os preços, no transcorrer do segundo semestre (gráfico 3), não só foram inferiores aos do primeiro, como também se mostraram mais fracos do que os registrados em todo o

transcorrer de 1988. Este comportamento, que diferiu do tradicional - normalmente os preços no segundo semestre são melhores que os do primeiro - foi creditado seja a um quadro de oferta/demanda da Região Sul bem mais ajustado do que em anos anteriores, seja ao reforço proporcionado por algumas importações da Argentina. Além disso, o desinteresse na formação de estoques de maior fôlego - decorrência do atrativo proporcionado pelo mercado financeiro - também colaborou para esta tendência do mercado.

GRÁFICO 3

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO MILHO PAGOS NO ATACADO
CATARINENSE - 1982-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) a preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Por esse comportamento do mercado atacadista, os preços recebidos pelos produtores do oeste catarinense acusaram perdas reais sucessivas até abril, voltando a recuperar-se nos dois meses subsequentes. Vale registrar que, apesar desta tendência declinante, as cotações aos produtores foram, ainda assim, melhores do que as registradas nos mesmos períodos de 1987 e 1988. Isto proporcionou uma razoável remuneração aos agricultores que comercializaram a produção nos primeiros seis meses do ano (gráfico 3). Quem deixou para vender no segundo

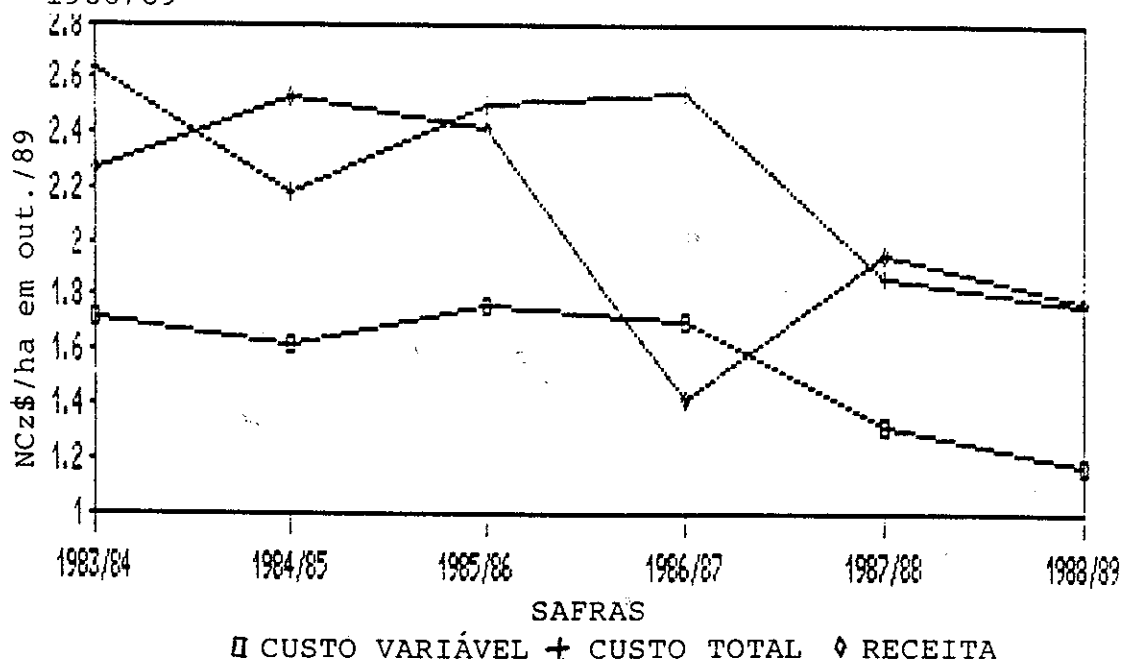
semestre, porém, não teve a mesma rentabilidade, uma vez que as cotações apresentaram, na maior parte do período, decréscimos reais sucessivos.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Ao se compararem monetariamente os custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA/SC à época da sementeira com os preços recebidos pelos produtores em maio dos anos seguintes (um dos meses de maior colheita), constata-se que a rentabilidade da cultura, embora menor que a de 1988, ainda se mostrou positiva. Apesar de o nível da receita ter sido, em termos reais, inferior ao da safra 1987/88, este fato foi contrabalanceado por um pequeno decréscimo constatado nos custos de produção (gráfico 4). Esta situação, relativamente favorável, juntamente com a manutenção do nível real do preço mínimo, auxiliou a sustentar a tendência de a área plantada situar-se próximo à da safra 1988/89.

GRÁFICO 4

CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 - 1988/89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

6. PERSPECTIVAS

A produção mundial de milho da safra 1989/90 deverá acusar uma expressiva recuperação e alcançar algo próximo a 467 milhões de t (399 milhões na anterior). A boa performance da safra norte-americana é a principal responsável por esta perspectiva. Apesar deste crescimento, a tendência é de os estoques mundiais continuarem em queda, em razão da expectativa de que a demanda mundial continuará em ascensão. Em face disso, há possibilidade de os preços internacionais permanecerem em níveis semelhantes aos registrados nos últimos meses de 1989.

No que tange à safra do Centro-Sul do Brasil, as estimativas mais correntes situam a área de plantio em níveis próximos aos 9,0 milhões de ha cultivados na safra passada. Em face disso e embora a produtividade possa ser um pouco inferior à obtida em 1989 - principalmente em decorrência de uma menor utilização de insumos, frente aos problemas com o crédito de custeio - a perspectiva é de uma produção regional da ordem de 13,0 milhões de t. Se a esse número for somada a produção potencial do Norte/Nordeste, a safra brasileira poderá atingir algo próximo a 25,8 milhões de t. Apesar desta estimativa inferior à do ano passado (26,6 milhões de t), o suprimento nacional como um todo deverá estar assegurado. Isto porque não só os estoques de passagem serão expressivos (mais de 3,0 milhões t), como também porque o consumo não deverá ser muito superior aos 25,8 milhões de t estimados para 1989. Esta projeção, todavia, não descarta a possibilidade de ocorrerem deficiências de suprimentos em estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas produções são tradicionalmente insuficientes para cobrir as respectivas demandas. No que diz respeito ao comportamento dos preços, acredita-se que após o expressivo aquecimento de janeiro os mesmos tendam a acalmar-se durante o período da colheita e voltem a apresentar crescimentos reais no transcorrer do segundo semestre.

A safra catarinense também mostra boas possibilidades com uma área plantada de aproximadamente 990 mil ha. A produção pode superar os 2,45 milhões de t inicialmente previstos, já que o regime de chuvas, pelo menos até janeiro, vinha favorecendo o desenvolvimento das lavouras. Mesmo que esta projeção mais favorável se concretize, o déficit estadual de milho tende a superar a casa das 400 mil t, devido à perspectiva de avanço do consumo frente à possibilidade de recomposição do abate de suínos e de um leve crescimento na produção de aves.

2.11. SOJA

1. INTRODUÇÃO

Principal oleaginosa a nível mundial, seu cultivo concentra-se principalmente nas Américas. Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, além de se destacarem, respectivamente, como 1^o, 2^o e 4^o produtores (o terceiro é a China), respondem em conjunto por mais de 75% da produção mundial.

No Brasil, seu cultivo vem se expandindo sistematicamente desde o início da década de 70. A produção, que inicialmente se concentrava na Região Sul, avançou gradativamente para o Sudeste e para o Centro-Oeste e atualmente já alcança alguns estados do Nordeste, principalmente a Bahia e o Maranhão. Apesar deste avanço, o Rio Grande do Sul e o Paraná ainda permanecem como os principais produtores brasileiros. Já Santa Catarina, embora continue se mantendo como o 8^o produtor, vem tendo sua participação reduzida de ano para ano, não só porque a área de plantio praticamente se estabilizou nas últimas safras, como também, e principalmente, devido ao grande avanço do cultivo no Centro-Oeste. A nível de estado, a produção concentra-se no oeste e no planalto, com destaque para a microrregião Colonial do Oeste, que em 1989 respondeu por cerca de 68% da produção catarinense.

Embora no estado a soja seja plantada por aproximadamente 59.000 produtores (muitos dos quais a cultivam em consórcio com o milho), a maior parte da produção tem origem nas propriedades maiores. Segundo o Censo de 1980 (último dado disponível), 8% dos produtores respondiam por quase 50% da produção catarinense.

2. PRODUÇÃO

A safra mundial de soja de 1988/89 situou-se, segundo o USDA (relatório de nov/89), em 95,0 milhões de t. Este volume, sensivelmente inferior aos 103,0 milhões colhidos na safra anterior, decorreu principalmente da grande frustração da safra americana - que caiu de 52,3 para 41,9 milhões de t - e, em menor escala, da baixa performance da safra argentina. Esta queda só não foi maior graças ao bom desempenho da produção brasileira. O grande avanço da safra brasileira, por sinal, não só compensou o baixo nível da colheita do país vizinho, como foi responsável pelo fato de a produção sul-americana ter crescido para 31,6 milhões de t, ou seja, ter apresentado um incremento de quase 10% em relação à de 1987/88. Ressalte-se, neste contexto, a importância que a América do Sul vem ganhando nos últimos anos, já respondendo por aproximadamente 30% da produção mundial da oleaginosa.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS
1985/86 A 1989/90

(em milhões de t)

PAÍS	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89(1)	1989/90(1)
E.U.A.	57,11	52,80	52,33	42,12	52,70
Brasil	14,10	17,30	18,02	23,00	20,50
China	10,51	11,61	12,43	11,65	11,30
Argentina	7,30	7,00	9,70	6,60	10,50
Outros	7,92	9,21	10,87	11,76	72,67
TOTAL	96,94	97,92	103,35	95,13	107,67

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.
(1)Previsão dez/89.

A produção brasileira, como já foi dito, registrou um expressivo crescimento. O aumento da área plantada, que passou de 10,7 para 12,2 milhões de ha, principalmente em virtude do forte atrativo proporcionado pelos altos preços internacionais de meados de 1988 (consequência dos prejuízos da safra americana), foi um dos principais fatores responsáveis por este desempenho. Por outro lado, apesar de as estiagens terem atrapalhado a semeadura, as excelentes condições climáticas registradas em todo o restante do ciclo favoreceram a cultura,

o que resultou numa produtividade superior a 1.900 kg/ha, ou seja, a maior já obtida. Esta conjugação de fatores traduziu-se numa produção recorde de quase 24,0 milhões de t.

TABELA 2
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA NO BRASIL - SAFRAS 1974/75 A 1988/89

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1974/75	5.825	9.893	1.698
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.835	1.564
1982/83	8.486	14.582	1.719
1983/84	9.456	15.483	1.645
1984/85	10.153	18.278	1.800
1985/86	9.186	13.335	1.452
1986/87	9.131	16.979	1.859
1987/88	10.523	18.021	1.712
1988/89(1)	12.210	24.096	1.973

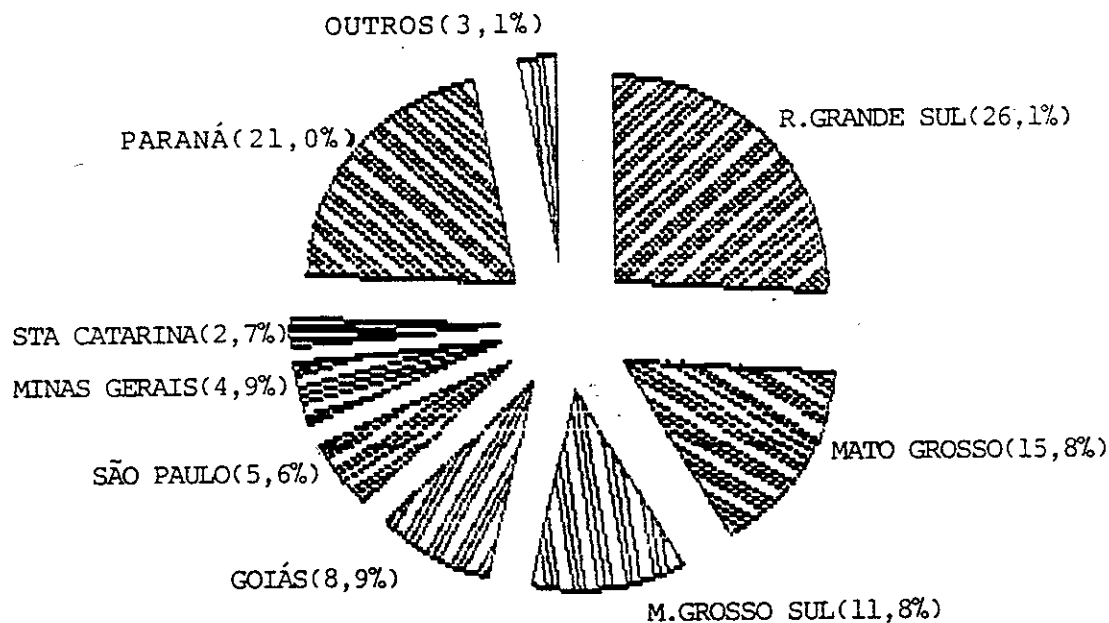
FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1975-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89



FONTE: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A safra catarinense também apresentou um bom desempenho. Apesar de alguns percalços sofridos à época da semeadura, em decorrência da escassez de umidade, a regularização do regime de chuvas a partir do final de dezembro permitiu às lavouras um excelente desenvolvimento. Por esta razão e por ter a área semeada apresentado um incremento da ordem de 5,8%, a produção inicialmente estimada em cerca de 612.000 t superou a expectativa e situou-se em 660.500 t, vindo a ser a segunda maior já obtida no estado (a primeira foi a de 1979/80, quando foram colhidas 718 mil t).

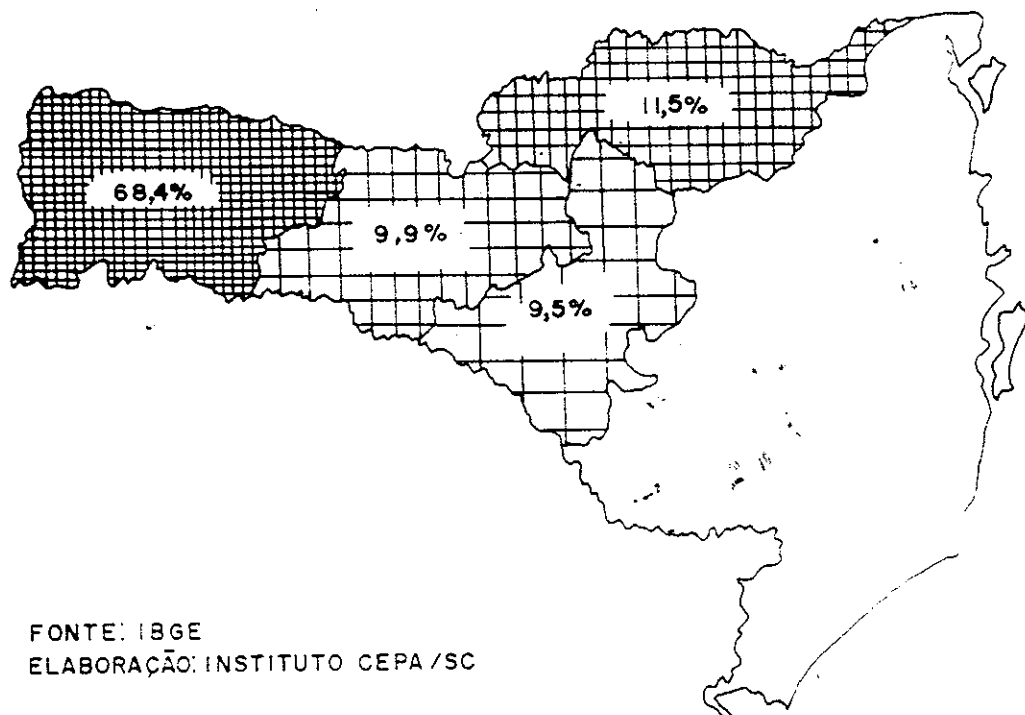
Em termos regionais, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com 68,4% da produção, manteve-se na primeira colocação, seguindo-se, por ordem de importância, as microrregiões Planalto de Canoinhas (11,8%), Colonial do Rio do Peixe (9,9%) e Campos de Curitibanos (9,5%) (tabela 3).

TABELA 3
ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE OBTIDA DE SOJA, POR MICRORREGIÃO
HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		QUANTIDADE OBTIDA (t)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
	Col. Alto Itajaí	125	160	275
Lit. Sul Catarinense	725	925	1.276	1.761
Campos de Lages	1.457	1.300	2.623	2.325
Campos de Curitibanos	31.560	31.850	47.907	62.600
Col. Rio do Peixe	60.502	63.080	54.917	65.587
Col. Oeste Catarinense	283.271	303.420	354.715	451.657
Plan. de Canoinhas	37.360	37.670	58.287	76.316
ESTADO	415.000	438.405	520.000	660.567

FONTE: Fundação IBGE/CGEA/SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1988-89.
ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Apesar da sensível diminuição da produção mundial acarretada pela quebra da safra americana de 1988, com uma conseqüente redução dos estoques finais da temporada 1988/89, o suprimento mundial da oleaginosa não chegou a sofrer maiores entraves. Além de o acentuado crescimento dos preços internacionais em meados do ano passado ter-se traduzido numa acomodação do consumo - que apresentou um decréscimo da ordem de 4% em relação à temporada precedente - a maior oferta da produção brasileira também colaborou para proporcionar um razoável nível de abastecimento até setembro, quando do início da colheita nos Estados Unidos. Já a boa produção da nova safra daquele país e a perspectiva de crescimento da safra mundial para algo próximo a 108 milhões de t fazem prever, a despeito das estimativas de aumento de consumo (cerca de 8%), que os

estoques mundiais ao final da temporada comercial 1989/90 se situarão em torno de 20,0 milhões de t. Este número, além de ser 5% superior ao da temporada anterior, já não difere muito dos registrados ao final das temporadas 1988/87 e 1987/88 (tabela 4).

TABELA 4
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS DE SOJA - TEMPORADAS
COMERCIAIS DE 1988/89 E 1989/90.

(em milhões t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	88/89	89/90	88/89	89/90	88/89	89/90
Estoque inicial	19,70	18,12	3,63	2,69	2,16	1,70
Produção	95,00	107,91	64,05	70,17	14,54	15,84
Importação	24,27	25,70	25,43	27,68	3,78	3,97
Uso Doméstico	97,68	105,66	65,18	70,19	15,23	15,80
Exportação	23,18	25,74	25,26	27,24	3,56	3,98
Estoque final	18,12	20,32	2,69	2,61	1,70	1,73

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Previsão nov/89.

Em termos de Brasil, o grande avanço da produção permitiu não só que o volume de esmagamento interno crescesse para algo próximo a 16,0 milhões de t (13,7 milhões em 1988), como, também, contribuiu para o aumento das exportações, principalmente as de grãos. As estimativas são de que em 1989 as vendas para o exterior se tenham situado em aproximadamente 4,6 milhões de t de grãos, 9,7 milhões de t de farelo e cerca de 950 mil t de óleo, contra, respectivamente, 2,6 milhões, 8,4 milhões e 650 mil t exportados em 1988. Este volume de vendas, apesar dos preços internacionais não de todo favoráveis e de algumas perdas proporcionadas pelo atraso da comercialização, traduziu-se numa receita cambial da ordem de 3,5 bilhões de dólares, superando o recorde de 3,19 bilhões de dólares de 1981. Já o consumo interno, mesmo apresentando crescimento, continua, principalmente em relação ao farelo, bastante modesto. A demanda interna por farelo absorve somente cerca de 20% do total produzido, o que, ao proporcionar um grande excedente, permite que o Brasil se situe como o principal exportador mundial deste subproduto.

Para o próximo ano, embora tudo indique que a produção

do grão venha a ter um decréscimo superior a 15%, o volume do esmagamento interno deverá manter-se em nível semelhante ao de 1989, graças ao grande nível dos estoques de passagem (cerca de 1,5 milhão de t). Isto deverá permitir - exceto para os grãos, que tendem a apresentar uma certa redução - um bom nível de exportações.

TABELA 5
BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA NO BRASIL - SAFRAS 1988/89 E 1988/90

(em mil t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
	Est. Inicial	442	504	312	313	117
Produção	18.127	23.756	10.710	12.630	2.576	3.013
Importação	62	60	-	-	55	20
Exportação	2.611	4.600	8.416	9.700	653	950
Esmagamento	13.676	16.000	-	-	-	-
Cons. interno	-	-	2.293	2.800	1.933	2.050
Sementes/perdas	1.100	1.150	-	-	-	-
Outros(1)	740	1.050	-	-	-	-
Est. Final	504	1.520	313	343	162	195

FONTE: CFP/DAEP/SUPRA.

(1) Incluem-se, neste item, perdas, consumo não-tradicional e descaminho. Estimativa nov/89.

Em Santa Catarina, a produção foi cerca de 27% superior à da safra anterior; ainda assim, o volume colhido (660 mil t) continuou insuficiente para atender à demanda do parque esmagador. Com uma capacidade nominal de processamento superior a 1,3 milhão de t/ano, as empresas catarinenses, como é tradicional, tiveram que adquirir o produto em grão de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Embora não estejam disponíveis dados anuais atualizados sobre a origem da soja esmagada pelas empresas catarinenses, a tabela 6, referente ao ano de 1987, dá idéia do fluxo do produto.

TABELA 6
ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES EM 1987

ORIGEM	QUANTIDADE (t)
Santa Catarina	367.511
Rio Grande do Sul	286.888
Mato Grosso do Sul	274.061
Paraná	177.517
Outros estados	27.934
Do exterior	199.022
TOTAL	1.332.933

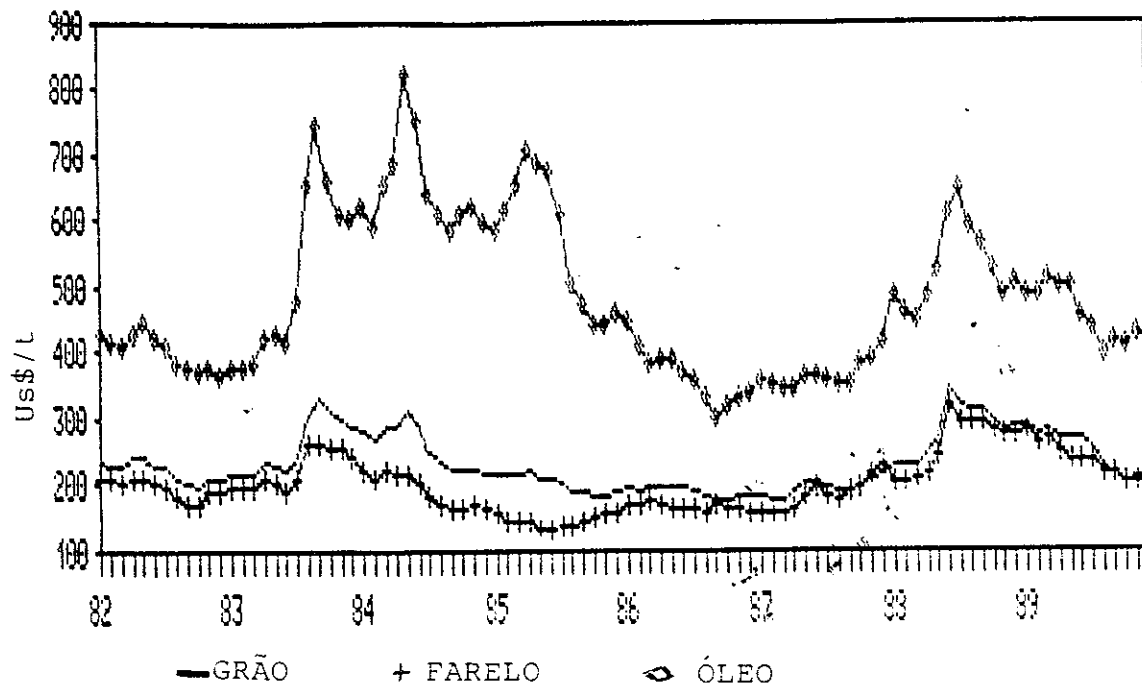
FONTE: Fundação IBGE. Levantamento da Produção de Soja (grão)
Utilizado pelas Indústrias de Transformação, 1987.

4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O mercado internacional da soja-grão apresentou um comportamento declinante na maior parte do ano. Embora em março as cotações fossem sustentadas por uma maior movimentação de compras de farelo por parte da União Soviética, pelas notícias de que as chuvas estariam atrapalhando a colheita no Brasil e pelas perspectivas pessimistas em relação à safra argentina, o mercado voltou a enfraquecer em seguida. O bom desenvolvimento da safra americana, posteriormente confirmado pela obtenção de uma boa produção, foi determinante para que o mercado acusasse sucessivas quedas até agosto, quando as cotações em Chicago caíram, pela primeira vez desde fins de 1987, abaixo de US\$ 6,00/bushel. Esta tendência declinante permaneceu até meados de outubro, quando, por um pequeno período, os preços desceram a um patamar levemente inferior a US\$ 5,50/bushel. Daí em diante, embora sem grandes alterações, o mercado apresentou uma certa recuperação, fechando o ano tendendo a encostar novamente nos US\$ 6,00/bushel. De qualquer forma, o que se verificou foi que a média das cotações de dezembro (gráfico 2) foi cerca de 27% inferior à de janeiro. Quando comparado a junho/88, o recuo foi ainda mais expressivo, situando-se próximo a 40%. O mercado dos subprodutos mostrou uma tendência semelhante à do grão, apresentando um pequeno fortalecimento em março e caindo sistematicamente até outubro, quando voltou a acusar pequena recuperação.

GRÁFICO 2

PREÇOS MENSAIS INTERNACIONAIS DA SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO - 1982-89



FONTE: Folha de São Paulo.

Internamente, a comercialização também não apresentou um bom desempenho. A expectativa dos produtores de que os preços, a exemplo do ano anterior, ganhariam maior impulso no transcorrer da safra, foi frustrada. A defasagem cambial, o tabelamento dos preços do óleo e as altas taxas de juros (que desestimularam a formação de estoques por parte das indústrias) foram os fatores que mais contribuíram para que o nível dos negócios apresentasse um ritmo bastante lento no transcorrer do primeiro semestre, principalmente em junho. Naquele mês, embora o governo, para contornar o "boicote" à comercialização, tenha liberado os preços internos do óleo (que passou a ser controlado pelo sistema custo, lucro e despesas) e prorrogado os vencimentos dos empréstimos de custeio, o impasse só veio a ter uma solução satisfatória com a midi-desvalorização do cruzado (cerca de 12%) ao final daquele mês. A partir daí, mesmo com a comercialização tomando um maior impulso, o grande volume da oferta interna (devido ao atraso de comercialização e ao grande volume colhido) e os sucessivos recuos dos preços internacionais continuaram pressionando o mercado. Em face

dessa situação, os preços internos, que iniciaram o ano em níveis razoáveis, acusaram sucessivos decréscimos reais até meados de agosto. A seguir, o mercado mostrou-se mais firme. A diminuição da oferta no Sul e no Sudeste, o avanço das exportações, o maior interesse de compras por parte dos exportadores e das indústrias de esmagamento e, ainda, a melhora dos preços no Centro-Oeste - em decorrência dos ajustes e da prorrogação do preço mínimo - foram os fatores que deram suporte ao mercado. Com isso, além de as cotações se terem mostrado sempre superiores às da paridade internacional, apresentaram uma evolução semelhante à da inflação, o que não só estacionou a tendência declinante dos primeiros 8 meses de 1989, como até permitiu uma pequena recuperação.

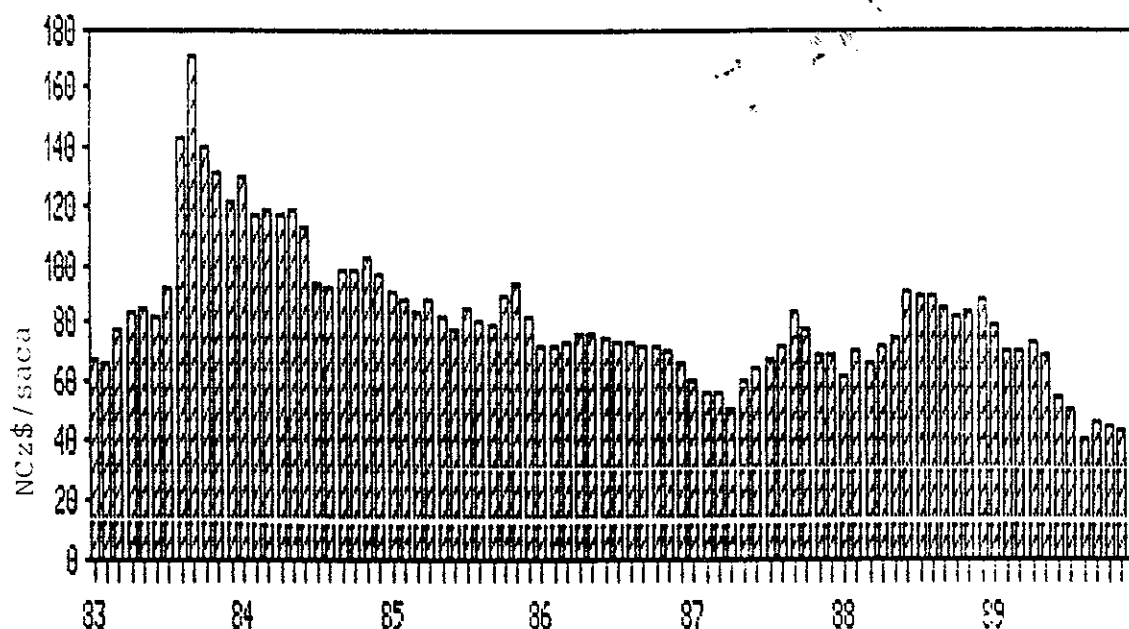
O mercado nacional de farejo, que, ainda como reflexo do bom comportamento das cotações, no transcorrer do segundo semestre de 1988, iniciou o ano bastante firme, apresentou, a partir de então, um processo de gradativo enfraquecimento, somente voltando a estabilizar-se nos últimos meses de 1989. O bom nível da oferta, conjugado com o pequeno interesse na formação de estoques por parte dos grandes consumidores (decorrência das altas taxas de juros), e também os sucessivos recuos dos preços internacionais contribuíram para esta tendência. Por essas razões, as cotações internas tiveram substanciais recuos em termos reais, fechando 1989 nos níveis mais baixos dos últimos anos. O mercado do óleo, apesar de algumas dificuldades decorrentes do tabelamento do Plano Verão, voltou a apresentar um comportamento normal tão logo o controle dos preços foi "afrouxado". Com isso, o consumo interno acusou um leve aumento em relação a 1988 e as exportações apresentaram um crescimento expressivo; ainda assim, o grande avanço do esmagamento permitiu que a demanda fosse atendida sem entraves. Como consequência dessa situação de normalidade e também em face de as cotações externas terem recuado, os preços internos do óleo evoluíram em níveis inferiores aos da inflação.

Em Santa Catarina, a comercialização não foi diferente da registrada nos demais estados do Sul e do Sudeste. As cotações do grão no atacado do oeste, à exceção de um leve crescimento em abril, apresentaram um comportamento declinante durante o período mais forte de comercialização da safra. Como

decorrência disso e do retardamento das vendas - em virtude da expectativa de que possíveis problemas com a safra americana viriam a trazer alguma reviravolta no mercado - os preços recebidos pelos produtores catarinenses foram sensivelmente inferiores aos esperados. É de se registrar que os sojicultores que efetuaram suas vendas mais tardiamente foram os mais prejudicados, dado que, em termos reais, os preços a partir de junho foram os mais baixos registrados nos últimos anos (gráfico 3).

GRÁFICO 3

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA SOJA RECEBIDOS PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1983-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

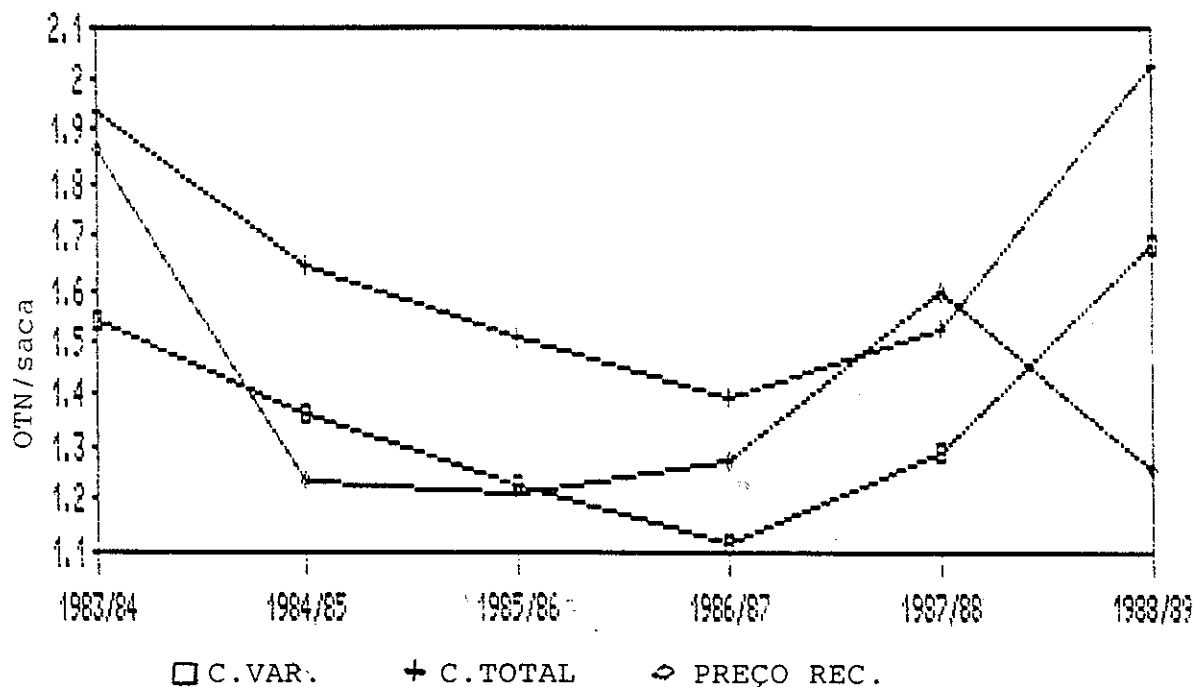
5. RENTABILIDADE DA CULTURA

O resultado da safra mostrou-se desfavorável aos produtores. Apesar de em termos reais os custos de produção terem apresentado um leve decréscimo em relação ao da safra anterior, os preços recebidos pelos produtores caíram mais acentuadamente, traduzindo-se numa conjuntura desfavorável. O

gráfico 4, que compara monetariamente os custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA/SC à época do plantio com os preços recebidos pelos produtores nos meses de maio dos anos subsequentes, mostra que a rentabilidade da cultura, já não favorável no forte da colheita em 1988 (recorde-se que naquele ano os preços somente apresentaram crescimentos a partir de maio), voltou a cair em 1989. Este resultado, que contrariou a expectativa dos produtores, refletiu-se em desestímulo ao plantio na safra 1989/90, que apresentou um decréscimo da ordem de 5% em relação à área cultivada na safra anterior. Ressalte-se, todavia, que, não fosse a defasagem cambial, os preços internos não só teriam sido bem melhores, como poderiam ter proporcionado uma pequena lucratividade, principalmente para aqueles sojicultores que venderam a produção nos primeiros meses do ano.

GRÁFICO 4

CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1988/89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

6. PERSPECTIVAS

A produção mundial de soja voltará a crescer em 1988/90. A recuperação da produção americana, conjugada com as perspectivas de um substancial crescimento da safra argentina e de um razoável desempenho da brasileira, projetam uma produção mundial da ordem de 107/108 milhões de t, contra somente 95,0 milhões no período anterior. Em face desta boa produção e embora a demanda tenda a apresentar um crescimento da ordem de 8%, os estoques ao final da temporada deverão novamente situar-se em patamar superior a 20,0 milhões de t. Isto indica que as cotações internacionais da soja e dos subprodutos deverão apresentar um comportamento razoavelmente calmo, pelo menos até que surjam as primeiras especulações em relação ao plantio da próxima safra dos Estados Unidos.

As estimativas em relação à safra brasileira indicam que a área de plantio apresentou um decréscimo da ordem de 8% em relação aos 12,2 milhões de ha cultivados na anterior. O mau desempenho da comercialização em 1988 e as dificuldades em relação ao crédito de custeio foram os principais influenciadores deste declínio. Em face disso, de alguns entraves climáticos - escassez de umidade no período de plantio e excesso de chuvas em janeiro - e da menor utilização de insumos (decorrência dos problemas com o crédito de custeio), a produção deverá situar-se em pouco mais de 20 milhões de t e acusar uma redução da ordem de 15% em relação à obtida na safra anterior. Apesar desta expectativa de redução, o volume do esmagamento interno não deverá apresentar grandes decréscimos, seja em razão do bom volume dos estoques de passagem, seja porque a exportação da soja em grão também deverá apresentar algum recuo. No que diz respeito ao comportamento dos preços internos, as expectativas de melhora voltam-se principalmente para a eliminação da defasagem cambial - estimada ao final do ano entre 20% e 30% - já que as possibilidades de crescimento das cotações internacionais não são grandes.

A safra catarinense, pelos mesmos motivos apontados para a nacional, também apresentou declínio na área cultivada. As estimativas do IBGE/GCEA-SC (dez/89) indicam uma área semeada da ordem de 420.000 ha (menos 4,3%) e uma produção de aproximadamente 590.000 t. O bom desenvolvimento que a cultura apresentava no início de 1990, no entanto, pode traduzir-se numa colheita superior à prevista. O volume da produção, todavia, deverá ser menor do que o da safra 1988/89, pois, devido à uma menor utilização de insumos, o rendimento médio deverá ser inferior ao da safra passada.

2.12. TOMATE

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização tem implicado um aumento cada vez maior da produção de tomates, bem superior ao da taxa de crescimento populacional. Esse crescimento tem sido de uma magnitude tal que ameaça a liderança da importância econômica da batata-inglesa, cuja expansão tem sido inferior, inclusive, ao crescimento populacional do Brasil.

Com ganhos sucessivos de área e rendimento médio, o país é hoje o oitavo produtor mundial, tendo aumentado sua participação de 2,8% para 3,7% num período de oito anos, o que vale a dizer que o Brasil aumentou sua participação relativa em 30% num período inferior a uma década.

Em Santa Catarina também houve um crescimento significativo na produção de tomates. Contudo, tal crescimento não implicou que o estado atingisse nem mesmo 3% da produção nacional. Gradativamente, tem havido modificações no nível tecnológico do produtor catarinense, com destaque para aqueles que, com dedicação e alta tecnologia, têm aumentado significativamente a produtividade.

Apesar de o tomate poder ser cultivado em todo o estado, há algumas regiões nas quais a atividade tem maior expressão econômica. Isto se explica quer pela existência de microclimas propícios, quer pela proximidade de conglomerados urbanos ou, ainda, pela organização da produção e comercialização, possibilitando-lhes melhor rentabilidade.

2. PRODUÇÃO

A produção de tomates distribui-se por todo o mundo. Tem como principais produtores, em ordem decrescente, os EUA

(13,0%), a URSS (11,3%), a China (8,6%), a Turquia (8,2%), o Egito (7,8%), a Itália (7,3%), a Espanha (4,1%) e o Brasil (3,7%).

No contexto da produção mundial, as alterações mais significativas dos últimos dez anos têm sido as taxas de crescimento da produção do Egito e do Brasil, que atingiram 100% e 60%, respectivamente, enquanto a produção mundial cresceu 25%.

TABELA 1

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO MUNDO - 1980-88

ANO	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
1980	2.433	50.998	20.961
1981	2.399	51.435	21.438
1982	2.457	54.867	22.331
1983	2.506	55.803	22.268
1984	2.566	60.565	23.607
1985	2.594	60.253	23.230
1986	2.605	62.505	23.996
1987	2.594	63.155	24.349
1988	2.669	63.988	23.977

FONTE: FAO, Anuario FAO de Producción, v. 36-40, 1982-86 e v. 42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O crescimento expressivo nestes países, associado à estagnação da produção italiana, fez com que a participação relativa da Itália caísse de 8,8% para 7,3%, enquanto que o Egito, que no início da década participava com 4,7% da produção mundial, passou a responder por 7,8% do total.

Quanto à produção no Brasil, ela também está distribuída em todo o espaço geográfico. Quando e onde há concentração, ela se deve à infra-estrutura de produção (irrigação e drenagem) e comercialização (consumo "in natura" ou industrial).

Em função destas economias externas, os estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia - os três maiores produtores - respondem por 65% da produção brasileira. Somando com a de outros três estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás), sua participação passa para 84% da produção total (tabela 2).

TABELA 2
ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO DA CULTURA DO TOMATE NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/1988 e 1988/1989

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO PREVISTA/OBTIDA (t)		RENDIMENTO ALCANÇADO (Kg/ha)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89(1)
Amazonas	251	70	1.944	560	7.745	8.000
Roraima	7	8	151	172	21.571	21.500
Maranhão	311	315	9.561	10.168	30.743	32.279
Ceará	1.606	1.792	46.942	53.576	29.229	29.897
Rio Grande do Norte	565	475	17.080	14.060	30.230	29.600
Paraíba	788	893	29.057	32.194	36.874	36.052
Pernambuco	13.784	15.542	499.937	487.685	36.269	31.379
Sergipe	232	280	4.228	4.168	18.224	14.886
Bahia	7.932	9.619	303.112	321.329	38.214	33.406
Minas Gerais	3.993	4.323	165.677	182.116	41.492	42.127
Espírito Santo	1.350	1.393	67.094	71.921	49.699	51.630
Rio de Janeiro	2.803	3.137	129.385	148.355	46.159	47.292
São Paulo	18.262	18.483	766.385	785.212	41.966	42.483
Paraná	1.090	1.195	43.030	49.127	39.477	41.110
Santa Catarina	1.647	1.566	56.830	60.878	34.505	38.875
Rio Grande do Sul	2.878	2.688	61.807	54.017	21.476	20.096
Mato Grosso do Sul	169	87	4.257	2.598	25.189	29.862
Mato Grosso	104	100	2.430	2.516	23.365	25.160
Goiás	3.220	3.195	134.230	136.020	41.686	42.573
Distrito Federal	568	581	29.558	29.050	52.039	50.000
Outras	372	244	4.993	3.184	13.422	13.049
TOTAL BRASIL	61.932	65.986	2.377.688	2.448.906	38.392	37.113

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Quando do prognóstico realizado no final de 1988 para a safra sul-sudeste, havia, para a safra 88/89, uma previsão de queda na área a ser plantada.

Contudo, após o congelamento de preços do Plano Verão, em 15 de janeiro de 1989, os preços do tomate mantiveram uma elevação constante até maio, fazendo com que tal perspectiva fosse substituída por uma expectativa de aumento de área superior a 6%.

Além do fator preço, a instalação de novas unidades industriais na área do Vale São Francisco e plantios realizados em áreas irrigadas do Nordeste com tomate industrial fizeram com que todas as expectativas pessimistas de plantio fossem quebradas, apesar de alguns outros fatores que interferem diretamente na intenção de plantio ou em sua consecução.

Os problemas apontados com maior frequência para o alcance das previsões de área a partir do início de 1989 foram as dificuldades de negociação entre produtores e esmagadores no estado de São Paulo e em Pernambuco.

Além disto, a elevação dos custos de produção, em especial o custo financeiro, e a dificuldade na obtenção de crédito por parte dos produtores fizeram com que, após a conclusão do plantio, fossem feitas reavaliações em suas estimativas, ocorrendo quedas significativas em alguns estados.

Por fim, a queda dos preços a partir de julho provocou uma reviravolta nas perspectivas de plantio, cuja colheita era prevista para o final do ano; tanto assim que, depois de agosto, os preços do produto se recuperaram.

No âmbito estadual, a safra 88/89 apresentou como dados finais uma área de cultivo de 1.605 ha e uma produção bruta de 53.155 toneladas, com um rendimento médio de 39.355 kg/ha.

Em relação às perspectivas iniciais para esta safra, as quais apontavam para uma produção de 62.072 t, os dados finais indicam um crescimento de 1,8%. Comparados aos da safra anterior, indicam redução de área de 2,6% e aumentos na produção e produtividade de 11,1% e 14,1%, respectivamente (tabela 3).

As boas condições climáticas e o aumento da participação de produtores com melhor tecnologia fizeram com que neste ano a produtividade física tivesse um ganho excepcional. Vale destacar que este aumento ocorreu principalmente nas principais microrregiões produtoras - Florianópolis e Colonial do Rio do Peixe.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1988/89

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1979/80	1.260	35.177	27.918
1980/81	1.366	41.306	30.239
1981/82	1.441	39.827	27.638
1982/83	1.509	34.484	22.852
1983/84	1.574	48.269	30.666
1984/85	1.364	42.262	30.984
1985/86	1.361	35.561	26.129
1986/87	1.500	52.500	35.000
1987/88	1.647	56.830	34.505
1988/89	1.605	63.165	39.355

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, v. 43-49, 1982-89.

Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Estas duas microrregiões reduziram suas áreas de 815 ha na safra anterior, para 696 ha na safra 88/89. Enquanto isto, a produção passou de 30.387 para 34.610 t. Tais modificações implicaram um aumento de produtividade de 33,3% em apenas duas safras, apesar dos problemas climáticos ocorridos na safra 87/88, notadamente a falta de chuvas na de Florianópolis e o granizo e a geada na outra.

Nesse mesmo período, a Colonial Serrana Catarinense ampliou a área em mais de 40%, passando a representar 20,9% da área cultivada no estado (tabela 4). Contudo, devido à baixa produtividade, sua participação na produção não passou de 18,6% e ficou como a terceira maior microrregião produtora (mapa).

TABELA 4

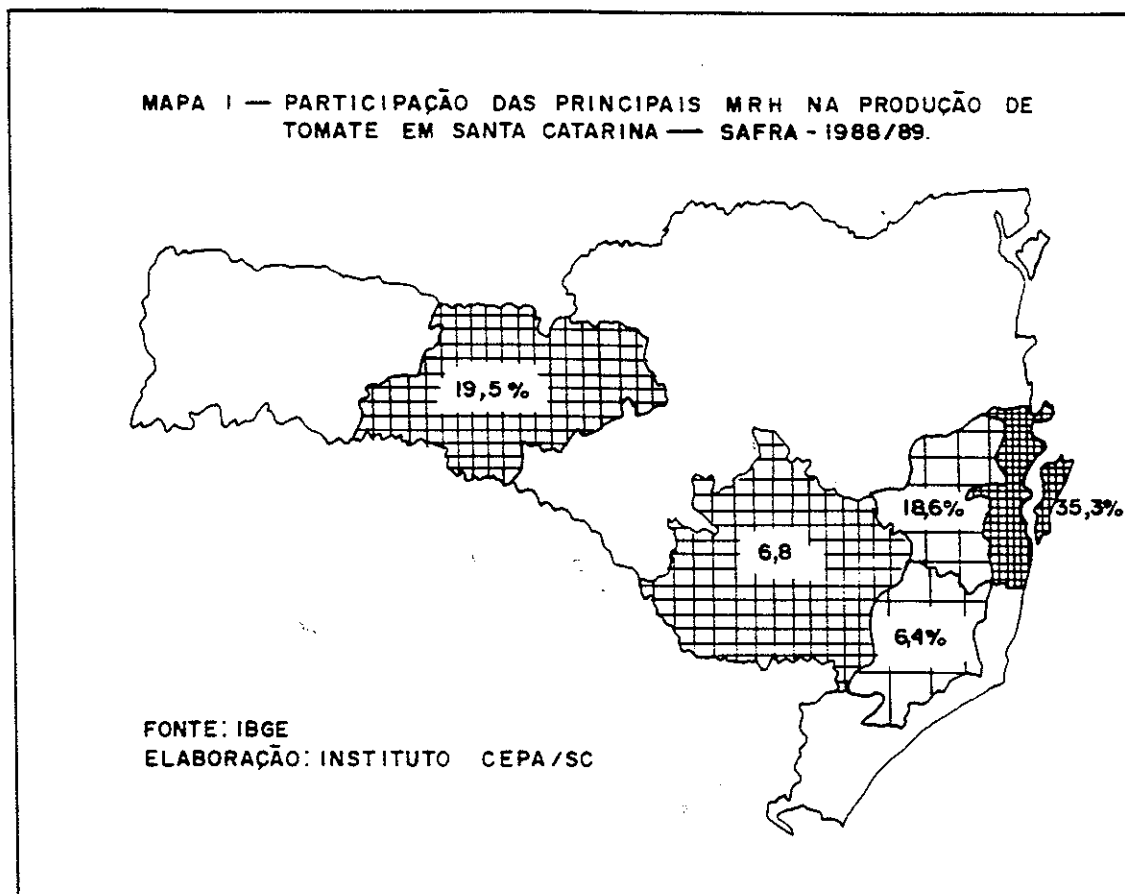
ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1987/1988			1988/1989(1)		
	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Área Plantada (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Col.de Joinville	50	1.150	23.000	42	1.150	27.381
Lit.de Itajaí	48	1.070	22.292	65	1.475	22.692
Col.de Blumenau	39	1.026	26.308	37	1.515	40.946
Col.do Alto Itajaí	71	2.005	28.239	50	1.500	30.000
Florianópolis	503	15.922	31.654	460	22.300	48.478
Col.Serrana Cat.	233	8.124	34.867	335	11.740	35.045
Lit.de Laguna	13	270	20.769	-	-	-
Carbonífera	182	5.404	29.692	179	4.045	22.598
Lit.Sul Cat.	10	100	10.000	8	80	10.000
Col.Sul Cat.	2	30	15.000	1	15	15.000
Campos de Lages	80	3.415	42.688	111	4.310	38.829
Campos de Curitibaos	73	3.179	43.548	36	1.675	46.528
Col.do Rio do Peixe	312	14.465	46.362	236	12.310	52.161
Planalto de Canoinhas	31	670	21.613	45	1.050	23.333
ESTADO	1.647	56.830	34.505	1.605	63.165	39.355

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.



3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Os problemas de ordem climática e a natureza da produção de tomates nos seus aspectos de distribuição temporal e espacial, além do ciclo vegetativo, levam a que a oferta de tomates durante o ano todo seja, de certa forma, irregular.

O mercado, além destes problemas que lhe são peculiares, viveu em 1989 dois momentos de relativa instabilidade, ou mesmo de conturbação.

O primeiro tem origem em janeiro, quando da decretação do Plano Verão que, ao estabelecer o congelamento geral dos preços, permitiu que os do tomate sofressem uma significativa elevação. Esse aumento, em termos reais, persistiu até o mês de maio.

A instabilidade no mercado, quando do tabelamento de preços para produtos hortigranjeiros, em parte ocorreu porque este foi feito no atacado e a níveis inferiores aos praticados a nível de produtor no mercado paulista, como informou, à época, a própria GEAGESP.

Enquanto os preços foram tabelados em NCz\$ 18,00/cx no atacado, na principal região fornecedora na época - região de Apiaí/SP - os negócios já eram fechados na faixa de NCz\$ 23,00 a NCz\$ 25,00/cx.

Com o deslocamento da principal região fornecedora para a de Campinas (SP), o município de Caçador (SC) se beneficiou, tendo fornecido à GEAGESP 3% em fevereiro, 8% em março e 3% em abril.

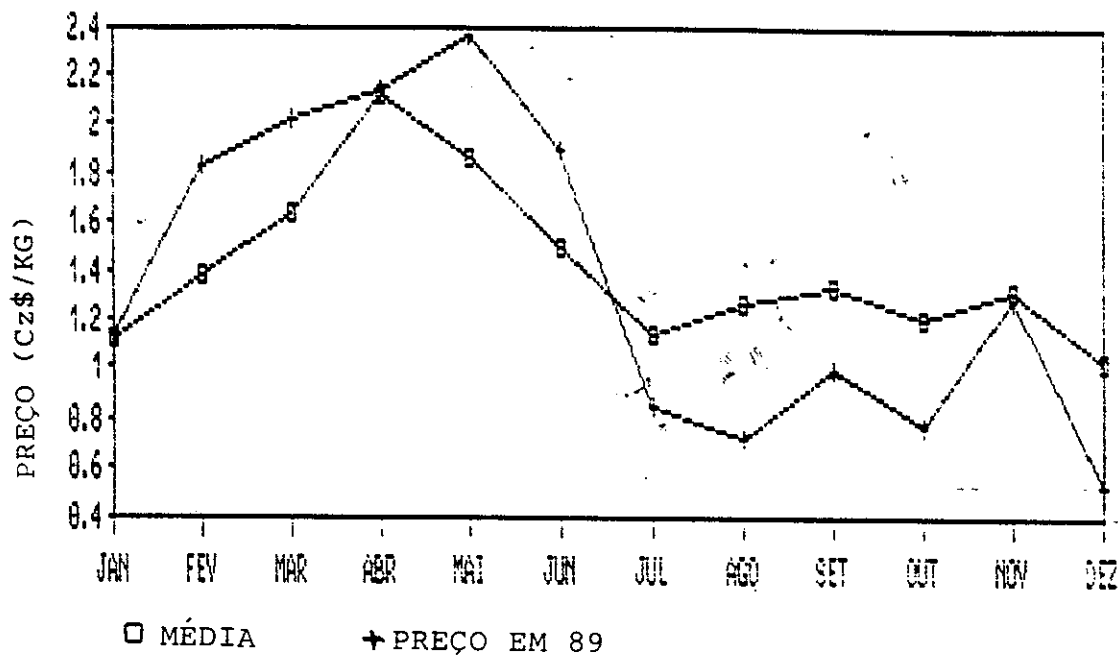
A partir do aumento da oferta do produto em junho, os preços sofreram uma inflexão em seu ritmo de aumento, despencando até agosto (gráfico 1).

Com a queda de oferta paulista no mercado da GEAGESP - formador de preços - a demanda passou a ser satisfeita por

outros estados, principalmente Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, revertendo novamente a tendência dos preços.

GRÁFICO 1

PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR DE TOMATE EM SANTA CATARINA: MÉDIAS MENSAIS DE 1983/89 E PREÇOS MÉDIOS EM 1989



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Esta reversão comportou uma recuperação de preços a nível de produtor em Santa Catarina. Estes, desde julho, estavam inferiores aos da média histórica, vindo a recompor-se em novembro.

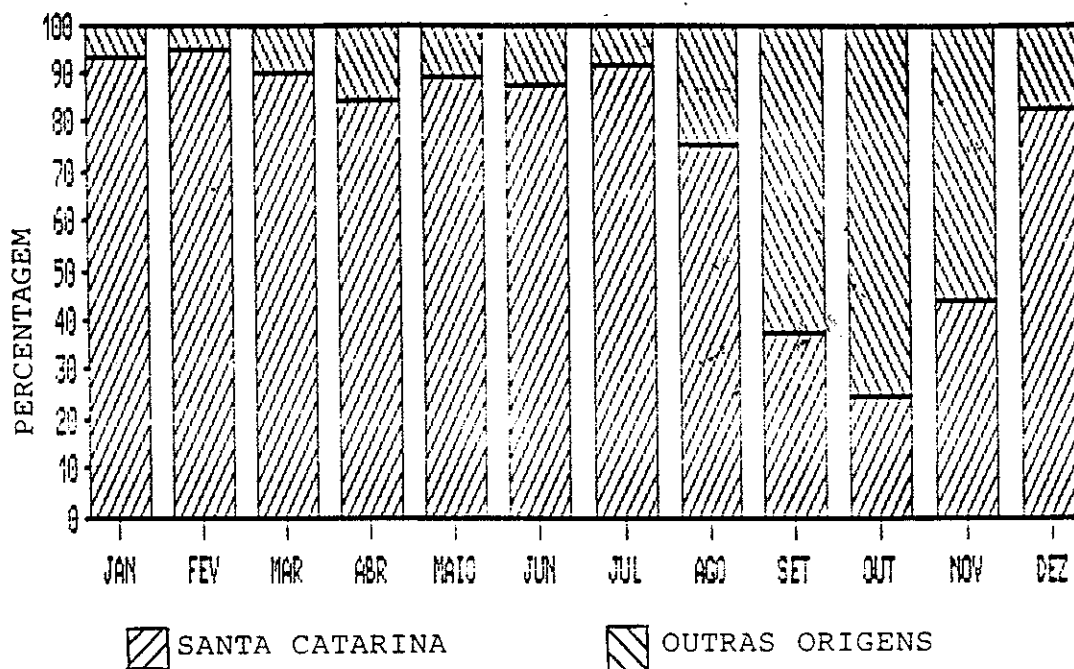
Outro fator que cooperou para essa última elevação de preços foi a ocorrência da traça do tomateiro no Vale do São Francisco em outubro. O volume perdido exerceu pressão sobre os preços, inclusive porque as indústrias esmagadoras temiam pela possibilidade de não honrar os contratos de exportação.

No mercado local, o suprimento foi praticamente normal, já que a menor oferta de produto no mês de setembro com produto local é corriqueira (gráfico 2). Em função de tal circunstância, o mercado se completa com produtos da Região

Sudeste, especialmente de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

GRÁFICO 2

MÉDIAS PERCENTUAIS DAS QUANTIDADES DE TOMATE COMERCIALIZADO, POR ORIGEM, NA CEASA/SC - MÉDIAS MENCIAIS - 1983/89



FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Durante o ano de 1989, o preço ao produtor foi excelente no primeiro semestre, pelas causas mencionadas quando da análise do mercado nacional. Verificou-se redução significativa destes no segundo semestre, uma vez que a lucratividade inicial ampliou a oferta a partir do final do primeiro semestre (vide gráfico 1 e tabela 5).

TABELA 5
QUANTIDADE DE TOMATE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
- 1988 E 1989

MÊS	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS							
	Quantidade (t)		Produtor(1)		Atacado(2)		Varejo(2)	
	1988 (Cz\$/kg)	1989 (NCz\$/kg)	1988 (Cz\$/kg)	1989 (NCz\$/kg)	1988 (Cz\$/kg)	1989 (NCz\$/kg)	1988 (Cz\$/kg)	1989 (NCz\$/kg)
Jan	596,3	548,5	6,18	0,18	7,72	0,22	9,88	0,29
Fev	694,5	634,3	8,08	0,32	9,78	0,35	11,12	0,58
Mar	681,5	512,3	9,50	0,37	11,73	0,44	12,13	0,70
Abr	632,2	743,9	16,90	0,41	25,40	0,47	36,54	0,72
Mai	517,1	621,5	31,30	0,51	36,89	0,59	52,87	0,88
Jun	526,8	729,8	37,49	0,52	45,78	0,59	62,47	0,88
Jul	457,3	780,4	44,85	0,32	54,51	0,39	76,32	0,58
Ago	495,6	874,6	54,47	0,37	61,37	0,45	95,27	0,66
Set	563,9	773,7	67,46	0,71	76,96	0,80	115,39	0,95
Out	555,2	836,0	77,10	1,17	90,19	1,47	144,99	2,17
Nov	507,6	571,2	94,22	1,86	111,49	2,47	153,44	3,49
Dez	525,0	643,8	79,36	1,65	97,45	2,17	129,35	2,94
TOTAL	6752,9	8.270,0	-	-	-	-	-	-

FONTES: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC em várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados.

4. RENTABILIDADE DA CULTURA

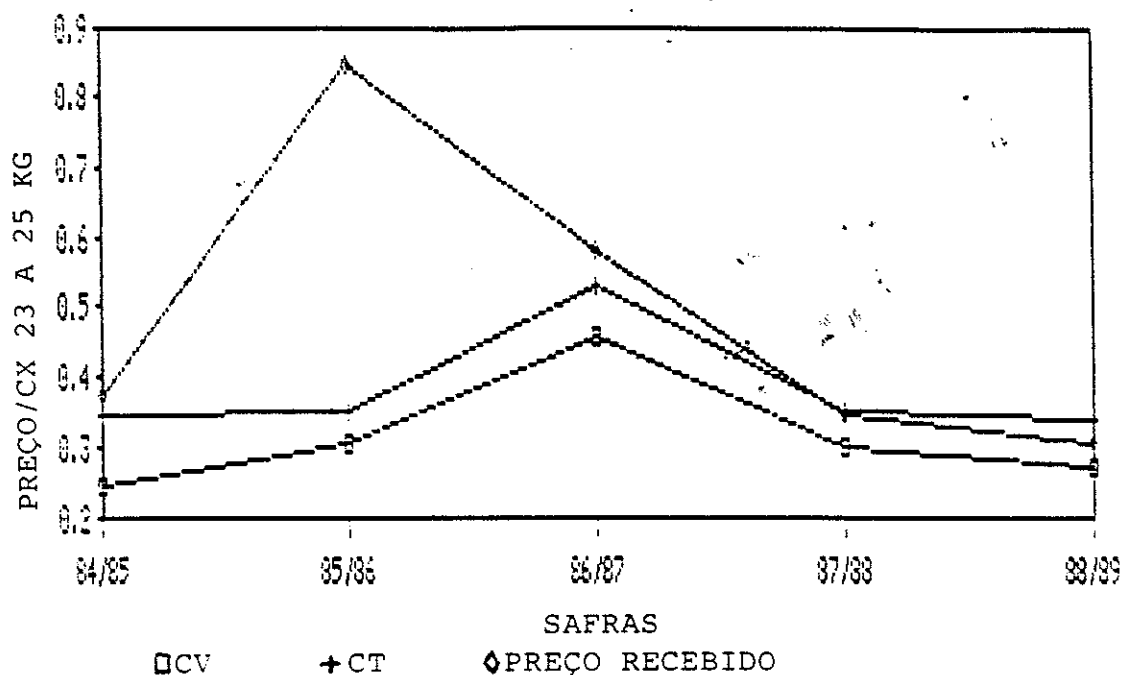
O Instituto CEPA/SC realiza levantamentos mensais de preços de insumos, que são utilizados na elaboração dos custos de produção para uma lavoura de tomates com tecnologia capaz de gerar 50 t/ha. Comparando-os com os preços recebidos pelos produtores, tenta-se analisar os resultados financeiros das explorações das últimas safras.

A pior dos últimos anos foi a de 87/88, quando a lucratividade foi mínima (gráfico 3), já que os custos totais (CT) ficaram iguais aos preços recebidos (PR) e a margem bruta (diferença entre os custos variáveis (CV) e o preço recebido) foi igual ao custo fixo, ou seja, só remunerou os fatores de produção ao nível do custo de oportunidade do capital (COC),

cujo limite é dado pela melhor remuneração alternativa ao capital empregado.

GRÁFICO 3

CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇO DO TOMATE - ANÁLISE NA ÉPOCA DE PLANTIO E COLHEITA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 A 1988/89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

Contudo, a recuperação dos preços na atual safra, principalmente em época de maior concentração da produção catarinense, fez com que a lucratividade fosse excelente.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Os primeiros levantamentos da Fundação IBGE para a Região Centro-Sul do país apontam para uma área de 36,773 ha, 0,2% menor que a produção da safra que ora se encerra.

Nestes estados, a cultura já se encontrava em implantação ao final do ano.

Para Santa Catarina, as últimas previsões para a safra 89/90 indicam um plantio em torno dos 1.600 ha colhidos na safra

finda. Em não havendo problemas climáticos significativos, é possível que haja aumento de produção, tendo em vista que a tendência de permanência do produtor na atividade decorre necessariamente dos ganhos de produtividade.

Enquanto hoje se produz em algumas microrregiões do estado com rendimento de 20 a 30 t/ha, a média de produção do tomate envarado (ou tutorado), em São Paulo, é superior a 50 t/ha, numa área total de mais de 7.500 ha (cinco vezes mais que a área plantada em Santa Catarina).

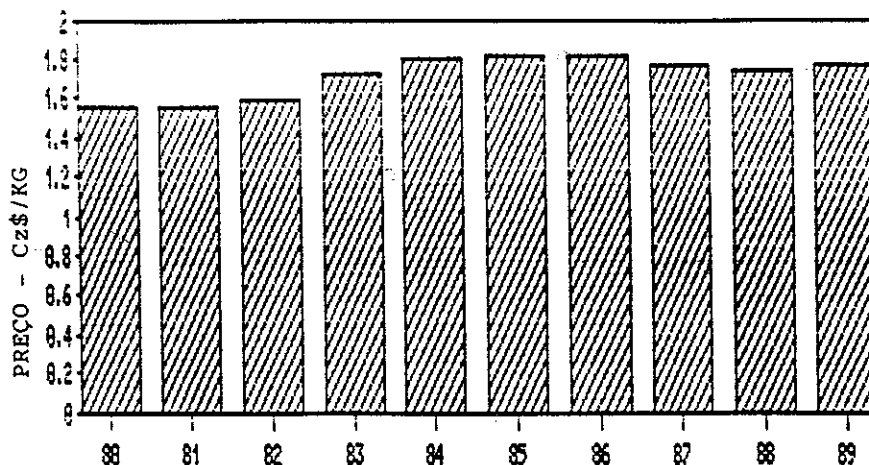
Por seu turno, o tomate rasteiro, de muito menor custo, só em São Paulo já atinge em torno de 11.000 ha e sua produtividade está acima 36,8 t/ha. Este rendimento só é ultrapassado por cinco microrregiões do estado catarinense.

Contudo, apesar destas considerações, o nível de preços durante o ano de 1989 (gráfico 4) pode motivar os produtores a um aumento de suas áreas.

Para a próxima safra, porém, deve-se atentar para o fato de que o nível de preços de quem colhe no inverno e primavera tem sido cada vez menor nas últimas safras, tendo em vista o grande volume de oferta nestas estações do ano. Já melhor preço é assegurado àqueles que plantam para colher no período que vai do final do verão até o início do outono.

GRÁFICO 4

PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR DE TOMATE EM SANTA CATARINA - MÉDIAS ANUAIS - 1980-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1)A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

2.13. TRIGO

1. INTRODUÇÃO

A triticultura nacional caracteriza-se por uma forte intervenção governamental. A produção do país é praticamente toda adquirida pelo Governo Federal, o qual, através de um sistema de cotas, distribui o grão para 178 moinhos espalhados pelo país. Os moinhos processam o grão e vendem a farinha a preços também tabelados pelo governo.

Além da moagem através do sistema de cotas, existem os chamados moinhos coloniais, obrigatoriamente também cadastrados junto à SUNAB, que só têm permissão para moer 730 t de trigo por ano. Esta modalidade vinha sendo fortemente desestimulada pelos elevados subsídios concedidos pelo governo ao consumo do trigo. Com a retirada gradual dos subsídios, o número de moinhos coloniais cadastrados tem aumentado. Essa tendência deverá persistir se o governo não retomar o subsídio.

Para o abastecimento do mercado interno, além da produção nacional, tem sido necessário recorrer à importação. Na realidade, existem hoje grandes possibilidades de o país atingir a auto-suficiência do produto, mas, por enquanto, este objetivo não vem sendo buscado. O governo brasileiro tem acordos bilaterais que prevêem importações de grandes quantidades de trigo. A produção nacional, de certa forma, está condicionada a isto.

As lavouras brasileiras estão concentradas nos estados do Centro-Sul. O plantio é realizado de fevereiro a julho e as operações de colheita são iniciadas a partir de julho e finalizadas em dezembro. A nível nacional, predominam os médios e grandes produtores. Normalmente, o cultivo do trigo é realizado após a colheita da soja em áreas mecanizadas.

Em Santa Catarina, o trigo não ocupa lugar de destaque. Não obstante o estado seja o 5º produtor nacional, a área

cultivada ainda é bastante modesta em relação à dos principais estados produtores. Com exceção de alguns municípios, a triticultura tem servido mais para ocupar o solo no período de inverno do que propriamente para um retorno econômico significativo. Em face deste fator, entre outros, a área plantada a nível estadual tem oscilado significativamente no transcorrer dos anos.

2. PRODUÇÃO

As projeções do boletim do United States Department of Agriculture, World Agricultural Production, de novembro de 1989, indicam que a produção mundial do período 1989/90 atingirá 532,2 milhões de toneladas. Isto, se concretizado, significará um sensível crescimento em relação à safra anterior e um dos melhores resultados da triticultura mundial (tabela 1).

Como se verifica pela tabela 1, a expectativa de crescimento na produção mundial se deve tanto a um crescimento na área plantada, quanto à perspectiva de melhora na produtividade junto a grande parte dos produtores mundiais.

É importante observar, todavia, que a produção deste período só estará consolidada em junho de 1990. Até lá, as estimativas poderão sofrer modificações até sensíveis. De qualquer forma, as informações disponíveis até o final de 1989 indicavam que o desenvolvimento das lavouras era satisfatório em boa parte dos principais produtores mundiais; portanto, a tendência era de se confirmar a produção esperada.

A nível nacional, para a safra 1989/90, as estimativas ao final do ano, quando a colheita estava praticamente finalizada, apontavam para uma produção de aproximadamente 5,5 milhões de toneladas. Este desempenho, inferior ao da safra passada, deve-se à redução na área de plantio (tabela 2).

TABELA 1

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO A NÍVEL MUNDIAL E DE ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - SAFRAS DE 1987/88 A 1989/90(1)

PAÍS/REGIÃO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (milhões de t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
	Maiores Exportadores	65,8	63,6	69,6	176,0	162,2	182,5	2.675	2.550
Estados Unidos	22,6	21,5	25,1	57,4	49,3	55,6	2.540	2.293	2.215
Argentina	4,8	4,7	5,7	8,8	8,1	11,0	1.833	1.723	1.930
Austrália	9,1	8,9	8,9	12,4	14,1	12,5	1.363	1.584	1.404
Canadá	13,5	13,0	13,6	26,0	16,0	24,0	1.926	1.231	1.765
Comunidade Econ. Européia	15,9	15,5	16,3	71,4	74,8	79,4	4.491	4.826	4.871
Maiores Importadores	95,4	96,6	96,8	223,6	231,0	236,7	2.344	2.391	2.445
Brasil	3,5	3,5	3,1	6,1	5,8	4,8	1.743	1.657	1.548
China	28,8	28,8	29,8	85,8	86,4	91,0	2.979	3.000	3.054
Leste Europeu	10,5	10,6	10,6	39,8	45,1	42,3	3.790	4.255	3.991
Egito	0,6	0,6	0,6	2,4	2,8	3,0	4.000	4.667	5.000
Outros países norte-africanos(2)	5,1	4,7	4,9	5,2	5,4	5,6	1.020	1.149	1.143
Japão	0,3	0,3	0,3	0,9	1,0	1,0	3.000	3.333	3.333
URSS	46,7	48,1	47,5	83,3	84,4	89,0	1.784	1.755	1.874
Outros países e regiões importantes	58,6	58,3	59,2	102,2	107,6	113,0	1.744	1.846	1.909
Índia	23,1	22,6	23,6	44,3	45,1	53,0	1.918	1.996	2.246
Irã	6,1	6,3	6,3	6,0	6,8	6,8	984	1.079	1.079
México	0,9	0,8	1,0	3,7	3,2	3,9	4.111	4.000	3.900
Oeste Europeu (exclusive CEE)	0,9	0,8	0,9	4,0	3,9	4,3	4.444	4.875	4.778
Paquistão	7,7	7,3	7,5	12,0	12,7	14,4	1.558	1.740	1.920
África do Sul	1,7	2,0	1,8	3,1	3,5	2,7	1.824	1.750	1.500
Turquia	8,7	8,8	8,7	13,0	15,0	12,0	1.494	1.705	1.379
Outros	9,4	9,7	9,5	16,1	17,4	15,9	1.713	1.794	1.674
TOTAL MUNDIAL	219,9	218,4	225,7	501,7	500,8	532,2	2.281	2.293	2.358

FORNTE: USDA. World Agricultural Production, nov. 1988.

(1) Projeção.

(2) Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia.

OBS: Eventuais diferenças nas somas são provenientes de arredondamento.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO PRODUZIDO NO BRASIL - 1982-89

ANO	ÁREA COLHIDA (1000 ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (1000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
1982	2.878,6	1.876,2	652
1983	1.932,1	2.191,4	1.134
1984	2.013,0	2.029,3	1.008
1985	2.614,4	4.324,4	1.654
1986	3.908,8	5.683,4	1.454
1987	3.429,7	6.201,2	1.808
1988	3.480,4	5.751,2	1.652
1989(1)	3.260,3	5.542,6	1.700

FORNTE: CFP. Anuário Estatístico 1982-87.

Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.

CTRIN.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Esse decréscimo decorreu especialmente do preço estabelecido aos produtores, um dos menores dos últimos anos, e dos problemas verificados na comercialização da safra 1988/89, a qual, por falta de recursos, se estendeu até abril deste ano. No que diz respeito à produtividade, embora seja sabido que nesta safra houve uma menor utilização dos chamados insumos modernos, acabou superando a da safra anterior. Isto se deveu especialmente aos resultados alcançados nos estados do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Neste estado, embora as condições não tenham sido de todo favoráveis, a produtividade acabou sendo sensivelmente maior que a da safra anterior, devendo superar os 1.800 Kg/ha. Isto se deveu ao clima seco a partir de outubro, que favoreceu sobremaneira o desenvolvimento final das lavouras, revertendo perspectivas de que o rendimento médio atingiria patamares próximos a 1.450 Kg/ha.

TABELA 3
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1988/89 E 1989/90(1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		QUANTIDADE OBTIDA (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
	Paraná	1.775.000	1.848.800	3.250.000	3.140.000	1.831
Rio Grande do Sul	1.051.188	767.336	1.605.043	1.450.000	1.527	1.890
Mato Grosso do Sul	344.283	321.470	410.183	460.000	1.191	1.431
São Paulo	193.946	219.650	358.137	355.000	1.847	1.616
Santa Catarina	99.880	92.600	89.344	117.000	895	1.263
Minas Gerais	9.520	8.108	27.344	18.000	2.872	2.220
Outros estados	6.601	2.370	11.168	2.626	1.692	1.108
TOTAL DO PAÍS	3.480.418	3.260.334	5.751.219	5.542.626	1.652	1.700

FONTE: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989.
CTRIN.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Em Santa Catarina, a safra 1989/90 se constituiu numa boa surpresa. Apesar de a área plantada ter decrescido, a produção acabou sendo sensivelmente superior à da safra 1988/89.

Além do baixo preço e do insatisfatório valor básico de custeio (VBC) estabelecidos para este ano, outros fatores determinantes para a redução na área plantada foram a frustração da safra anterior de muitos municípios e também a

comercialização bastante problemática do ano anterior. Este decréscimo se deu especialmente nos municípios com predominância de grandes produtores. Nas regiões de pequenos produtores, muitos municípios incrementaram sensivelmente a área de plantio, seja por motivo de subsistência, seja pela ausência de alternativas para substituir a cultura.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1980/81 A 1989/90

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	571
1984/85	25.158	11.815	470
1985/86	40.000	51.620	1.291
1986/87	134.146	152.009	1.133
1987/88	128.890	160.120	1.242
1988/89	112.445	92.501	823
1989/90(1)	92.607	117.305	1.267

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1981-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados estimados, sujeitos a retificações.

No que diz respeito à produção, o bom resultado se deve às condições climáticas favoráveis, que predominaram na maior parte do desenvolvimento da cultura. Apesar de no mês de setembro terem sido levantadas possibilidades de perdas sensíveis nas lavouras de alguns municípios pelo excesso de chuvas, depois não houve praticamente nenhum tipo de problema até o final da colheita. Em face disto, a expectativa ao final do ano - os dados da safra ainda não haviam sido totalmente fechados - era de que o rendimento ficaria entre os melhores já atingidos no estado.

TABELA 5

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 A 1989/90(1)

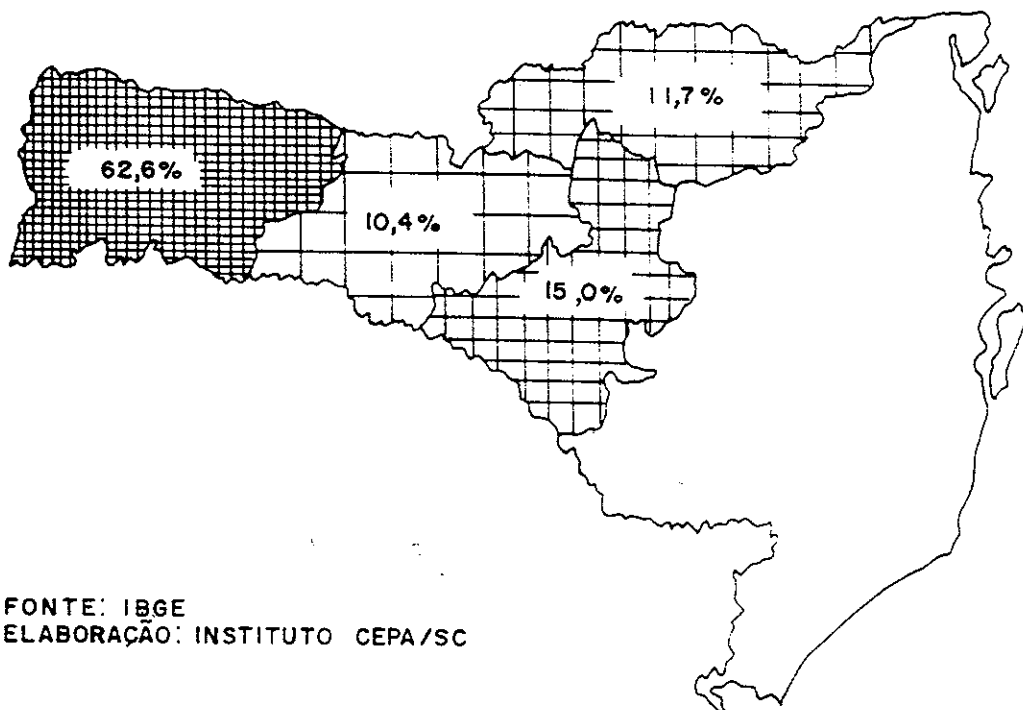
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)			QUANTIDADE (t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90
Campos de Lages	115	133	65	197	189	100	1.713	1.421	1.538
Campos de Curitibanos	12.060	9.476	5.511	22.565	13.379	9.421	1.871	1.412	1.709
Colonial Rio do Peixe	9.985	11.015	10.130	12.869	9.322	12.658	1.289	846	1.250
Col. Oeste Catarinense	93.050	83.830	69.620	105.733	55.971	82.569	1.136	668	1.186
Planalto de Canoinhas	13.680	7.780	7.135	18.756	10.481	12.441	1.371	1.347	1.745
Outros	-	2	146	-	2	116	-	1.000	795
TOTAL DO ESTADO	128.890	112.236	92.607	160.120	89.344	117.305	1.242	796	1.267

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1988-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

MAPA 1 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA — SAFRA — 1988/89.



3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

As cotações do trigo no mercado internacional estiveram oscilantes no ano de 1989. Na Bolsa de Mercadorias de Chicago ocorreram variações de até 10% nas cotações de um mês de entrega para outro. Apesar disto, em termos médios, os preços continuaram com tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. Este fortalecimento, a exemplo do que já ocorreu no ano passado, foi atribuído especialmente ao franco declínio dos estoques mundiais, devendo situar-se, ao final do período 1989/90, no menor patamar dos últimos anos.

TABELA 6

MÉDIA(1) DA COTAÇÃO DO TRIGO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1986-89

MÊS DE ENTREGA	ANO	(US\$/t)			
		1986	1987	1988	1989
Março		128,43	123,91	104,81	158,37
Maio		129,33	113,36	106,22	152,22
Julho		116,78	92,07	98,59	144,95
Setembro		105,35	94,13	99,48	142,75
Dezembro		117,98	102,72	109,53	155,30
Média do Ano		119,57	105,24	103,73	132,44

FONTE: Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

(1) Média com base na cotação das terças-feiras de cada semana.

A nível interno, em termos de preço, 1989 foi mais um ano de desestímulo à triticultura. O preço estabelecido para a safra atual, equivalente a 178,897 BTN/t, é o menor dos últimos anos. Além disto, a exemplo do que ocorreu na safra passada, quando parte dos produtores só recebeu o pagamento do trigo em abril deste ano, houve problema de falta de recursos. Desta forma, o pagamento aos produtores acabou sendo parcelado em até quatro vezes, dependendo do mês de comercialização.

TABELA 7
QUANTIDADE DE TRIGO ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLÍTRICO MÉDIO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1987/88 A 1989/90

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1987/88		1988/89		1989/90 (1)	
	Quantidade	Ph	Quantidade	Ph	Quantidade	Ph
	Adquirida (t)		Adquirida (t)		Adquirida (t)	
Paraná	3.351.448	79,31	3.253.397	81,29	3.043.077	74,61
Rio G. do Sul	1.756.833	78,00	1.544.795	78,21	1.383.971	78,07
Mato Grosso Sul	566.383	79,25	504.084	81,11	459.616	75,29
São Paulo	340.859	79,54	404.986	81,33	355.032	75,22
Santa Catarina	161.037	76,93	86.202	77,49	102.297	77,12
Minas Gerais	22.135	78,64	26.748	79,83	18.012	78,85
Outros Estados	2.542	-	3.952	-	2.626	-
TOTAL	6.201.238	78,88	5.834.164	80,40	5.364.631	75,66

FONTE: CTRIN.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Adquirida até o mês de dezembro (inclusive).

Além do menor preço recebido pelo trigo de peso hectolítrico 78, a safra atual apresentou queda na qualidade, o que torna o preço ainda mais comprimido. Da safra 1989/90, o CTRIN adquiriu, até o final do mês de dezembro, 5,35 milhões de t com peso hectolítrico médio 75,66, um dos piores resultados dos últimos anos, contrastando bastante com o da safra passada, cujo pH médio atingiu 80,4 - um recorde histórico.

TABELA 8

PREÇOS MENSIS REAIS (1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE PH 78 - 1982-89
(NCz\$/t)

MÊS	ANO							
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Setembro	1.766,89	1.651,82	1.808,50	2.071,54	1.912,95	1.322,37	988,24	673,70
Outubro	1.804,45	1.604,23	1.775,10	2.127,90	1.886,85	1.257,63	960,55	655,60
Novembro	1.838,80	1.688,03	1.819,07	2.024,74	1.841,68	1.199,49	955,16	625,36
Dezembro	1.853,31	1.703,59	1.836,10	1.954,59	1.712,18	1.167,92	940,59	592,02

FONTE: CFP/CTRIN/SUNAB.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Quanto ao preço de venda do trigo do governo aos moinhos, o comportamento neste ano não foi muito diferente do verificado no ano de 1988. Em parte do ano houve algum subsídio ao consumo. Posteriormente, foram promovidos alguns reajustes de preços, suficientes, segundo algumas fontes governamentais, para não subsidiar o consumo do produto.

TABELA 9

PREÇOS MENSAIS REAIS(1) RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 7B POSTO NOS MOINHOS - 1982-89

(NCz\$/t)

MÊS	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Janeiro	970,82(2)	710,67	826,04	1.061,87	761,57	485,15	844,83	1.173,23(4)
Fevereiro	908,55	867,39	1.103,76	1.156,70	662,33	425,33	808,18	1.080,20
Março	847,33	787,93	1.003,86	1.282,84	627,69(3)	369,73	796,12	1.036,39
Abril	804,22	721,56	921,48	1.196,50	631,35	307,90	826,56	985,45
Mai	1.026,74	676,23	846,49	1.110,10	629,32	241,33	1.059,74	886,63
Junho	1.052,67	1.204,53	774,82	1.029,36	626,06	1.175,36	1.163,18	819,25
Julho	992,51	1.063,05	1.060,54	945,10	622,09	1.075,04	1.249,31	772,90
Agosto	938,12	965,42	958,69	829,04	613,93	1.028,77	1.319,07	736,79
Setembro	905,01	1.198,30	867,53	949,58	607,28	961,32	1.328,18	841,25
Outubro	863,69	1.057,98	1.117,37	870,80	598,99	909,16	1.302,76	883,05
Novembro	822,63	975,68	1.016,93	1.015,44	584,66	900,63	1.245,32	833,69
Dezembro	774,96	907,11	1.196,05	897,04	543,55	777,15	1.176,61	817,95

FONTE: CFP. Anuário Estatístico 1982/87 e Diário Oficial da União.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA:(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Até fevereiro de 1986 (inclusive), o preço está em cruzeiros.

(3) De março de 1986 a dezembro de 1988, o preço está em cruzados.

(4) A partir de janeiro de 1989 os preços estão em cruzados novos.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo brasileiro de trigo em 1989 foi de aproximadamente 6,8 milhões de t, um dos maiores dos últimos anos, apesar de nesse ano não haver sido subsidiado por muito tempo. Portanto, a idéia de que se não houvesse nenhum subsídio o consumo de trigo cairia significativamente parece não corresponder muito à realidade. Os produtos à base de trigo, além de já bastante arraigados nos hábitos alimentares da população brasileira, estão tendo o seu consumo estimulado por estarem com preços mais atraentes do que o de similares ou substitutos. Tanto é assim que, mesmo com a idéia de não haver subsídio, as projeções de consumo para 1990 indicam patamares bastante próximos ao verificado este ano.

TABELA 10

CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO - 1979-90

ANO	QUANTIDADE (milhões de t)
1979	6,010
1980	6,802
1981	6,097
1982	6,101
1983	5,987
1984	6,327
1985	6,133
1986	7,203
1987	6,690
1988	6,400
1989(1)	6,800
1990(1)	7,000

FONTE: CFP e CTRIN.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Como se previa ao final de 1988, o abastecimento de trigo neste ano de 1989 transcorreu sem maiores problemas. O governo adentrou o ano com elevados estoques de passagem, os quais, somados às previsões de importação, eram perfeitamente suficientes para atender ao consumo nacional. Desta forma, mesmo com a internalização de apenas 1,1 milhão de t de trigo argentino e americano - só da Argentina o contrato bilateral previa 1,55 milhão - e de uma safra nacional abaixo das expectativas iniciais, não houve maiores problemas. Aliás, a importação de trigo dos EUA (cerca de 130 mil t) só ocorreu devido a problemas momentâneos na importação de trigo argentino, pela preocupação em garantir um abastecimento satisfatório para a Região Norte e Nordeste do país.

5. PERSPECTIVAS PARA 1990

A exemplo do que acontece com a maioria das atividades, não existe praticamente nenhuma definição para a triticultura para o ano de 1990. Não obstante isto não seja muito diferente do que sempre ocorre, a peculiaridade deste momento é a troca de governo, o que torna ainda mais difícil qualquer tipo de previsão.

De qualquer forma, é historicamente sabido que três fatores influem de maneira decisiva na intenção de plantio: o valor básico de custeio (VBC), o preço de aquisição e o resultado da safra anterior. Destes, pode-se dizer que o resultado da safra de 1989 foi satisfatório e pesará positivamente na intenção de plantio do próximo ano. A expectativa ficaria por conta do VBC e do preço, principalmente do segundo.

Como as cotações do trigo estão bastante elevadas no mercado internacional, e este é um importante parâmetro para o estabelecimento do preço a ser recebido pelos produtores, a expectativa é de que o preço para a próxima safra seja sensivelmente melhor que o deste ano. Se isto se concretizar, poderá até haver incremento na área plantada.

No que diz respeito ao abastecimento, apesar do decréscimo na produção da safra deste ano, que servirá para atender ao mercado em 1990, não deverá haver maiores problemas. Além de estar prevista a importação de 1,7 milhão de t de trigo argentino, já foram abertas licitações para novas importações. Assim, o país deverá importar cerca de 2,5 milhões de t. Somada à produção deste ano e a parte da produção da própria safra de 1990, esta quantidade é perfeitamente suficiente para atender ao mercado interno com tranquilidade.

2.14. UVA

1. INTRODUÇÃO

A vitivinicultura caracteriza-se como uma atividade desenvolvida nas pequenas propriedades exploradas sob regime familiar. Dados do Censo Agropecuário de 1980, já analisados com maior detalhamento no documento "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1986/87", volume I, indicam que de um total de 30.620 produtores, 90,5% possuíam estabelecimentos com área inferior a 50 ha, sendo que 25.552 (83,4%) exploravam parreirais com área inferior a 1 hectare. De acordo com a mesma fonte, apenas 1.081 agricultores produziam para o mercado. Técnicos da EMATER-SC/ACARESC, que atuam na microrregião Colonial do Rio do Peixe, estimam atualmente em 800 a 1.000 o número de agricultores que encontram nessa atividade sua principal fonte de renda. A propósito, o número de produtores de uva cadastrados como assistidos pelo Serviço de Extensão Rural, durante o ano de 1988, foi de 766, correspondendo-lhes uma área de 1.887,8 hectares, cultivados principalmente com as variedades isabel (50,8%) e niágara (22,5%) (tabela 1).

TABELA 1
 ÁREA PLANTADA COM UVA PELOS AGRICULTORES ASSISTIDOS PELA EMATER-SC/ACARESC,
 POR VARIEDADE, EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89

CULTIVARES	ÁREA PLANTADA (ha)	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE PRODUTORES	ÁREA MÉDIA POR PRODUTOR (ha)
Niágara	424,8	22,5	446	0,9
Isabel	958,6	50,8	593	1,6
Bordeaux	81,7	4,3	96	0,8
Outras Americanas	25,2	1,3	40	0,6
Cabernet	29,8	1,6	29	1,0
Merlot	48,5	2,6	58	0,8
Moscato	21,3	1,1	27	0,8
Itália	10,8	0,6	23	0,4
Outras Européias	57,4	3,0	23	2,5
Bailey	12,4	0,6	17	0,7
Couderc 13	39,1	2,1	48	0,8
Seibel	55,8	3,0	82	0,7
Couderc	86,4	4,6	111	0,8
Outras Híbridas	1,6	0,1	4	0,4
Goethe	34,4	1,8	32	1,1
TOTAL	1.887,8	100,0	766(1)	2,5

FONTE: ACARESC. Levantamento de pomares via Cadastro Fruticultor e produções obtidas - 1989

(1) Total sem repetição.

OBS: A área levantada corresponde a 49,6% do total comparada ao censo agropecuário de 1980.

2. PRODUÇÃO

De acordo com o Anuário Estatístico da FAO, os principais países produtores são a Itália, a França e a União Soviética, responsáveis, na safra 1987/88, respectivamente por 16,4%, 12,4% e 9,3% da produção mundial (tabela 2).

Pelos dados do Anuário Estatístico da Fundação IBGE, cerca de 70,9% da produção da safra 1987/88 estava concentrada no estado do Rio Grande do Sul. A participação dos estados de São Paulo e de Santa Catarina na mesma safra era de 13,0% e 10,2%, respectivamente, da produção nacional. A expressiva participação da produção gaúcha no contexto nacional, que não é recente, condiciona o comportamento do mercado nos demais estados produtores (tabela 3).

TABELA 2
ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE UVA: PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E VARIAÇÃO
PERCENTUAL - 1985-88

PAÍS	1985		1986		1987		1988	
	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%
Itália	9.584	15,94	11.630	18,05	11.498	17,67	9.831	16,45
França	10.226	17,01	9.340	14,50	9.164	14,09	7.419	12,41
URSS	5.751	9,56	6.489	10,07	5.964	9,17	5.600	9,37
E.U.A	7.919	13,17	4.741	7,36	4.775	7,34	5.111	8,55
Espanha	5.450	9,07	5.863	9,10	6.365	9,78	3.700	6,19
Argentina	2.279	3,79	2.411	3,74	3.689	5,67	3.304	5,52
Turquia	-	-	3.000	4,66	3.300	5,07	3.350	5,61
Grécia	1.024	1,70	1.488	2,31	1.397	2,15	1.565	2,61
Irã	1.350	2,24	1.350	2,09	1.350	2,07	1.350	2,26
Alemanha Ocidental	780	1,30	1.450	2,25	1.280	1,97	1.450	2,43
Demais Países	15.769	26,22	16.671	25,87	16.280	25,02	17.096	28,60
MUNDO	60.132	100,00	64.433	100,0	65.062	100,00	59.776	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v. 41-42, 1987-88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
PRODUÇÃO NACIONAL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE UVA - 1985-88

ESTADO	1985		1986		1987		1988	
	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%
Rio Grande do Sul	502.326	70,52	395.125	66,42	351.400	62,00	541.766	70,9
São Paulo	101.268	14,22	96.895	16,30	107.243	18,94	99.359	13,0
Santa Catarina	75.546	10,60	64.972	10,90	60.000	10,60	77.781	10,2
Paraná	21.529	3,03	21.927	3,68	24.600	4,35	30.126	3,9
Pernambuco	7.723	1,09	10.996	1,85	11.180	1,98	9.049	1,2
Minas Gerais	2.084	0,30	2.728	0,47	5.617	0,99	-	-
Bahia	822	0,11	1.322	0,22	5.148	0,91	-	-
Espírito Santo	450	0,06	446	0,10	407	0,07	-	-
Rio de Janeiro	213	0,03	213	0,03	213	0,04	-	-
Paraíba	212	0,03	212	0,03	211	0,04	-	-
Outros Estados	9	-	9	-	11	-	6.345	0,81
BRASIL	712.182	100,00	594.845	100,00	566.030	100,00	764.426	100,00

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 46-49, 1985-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Enquanto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina a maior parte da produção se destina à vinificação, nos estados do Paraná, São Paulo, Pernambuco e Bahia o produto destina-se principalmente ao consumo "in natura".

A produção brasileira de vinhos e mostos em 1989 foi estimada em 298.110.399 litros. O estado do Rio Grande do Sul destaca-se como principal produtor nacional, detendo 91,8% da produção nacional. O estado de Santa Catarina ocupa a segunda posição, respondendo por 5,8% da produção. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná tiveram uma participação de 1,8%, 0,4% e 0,2%, respectivamente.

TABELA 4

QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE VINHOS E MOSTO PRODUZIDOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS E TOTAL BRASILEIRO - 1988-89

ESTADO	(litro)			
	1988	%	1989	%
Rio Grande do Sul	348.583.277	92,7	273.541.862	91,8
Santa Catarina	20.455.130	5,4	17.255.799	5,8
São Paulo	3.938.395	1,1	5.440.252	1,8
Minas Gerais	2.702.737	0,7	1.268.803	0,4
Paraná	535.000	0,1	603.683	0,2
TOTAL	376.214.539	100,0	298.110.399	100,0

FONTE: EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho- (CNPUV).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na safra 1988/89, o estado de Santa Catarina, numa área colhida de 5.446 ha, produziu 74.323 t de uva com um rendimento médio de 13,647 Kg/ha (tabela 5). Esta safra teve um comportamento normal em relação à anterior, com a ocorrência de condições climáticas favoráveis durante o decorrer do ciclo da cultura.

A microrregião Colonial do Rio do Peixe, de acordo com os dados fornecidos pela Fundação IBGE, relativos à safra 1988/89, é responsável por 63,4% da área colhida e concentra 71,2% da produção estadual.

TABELA 5
 ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO DE VIDEIRA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES
 E TOTAL ESTADUAL - SAFRA 1988/89

MICRORREGIÃO	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO
	(ha)	(%)	(t)	(%)	(Kg/ha)
Col. de Joinville	-	-	-	-	-
Litoral de Itajaí	-	-	-	-	-
Col. de Blumenau	18	-	226	-	12.556
Col. Itajaí do Norte	6	-	48	-	8.000
Col. do Alto Itajaí	202	-	1.932	-	9.564
Florianópolis	-	-	-	-	-
Col. Serrana Catarinense	144	-	1.848	-	12.833
Lit. de Laguna	-	-	-	-	-
Carbonífera	304	5,6	3.920	5,3	12.895
Lit. Sul Catarinense	1	-	9	-	8.800
Col. do Sul Catarinense	4	-	25	-	16.400
Campos Lages	5	-	125	-	25.000
Campos de Curitibaos	105	-	1.112	-	10.590
Col. Rio do Peixe	3.455	63,4	52.889	71,2	15.308
Col. do Oeste Catarinense	1.102	-	11.237	-	10.197
Plan. Canoinhas	100	-	952	-	9.520
SANTA CATARINA	5.446	100,0	74.323	100,0	13.647

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Trata-se, em realidade, da região em que o produto tem a maior importância sócio-econômica no estado. Nesta microrregião, a uva contribui atualmente com 2,7% na formação do valor bruto da produção agropecuária. Nela se destacam os municípios de Videira, Pinheiro Preto, Tangará e Caçador, responsáveis, respectivamente, por 44,1%, 15,9%, 15,1% e 12,9% da produção regional (tabela 6).

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense ocupa o segundo lugar em termos de área colhida e produção. Tal produção destina-se basicamente ao consumo "in natura" e os excedentes, à vinificação para atender ao autoconsumo familiar. Não existe na região nenhuma cantina registrada junto ao Serviço de Inspeção de Produto Vegetal, do Ministério da Agricultura.

TABELA 6

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA UVA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1988/89

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Água Doce	16	136	8.500
Arroio Trinta	30	360	12.000
Caçador	489	6.846	14.000
Capinzal	-	-	-
Catanduvas	8	120	15.000
Concórdia	-	-	-
Herval Velho	11	110	10.000
Fraiburgo	129	1.548	12.000
Herval do Oeste	25	375	15.000
Ibicaré	11	220	20.000
Ipira	-	-	-
Ipumirim	-	-	-
Irani	-	-	-
Itá	-	-	-
Jaborá	31	124	4.000
Joaçaba	25	375	15.000
Lacerdópolis	14	140	10.000
Ouro	-	-	-
Peritiba	-	-	-
Pinheiro Preto	422	8.440	20.000
Piratuba	-	-	-
Ponte Serrada	12	30	2.500
Pres. Castelo Branco	-	-	-
Rio das Antas	200	2.000	10.000
Salto Veloso	45	585	13.000
Seara	-	-	-
Tangará	553	8.000	14.466
Treze Tílias	9	81	9.000
Videira	1.400	23.324	16.660
Xavantina	25	75	3.000
COL. RIO DO PEIXE	3.455	52.889	15.308

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A microrregião Carbonífera aparece em terceira posição, respondendo por 5,3% da produção estadual. Nessa microrregião destacam-se, pelo volume de produção, os municípios de Pedras Grandes (29,7%) e Urussanga (28,5%) (tabela 7).

TABELA 7

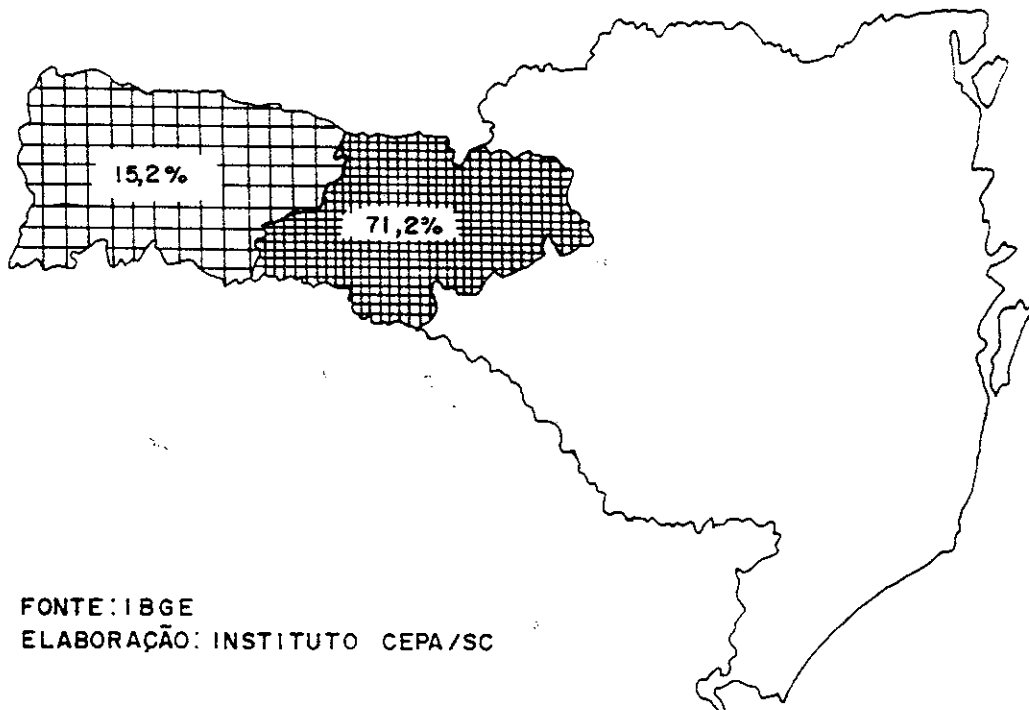
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA UVA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA CARBONÍFERA - SAFRA 1988/89

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
Armazém	4	120	30.000
Braço do Norte	-	-	-
Criciúma	5	100	20.000
Grão Pará	-	-	-
Gravatal	-	-	-
Lauro Muller	18	450	25.000
Morro da Fumaça	6	60	10.000
Orleans	16	120	7.500
Pedras Grandes	102	1.166	11.432
Rio Fortuna	7	56	8.000
Santa Rosa de Lima	-	-	-
São Ludgero	-	-	-
São Martinho	15	360	24.000
Siderópolis	9	68	7.500
Treze de Maio	10	300	30.000
Tubarão	-	-	-
Urussanga	112	1.120	10.000
CARBONÍFERA	304	3.920	12.895

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM SANTA CATARINA — SAFRA - 1988/89.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. INDUSTRIALIZAÇÃO

O Serviço de Inspeção de Produto Vegetal, do Ministério da Agricultura, registrou em 1989 cerca de 23.531.127 Kg de uvas destinadas à industrialização em Santa Catarina, sendo 4,0% de uvas viníferas e 96,0% de uvas comuns. Esse volume representa 31,6% da produção de safra 1988/89. Comparado com o do ano anterior, significa uma redução de 14,3% na quantidade de uvas destinadas à vinificação (tabela 8).

TABELA 8

QUANTIDADE DE UVA INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO EM SANTA CATARINA - 1988-89

DISCRIMINAÇÃO	(Kg)	
	1988	1989
Uva tinta comum	19.454.147	15.610.350
Uva tinta vinífera	653.414	662.659
Uva branca comum	7.045.882	6.961.395
Uva branca vinífera	307.320	296.723
Uva rosada comum	-	-
TOTAL	27.460.763	23.531.127

FONTE: Fundação IBGE e MA/DFA-SC/SERP.V.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com a fonte anteriormente citada, a indústria produziu 15.478.069 litros de vinho conforme mostra a tabela 9, além de 1.659.203 litros de suco de uva integral e 118.527 Kg de concentrado de suco de uva.

TABELA 9

VOLUME DE VINHO PRODUZIDO, POR TIPO, NAS REGIÕES VINÍCOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA, 1978-88

ANO	(1000 l)			
	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460
1985	6.423	17.206	733	24.362
1986	5.066	13.462	960	19.488
1987	4.207	14.304	614	19.125
1988	4.360	10.618	500	15.478

FONTE: MA/DFA-SC/SERP.V.
LABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O pequeno volume de uvas viníferas destinado à industrialização para a produção de vinhos finos se deve às dificuldades de colocação do produto. Os produtores ficam na dependência das poucas cantinas em condições de industrializar o produto. Em verdade, a vinificação exige um processo tecnológico diferente do usual. Para tal, seria necessária a modernização de muitas cantinas, com aquisição de novos equipamentos. Tais investimentos resultariam no encarecimento do vinho, o qual, por isso, não teria condições de competir com o produto dos produtores industriais já instalados no país; além disso, tornar-se-ia menos acessível, especialmente aos consumidores de menor poder aquisitivo.

As cantinas, de acordo com o SERPV-MA, estão localizadas nas microrregiões Colonial do Rio do Peixe (87,7%) e Carbonífera (12,3%) (tabela 10).

TABELA 10
CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS DE UVA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES PRODUTORAS DE SANTA CATARINA - 1988

MICRORREGIÃO	PIPA DE MADEIRA	PIPA DE FIBRA	PIPA METÁLICA	PILETA DE CONCRETO	PIPA DE TIJOLO ARMADO	TOTAL
Colonial do Rio do Peixe	18.495.278	111.400	10.214.610	15.719.175	-	44.540.463
Carbonífera	1.859.904	-	383.100	-	3.978.450	6.221.454
TOTAL	20.355.182	111.400	10.597.710	15.719.175	3.978.450	50.761.917

FONTE: MA/DFA-SC/SERP.V.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Levantamento realizado na safra 1987/88 pela Coordenadoria de Fruticultura da EMATER/AGARESC junto a 606 agricultores assistidos pelo Serviço de Extensão Rural na microrregião Colonial do Rio do Peixe mostra o seguinte destino da produção: venda para consumo "in natura", 14,2%; venda para o consumo industrial, 72,7%; uso na propriedade, 4,1%; perdas, 1,0%. As vendas para o consumo "in natura" e para o consumo industrial representam, respectivamente, 30,4% e 59,9%

do valor total da produção dos agricultores pesquisados (tabela 11).

TABELA 11
DESTINO DA PRODUÇÃO DE UVA, NÚMERO DE PRODUTORES PESQUISADOS, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL - MRH COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1988/89

UTILIZAÇÃO DO PRODUTO	NÚMERO DE PRODUTORES	%	QUANTIDADE (t)	%	PREÇO MÉDIO (Cz\$/kg)	VALOR TOTAL (Cz\$)	%
Consumo in natura	321	51,9	5.574,94	14,2	0,15	857.225,50	30,4
Consumo industrial	521	84,2	18.260,86	72,7	0,09	1.687.823,78	59,9
Total comercializado	-	-	23.835,80	94,9	0,11	2.545.049,28	90,3
Uso da propriedade	353	57,0	1.026,49	4,1	0,26	274.328,00	9,7
Total Colhido	619	100,0	24.862,22	100,0	0,12	2.819.377,28	100,0

FONTE: Cordenadoria de Fruticultura da EMATER-SC/ADARESC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A quantidade de uva comercializada "in natura", embora significativa, não foi maior em função da ocorrência de chuvas no período de colheita. Por essa modalidade, os agricultores recebem preços superiores com pagamento a vista.

Na região do Vale do Rio do Peixe, a uva produzida no município de Caçador (6.846 toneladas na safra 1988/89) destina-se principalmente à comercialização "in natura". As vendas são realizadas principalmente em São Paulo (SP) e Curitiba (PR), e são efetuadas por atacadistas locais e paulistas, bem como pela cooperativa local. A cooperativa recebe a uva, realiza a venda do produto, deduz as despesas e repassa o resultado da operação ao associado. Cerca de 80% da produção dos associados é vendida "in natura", sendo que os 20% restantes são industrializados em cantina própria. A venda da uva nos mercados mais próximos é realizada por pequenos comerciantes, ou mesmo agricultores, que transportam o produto em veículos médios (caminhonetes e pequenos caminhões).

Na região sul do estado, cerca de 40% da produção regional destina-se ao consumo "in natura", sendo que 85% da uva industrializada nas cantinas da região vem do Rio Grande do Sul.

A nível de consumo, verifica-se que o aumento substancial da população na orla marítima durante o período de

verão tem contribuído significativamente para o escoamento da produção.

Para essa região converge a uva das regiões do Litoral, do Vale do Rio do Peixe e também de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul.

Os preços praticados na safra passada estiveram de acordo com o estabelecido pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP, que fixou NCz\$ 0,075/kg para as uvas comuns superiores a partir de fevereiro/88, com correções mensais até junho, conforme a variação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA (1989/90)

Para a safra 1989/90 (atual), está prevista uma produção de 75.000 toneladas, considerada normal. A ocorrência de frio durante a primavera atrasou o início da brotação, bem como todo o ciclo vegetativo (a colheita atrasou em torno de 20 a 30 dias, dependendo da variedade). Surtos localizados de míldew exigiram um maior consumo de fungicidas nos tratamentos fitossanitários. A continuidade das chuvas durante a fase de colheita poderá prejudicar a quantidade do produto e dificultar, a exemplo do que ocorreu na safra anterior (fins de fevereiro/89), a comercialização da uva "in natura".

O preço reivindicado pelos produtores, com base em levantamento do custo de produção feito pela Comissão Interestadual de Produtores de Uva, que engloba os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios produtores, com a colaboração das federações dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul (FETAG) e de Santa Catarina (FETAESC), foi de NCz\$ 1,38/kg de uva comum, com base em 31/10/89.

O Governo Federal, de sua parte, está interessado em reduzir sua intervenção no processo de comercialização, seja em razão dos estoques do vinho em poder da CFP, seja devido à escassez de recursos do Tesouro Nacional.

No que se refere ao setor industrial, as informações disponíveis dão conta de que não deverão ocorrer problemas de espaço nas cantinas. As preocupações giram em torno do baixo preço do vinho no mercado e das limitações de recursos de capital de giro para aquisição da uva.

A avaliação entre os produtores e suas lideranças é de que a atual safra será comercializada a preços inferiores aos custos de produção. Os produtores reivindicam um maior rigor governamental na fiscalização do vinho, de forma a impedir a adulteração da qualidade do mesmo. Tal fiscalização incluiria ações na entrega da uva junto às cantinas, durante o processo de vinificação, e na coleta de amostras (para análise em laboratório) junto ao segmento varejista.

De outra parte, como já foi observado no documento do ano anterior, a remoção a médio prazo dos obstáculos (tarifários e não-tarifários) no comércio de bens e serviços entre o Brasil e a Argentina deverão afetar a comercialização do vinho catarinense, uma vez que esse item consta do protocolo de integração da indústria de alimentos.

Por fim, cabe lembrar que a vinicultura se encontra estagnada nas principais regiões produtoras. Os agricultores, em função dos baixos preços recebidos nas últimas safras, não têm investido na recuperação e/ou ampliação dos parreirais. Por outro lado, verifica-se o crescimento da área com hortifrutigranjeiros na região Colonial do Rio do Peixe, concorrendo em terra e mão-de-obra com a videira.

2.15. PRODUÇÃO FLORESTAL

1. INTERNACIONAL

O mercado mundial de produtos florestais seguiu, no ano de 1987, a mesma direção observada no ano anterior, qual seja, de retomada de seu crescimento. Este pode ser dimensionado pela aceleração do ritmo expansionista, em valor e volume tanto da produção mundial dos grandes itens da atividade econômica florestal como de sua comercialização (tabelas 1, 2 e 3).

Neste sentido, é fácil observar que a taxa de variação entre os dois últimos anos da série considerada foi novamente superior à taxa média anual de todo o período, para todos os grandes itens em que se costuma dividir a atividade econômica florestal (tabelas 1, 2 e 3).

A madeira bruta, por exemplo, teve sua demanda ampliada, dentre outras razões, pela forte investida nesse mercado da República Popular da China, após perder, num incêndio, metade de suas reservas anuais de madeira, estimadas em 56 milhões de metros cúbicos. Por outro lado, sua oferta começa a diminuir face à retração progressiva dos dois principais exportadores - Malásia e Indonésia. Por isso é que, ainda em 1987, a taxa de crescimento da produção de madeira bruta superou a média anual do período (tabela 1). O mesmo se verificou com seu comportamento nesse mercado, que vem se recuperando paulatinamente a partir de 1985, principalmente em termos de valor (tabelas 2 e 3).

Os dois subitens que constituem o item em questão mostraram apenas diferença de ritmo de crescimento da produção entre si: no último ano, um pouco mais elevado no caso da madeira bruta para fins industriais, e, no período completo, para lenha e carvão vegetal. O comércio internacional destes grupos de produtos florestais mostrou retomada de crescimento, a partir de 1984, para ambos os subitens em volume transacionado, e, em valor, somente nos dois últimos anos

considerados; mesmo assim, sem alcançar os valores de compra e venda do início da década, o que evidencia uma queda relativa dos respectivos preços internacionais.

Dois dos grandes subitens que compõem a produção semi-manufaturada - a madeira serrada e a pasta química de madeira - após registrarem ligeira queda em 1981 e 1982, tornaram a crescer progressivamente, ultrapassando, já a partir de 1983, as quantidades produzidas no início do período. As transações internacionais de ambos os subitens no mesmo período indicam que tão somente em 1987 é que suplantaram os valores alcançados em 1980. No entanto, já a partir de 1983 seus volumes estiveram iguais ou superiores aos negociados em 1980.

Os laminados de madeira e o papel e papelão - agregados de produtos classificados como manufaturados - iniciaram o período com a produção oscilando levemente em torno dos 100 milhões de m³ o primeiro, e de 170 milhões de t o segundo. A partir de 1983, cresceram continuamente, superando os índices de crescimento de todos os demais subitens da produção florestal.

Suas trocas no mercado internacional exibiram um volume transacionado de mesma direção de sua produção. Seus valores, porém, evoluíram diversamente, pois somente a partir de 1986 suplantaram aqueles praticados no início da década.

Em conclusão, pode-se afirmar que os dados exibidos continuam a indicar a retomada verificada a partir de 1986, mais fortemente para a produção e trocas internacionais dos produtos florestais de maior valor agregado (laminados de madeira, pasta para papel e papel e papelão).

TABELA 1
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87

ITEM	QUANTIDADE PRODUZIDA							TAXA DE VARIAÇÃO (%)			
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1980-87	1987/86	
	(Em milhões de metros cúbicos)							Total	Média	Anual	
1. Madeira Bruta	2.928,0	2.932,5	2.926,9	3.037,9	3.128,3	3.158,3	3.254,4	3.352,4	14,49	1,95	3,01
1.1. Madeira Bruta Industrial	1.450,9	1.413,3	1.375,3	1.457,5	1.511,8	1.513,8	1.576,6	1.633,1	12,56	1,70	3,58
1.2. Lenha e Carvão Vegetal	1.477,1	1.519,1	1.551,6	1.580,0	1.612,2	1.644,5	1.677,8	1.719,3	16,40	2,19	2,47
2. Madeira Serrada e Travessas	450,8	430,0	422,8	441,4	460,2	465,1	481,6	502,2	11,40	1,55	4,28
3. Laminados de Madeira	101,1	100,4	96,2	105,4	108,4	111,8	118,1	122,0	20,67	2,72	3,30
4. Pasta para Papel(1)	125,0	125,1	119,5	128,2	135,5	135,5	140,5	145,7	15,82	2,12	3,70
5. Papel e Papelão(1)	170,2	170,9	167,2	177,2	189,9	192,6	201,9	212,8	25,03	3,24	5,40

FONTE: FAO. Anuário de Produtos Florestais, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Em milhões de toneladas.

TABELA 2
VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIACÃO - 1980-87

ITEM	VALOR (EM US\$ MILHÕES)										TAXA DE VARIACÃO (%)	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total	1980-87	1987/86	
1. Madeira Bruta	12.438,2	8.997,9	8.534,2	8.016,1	7.975,2	7.572,2	8.215,0	10.571,9	-15,00	-2,29	28,69	
. Importações	8.762,9	6.646,8	6.278,5	5.890,5	5.402,6	5.479,1	5.877,0	7.392,1	-16,32	-2,51	24,90	
. Exportações	12.315,7	8.883,1	8.433,6	7.911,9	7.858,2	7.455,6	8.085,1	10.433,3	-15,28	-2,34	29,04	
1.1. Madeira Bruta Industrial	8.668,3	6.571,3	6.209,6	5.820,1	5.334,6	5.416,9	5.811,4	7.264,3	-16,19	-2,49	25,00	
. Importações	122,5	104,8	100,5	104,1	117,0	116,5	129,8	138,5	13,06	1,76	6,70	
. Exportações	94,5	75,5	68,8	70,4	68,0	62,1	58,5	67,8	-28,25	5,36	15,89	
1.2. Lenha e Carvão Vegetal	13.969,5	11.399,3	11.034,5	11.749,4	11.516,7	11.230,8	12.763,4	15.739,4	12,67	1,71	23,31	
. Importações	12.344,3	10.259,8	9.401,5	10.837,0	10.610,8	10.117,5	11.629,9	13.982,1	13,26	1,79	20,22	
. Exportações	5.237,3	5.131,1	4.576,9	4.735,6	4.647,7	4.609,7	5.550,7	7.226,1	37,97	4,70	31,22	
2. Laminados de Madeira	5.160,5	4.922,2	4.326,7	4.653,4	4.513,5	4.505,3	5.437,5	7.128,7	38,14	4,72	31,10	
. Importações	9.777,1	9.607,5	8.452,4	8.075,5	9.347,8	8.429,8	9.548,0	12.736,4	30,26	3,84	33,40	
. Exportações	9.543,4	9.278,8	7.772,8	7.698,2	9.064,7	7.835,1	9.150,7	12.203,9	27,87	3,57	33,36	
3. Papel e Papelão	20.046,5	21.007,3	21.643,8	20.081,4	22.314,2	23.408,1	28.211,3	33.815,7	62,21	7,15	19,86	
. Importações	20.047,1	20.044,2	18.731,8	18.524,5	20.721,3	21.605,2	25.859,0	32.462,4	61,93	7,12	25,53	
. Exportações												

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.
ELABORACÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
VOLUME GLOBAL DO COMERCIO INTERNACIONAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIACÃO -
1980-87

ITEM	EM MILHÕES DE METROS CUBICOS										TAXA DE VARIACÃO (%)	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total	1980-87	1987/86	
1. Madeira Bruta												
. Importações	121,0	107,1	102,6	108,3	112,2	113,6	116,8	124,5	2,89	0,40	6,59	
. Exportações	117,0	100,2	99,0	101,0	103,3	106,1	108,9	117,4	0,34	0,04	7,80	
1.1. Madeira Bruta Industrial												
. Importações	117,9	104,6	99,4	104,8	107,3	109,6	113,0	120,6	2,29	0,32	6,72	
. Exportações	114,2	97,9	96,6	98,2	100,6	103,7	104,7	115,2	0,87	0,12	10,02	
1.2. Lenha e Carvão Vegetal												
. Importações	3,1	2,5	3,1	3,5	3,9	4,1	4,1	4,1	32,25	4,07	0	
. Exportações	2,8	2,2	2,4	2,8	2,7	2,4	2,1	2,2	-21,43	6,61	4,76	
2. Madeira Serrada e Travessas												
. Importações	77,1	70,6	71,2	80,3	83,5	85,6	86,9	92,0	19,33	2,55	5,87	
. Exportações	79,6	72,5	73,1	83,8	86,1	86,0	87,0	95,0	19,35	2,55	9,19	
3. Laminados de Madeira												
. Importações	15,7	16,6	15,5	16,9	17,9	18,9	20,7	24,0	52,86	16,25	15,94	
. Exportações	16,3	16,8	15,4	17,4	18,2	19,1	20,5	23,0	41,10	5,04	12,19	
4. Pasta para Papel(1)												
. Importações	20,6	19,5	18,2	20,5	21,3	21,6	23,0	25,0	21,36	2,80	8,69	
. Exportações	21,2	20,2	18,5	21,1	21,5	21,8	23,3	24,5	15,56	2,08	5,15	
5. Papel e Papelão(1)												
. Importações	33,6	34,0	33,6	35,5	39,2	40,3	43,6	46,2	37,5	4,65	5,96	
. Exportações	35,0	35,4	33,7	36,8	39,9	40,9	43,4	47,0	34,8	4,30	8,29	

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.

ELABORACÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Em milhões de toneladas.

2. NACIONAL

A produção florestal brasileira, ainda em 1987, segue respondendo de forma bastante imediatista e predatória à crescente demanda, então estimada em 267 milhões de m³. Satisfazer a tal volume de demanda nas condições técnico-organizacionais de hoje implica pressão descabida sobre os recursos florestais nativos - que se lhes vem tornando insuportável por se realizar num quadro de fortíssima concentração fundiária, onde as matas são destruídas tanto para implantar pastagens através de queimadas, como para atividades extrativas minerais - uma vez que apenas 24% desse total provém de florestas plantadas. Isto comporta desmatamento de aproximadamente 6 milhões de hectares por ano⁽¹⁾.

Entre seus grandes itens, o crescimento da produção florestal do país não apresentou discrepâncias maiores, a não ser quanto ao ritmo de crescimento. A exceção correu unicamente por conta do item laminados de madeira, que permaneceu no mesmo patamar desde o início da década recém-finda (2,5 milhões de m³/ano) (tabela 4).

A produção de madeira bruta, por exemplo, no período 1980-87, aumentou em quase 14%, proporcionando uma taxa média anual de crescimento de 1,87%. Na realidade, o mesmo item é mais fortemente influenciado pela produção de lenha e carvão vegetal. Esta não só elevou ligeiramente sua participação na quantidade produzida de madeira bruta (71% em 1980 e 72,5% em 1987, resultando num incremento global de 16,5% e numa taxa média anual de 2,2%) (tabela 5).

O subitem madeira bruta para fins industriais, em compensação, cresceu 7,3% no período em causa, propiciando a taxa média de 1% (tabela 5).

(1) PRODUÇÃO de madeira no Brasil revela déficit de 203 milhões de metros cúbicos. Infoc Madeireiro, Brasília, n. 52, p. 2, set./out. 1987.

TABELA 4
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS NO BRASIL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA						
	Em milhões de metros cúbicos					Em milhões de toneladas	
	Madeira Bruta	Madeira Industrial	Lenha e Carvão Vegetal	Madeira Serrada e travessas	Laminados de Madeira	Pasta para Papel	Papel e Papelão
1980	212,1	61,7	150,4	14,9	2,5	3,1	3,4
1981	215,1	61,2	153,9	15,9	2,6	3,0	3,1
1982	220,1	62,7	157,4	16,5	2,4	3,3	3,3
1983	225,4	64,4	160,9	17,2	2,5	3,4	3,4
1984	230,4	65,9	164,5	17,2	2,5	3,4	3,8
1985	234,1	66,0	168,1	17,8	2,5	3,7	4,0
1986	237,8	66,1	171,6	18,1	2,5	3,8	4,5
1987	241,5	66,2	175,2	18,1	2,5	3,9	4,7
TAXA DE VARIAÇÃO (%)							
1980-87							
. Total	13,90	7,30	16,50	21,50	0,0	25,80	38,20
. Média Anual	1,87	1,01	2,20	2,81	0,0	3,33	4,73
1987/86	1,55	0,15	2,09	0,00	0,0	2,63	4,45

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPOS DE PRODUTOS NO TOTAL MUNDIAL - 1980-87

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA						
	Em milhões de metros cúbicos					Em milhões de toneladas	
	Madeira Bruta	Madeira Industrial	Lenha e Carvão Vegetal	Madeira Serrada e travessas	Laminados de Madeira	Pasta para Papel	Papel e Papelão
1980	7,24	4,25	10,19	3,30	2,47	2,46	2,00
1981	7,34	4,33	10,14	3,70	2,59	2,40	1,82
1982	7,52	4,56	11,45	3,90	2,49	2,76	2,00
1983	7,42	4,42	10,18	3,90	2,37	2,65	1,92
1984	7,37	4,36	10,22	3,73	2,30	2,51	2,00
1985	7,41	4,35	10,21	3,82	2,23	2,73	2,08
1986	7,31	4,20	10,22	3,81	2,01	2,70	2,23
1987	7,20	3,98	10,19	3,60	2,05	2,68	2,21
TAXA DE VARIAÇÃO (%)							
1980-87							
. Total	- 0,6	-6,4	0,0	9,1	-17,0	8,9	10,5
. Média Anual							
1987/86	-15,0	-5,2	-0,3	-5,5	2,0	-0,7	- 0,9

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

As médias mais expressivas de crescimento anual e global do período foram alcançadas pelos semimanufaturados e manufaturados - com a exceção já mencionada.

A evolução do comportamento desses produtos e agregados de produtos, apesar de positiva no período, mostrou um leve recuo em 1987. Basta observar sua menor taxa de variação, tanto em relação à do ano anterior, como à variação global de todo o período (tabela 4).

Ademais, a participação do país na produção florestal internacional, no período considerado, apenas apresentou crescimento para os itens madeira serrada e travessas (9,1%), pasta para papel (8,9%) e papel e papelão (10,5%). Já comparativamente ao ano de 1986, o único item a variar positivamente foi o de laminados de madeirás (2%) (tabela 5).

Contudo, a participação dessa produção nacional naquele mercado permanece em patamares muito pouco expressivos, tendo, inclusive, sofrido uma retração de pequena monta em 1987 para 0,3% das importações e 1,3% das exportações - valores dos mais baixos de todo o período em questão. Entre os principais itens de exportação, os semi-manufaturados e os manufaturados continuam a se destacar, embora tenham diminuído sua participação (excetuados os laminados de madeira) (tabelas 6, 7 e 8).

Na realidade, o mercado brasileiro de produtos florestais começou o ano enfrentando um aumento médio de 150%(2) nos preços da tora, com reflexos imediatos nos preços dos produtos e subprodutos que a utilizam como matéria-prima. Além disso, enfrentou igualmente situações de inquietação e incerteza, como: a perspectiva de esgotamento da disponibilidade de matéria-prima, em um prazo relativamente curto, notadamente para o carvão vegetal e a indústria mobiliária; as ameaças norte-americanas de retaliação comercial contra as exportações brasileiras, incluídas as do setor

(2) PREÇOS internos da madeira estão altos. Infoc Madeireiro, Brasília, v.5, n.48, p.4, jan./fev. 1987.

florestal; a defasagem entre os preços internacionais e internos da madeira em tora, principalmente pela pressão da demanda chinesa; a diminuição dos níveis de renda da população em geral e a intenção do Governo Federal de extinguir o FISET.

Em decorrência desses fatores, observou-se em 1987, mais precisamente em sua parte final, queda dupla de consumo e preço real da madeira. Porém, a grande diversidade de produtos que utilizam matéria-prima florestal não poderia deixar de apresentar comportamentos os mais diferentes ao longo do ano em questão. Nesse sentido, a produção de carvão vegetal - insumo básico para uma série de segmentos industriais, principalmente o siderúrgico - passou a sofrer forte pressão de demanda a partir do 2º semestre, revertendo o quadro negativo da primeira metade do ano. O consumo previsto foi de 36 milhões de m³, com crescimento de 3,7% em relação ao do ano de 1986(3).

Já a madeira compensada, após excelente desempenho em 1986, notadamente face ao volume de exportações realizado, não o conseguiu manter no ano seguinte.

O que houve foi que no transcorrer desse ano teve diminuída sua demanda por parte dos dois grandes segmentos consumidores: a indústria do mobiliário e a construção civil. O primeiro sofreu queda de 47% em seus níveis de venda em relação a 1986, tanto por ter deixado de exportar para os Estados Unidos, como pela retração do mercado interno. O segundo segmento teve a perturbar-lhe a performance a falta de investimentos, quer privados quer governamentais.

No que tange ao mercado externo (o nível das vendas de madeiras compensadas praticamente igualou o de 1986), seu valor total passou de US\$ 67,3 milhões neste ano, para US\$ 70 milhões em 1987(4).

(3) ABRACAVE prevê para o carvão vegetal crise no abastecimento e preço elevado. Infoc Madeireiro, Brasília, n.52, p.3, set./out. 1987.

(4) LEAL, L. Exportações cresceram 33% em 88 e compensaram queda de vendas internas. Gazeta Mercantil, São Paulo, 24-26 dez.1988. p.12.

TABELA 6
VALOR DO COMERCIO MUNDIAL E BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-87

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM US\$ MILHÕES) (1)							TAXA DE VARIACÃO (%)				
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total	Média	Anual	
Mundo												
• Importações	62.268,6	56.143,1	54.241,8	52.658,0	55.801,6	55.250,6	64.244,4	80.089,5	28,62	3,66	24,66	
• Exportações	55.858,2	51.151,8	46.511,3	47.603,6	50.312,9	49.604,3	57.947,1	73.109,2	30,88	3,91	26,16	
Brasil												
• Importações	274,16	282,09	298,75	161,25	174,67	148,38	204,56	232,97	-15,02	-2,29	13,88	
• Exportações	864,59	944,32	695,38	822,02	1.027,08	800,61	936,35	964,46	11,55	1,57	3,00	
Participação % do Brasil												
• Importações	4,40	5,02	5,50	3,06	3,13	2,68	3,18	2,90				
• Exportações	15,47	18,46	14,94	17,26	20,41	16,14	16,15	13,19				

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.

ELABORACIÓN: Instituto CEPA/SC.

(1) Não estão incluídos os valores de madeira bruta industrial e lenha e carvão vegetal.

TABELA 7
VALOR DO COMERCIO NACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPO DE PRODUTOS - 1980-87

ITEM	VALOR (EM US\$ MILHÕES)								TAXA DE VARIAÇÃO (%)		
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1980-87	1987/86	
									Total	Média Anual	
1. Madeira Bruta	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00	7,42	4,71	-31,8	-5,32	-36,52
. Importações	3,07	2,37	1,65	1,89	2,04	2,23	1,11	1,08	-64,8	-3,86	-2,70
. Exportações	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00	7,42	4,71	-31,83	-5,32	-36,52
1.1. Madeira Bruta Industrial	1,49	1,38	1,37	0,91	2,04	2,23	1,11	1,09	-26,84	-4,40	-1,80
. Importações											
. Exportações	1,58	1,01	0,28	0,98							
2. Madeira Serrada e Travessas	24,30	17,66	12,87	8,58	10,30	12,84	17,00	12,99	-46,54	-8,55	-23,58
. Importações	211,47	210,41	139,86	178,81	142,98	121,77	119,71	188,92	-10,66	-1,59	57,81
. Exportações	14,1	12,57	10,70	7,09	6,50	6,11	7,29	6,78	380,85	-9,93	-6,99
3. Laminados de Madeira	124,98	141,18	104,94	122,15	140,09	135,98	146,02	163,00	30,42	3,86	11,62
. Importações	37,76	21,48	9,35	5,84	11,24	12,18	17,89	18,49	-51,03	-9,69	3,35
. Exportações	364,21	365,53	278,50	310,74	396,41	278,04	322,70	297,57	-18,29	-2,84	-7,78
4. Pasta para Papel	191,09	223,89	259,22	133,18	138,50	109,25	154,96	190,00	-0,57	-8,16	22,61
. Importações	160,86	224,83	170,13	208,43	345,56	262,59	346,81	312,80	94,45	9,96	-9,80
. Exportações											

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8
PARTICIPAÇÃO DO COMERCIO BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS NO INTERNACIOAML, POR GRUPO DE PRODUTOS - 1980-87

ITEM	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL (%)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Madeira Bruta								
. Importações	0,06	0,07	0,08	0,08	0,10	0,11	0,09	0,04
. Exportações	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,04	0,02	0,01
1.1. Madeira Bruta Industrial								
. Importações	0,06	0,07	0,08	0,08	0,10	0,10	0,09	0,04
. Exportações	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	0,04	0,02	0,02
1.2. Lenha e Carvão Vegetal								
. Importações	-	-	-	-	-	-	-	-
. Exportações	1,67	1,34	0,41	1,40	-	-	-	-
2. Madeira Serrada e Travessas								
. Importações	0,17	0,15	0,11	0,07	0,09	0,11	0,13	0,08
. Exportações	0,71	2,05	1,49	1,65	1,35	1,20	1,03	1,35
3. Laminados de Madeira								
. Importações	0,27	0,24	0,23	0,15	0,14	0,13	0,13	0,09
. Exportações	2,42	2,87	2,42	2,62	3,10	3,02	2,68	2,29
4. Pasta para Papel								
. Importações	0,72	0,22	0,11	0,07	0,12	0,14	0,18	0,14
. Exportações	3,82	3,94	3,58	4,04	4,37	3,55	3,53	2,44
5. Papel e Papelão								
. Importações	0,92	1,07	1,20	0,66	0,62	0,47	0,55	0,56
. Exportações	0,80	1,12	0,91	1,12	1,67	1,21	1,34	0,96

FONTE: FAO. Anuario de Productos Florestales, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção de papel e celulose, por seu turno, apresentou novamente um bom desempenho em 1987. Duas ordens de fatores contribuíram para tal: o aquecimento da demanda do mercado internacional e a adoção de medidas de política cambial e de preços internos mais afinadas com as exigências das empresas do setor.

Neste ano, a produção nacional de papel atingiu 4,71 milhões de toneladas, mostrando um aumento 7,1% superior à do ano anterior(5). A produção de celulose no país, de seu lado, alcançou a casa dos 3,6 milhões de toneladas, 2,8% acima da produção de 1986. As vendas internas de papel alcançaram-se, então, aos 4,0 milhões de toneladas (quase 5,5% a mais do que

(5)Folha de São Paulo, 31/01/1989. p.B-1.

no ano anterior). O consumo nacional aparente de papel, por decorrência, foi estimado em algo menor que 4,5 milhões de toneladas, proporcionando um nível de consumo per capita de 30,9 kg.

Por seu turno, o valor das vendas domésticas e do consumo próprio das empresas de celulose chegou aos 2,77 milhões de toneladas, equivalentes a aproximadamente 76% da produção nacional(6).

Por fim, acrescenta-se que o valor das vendas externas de papel e celulose, US\$ 764 milhões (EUA) FOB, superou em 17,3% o do ano anterior(7).

3. SANTA CATARINA

O desempenho da diversificada produção florestal catarinense nos anos de 1986 e 1987 mostrou-se, como não poderia deixar de ser, variável, de acordo com a especificação de seus respectivos mercados. Dessa forma, a erva-mate, o palmito e a madeira bruta vêm tendo uma produção decrescente, se não em quantidade física absoluta (caso da primeira), certamente em sua participação relativa na produção nacional e em valor - absoluto e percentual.

Outros produtos da atividade extrativa florestal do estado, como pinhão, carvão vegetal e lenha, ainda alcançaram, de um ano para outro, crescimento (relativo e absoluto) em quantidade e valor.

Os principais derivados da madeira, por sua vez, responderam por um nível de produção diferenciado. Enquanto a madeira serrada sofria descenso bastante acentuado entre os dois anos assinalados (41% em volume), a madeira laminada e o papel

(6)NICOLETTA, C. Exportações do setor atingiram o recorde de US\$ 1,4 bilhão em 88. Gazeta Mercantil, São Paulo, 18-20 fev. 1989, p.12.

(7)idem.

e celulose elevaram seus níveis de produção - a primeira, substanciais 13% e os segundos, inexpressivo 1%, ambos em volume, respectivamente.

Tal situação reflete, dentre outros fatores, principalmente: 1º) as flutuações do mercado ervateiro, na medida em que seu potencial de crescimento é maior nos dois estados vizinhos, os quais têm produção direcionada também para os países do cone sul de nosso continente; 2º) a proximidade da escassez das reservas nativas de plantio e madeiras industriais (estas com importações cada vez maiores da Amazônia); 3º) o recrudescimento da extração da madeira para a produção de carvão e lenha (face ao aquecimento dos segmentos industriais que os utilizam como matéria-prima e fonte energética; 4º) a utilização mais intensa de florestas homogêneas para a obtenção de matérias-primas de celulose, papel e madeira laminada (que também absorve quantidades crescentes de madeiras provenientes de florestas naturais de outras regiões do país, destacadamente a Amazônia).

TABELA 9
QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - SANTA CATARINA - 1986 E 1987

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA				PARTICIPAÇÃO		VALOR DA PRODUÇÃO				PARTICIPAÇÃO	
	Brasil		Santa Catarina		CÃO (%)		Brasil		Santa Catarina		CÃO (%)	
	Em 1000 t						Em Cz\$ 1.000.000,00					
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Erva-Mate Cancheada	121,9	140,0	43,5	46,1	35,7	32,9	1.239,9	3.197,1	401,0	900,7	32,3	28,1
Palmito	131,0	142,0	0,9	0,9	0,7	0,6	110,2	544,8	11,3	32,7	10,3	6,0
Pinhão	4,8	4,5	1,2	1,2	25,0	26,7	21,0	65,4	4,8	16,8	22,9	25,6
Carvão Vegetal(*)	3.364,7	3.582,2	132,6	180,7	3,9	5,0	4.680,8	11.421,1	182,1	568,8	3,9	4,9
Lenha(*)	172.540,4	120.929,9	10.128,6	10.357,1	8,0	8,5	4.438,0	13.420,5	416,5	1.536,4	9,3	11,44
Madeira Bruta(*)	85.353,9	45.743,8	3.666,9	3.449,9	8,2	7,5	19.623,5	64.363,6	1.460,8	4.290,5	7,4	6,6

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v.48-49, 1987-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Quantidade produzida em 1.000 m3.

DESEMPENHO DA EXPLORACAO ANIMAL

3. DESEMPENHO DA EXPLORACAO ANIMAL

3.1. AVES

1. PRODUÇÃO

De acordo com as estimativas do USDA, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de carne de aves em 1989 deverá atingir um total de 31,08 milhões de t, 2,8% a mais que em 1988, mantendo a tendência de crescimento registrada nos últimos cinco anos. Para 1990, os dados preliminares apontam para uma produção de 32,41 milhões de t, um aumento da ordem de 4,28%.

Do total de carne de aves estimado para 1989, cerca de 74,24% foi de frango (23,07 milhões de t). Em 1990, a produção deverá atingir 24,25 milhões de t, aumentando sua participação para 74,81%.

Considerando-se a produção mundial de carne de aves em 1989 pelos dados do USDA, o Brasil ocupa o terceiro lugar, com 2,08 milhões de t. Cabe aos Estados Unidos a condição de maior produtor, com uma produção de 9,98 milhões, vindo a seguir a URSS, com uma produção de 3,26 milhões. O Japão, com uma produção de 1,45 milhão, é o quarto produtor mundial, vindo, logo após, a França com 1,45 milhão, a Inglaterra com 1,07 milhão e a Itália com 1,01 milhão. Entre os países que produziram menos de 1 milhão de toneladas em 1989, destacam-se a Espanha, o Canadá, o México, a África do Sul, a Tailândia, a Holanda e a Hungria.

TABELA 1
 PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE DE AVES, VARIAÇÃO ANUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES -
 1985-90

(mil t)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1985	1986	1987	1988(1)	1989(1)	1990(1)	VAR.	PARTIC. %
						(a)	(b)	(b/a)	89
USA		7.865	8.262	9.105	9.428	9.984	10.722	7,39	33,07
Canadá		608	628	646	656	660	674	2,12	2,08
México		627	590	515	592	637	695	9,10	2,14
Brasil		1.530	1.680	1.865	1.997	2.079	2.178	4,76	6,72
Venezuela		363	366	413	373	226	242	7,07	0,75
CEE		5.301	5.413	5.712	5.931	6.009	6.103	1,56	18,83
URSS		2.816	2.998	3.126	3.184	3.260	3.360	3,06	10,37
Hungria		405	445	470	465	470	482	2,55	1,49
Romênia		450	455	425	370	365	365	0,00	1,12
Iraque		221	239	172	250	270	280	3,70	0,86
África do Sul		505	484	534	597	632	655	3,63	2,02
Japão		1.395	1.421	1.465	1.471	1.455	1.455	0,00	4,49
Formosa		345	384	400	418	430	430	0,00	1,32
Tailândia		393	431	464	498	545	590	8,25	1,82
Outros		3.416	3.594	3.893	4.003	4.059	4.185	3,10	12,91
TOTAL		26.240	27.390	29.205	30.233	31.081	32.416	4,29	100,00

FONTE: USDA. World Agricultural Production, ago. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

Segundo as estimativas do USDA, na produção mundial de frangos os Estados Unidos continuam como o maior produtor, tendo atingido em 1989 um volume da ordem de 7,82 milhões de t, seguidos pelo Brasil, com 2,02 milhões, neste caso superando a URSS, cuja produção está estimada em 1,82 milhão de t. O quarto lugar, novamente, pertence ao Japão, com 1,33 milhão de t, vindo a seguir a França, com 860 mil t e a Inglaterra, com 810 mil t. Merecem destaque, ainda, as produções da Itália (604 mil t), África do Sul (547 mil t), Tailândia (545 mil t), México e Canadá (ambos com 540 mil t), Holanda (404 mil t), Hungria (361 mil t) e Áustria (com 359 mil t).

Além da produção mundial de carne de frangos, destaca-se a de perus, sendo mais expressiva nos Estados Unidos e França. Na URSS é pouco significativa, inferior à de outras aves. No Brasil, do total de 2,08 milhões de t de carne de aves produzido em 1989, segundo as previsões do USDA, 2,02 milhões de t seriam de frangos e 55 mil de perus, não sobrando margem para a participação de quaisquer outras carnes de aves,

o que não corresponde à realidade, ainda que as quantidades sejam estatisticamente desprezíveis.

Considerando-se a produção brasileira de carne de aves de 1989, o incremento em relação a 1988 foi da ordem de 6,8%. Para 1990, as estimativas indicam um volume de 2,18 milhões de t, representando um novo acréscimo de 4,7%.

O crescimento da produção nacional em 1989 fora previsto em função das favoráveis condições do mercado interno e das expectativas de bom desempenho das exportações no decorrer do ano.

TABELA 2
PRODUÇÃO E VARIAÇÃO MENSAL DE CARNE DE AVES - BRASIL - 1983-89

MES	(mil t)							VARIAÇÃO % (b/a)
	1983	1984	1985	1986	1987	1988 (a)	1989 (b)	
Jan	132,9	106,0	126,0	132,4	158,7	172,7	164,7	- 4,65
Fev	125,9	102,0	123,2	128,6	167,1	162,2	166,7	+ 2,77
Mar	122,4	102,4	123,6	130,8	164,9	152,2	164,6	- 0,19
Abr	114,2	98,6	116,6	121,2	144,1	149,3	154,2	+ 3,28
Mai	124,6	111,3	119,3	125,2	156,8	165,7	167,2	+ 0,90
Jun	125,0	113,2	116,6	127,6	154,6	160,5	161,2	+ 0,43
Jul	126,8	115,8	115,7	133,5	155,8	170,0	177,2	+ 4,23
Ago	125,9	115,3	131,5	131,5	159,1	161,1	175,8	+ 9,12
Set	126,8	118,1	121,5	142,6	168,2	161,1	177,4	+ 8,44
Out	126,0	125,2	132,7	140,0	171,8	165,6	193,4	+16,78
Nov	121,5	119,9	132,7	149,1	176,8	163,5	183,8	+12,41
Dez	117,4	128,2	141,1	154,5	191,8	165,5	190,0	+15,15
TOTAL	1.489,4	1.355,9	1.500,6	1.617,3	1.969,7	1.949,4	2.076,2	+ 6,50

FONTE: APINCO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Com o mercado interno favorável, tanto o alojamento de matrizes quanto o de pintos de corte aumentou substancialmente em 1989, principalmente no segundo semestre.

A produção catarinense deverá situar-se ao redor de 510 mil t, cerca de 4,08% a mais que em 1988. Esse crescimento foi inferior ao da produção nacional em cerca de 2,6%. Para 1990, as previsões indicam aproximadamente 525 mil t, o que representa um incremento de 3%.

A participação do abate inspecionado sobre o total, em 1989 (88%), cresceu devido ao amadurecimento de projetos de produção implantados no ano anterior.

Deve-se destacar o crescimento na produção catarinense de perus. Em 1988, o abate foi de 7,75 milhões de cabeças, contra 8,68 em 1989, um crescimento da ordem de 12%.

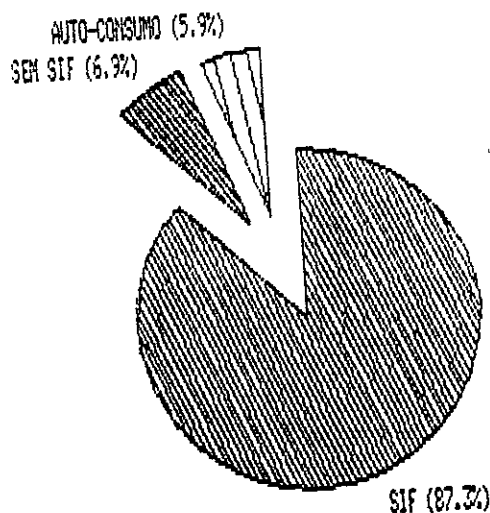
TABELA 3
TOTAL DE ABATES DE CARNE DE AVES (SIF, NÃO-SIF E AUTOCONSUMO) EM SANTA CATARINA - 1984-88
(mil cab.)

MES	1984	1985	1986	1987	1988 (a)	1989 (b)	VARIAÇÃO % (b/a)
Jan	21798,2	24960,1	26861,1	28849,4	28710,9	28721,3	0,04
Fev	21647,8	24960,1	22893,7	25139,6	26369,1	25487,1	-3,34
Mar	22152,0	24960,1	26419,0	26900,5	28391,3	29930,9	5,42
Abr	20716,0	24960,1	26799,3	26295,3	26413,1	25855,8	-2,11
Mai	23542,9	24960,1	26613,0	26650,0	28061,2	30308,4	8,01
Jun	22544,2	24960,1	25154,0	26014,0	29552,7	30289,9	2,49
Jul	22641,0	24960,1	26519,9	26632,3	28801,0	29844,6	3,62
Ago	23720,2	24960,1	26732,9	26483,3	31456,2	30035,4	-4,52
Set	21176,4	24960,1	25950,8	27285,5	28917,6	28891,0	-0,09
Out	24495,0	24960,1	27607,0	27310,0	27726,1	31678,6	14,26
Nov	23399,0	24960,1	27670,0	29536,0	29300,0	30543,5	4,24
Dez	23000,0	24960,1	28250,6	29684,2	29760,0	31674,8	6,43
TOTAL	270832,7	299521,2	317471,3	326780,1	343459,2	353262,1	2,85

FORNTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 1

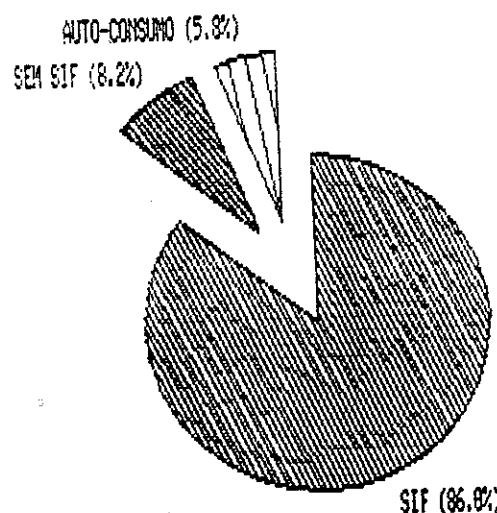
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1988



FORNTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 2

COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1989



FORNTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O comércio internacional de carne de aves apresentou uma pequena reação em 1989. As estimativas do USDA indicam que o volume comercializado foi de aproximadamente 1,53 milhão de t, cerca de 2,12% maior que o de 1988. Entre os principais exportadores destacaram-se os Estados Unidos, a França, o Brasil, os Países Baixos, a Hungria e a Tailândia. Do total de carne de aves exportado em 1989, cerca de 1,43 milhão de t foi de frangos. Entre os principais importadores destacam-se os países do Oriente Médio, os componentes da CEE e os países asiáticos, com destaque para o Japão.

TABELA 4
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1985-89

ESPECIFICAÇÃO	(mil t)				
	ANO: 1985	1986	1987	1988(1)	1989(1)
USA	211	276	363	337	326
Brasil	274	226	216	220	240
CEE	346	342	384	390	395
Hungria	156	181	210	218	222
Romênia	48	60	110	100	110
Iugoslávia	29	13	17	17	18
Tailândia	49	76	96	95	100
Outros	120	1.245	118	128	126
TOTAL	1.233	2.419	1.514	1.505	1.537

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Dados Preliminares sujeitos a retificações.

As exportações brasileiras em 1989 são estimadas em 243,8 mil t, contra 226 mil em 1988, representando um acréscimo da ordem de 7,0%. O valor das exportações brasileiras em 1989 atingiu 263 milhões de dólares, receita 18,2% maior que a de 1988. O aumento das exportações brasileiras, bem como o aumento no valor das exportações de 1989, é decorrente das alternativas encontradas pelos empresários brasileiros para fazer frente à política dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, que vinham subsidiando suas exportações, conquistando alguns dos mercados tradicionais do Brasil. Neste ano (1989), cerca de 30% do total exportado pelo Brasil foi de cortes

especiais (partes), o que lhe facilitou a entrada em alguns países da Europa e no Japão.

TABELA 5
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES DE CARNE DE AVES - 1980-89

ANO	BRASIL		SANTA CATARINA	
	Quantidade (1000 t)	Valor FOB (US\$ Milhões)	Quantidade (1000 t)	Valor FOB (US\$ Milhões)
1980	170,40	209,30	68,20	83,70
1981	290,00	350,90	100,20	121,20
1982	301,80	285,50	146,80	138,80
1983	289,30	242,15	167,60	140,30
1984	281,20	264,08	156,80	147,24
1985	270,00	235,20	145,20	127,05
1986	224,65	220,31	119,06	166,80
1987	213,76	211,79	112,89	111,60
1988	226,00	220,50	125,00	122,50
1989	240,00	260,00	144,00	156,00

FONTE: ABEF.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

As exportações catarinenses de 1989 atingiram um total de 152 mil t e 162 milhões de dólares, representando 62% do total e do valor das exportações brasileiras no período.

No mercado interno, a carne de frango sofreu forte influência das demais. O advento do "Plano Verão", com o tabelamento dos preços das principais carnes no varejo, provocou novamente o desaparecimento da carne bovina, agravado pela inexistência de estoques governamentais do produto.

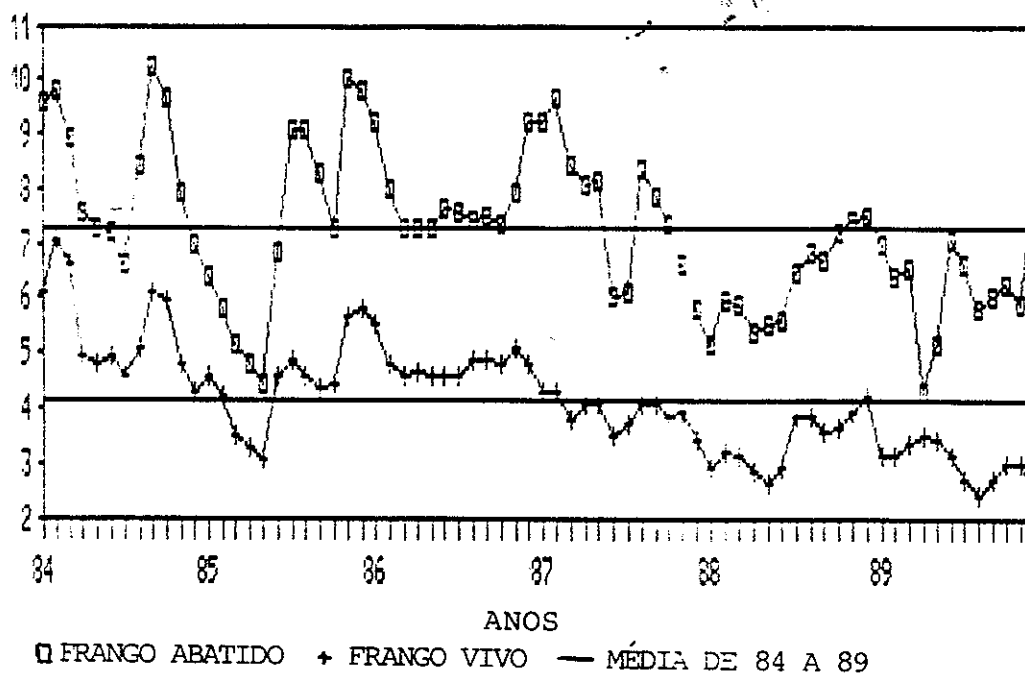
A menor oferta também de carne suína favoreceu a comercialização da de frango, que, embora controlada pelo tabelamento oficial, foi vendida com "ágio" através do denominado frango carcaça. No primeiro semestre do ano, o mercado esteve favorável para o frango, que normalmente constitui a proteína de origem animal mais acessível à população de baixa renda. Com o mercado favorável no primeiro semestre, a oferta do produto cresceu no segundo. Os avicultores aumentaram os alojamentos de pintos e, conseqüentemente, a oferta de carne de frango no mercado. Com as importações de carne suína e bovina no segundo semestre, os avicultores

trabalharam com dificuldades durante algum tempo. Nos últimos meses do ano, em função da maior procura, tradicional nesta época do ano, e da nova reação nos preços da carne bovina e suína, o mercado voltou a se mostrar favorável.

De uma maneira geral, 1989 foi um ano propício para o mercado do frango, pois, independentemente da maior oferta no segundo semestre, não se registraram sobras do produto. Os estoques, a nível de agroindústria, mantiveram-se baixos e os preços médios do ano foram favoráveis.

GRÁFICO 3

ÍNDICE MENSAL DE PREÇOS REAIS(1) DO FRANGO VIVO E ABATIDO EM SANTA CATARINA - 1984/89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

A produção interna de carne de frango em 1989 foi estimada em 2,08 milhões de t. Deste total, cerca de 240 mil t foram exportadas e aproximadamente 10 mil t foram mantidas como estoque de passagem no final do ano. Desta forma, o consumo

interno foi de aproximadamente 1,83 milhão de t, o que perfaz um consumo per capita médio de 12,7 kg/habitante/ano, cerca de 0,7 kg a mais que o estimado para 1988. O maior consumo de carne de frango resultou da menor oferta de carne bovina e suína, principalmente no primeiro semestre, e de seus preços mais acessíveis na média geral do ano. Mesmo com uma oferta de carne de aves maior que a de 1988 em mais de 100 mil t, não se registraram sobras do produto no mercado, a não ser em determinados meses, quando a oferta de carne vermelha (bovinos e suínos) foi maior em virtude das importações realizadas.

TABELA 6
BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DE CARNE DE AVES NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-90

(mil t)

ANO	BRASIL						SANTA CATARINA					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1985	1986	1987	1988	1989	1990(1)
Estoque Inic.	-	-	-	42	5	10	-	-	-	2	2	10
Produção	1483	1617	1970	1950	2080	2170	415	450	477	490	510	525
Suprimento int.	1483	1617	1970	1992	2085	2180	-	-	477	490	512	535
Exportação	270	220	214	242	240	280	145	119	113	132	144	160
Cons.Nacional	1213	1397	1714	1746	1845	1900	270	331	234	230	230	232
Cons.Regional	-	-	-	-	-	-	112	123	125	128	130	133
Kg/Per Capita	9	10	12	12	12,7	13	27	29	28	28	29	29
Estoque Final	-	-	42	5	10	20	-	-	2	2	10	10

FONTE: APINCO, Instituto CEPA/SC e Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

4. PERSPECTIVAS PARA 1990

O número de matrizes de corte alojadas no Brasil em 1989 foi da ordem de 13,8 milhões de cabeças, cerca de 11% a mais que em 1988. De acordo com a APINCO, o potencial de produção mensal de pintos de corte está estimado em aproximadamente 138,0 milhões de unidades mensais; portanto, superior aos níveis atingidos em 1988, quando a média esteve ao redor de 123 milhões mensais e o maior número foi atingido em agosto - 134,8 milhões de unidades. Por outro lado, a capacidade instalada das agroindústrias brasileiras permite aumentar o número de aves abatidas anualmente. Considerando-se que o potencial tanto de produção quanto de transformação permite ampliar a oferta

nacional de carne de aves, supõe-se que a avicultura brasileira continue expandindo-se em 1990.

No entanto, três fatores deverão influir decisivamente no comportamento do setor em 1990:

- 1- A possibilidade de expansão das exportações brasileiras de carne de frango para novos mercados, principalmente para os países do Leste Europeu e do Extremo Oriente, poderá ser dificultada pela volta do subsídio às exportações americanas.
- 2- Além disso, o produto brasileiro poderá ter prejudicada sua competitividade devido à defasagem cambial, hoje estimada em aproximadamente 25%.
- 3- A ampliação do consumo interno, que possibilitaria a ampliação da oferta, está na dependência das mudanças na política econômica a serem implantadas pelo novo governo.

Desta forma, as estimativas iniciais de a produção brasileira em 1990 situar-se ao redor de 2,18 milhões de toneladas e as exportações em torno de 275 mil toneladas ainda representam uma incógnita, e estão na dependência do comportamento do mercado interno e das exportações.

3.2. AVES - SEGMENTO POSTURA

1. INTRODUÇÃO

A produção brasileira de ovos ocorre em dois segmentos produtivos bastante distintos: um, composto pela quase totalidade dos estabelecimentos agropecuários e outro, pelos produtores comerciais.

O primeiro segmento produz principalmente para subsistência; todavia, além de atender ao consumo na propriedade, gera excedentes comercializáveis.

Já o segundo segmento, embora bem inferior ao primeiro em número, é composto por produtores especializados e responde pela grande maioria da produção, oriunda de um plantel aproximado de 51 milhões de poedeiras.

2. PRODUÇÃO

A- PRODUÇÃO MUNDIAL

Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization), a produção mundial de ovos em 1987 atingiu um total de 33.765.360 t, destacando-se as participações da China (18%), União Soviética (13,4%), Estados Unidos (12,2%) e Japão (7%).

O Brasil, com uma produção de 1.250.000 t no mesmo ano, constitui-se no 5º produtor mundial e no 1º da América do Sul, posição esta que, segundo a FAO, deve ter sido mantida em 1988.

Como se pode observar na tabela 1, a produção mundial concentra-se em poucos países e apresenta um incremento da ordem de 17,4% no período de 1984 a 1988, sobressaindo-se o ano de 1987 com uma produção 7,6% superior à do ano anterior.

TABELA 1
PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAISES E MUNDIAL - 1984-88

PAIS	1984		1985		1986		1987		1988	
	Produção (t)	Particip. Percent. (%)	Produção (t)	Particip. Percent. (%)	Produção (t)	Particip. Percent. (%)	Produção (t)	Particip. Percent. (%)	Produção (t)	Particip. Percent. (%)
China	3.963.700	13,33	4.257.200	13,96	4.528.500	14,43	6.079.310	18,00	6.685.000	19,17
URSS	3.760.300	12,65	4.292.800	13,78	4.424.000	14,10	4.519.000	13,38	4.656.000	13,35
EUA	4.040.490	13,60	4.050.970	13,28	4.057.310	12,93	4.104.280	12,16	4.045.600	11,60
Japão	2.129.984	7,17	2.152.356	7,06	2.225.000	7,09	2.376.000	7,04	2.409.000	6,91
Brasil	964.185	3,24	1.000.000	3,28	1.050.000	3,35	1.250.000	3,70	1.280.000	3,67
Francia	917.000	3,08	915.000	3,00	925.000	2,95	872.000	2,58	912.000	2,61
Índia	784.000	2,64	840.000	2,75	916.500	2,92	935.000	2,77	990.000	2,84
México	740.365	2,49	826.000	2,71	850.000	2,71	908.526	2,60	928.000	2,66
Alemanha Ocidental	785.000	2,64	789.000	2,59	770.000	2,45	739.000	2,19	726.000	2,08
Reino Unido	716.163	2,41	715.000	2,34	715.462	2,28	788.485	2,34	790.000	2,26
Espanha	642.269	2,16	650.000	2,13	690.000	2,20	725.059	2,15	757.500	2,17
Países Baixos	667.000	2,24	665.000	2,18	640.000	2,04	597.000	1,77	599.700	1,72
Itália	638.000	2,15	628.000	2,06	630.000	2,00	643.700	1,91	705.600	2,02
Polónia	456.020	1,54	480.145	1,57	465.000	1,48	442.915	1,31	445.000	1,28
Roménia	331.267	1,12	382.600	1,25	385.000	1,23	482.300	1,43	400.000	1,15
Indonésia	272.300	0,92	294.100	0,96	344.300	1,10	372.000	1,10	434.000	1,24
Alemanha Oriental	322.587	1,08	330.190	1,08	340.000	1,06	335.100	0,99	335.000	0,96
Coreia do Sul	305.000	1,03	315.000	1,03	325.000	1,04	362.000	1,07	397.000	1,14
Canadá	330.950	1,11	333.120	1,09	305.331	0,97	323.508	0,95	323.170	0,92
Turquia	282.970	0,95	291.800	0,96	290.000	0,92	306.350	0,90	306.350	0,88
República Checa	275.190	0,93	274.955	0,90	277.919	0,88	277.216	0,82	279.823	0,80
Argentina	270.000	0,91	274.000	0,90	279.000	0,89	285.000	0,84	293.000	0,84
TOTAL	23.594.740	79,39	24.667.236	80,87	25.433.322	81,04	27.723.749	82,11	28.697.743	82,28
TOTAL MUNDIAL	29.717.568	100,00	30.501.216	100,00	31.384.672	100,00	33.765.360	100,00	34.879.920	100,00

FONTE: FAO. Anuario de Producción, v. 40, 1986; v. 42, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

B- PRODUÇÃO NACIONAL

A avicultura destaca-se entre as atividades que maior desenvolvimento alcançaram no setor agropecuário do país nos últimos anos, quer quanto à expansão da produção, quer quanto ao avanço tecnológico. A avicultura de corte, impulsionada pelas exportações, teve um incremento bem maior que o segmento postura, pois a produção de ovos, voltada quase que exclusivamente para o mercado interno, está mais sujeita aos efeitos das crises que frequentemente afetam a atividade. A produção brasileira de ovos sofreu um decréscimo da ordem de 14,5% em 1983, quando comparada com a produção do ano anterior.

De 1984 a 1986, a atividade apresentou incrementos mais significativos, registrando-se, no período, um crescimento de 47%.

Em 1987, apesar de o plantel de poedeiras alojadas no país ter permanecido nos níveis de 1986, a produção de ovos teve um acréscimo de 18,7%; em 1988, devido à menor demanda de ovos, ocorreu uma redução em relação ao ano anterior, tanto no plantel de poedeiras alojadas (22%) quanto na produção de ovos (4%).

O Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, implantado no início de 1986, provocou um significativo incremento no consumo de ovos no país, fazendo com que se ampliassem as estruturas de produção. A partir de 1987, com as consecutivas perdas do poder aquisitivo da população, a oferta passou a superar o consumo, sobrando ovo no mercado, agravando-se a situação no ano de 1988. Em função de uma demanda reprimida e da alta dos custos dos principais insumos utilizados na atividade, em 1989 os produtores reduziram em torno de 13% seus plantéis, com a conseqüente redução da produção de ovos em aproximadamente 18% em relação ao ano de 1988.

Dados da União Brasileira de Avicultura (UBA) confirmam os dados acima e permitem estimar uma produção em 1990 nos mesmos níveis de 1988.

Dados do Sindicato das Indústrias de Ração indicam que a avicultura de postura, no ano de 1989, reduziu a demanda de ração em cerca de 13,5%, se comparada com a do ano anterior, diminuindo o consumo para aproximadamente 2,6 milhões de toneladas, corroborando os dados de produção.

A produção brasileira de ovos concentra-se basicamente na Região Sudeste, a qual, isoladamente, produz cerca de 57% do total. O estado de São Paulo possui cerca de 43% do plantel de poedeiras do país. Entre os demais estados da região, cabe destacar a produção de Minas Gerais, cujo plantel se aproxima de 10% do efetivo nacional (tabela 2).

TABELA 2
POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL SEGUNDO AS REGIÕES E OS ESTADOS - 1982-89

REGIÃO	(Unidade)							
	1982		1983		1984		1985	
	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)
SUDESTE	28.259.793	60,07	24.061.303	59,85	26.088.407	58,18	27.883.992	56,33
São Paulo	20.199.617	42,94	17.888.660	44,50	19.367.733	43,19	21.126.264	42,68
Minas Gerais	5.272.183	11,21	4.286.361	10,66	4.508.217	10,05	4.888.412	9,87
Rio de Janeiro	1.559.130	3,31	897.220	2,23	1.081.480	2,42	740.933	1,50
Espírito Santo	1.228.863	2,61	989.062	2,46	1.130.977	2,52	1.128.383	2,28
SUL	10.239.603	21,76	8.145.805	20,26	8.889.882	19,83	9.869.685	19,94
Rio Grande do Sul	3.852.048	8,19	2.994.437	7,45	2.996.323	6,68	3.654.018	7,38
Paraná	5.181.700	11,01	4.501.148	11,20	5.195.948	11,59	5.611.177	11,34
Santa Catarina	1.205.855	2,56	650.220	1,61	697.611	1,56	604.490	1,22
CENTRO OESTE	2.231.505	4,74	2.317.304	5,76	2.713.284	6,05	3.227.806	6,52
Goiás	1.463.930	3,11	1.597.118	3,97	1.793.010	4,00	1.941.046	3,92
Mato Grosso	14.150	0,03	16.600	0,04	15.700	0,03	96.590	0,20
Mato Grosso do Sul	372.275	0,79	306.436	0,76	438.836	0,98	688.376	1,39
Distrito Federal	381.150	0,81	397.150	0,99	465.738	1,04	501.794	1,01
NORDESTE	5.353.985	11,38	5.121.892	12,74	6.478.136	14,45	7.650.013	15,45
Pernambuco	2.438.702	5,18	2.080.859	5,18	2.706.970	6,04	3.333.866	6,73
Ceará	1.788.410	3,80	2.022.440	5,03	2.338.956	5,22	2.682.560	5,42
Bahia	82.755	0,17	34.700	0,08	90.650	0,20	126.127	0,25
Rio Grande do Norte	82.910	0,18	81.600	0,20	258.750	0,58	185.740	0,38
Alagoas	170.000	0,37	171.460	0,43	117.800	0,26	93.450	0,19
Sergipe	126.869	0,27	58.554	0,15	121.600	0,27	186.900	0,38
Maranhão	253.293	0,54	168.310	0,42	303.760	0,68	283.590	0,57
Piauí	310.806	0,66	220.519	0,55	252.750	0,56	272.900	0,55
Paraíba	100.240	0,21	283.450	0,70	286.900	0,64	484.880	0,98
NORTE	955.372	2,03	557.203	1,39	669.970	1,49	870.250	1,76
Acre	14.300	0,03	23.900	0,06	24.000	0,05	42.350	0,08
Amazonas	227.015	0,48	226.130	0,56	296.070	0,66	317.800	0,64
Pará	657.507	1,40	255.023	0,64	311.300	0,69	473.750	0,96
Rorônia	46.550	0,10	52.150	0,13	35.500	0,08	27.950	0,06
Roraima	5.000	0,01	-	-	3.100	0,01	2.350	0,01
Amapá	5.000	0,01	-	-	-	-	6.050	0,01
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL NACIONAL	47.040.258	100,00	40.203.507	100,00	44.839.679	100,00	49.501.746	100,00

(continua)

(conclusão)

REGIÃO	1986		1987		1988 (1)		1989 (1)	
	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)	Plantel	Particip. (%)
SUDESTE	32.705.172	55,36	30.952.899	52,12	25.939.763	56,54	23.043.492	57,55
São Paulo	24.358.820	41,23	22.917.389	38,59	19.778.289	43,11	16.325.385	40,77
Minas Gerais	5.990.675	10,14	5.864.729	9,87	4.516.063	9,84	4.676.372	11,68
Rio de Janeiro	993.739	1,68	836.591	1,41	752.537	1,64	878.829	2,20
Espírito Santo	1.361.938	2,31	1.334.190	2,25	892.868	1,95	1.162.906	2,91
SUL	11.656.333	19,73	13.205.986	22,24	8.738.246	19,05	6.590.121	16,46
Rio Grande do Sul	4.517.536	7,65	5.870.169	9,89	3.202.376	6,98	1.931.229	4,82
Paraná	6.196.437	10,49	5.793.325	9,75	4.564.666	9,95	3.789.333	9,46
Santa Catarina	942.360	1,59	1.542.492	2,60	971.204	2,12	869.559	2,17
CENTRO OESTE	3.396.326	5,75	3.879.387	6,53	3.103.478	6,77	2.842.895	7,10
Goiás	1.963.275	3,32	2.291.663	3,86	1.988.466	4,34	1.873.045	4,68
Mato Grosso	134.945	0,23	118.440	0,20	107.500	0,24	105.090	0,26
Mato Grosso do Sul	792.608	1,34	804.036	1,35	536.609	1,17	390.004	0,97
Distrito Federal	505.498	0,86	665.248	1,12	470.903	1,03	474.756	1,19
NORDESTE	10.320.250	17,47	10.020.486	16,87	7.046.530	15,36	6.595.960	16,47
Pernambuco	4.222.730	7,15	3.731.342	6,28	2.826.040	6,16	2.331.714	5,82
Ceará	3.629.876	6,14	3.817.984	6,43	2.423.782	5,28	2.591.104	6,47
Bahia	362.920	0,61	401.760	0,68	175.188	0,38	131.430	0,33
Rio Grande do Norte	305.560	0,52	303.100	0,51	296.770	0,65	233.620	0,58
Alagoas	105.620	0,18	125.154	0,21	124.900	0,27	191.400	0,48
Sergipe	300.000	0,51	252.400	0,42	114.000	0,25	108.550	0,27
Maranhão	406.374	0,69	436.496	0,74	336.110	0,73	226.600	0,57
Piauí	412.000	0,70	428.700	0,72	181.420	0,40	242.740	0,61
Paraíba	575.170	0,97	523.550	0,88	568.320	1,24	538.802	1,35
NORTE	997.835	1,69	1.330.176	2,24	1.050.321	2,29	972.883	2,43
Acre	28.672	0,05	82.124	0,14	60.500	0,13	90.200	0,22
Amazonas	485.646	0,82	523.424	0,88	403.944	0,88	358.917	0,90
Pará	386.297	0,65	584.052	0,99	462.305	1,01	407.313	1,02
Rondônia	50.220	0,09	89.304	0,15	67.952	0,15	62.200	0,15
Roraima	7.600	0,02	14.572	0,02	6.220	0,01	13.353	0,04
Amapá	39.400	0,06	36.700	0,06	49.400	0,11	34.500	0,09
Tocantins	-	-	-	-	-	-	6.400	0,02
TOTAL NACIONAL	59.075.916	100,00	59.388.934	100,00	45.878.338	100,00	40.045.351	100,00

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até 09/89.

A Região Sul, após uma diminuição de 21,7% em 1982 para aproximadamente 19,7% em 1986 na participação do plantel de poadeiras alojadas, evoluiu para uma participação de 22,2% em 1987. Daí em diante, porém, esta participação sofreu sucessivas reduções. Em 1988, baixou para 19% do plantel nacional, e para 16,5% em 1989.

Nesta região, o estado do Paraná - apesar da diminuição em seu plantel - destaca-se com uma participação nacional de aproximadamente 9,5% em 1989, seguido do Rio Grande do Sul, com 4,8% nesse mesmo ano, o que significa uma sensível redução em sua participação nacional. Santa Catarina possuía um plantel estimado de 1,5 milhão em 1987, de 971,2 mil em 1988 e de 869,5 mil em 1989, quando participa com 2,18% do plantel nacional.

A Região Nordeste também aparece como produtora e sua participação no plantel brasileiro de aves de postura em 1989 é de 16,5%, destacando-se o estado do Ceará com 5,5% e o de Pernambuco com 5,8%.

As Regiões Centro-Oeste e Norte, cujas participações no plantel de poedeiras alojadas no país é, respectivamente, de 7,1% e 2,4% em 1989, caracterizam-se como regiões consumidoras. Nestas, destaca-se o estado de Goiás, que possui um plantel aproximado de 4,7% daquele nacional, voltado ao abastecimento dos grandes centros urbanos de sua região.

O estado de São Paulo, além de ser o responsável pela grande maioria da produção brasileira de ovos, constitui-se também no maior produtor de pintos para postura, abastecendo quase todos os estados produtores. Do total de matrizes de postura alojadas no país em 1989 (750 mil cabeças), mais de 73% se concentra neste estado (tabela 3).

TABELA 3

ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA POR ESTADO E EXPORTAÇÕES - BRASIL - 1981-89

(Unidade)

REGIÃO	ANO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
SUDESTE										
São Paulo		735.210	677.243	585.112	700.474	745.193	741.067	852.904	636.462	550.313
Minas Gerais		-	2.000	-	-	-	-	-	43.900	88.400
Rio de Janeiro		60.846	61.703	3.790	-	-	3.500	3.500	-	-
Espírito Santo		24.350	22.700	13.600	8.900	13.100	15.400	14.900	6.000	6.000
SUBTOTAL		820.406	763.646	602.502	709.374	758.293	759.967	871.304	686.362	644.713
SUL										
Rio Grande do Sul		35.230	40.600	13.600	29.500	30.150	31.800	40.130	26.330	30.200
Paraná		-	-	2.000	10.000	12.700	13.150	5.900	9.300	13.050
Santa Catarina		19.748	-	-	-	-	6.600	6.470	9.900	6.600
SUBTOTAL		54.978	40.600	16.400	39.500	42.850	51.550	52.500	45.530	49.850
CENTRO OESTE										
Goiás		1.720	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul		-	-	-	-	-	-	700	-	-
Distrito Federal		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		1.720	-	-	-	-	-	700	-	-
NORDESTE										
Pernambuco		63.760	59.920	27.000	42.700	34.500	36.000	31.100	10.000	10.000
Ceará		13.500	28.500	16.000	23.500	18.500	29.000	33.700	27.500	40.000
Bahia		900	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão		-	4.200	-	-	-	-	-	-	-
Piauí		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando de Noronha		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		78.160	92.620	43.000	66.200	53.000	65.000	64.800	37.500	50.000
NORTE										
Acre		1.550	-	800	-	650	1.700	-	-	-
Amazonas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará		6.800	10.890	8.260	6.000	9.000	6.000	12.300	6.000	6.000
Rondônia		-	-	-	500	-	-	-	-	-
Roraima		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		8.350	10.890	9.060	6.500	9.650	7.700	12.300	6.000	6.000
TOTAL NACIONAL		963.614	907.756	670.962	821.574	863.793	884.217	1.001.604	775.392	750.563
EXPORTAÇÕES		115.600	68.315	112.350	136.940	76.560	136.400	125.020	78.800	70.100

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) De 01/89 a 09/89.

A produção brasileira de ovos em 1989, segundo a UBA, foi de 33.817 mil caixas de 30 dúzias, cerca de 18% inferior à de 1988, em decorrência da retração do consumo, retração esta que levou à diminuição no alojamento de matrizes e, conseqüentemente, à menor demanda de ração (tabela 4).

TABELA 4

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985 A 1989

ANO	PRODUÇÃO (1.000 caixas de 30 dúzias)
1985	32.774
1986	36.090
1987	42.832
1988	41.297
1989	33.817

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA, ano V, n. 11.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

C - PRODUÇÃO ESTADUAL

Estima-se que a produção estadual de ovos comerciais tenha atingido, em 1989, um total de 690 mil caixas de 30 dúzias, provenientes de um plantel de aproximadamente 973 mil poedeiras.

De acordo com a UBA, no ano de 1988 estiveram alojadas em Santa Catarina cerca de 971,2 mil poedeiras comerciais, número este 37% inferior ao plantel de 1987. Estima-se, para 1989, que o número de poedeiras alojadas (957.168 até 10/89) seja 18% superior ao número verificado em 1988. Destes totais, em 1988 cerca de 91,4% pertenciam a linhagens produtoras de ovos vermelhos e 8,6% de ovos brancos, enquanto que em 1989 94% eram de poedeiras de ovos vermelhos e apenas 6% de ovos brancos.

Ao plantel de matrizes de postura em Santa Catarina foram incorporadas 9.900 poedeiras no ano de 1988 e 6.600 em 1989 (até outubro).

Além da produção das granjas de postura, o abastecimento de ovos no estado conta com excedentes oriundos das granjas de matrizes de corte (cuja comercialização em 1989 é

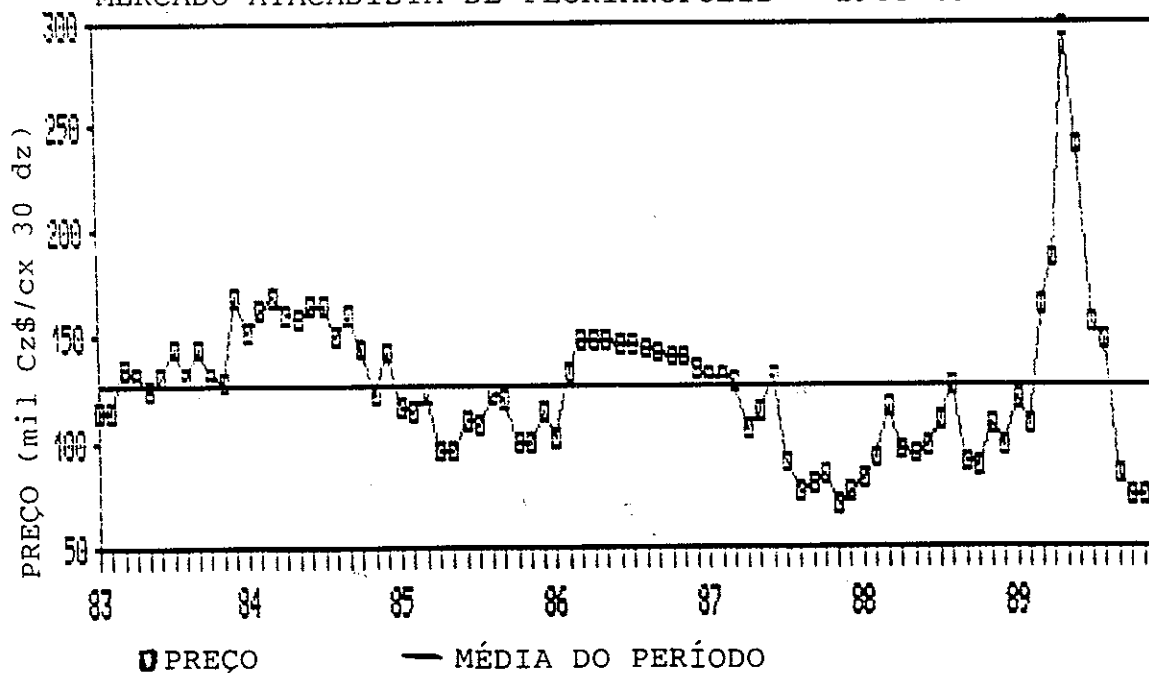
estimada em 85 mil caixas de 30 dúzias), e com ovos provenientes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

A redução no alojamento de poedeiras em 1988 deveu-se à queda real de preços verificada desde janeiro de 1987, que se estabilizou em baixa ao longo desses dois anos (gráfico 1). Essa queda, aliada ao aumento dos custos de produção - em decorrência da elevação dos preços dos principais insumos para a produção de rações - provocou não só a redução dos plantéis, mas, também, o abandono da atividade por parte de um grande número de pequenos produtores.

No início de 1989, fruto do Plano Verão, ocorre uma recuperação dos preços reais, que voltam a cair com o descongelamento do plano, conforme se verifica no referido gráfico.

GRÁFICO

PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO OVO TIPO II VERIFICADOS NO MERCADO ATACADISTA DE FLORIANÓPOLIS - 1983-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A- INTERNACIONAL

Segundo dados da FAO (tabela 6), em 1987 os Países Baixos participaram com aproximadamente 53% do total mundial das exportações de ovos em casca. Por outro lado, as maiores importações verificadas neste mesmo ano foram efetuadas pela Alemanha Ocidental, Hong Kong, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Iraque, Suécia e França, que, em conjunto, representaram 76% (tabela 5).

TABELA 5
IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1984-87

PAÍS	1984		1985		1986		1987	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Alemanha Ocidental	278.589	249.598	281.554	222.587	287.853	267.663	303.071	364.559
Hong Kong	72.789	76.484	69.310	60.005	74.350	62.408	79.736	71.155
Itália	58.654	56.634	42.004	39.972	58.682	48.298	57.563	71.870
Bélgica-Luxemb.	23.063	19.289	31.203	22.777	39.601	33.916	45.726	50.140
Iraque	68.000	84.000	50.000	60.000	35.000	55.000	32.000	49.000
Suécia	29.668	21.200	30.089	19.014	30.722	20.334	33.233	26.172
URSS	25.043	20.825	21.180	16.744	21.651	19.991	10.893	12.566
Reino Unido	25.848	24.211	27.574	21.611	20.337	17.676	11.287	13.045
França	16.605	16.272	18.075	17.390	18.932	21.310	38.124	46.845
Cingapura	9.351	14.650	11.629	17.546	14.546	18.220	16.615	22.853
Argélia	44.403	56.473	43.779	58.668	13.000	18.000	9.116	39.629
Países Baixos	12.349	9.970	12.653	9.326	10.893	11.135	8.755	9.200
EUA	22.753	23.237	7.668	11.827	10.303	13.434	3.868	12.572
Kuwait	14.741	18.314	10.000	14.000	10.000	14.000	11.000	17.000
Canadá	7.647	14.967	11.287	18.760	9.764	19.211	9.766	20.373
Emirados Árabes Unidos	11.000	11.500	7.500	7.200	9.100	10.000	8.000	9.000
Irã	35.255	38.328	17.000	19.000	8.000	10.000	3.000	4.000
Omã	7.397	7.887	9.103	8.985	8.000	8.500	8.000	8.500
Iêmen	8.000	8.800	8.500	9.800	7.600	9.500	6.500	12.000
Irlanda	10.287	10.661	9.844	9.138	7.062	7.572	4.426	5.571
Egito	4.651	15.671	7.357	25.415	5.000	16.000	3.575	10.400
Áustria	6.268	6.525	4.435	4.644	4.717	6.482	4.822	7.611
SUBTOTAL	792.281	885.496	731.744	694.329	697.113	708.650	709.076	884.061
OUTROS PAÍSES	49.160	84.887	44.750	75.735	52.999	90.487	62.839	117.221
TOTAL MUNDIAL	841.441	890.383	776.494	770.064	750.112	799.137	771.915	1.001.282
BRASIL	100	2.516	24	877	110	2.300	31	1.145

FONTE: FAO. Anuário FAO de Comércio, v. 40-41, 1986-87.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Nas transações internacionais, verifica-se que o Brasil tem pouca expressão, constatando-se, ainda, uma redução de 21% nas exportações de 1987 em relação às do ano anterior, sem previsão otimista para os anos subsequentes. Quanto às importações, estima-se que o volume tenha sido, em 1989, de aproximadamente 500 t de ovo em pó dos EUA.

TABELA 6
EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA EM CASCA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAISES E TOTAL MUNDIAL - 1984-87

PAÍS	1984		1985		1986		1987	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Países Baixos	394.207	347.913	394.791	314.687	399.643	367.403	411.737	489.387
China	54.481	38.393	61.028	44.400	49.877	-	56.760	46.352
Alemanha Ocidental	38.796	37.677	33.620	31.606	40.324	40.625	42.356	54.252
Bélgica	36.682	34.942	29.349	25.217	31.676	34.995	37.144	52.386
França	40.576	41.928	25.616	29.744	25.596	33.159	17.244	32.263
Finlândia	31.468	16.304	28.288	13.114	22.318	11.188	19.374	8.446
EUA	17.866	37.875	18.773	34.018	19.796	39.306	33.163	51.200
Reino Unido	16.435	23.058	15.253	24.054	14.675	22.440	13.887	26.970
Hungria	21.792	19.579	11.278	13.549	12.041	13.480	11.766	10.359
Alemanha Oriental	16.300	14.000	16.000	14.000	11.000	7.000	17.000	15.000
Bulgária	13.290	14.000	9.131	10.500	8.194	10.500	6.222	8.500
Yugoslávia	8.658	9.547	6.655	7.936	4.273	6.487	3.096	3.898
Canadá	7.366	12.981	3.390	10.416	1.260	8.677	1.878	10.526
SUBTOTAL	697.917	648.197	653.172	573.241	638.673	595.260	671.627	809.499
OUTROS PAISES	142.527	164.575	118.211	125.146	117.853	167.066	109.411	149.674
TOTAL MUNDIAL	840.444	812.772	771.383	698.387	756.526	762.326	781.038	959.173
BRASIL	1.226	1.418	1.084	938	1.100	972	872	748

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v. 40-41, 1986-87.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

B- MERCADO NACIONAL

Segundo a Associação Paulista de Avicultura-APA, a menor produção de 1989 não se refletiu na oferta e disponibilidade interna de ovos, ou consumo aparente, seja em função da importação de ovo industrializado autorizada pelo governo, seja pela inexpressiva exportação de produto nacional.

Estes fatos, somados ao atraso nos descartes e a uma prática de muda forçada de penas, provocaram um equilíbrio

entre a oferta e a demanda, para o que contribuiu a diminuição da produção. No último trimestre deste ano, contudo, verificou-se uma oferta aproximadamente 4% superior à do mesmo período do ano de 1988.

Interferiu, ainda, na produção de 1989, a diminuição do poder aquisitivo do consumidor, visto que em 1988 o preço dos ovos teve correções superiores às verificadas no salário mínimo. A partir deste fato, pode-se inferir que a menor demanda funcionou como inibidor do aumento da produção através da diminuição dos preços, causando um desequilíbrio destes em relação aos custos de produção. Este fato pode ser mais bem visualizado na tabela 7, onde consta o número de dúzias de ovos que podiam ser adquiridas com um salário mínimo.

TABELA 7

QUANTIDADE DE OVOS ADQUIRIDA COM UM SALÁRIO MÍNIMO - 1988

MÊS	NÚMERO DE DÚZIAS
Janeiro	82,4
Fevereiro	86,4
Março	77,0
Abril	55,7
Maio	44,7
Junho	44,6
Julho	57,6
Agosto	61,6
Setembro	78,7
Outubro	111,6

FONTE: Associação Paulista de Avicultura - APA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No abastecimento nacional de ovos, deve-se considerar a influência da produção paulista (mais de 40% da produção brasileira) sobre a comercialização e preços nos demais estados brasileiros, tendo em vista sua significativa participação no abastecimento do produto nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal, além da participação em menor escala no abastecimento da quase totalidade das demais unidades da Federação.

Deve-se salientar, também, a participação da produção paranaense na comercialização em Santa Catarina e da produção mineira no abastecimento da população carioca.

A comercialização de ovo industrializado no Brasil é relativamente recente. Em 1973, surgiu a primeira indústria especializada na produção de ovo líquido pasteurizado. Hoje, cerca de 5 empresas dedicam-se à produção de ovo líquido ou em pó, todas sediadas em São Paulo.

A produção de ovo líquido, estimada em 2 mil toneladas por mês em 1988, destina-se basicamente ao mercado interno, ao abastecimento de indústrias alimentícias, farmacêuticas e de refeitórios industriais. A produção de ovo em pó é menor e se restringe a uma indústria, com uma produção de aproximadamente 10 toneladas por mês.

C- COMERCIALIZAÇÃO ESTADUAL

A comercialização de ovos de granja no estado de Santa Catarina ocorre principalmente nos maiores centros urbanos. A distribuição, em sua grande maioria, é feita em embalagens de uma dúzia. No atacado, o produto é embalado em caixas de 30 dúzias, com classificação segundo o peso ou tamanho e pelo tipo branco ou vermelho.

A comercialização de ovos oriundos de incubatórios (cerca de 75 mil caixas de 30 dúzias) é feita basicamente nos centros urbanos próximos às unidades produtoras.

Além da produção catarinense, o estado recebe ovos dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Quanto ao balanço da oferta e demanda, verifica-se, com a produção estadual de aproximadamente 700 mil caixas de 30 dúzias por ano e considerando o consumo per capita/ano de 111 ovos (média do Brasil), que se chega a um déficit anual em torno de outras 700 mil caixas de 30 dúzias. Saliente-se que neste balanço não são considerados os excedentes dos incubatórios para a produção de pintos de corte e a produção caipira.

Os preços praticados em Santa Catarina variam segundo a produção dos principais estados que abastecem o mercado catarinense, notadamente São Paulo e Paraná.

Observando-se os preços reais praticados no mercado atacadista de Florianópolis de janeiro de 1983 a novembro de 1989, constata-se variações periódicas bastante significativas, inclusive na relação de troca com o preço da ração (tabela 8).

TABELA 8
 RELAÇÃO DE TROCA QUILOGRAMA DE RAÇÃO POR DÚZIA DE OVOS - NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1^o QUILOGRAMA DE RAÇÃO - FLORIANÓPOLIS - 1983-89

MES	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Janeiro	0,36	0,40	0,37	0,62	0,35	0,50	0,40
Fevereiro	0,35	0,36	0,38	0,44	0,35	0,42	0,40
Março	0,30	0,32	0,36	0,39	0,34	0,30	0,25
Abril	0,33	0,31	0,51	0,36	0,36	0,36	0,21
Maio	0,35	0,29	0,49	0,36	0,30	0,39	0,12
Junho	0,33	0,26	0,41	0,36	0,26	0,39	0,17
Julho	0,30	0,25	0,42	0,36	0,37	0,38	0,23
Agosto	0,37	0,27	0,37	0,36	0,48	0,34	0,23
Setembro	0,40	0,27	0,38	0,36	0,53	0,45	0,36
Outubro	0,57	0,30	0,49	0,36	0,53	0,48	0,29
Novembro	0,54	0,37	0,52	0,36	0,63	0,42	0,38
Dezembro	0,39	0,34	0,48	0,36	0,57	0,48	-

FONTE: Instituto CEPA/SC.

Numa análise dos preços reais do ovo vermelho "tipo II", corrigidos para outubro de 1989, verifica-se que a caixa de 30 dúzias em janeiro e fevereiro de 1983 custava, respectivamente, NCz\$ 115,20 e NCz\$ 115,52, para experimentar aumentos mensais sucessivos, atingindo NCz\$ 168,92 no mês de dezembro do mesmo ano. Em 1984, os preços continuaram no patamar do mês de dezembro, com exceção dos últimos três meses, quando experimentou ligeira queda em sua escalada.

Analisando-se os preços praticados nesses dois anos, constata-se uma certa favorabilidade à produção de ovos em Santa Catarina, visto que com 0,35 dúzia de ovos em média adquiria-se 1 quilo de ração para postura, com exceção dos meses de outubro a novembro de 1983, quando a relação foi menos favorável ou até desfavorável à atividade (ver tabela 8).

Em 1985, os preços mantiveram-se baixos durante todo o ano, não ultrapassando NCz\$ 123,00 a caixa de 30 dúzias. Contudo, a relação de troca com a ração utilizada foi bastante desfavorável à atividade, pois os produtores precisaram, em média, de 0,43 dúzia de ovos para adquirir 1 quilo de ração, atingindo em novembro 0,52 dz/kg de ração.

Em 1986, a caixa de ovos com 30 dúzias atinge NCz\$ 133,05 no mês de fevereiro, NCz\$ 149,18 em março e NCz\$ 148,86 em abril, patamar este que se mantém até o final do ano. A relação de troca "dúzia de ovos/1 kg de ração" melhora para o produtor, caindo para 0,36 dúzia em abril, nível que se mantém até o final de 1986. Neste ano, em decorrência do "Plano Cruzado", a demanda de ovos superou a oferta e os preços, que neste momento se encontravam favoráveis à atividade, permitiram a capitalização dos produtores. Este fato provocou um aumento significativo de alojamento de matrizes e poedeiras, com reflexos negativos para a atividade no ano seguinte.

Em 1987, o preço dos ovos experimentou uma queda continuada, passando de NCz\$ 130,40/cx de 30 dúzias no mês de janeiro para NCz\$ 75,67 em dezembro. A relação de troca com a ração manteve-se no patamar de 0,35 dz/1 kg de ração até o mês de julho, para chegar à casa de 0,60 dz/1 kg de ração no final do ano. Os prejuízos com a atividade, neste ano, só foram suportados pelos produtores em decorrência de o milho também ter registrado queda real em seus preços.

Em 1988, os preços reais dos ovos foram ligeiramente ascendentes, atingindo a casa dos NCz\$ 116,73 a caixa de 30 dúzias no mês de março, para baixar para NCz\$ 98,44 no mês de dezembro. A relação média de troca, porém, foi de 0,41 dúzia de ovos para 1 quilo de ração para postura, atingindo a casa de 0,48 dúzia por quilo de ração no último mês desse ano.

No último ano analisado (1989), com a implantação do "Plano Verão" o preço da caixa com 30 dúzias de ovos foi estabelecido em NCz\$ 120,91. Baixou em fevereiro, voltando a subir em março, quando atingiu NCz\$ 164,70, e NCz\$ 298,60 em maio. Com o descongelamento, a dúzia do ovo passou para NCz\$ 156,53 no mês de julho, atingindo NCz\$ 84,66 em setembro e NCz\$

73,19 em novembro. Observe-se que o preço deste último mês é o menor verificado em toda a série analisada, com exceção do mês de novembro de 1977.

No final de novembro e durante o mês de dezembro ocorre uma sensível elevação da cotação dos ovos. Esta elevação dos preços é consequência do aumento da demanda, provocada pelos sucessivos aumentos no preço da carne bovina, pelas festas do final de ano, pelo aumento do preço do milho e, ainda, pela defasagem de meses anteriores, quando a cotação dos ovos teve correções inferiores à inflação. A relação de troca, um tanto desfavorável (0,40 dz/1 kg de ração) em janeiro e fevereiro, cai para 0,12 dz/kg de ração em maio, retornando a 0,38 dz/1 kg de ração em novembro, gerando uma certa apreensão junto aos produtores.

4. PERSPECTIVAS PARA 1990

A par da diminuição do poder aquisitivo da população em 1988 e, conseqüentemente, do consumo, deve-se ter em mente, ainda, que os altos índices de inflação e a impossibilidade (dada a natureza do produto) de repassar aos preços de revenda a deterioração diária dos mesmos impediram um melhor equilíbrio na oferta de ovos. Isto, somado às altas constantes dos insumos e, conseqüentemente, aos custos de produção e de comercialização, faz com que a administração da atividade tenha prioridade sobre a intenção de produção. Este fato deve ser admitido, de vez que numa economia capitalista as receitas devem superar os custos de produção sob pena de inviabilização dos investimentos.

Considerando estes aspectos e prevendo as dificuldades políticas, econômicas e sociais com que o governo deve deparar-se, a Associação Paulista dos Avicultores prevê que o ano de 1990 deverá apresentar um cenário de dificuldades no primeiro semestre, para viver uma melhora até o final do ano. Prevê, ainda, que para evitar problemas mais sérios para a atividade será necessária uma cuidadosa administração do volume produzido, dos alojamentos efetuados e de uma eficiente política de descartes, visando a obter preços remuneradores para a atividade.

3.3. BOVINOS DE CORTE

1. PRODUÇÃO

As estimativas do USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - prevêem que a produção mundial de carne bovina em 1989 deverá situar-se em 45,14 milhões de toneladas, 0,26% a menos que em 1988, quando foi de 45,26 milhões de toneladas. Para 1990, as estimativas do USDA indicavam uma estabilização da produção, que deveria manter-se ao redor de 45,18 milhões de toneladas.

A redução na produção mundial em 1989 e 1990, em relação à de 1988, é decorrente da diminuição dos rebanhos de alguns dos principais produtores mundiais. Em 1989, a redução nos Estados Unidos, maior produtor mundial, foi da ordem de 2,94%. Da mesma forma, a produção da Argentina foi cerca de 3,45% inferior à de 1988, devendo situar-se ao redor de 2,52 milhões de toneladas. Na CEE, a produção deverá ser da ordem de 7,44 milhões de toneladas, contra 7,60 milhões em 1988. As produções da Austrália e Nova Zelândia também decaíram em 89. Os decréscimos deverão ser, respectivamente, de 6,95% e 0,5%.

Deve-se ressaltar o crescimento da produção asiática, que passou de 2,28 milhões de toneladas em 1988, para 2,41 milhões em 1989.

Para 1990, prevê-se uma recuperação na produção australiana e um incremento na asiática; de forma menos expressiva, nos Estados Unidos, no Leste Europeu e na URSS. Na Austrália, o incremento na produção de 1990, estimado em aproximadamente 7%, deve-se à recuperação das pastagens, após longo período de estiagem, além das expectativas de melhores preços no mercado internacional e de maiores exportações para o Japão.

TABELA 1
 PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE BOVINA E VITELO POR PAÍS E REGIÃO -
 1987-90

PAÍSES/REGIÃO	(mil t)				
	1987	1988	1989(1) (a)	1990 (1) (b)	VAR. b/a
América Norte	13.066	13.599	13.655	13.440	-1,58
Estados Unidos	10.884(2)	10.800(2)	10.560(2)	10.591(2)	0,29
América Central	318	347	348	349	0,00
América Sul	6.157	6.445	6.335	6.285	-0,79
C.E.E.	8.071	7.605	7.442	7.393	0,66
Oeste Europeu	661	617	614	614	0,00
Leste Europeu	2.601	2.492	2.435	2.528	3,81
URSS	8.288	8.465	8.550	8.600	0,58
Oriente Médio	297	304	312	318	1,92
África	1.060	1.003	1.030	1.070	3,88
Ásia	2.340	2.285	2.416	2.548	5,46
Oceania	2.112	2.095	2.004	2.032	1,39
TOTAL	44.971	42.257	45.141	45.177	0,08

FONTE: USDA. World Agricultural Production, set. 1989.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

(2) Incluída na produção da América do Norte.

Até 1988, as estatísticas sobre a produção brasileira de carne bovina eram baseadas nas pesquisas da Fundação IBGE e outros órgãos oficiais, que estimavam a produção no intervalo de 2,3 a 2,4 milhões de toneladas, perfazendo um consumo médio/hab/ano entre 13 e 14 Kg. Mais recentemente, alguns organismos ligados aos setores de produção e industrialização passaram a contestar esses dados. O próprio IBGE, de acordo com informações divulgadas na imprensa, está revendo sua metodologia de pesquisa para determinar o número de animais abatidos anualmente. De uma maneira geral, a tese de que o abate não inspecionado vem sendo subestimado no decorrer dos anos parece estar sendo aceita pela maioria dos segmentos envolvidos com o setor.

Em trabalho recentemente realizado pelo IBGE, onde se levanta o número de couros curtidos no país de 1986 a 1988, fica demonstrado que as estimativas de abate, para esses anos, são inferiores em 57,36%, 68,4% e 70,12%, respectivamente, ao número de couros processados. Deve-se considerar que do total de couros industrializados parte é importada; parte provém de animais mortos ou sacrificados, porém não aproveitados para

consumo. Em base à referida pesquisa, várias entidades ligadas à pecuária de corte afirmam que os dados demonstram com maior aproximação a realidade sobre os abates de bovinos. O Conselho Nacional de Pecuária de Corte afirma, com base nesses resultados, que o abate de 1988 chegou a 18 milhões de cabeças, o que eleva a produção nacional de carne para 3,4 milhões de toneladas, perfazendo um consumo interno de 20,8 kg/hab/ano, já descontada a exportação de 540 mil toneladas. De acordo com as previsões mais recentes, baseadas no critério descrito, a produção nacional de 1989 é estimada em 3,5 milhões de toneladas, decorrente de um abate de 19,0 milhões de cabeças. Considerando-se as previsões de uma exportação de 550 mil toneladas, o suprimento interno de 1990 seria da ordem de 2,95 milhões de toneladas.

Desta forma, qualquer análise sobre o comportamento da pecuária de corte carece, nos últimos anos de uma revisão dos dados através do mesmo critério (número de couros processados anualmente pela indústria).

A produção catarinense de 1989 é estimada em 68 mil toneladas, cerca de 4,6% superior à de 1988, mantendo a tendência de crescimento dos últimos 5 anos. A expansão da pecuária catarinense está alicerçada nos aumentos de produtividade, através de investimentos para a produção na entressafra e na expansão da integração lavoura e pecuária. Por outro lado, a incorporação de uma unidade industrial catarinense no processo produtivo a partir de 1988 também contribuiu para o aumento dos abates nos últimos dois anos.

Do total abatido em Santa Catarina em 1989, estima-se que 40,3% foi sob inspeção federal, 52,9% sem inspeção e 6,8% para consumo das propriedades.

TABELA 2
ABATES TOTAIS MENSAIS DE BOVINOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL EM
SANTA CATARINA - 1984-89

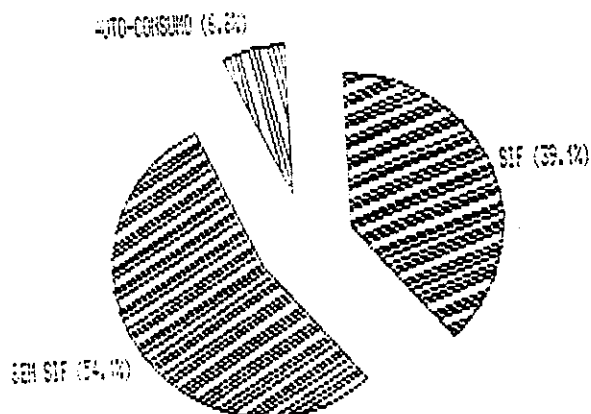
(mil cab.)

MES	1984	1985	1986	1987	1988 (a)	1989 (b)	VAR % b/a
Jan	20,8	21,9	26,1	21,8	27,1	32,2	18,7
Fev	20,7	20,6	23,9	24,6	28,0	30,3	8,0
Mar	22,3	23,5	25,0	27,5	30,7	31,9	4,1
Abr	22,7	23,6	27,2	28,4	29,7	29,3	-1,3
Mai	24,4	24,9	24,3	28,0	28,7	27,1	-5,6
Jun	17,9	21,7	23,0	25,7	28,9	28,0	-3,1
Jul	17,3	20,0	21,3	24,4	26,8	24,7	-7,8
Ago	16,2	19,6	23,3	24,3	25,1	26,0	3,7
Set	17,3	22,0	22,2	25,2	25,4	27,0	6,6
Out	17,4	26,0	22,6	25,6	28,2	30,1	7,0
Nov	18,0	26,2	23,0	30,2	28,7	28,7	0,0
Dez	20,7	25,4	22,6	29,9	29,0	28,6	-1,2
TOTAL	235,8	275,2	284,5	315,7	336,1	343,9	2,6

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 1

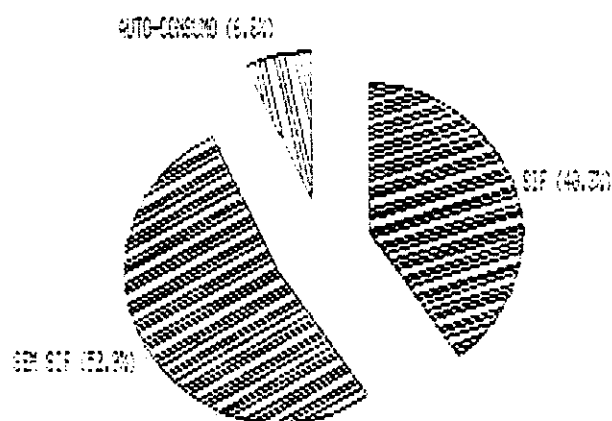
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS EM SANTA CATARINA - 1988



FONTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 2

COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS EM SANTA CATARINA - 1989



FONTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

A comercialização internacional de carne bovina em 1989 foi marcada por alguns fatores, entre os quais podem-se destacar os seguintes: 1) redução na produção da CEE, em

decorrência do menor abate de matrizes leiteiras e da reorganização dos plantéis; 2) diminuição do número de animais em confinamento nos Estados Unidos, a partir de 1988, em decorrência da elevação dos preços dos principais insumos usados na elaboração das rações; 3) menor produção na Argentina, fruto dos problemas econômicos que aquele país vem atravessando, e da seca de 1988; 4) problemas climáticos na Nova Zelândia, Austrália e Uruguai, que provocaram redução na produção desses países.

Fatores como a diminuição dos estoques da CEE, o crescimento na demanda dos países asiáticos (principalmente o Japão) e as perspectivas de maiores importações pela URSS, aliados à menor oferta mundial, mantiveram o mercado da carne bovina aquecido, com os preços internacionais acima da média histórica.

A nível nacional, o mercado tanto do boi gordo quanto da carne bovina esteve atípico em 1988. A oferta de animais para abate no período de safra (novembro a maio), em função da ocorrência de forte estiagem nas principais regiões produtoras do país, foi menor que a esperada. Com o advento do "Plano Verão", que tabelou os preços no varejo e reduziu os juros no mercado financeiro, os produtores passaram a evitar a venda de animais, como forma de reserva de capital, à espera de maiores definições sobre os rumos da política econômica. Nesse período, os preços tanto do boi gordo quanto dos animais de reposição subiram além da média histórica dos últimos anos. A arroba, que em meados de janeiro se situava ao redor de 20 dólares no câmbio oficial, registrou altas consecutivas no primeiro semestre, atingindo aproximadamente 40 dólares em junho. Neste período, o abastecimento enfrentou problemas. A carne, além de escassa, passou a ser vendida com ágio. Tentando reverter o quadro, o governo proibiu as exportações, autorizou aumentos de preços no varejo e liberou a importação de carne a custos aduaneiros zero, tudo em função da falta de estoques.

A partir do final de julho, a liberação dos preços da carne no varejo permitiu que o mercado operasse com mais estabilidade e acabou com as expectativas de altas irreais. A

elevação das taxas de juros estimularam as vendas para aplicação no mercado financeiro. Por outro lado, a ocorrência de geadas na Região Sul e a estiagem na Região Centro-Oeste fizeram com que os pecuaristas aumentassem as ofertas de boi gordo, permitindo que os preços, primeiramente, se estabilizassem e, posteriormente, registrassem queda real.

No final de julho, a arroba do boi gordo situou-se entre 31 e 34 dólares. A partir do final de julho até a segunda quinzena de agosto, os preços do boi gordo voltaram a subir, ficando ao redor de 35 dólares por arroba. Comparados com igual período de anos anteriores, foram os mais altos dos últimos 10 anos. Em agosto de 1980, quando os preços também estiveram altos, os preços da arroba alcançaram 25,2 dólares. Em mesmo mês de 1988, não passaram de 22 dólares. No decorrer de setembro, a arroba do boi gordo oscilou entre 28,5 dólares no início do mês e 21 no dia 30. Contribuíram para a queda dos preços, entre outros, os seguintes fatores: suspensão das exportações (que ampliaram a oferta interna), importação de aproximadamente 150 mil toneladas de carne bovina de países do Cone Sul, maior oferta de boi gordo (oriundo de confinamento) e menor consumo (em função dos altos preços praticados no varejo). No último trimestre, os preços apresentaram uma ligeira reação em função do maior consumo característico da época, da exportação de 1.650 toneladas de cortes especiais (Cota HILTON) e da redução da oferta de bois de confinamento. Neste período, os preços variaram de 21 a 25 dólares por arroba.

No contexto geral, mesmo considerando a defasagem do dólar em determinados períodos do ano, o comportamento dos preços, superior a 20 dólares por arroba, esteve favorável aos produtores no decorrer do ano, mantendo-se mais alto que a média histórica.

TABELA 3

PREÇOS MÉDIOS CORRENTES E REAIS(1) MENSAIS RECEBIDOS PELOS BOVINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983-89

(Cz\$/kg)

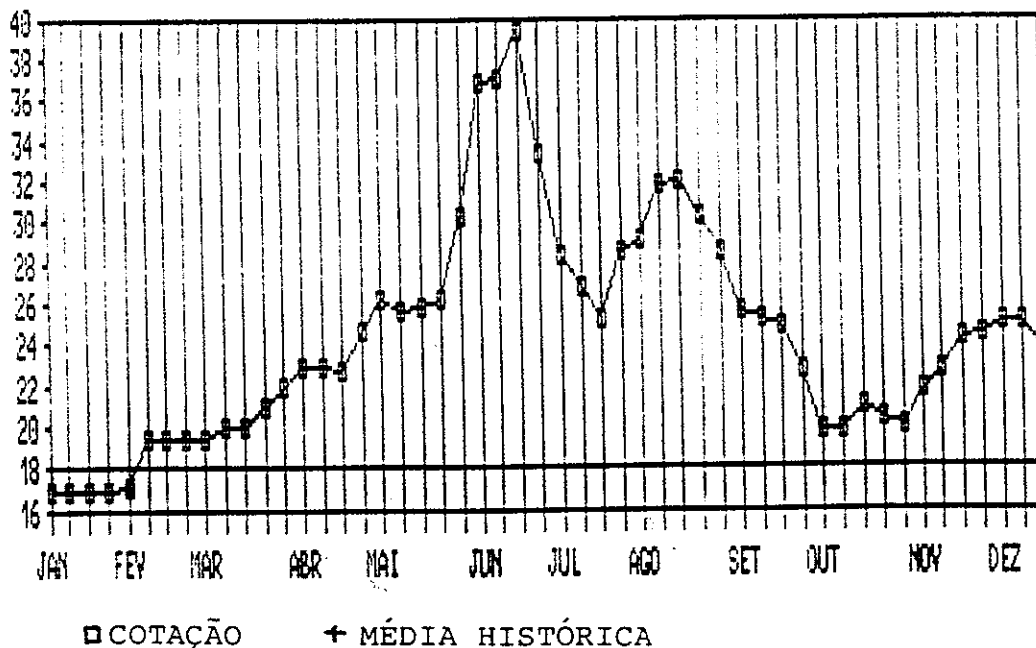
MÊS	1983		1984		1985		1986		1987		1988		1989	
	Corr.	Real	Corr.	Real	Corr.	Real	Corr.	Real	Corr.	Real	Corr.	Real	Corr.	Real
Jan	0.14	3.67	0.68	5.68	1.67	4.20	7.67	5.51	14.10	6.45	37.50	3.13	0.51	3.26
Fev	0.15	3.69	0.72	5.34	1.67	3.82	7.67	4.79	14.10	5.65	44.50	3.16	0.63	3.60
Mar	0.17	3.73	0.67	4.52	1.67	3.39	7.37	4.36	15.00	5.23	50.50	3.03	0.68	3.73
Abr	0.22	4.44	0.80	4.97	1.74	3.28	7.48	4.45	21.67	6.29	60.84	3.03	0.79	4.13
Mai	0.29	5.50	0.94	5.34	1.74	3.04	7.83	4.65	23.34	5.31	61.67	2.57	1.00	4.63
Jun	0.32	5.41	1.67	8.73	1.80	2.93	7.87	4.65	23.34	4.22	87.70	3.03	1.68	6.14
Jul	0.40	6.02	1.40	6.63	3.00	4.48	8.34	4.89	28.34	4.69	135.84	3.86	1.64	4.34
Ago	0.53	7.29	1.67	7.15	4.00	5.24	8.44	4.89	31.67	5.01	169.34	3.91	2.46	4.77
Set	0.53	6.46	1.80	6.98	4.34	5.20	9.34	5.35	33.00	4.84	252.50	4.64	2.70	3.77
Out	0.55	5.89	1.74	5.97	5.00	5.50	10.67	6.03	41.66	5.49	306.30	4.41	3.08	3.08
Nov	0.56	5.53	1.67	5.23	6.00	5.75	14.00	7.72	38.34	4.42	385.34	4.34	4.50	3.21
Dez	0.63	5.78	1.67	4.73	5.60	4.74	14.30	7.33	36.70	3.65	535.00	4.59	6.86	

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 3

COTAÇÃO MENSAL (DÓLAR OFICIAL) DA ARROBA DO BOI GORDO EM SANTA CATARINA - 1989



FONTE: Instituto CEPA/SC.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

De acordo com a revisão das estimativas sobre a produção nacional de carne, a oferta nacional em 1989 (subtraídas as exportações) está estimada em 2,91 milhões de toneladas, indicando um consumo per capita médio de 19,7 Kg, levemente inferior ao de 1988, que foi de 19,9 Kg.

Para 1990, mesmo com um aumento na produção previsto em 2,9%, a oferta interna de carne bovina deverá ser inferior à de 1989, devido ao crescimento das exportações, cujas projeções iniciais apontam para um volume próximo a 550 mil toneladas.

O abastecimento do mercado interno foi bastante tumultuado em 1989. No primeiro semestre, à semelhança do que ocorreu em 1986, o tabelamento dos preços da carne no varejo fez com que o produto desaparecesse do mercado. Para fugir ao tabelamento e repassar ao consumidor as altas verificadas nos preços do boi gordo e, conseqüentemente, da carne no atacado, o produto foi vendido com ágio no varejo, muito acima dos preços fixados pelo governo. Por outro lado, formas alternativas de apresentação do produto foram introduzidas visando reduzir as quebras e aumentar as margens de comercialização. De uma forma geral, a oferta foi escassa neste período. A partir do início do segundo semestre, com a maior disponibilidade de carne no varejo, oriunda de importações da Argentina, Uruguai e Paraguai, e da maior oferta de boi de confinamento, o mercado apresentou-se mais abastecido, com quedas de preços em todos os níveis. Somente a partir de novembro, com o crescimento do consumo, os preços voltaram a reagir. O abastecimento nacional de carne bovina contou, no geral, com um adicional de aproximadamente 300 mil toneladas em 1989, oriundas do maior volume importado e da queda nas exportações.

TABELA 4
BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA - BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-90

(mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL						SANTA CATARINA					
	1985	1986	1987	1988	1989(1)	1990(1)	1985	1986	1987	1988	1989(1)	1990(1)
Estoque inic.	20	15	20	50	30	50			4	4		
Produção	3.060	2.050	3.230	3.280	3.090	3.180	53	59	62	65	68	71
Importação	50	407	130	70	137	120	13.2	3	10	7	12	13
Suprim. Int.	3.110	3.372	3.380	3.400	3.257	3.350	66.2	62	76	76	80	84
Exportação	487	348	350	500	250	550						
Consumo Int.	2.608	3.004	2.980	2.870	2.957	2.750	66.2	62	72	76	80	82
Estoque Final	15	20	50	30	50	50						2
kg/Per Capita	19.3	21.1	20.6	20	19.7	19.3	16.1	19.3	17.0	17.0	17.4	18.0

FORNE: Fundação IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação. Para a estimativa da produção nacional, considerou-se um rendimento médio de 162/kg de carne/carcaça.

4. PERSPECTIVAS PARA 1990

De acordo com o anteriormente exposto, a produção mundial de carne bovina deverá manter-se estagnada em 1990, em função da redução dos rebanhos ocorrida nos últimos anos. O mercado deverá apresentar-se comprador devido à maior demanda dos países asiáticos, à abertura das economias do bloco soviético e às necessidades de importação por parte dos Estados Unidos e de países europeus - aqueles, pela redução da produção americana e estes, pelos baixos estoques da CEE.

Os preços internacionais deverão manter-se altos, haja vista que a oferta deverá se manter inferior à demanda. Dentro deste contexto, vislumbram-se boas possibilidades comerciais para os países tradicionalmente exportadores: Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai. As exportações brasileiras deverão voltar aos níveis de 1988, dependendo da manutenção de um controle sanitário capaz de satisfazer as exigências principalmente dos países europeus.

A produção brasileira de carne bovina, em 1990, deverá situar-se ao redor de 3,6 milhões de toneladas, cerca de 3% a mais que em 1989.

Caso os pecuaristas não venham a reter novamente o boi gordo, em função da estabilidade econômica, a oferta deverá ser mais regular em 1990.

O número de animais em confinamento deverá situar-se ao redor de 700 mil cabeças, isto se o preço do boi magro não ultrapassar os níveis aceitáveis pelo mercado, à semelhança do que ocorreu em 1989. As importações estão estimadas em 60 mil toneladas.

3.4. BOVINOS DE LEITE

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, Santa Catarina possuía, nesse ano, um rebanho bovino de 2.615.600 cabeças. Pelos dados da Sinopse Preliminar do Censo de 1985, este rebanho atingiu 2.734.900 unidades, um crescimento de 4,6% nestes cinco anos, bastante inferior ao crescimento de 17% verificado no período de 1975 a 1980.

A principal finalidade do rebanho catarinense, considerando os dados de 1980, pela tabela 1, é a bovinocultura de corte.

TABELA 1

REBANHO BOVINO, SEGUNDO A FINALIDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SANTA CATARINA - 1980

FINALIDADE	Nº DE CABEÇAS	PARTICIPAÇÃO (%)
Corte	1.383.713	52,9
Leite	989.128	37,8
Corte e Leite	202.042	7,7
Outros	40.746	1,6
TOTAL DO ESTADO	2.615.629	100,0

FONTES: Fundação IBGE, Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980.

Deve-se salientar que esses percentuais não significam que o rebanho estadual possua características raciais de um plantel especializado, conforme a aptidão das diversas raças, mas representa muito mais a finalidade da exploração. O rebanho, em sua maioria, é formado por animais sem raça definida, os chamados mestiços, oriundos de cruzamento entre animais "crioulos" e bovinos de raças européias e/ou zebuínas. Estima-se que esses animais componham cerca de 80% do plantel. Os restantes 20% são representados por animais com

características raciais definidas e pelo plantel de animais puros. No rebanho puro, os animais pertencentes às raças leiteiras são maioria.

Embora, como se observou, não se trate de rebanho especializado, a produção leiteira estadual guarda uma estreita relação com a sua finalidade. O que não objetiva a produção leiteira representa muito pouco do total da produção estadual.

TABELA 2
VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO ESTADUAL DE LEITE SEGUNDO A FINALIDADE DO REBANHO - 1980

FINALIDADE	VACAS ORDENHADAS		PRODUÇÃO	
	(no cab.)	Partic.(%)	(1.000 l)	Partic.(%)
Corte	80.876	18,7	66.702	12,5
Leite	298.794	68,9	406.703	76,1
Corte e Leite	49.827	11,5	55.193	10,3
Outros	4.089	0,9	5.558	1,1
TOTAL ESTADO	433.586	100	534.157	100

FONTES: FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980.

Outra característica da produção leiteira catarinense é a sua concentração na pequena propriedade. Segundo o Censo de 1980, as propriedades com até 50 ha e os produtores com rebanhos de até 20 cabeças respondiam, respectivamente, por 80% e 73% da produção estadual.

Em termos de produção leiteira, pode-se dividir o estado em cinco grandes bacias. É oportuno observar, no entanto, que para fazer esta divisão foram utilizadas algumas características gerais das regiões e, portanto, não necessariamente todos os municípios e mesmo as microrregiões de uma mesma bacia possuem exatamente as mesmas características.

Dentre as bacias leiteiras, como se verifica pela tabela 7, destacam-se as do Vale do Itajaí do Litoral e do Oeste, que respondem por aproximadamente 80% da produção estadual. Nestas bacias, verifica-se também que o rendimento

médio dos animais é sensivelmente melhor que nas demais. Isto se deve especialmente ao fato de que é exatamente nestas duas que estão localizados os produtores com maior tradição na atividade leiteira - especialmente no Vale - e o rebanho cuja finalidade é a produção de leite (tabela 3).

TABELA 3
FINALIDADE DO REBANHO BOVINO SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS - 1980

BACIA LEITEIRA	CORTE		LEITE		CORTE E LEITE		OUTRAS		TOTAL	
	Nº cab.	%	Nº cab.	%	Nº cab.	%	Nº cab.	%	Nº cab.	%
Vale do Itajaí e										
Litoral	172.027	12,4	315.393	31,9	48.102	23,8	3.754	9,2	539.276	20,6
Sul	135.900	9,8	130.406	13,2	32.250	16,0	11.171	27,4	309.727	11,8
Campos	645.432	46,7	73.254	7,4	27.471	13,6	904	2,2	747.061	28,6
Oeste	326.390	23,6	425.807	43,0	88.556	43,8	24.787	60,9	865.540	33,1
Plan. Canoinhas	103.964	7,5	44.268	4,5	5.663	2,8	130	0,3	154.025	5,9
TOTAL	1.383.713	100	989.128	100	202.042	100	40.746	100	2.615.629	100

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. PRODUÇÃO

Segundos dados do Boletim Trimestral FAO de Estadísticas, a produção mundial de leite de vaca não tem apresentado reduções. As que se verificaram na produção de alguns países europeus - que buscavam diminuir seus excedentes - foram compensadas pelo crescimento na produção de outras regiões, como a Ásia, a Oceania, e a própria União Soviética.

TABELA 4
NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO DE LEITE E RENDIMENTO SEGUNDO AS DIFERENTES REGIÕES DO GLOBO E TOTAL MUNDIAL - 1986-88

LOCALIZAÇÃO	VACAS ORDENHADAS (1000 cab)			PRODUÇÃO (1000 t)			RENDIMENTO (kg/animal)		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
África	25.702	25.740	26.142	12.371	12.339	12.497	481	479	478
América Norte/Central	20.569	20.969	20.967	82.408	83.596	84.453	4.006	3.987	4.028
América Sul	27.698	25.047	25.152	28.052	29.153	29.145	1.013	1.164	1.159
Ásia	53.463	53.716	54.491	44.505	46.832	48.962	832	872	899
Europa	46.908	47.851	46.132	179.941	179.413	175.208	3.836	3.749	3.798
Oceania	4.153	4.004	3.967	14.509	13.680	14.210	3.494	3.417	3.582
União Soviética	42.863	42.600	42.900	101.750	102.880	105.950	2.374	2.415	2.470
MUNDO	221.355	219.927	219.750	463.536	467.892	470.425	2.094	2.127	2.141

FONTE: FAO. Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, v. 2, 1989.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível nacional, as estatísticas sobre a produção continuam bastante defasadas. A última divulgada pelo IBGE é a de 1987. Apesar disto, informações subjetivas e estimativas divulgadas pela FAO indicam que a produção tem-se apresentado crescente nos últimos anos. Embora este crescimento se registre em praticamente todos os estados produtores, não apenas tem sido modesto, como tem ficado bastante aquém das potencialidades do país.

TABELA 5
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE - 1980-89

ANO	PRODUÇÃO (1.000 litros)
1980	11.162.245
1981	11.323.967
1982	11.461.215
1983	11.463.018
1984	11.932.908
1985	12.078.399
1986	12.491.809
1987	12.996.497
1988(1)	13.200.000
1989(1)	13.500.000

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, V. 41-48, 1980-88.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC
(1) Estimativas.

Em Santa Catarina, as estatísticas continuam apontando um crescimento gradativo da produção. A expectativa era de que este ano fossem divulgados os dados referentes ao Censo Agropecuário de 1985, um importante parâmetro para efetivamente conferir se o comportamento apontado pelas estatísticas tem consistência. Em princípio, considerando-se a evolução do rebanho parece que as previsões relativas à produção estadual estariam um pouco superestimadas. Isto, no entanto, só será confirmado ou não quando se dispuser de dados provenientes de novos censos.

TABELA 6

NÚMERO DE VAGAS ORDENHADAS, VOLUME DE LEITE PRODUZIDO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - 1980-89

ANO	VAGAS ORDENHADAS (no cab)	PRODUÇÃO (1.000 l)	RENDIMENTO (l/vacas ord/ano)
1980	433.586	534.157	1.232
1981	516.112	517.720	1.003
1982	510.059	510.959	1.001
1983	477.627	519.748	1.088
1984	486.658	540.383	1.110
1985	502.056	559.104	1.114
1986	507.235	587.028	1.157
1987	527.021	612.233	1.162
1988(1)	538.247	622.442	1.156
1989(2)	543.103	630.000	1.160

FONTE: Fundação IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1980.

Fundação IBGE, Produção da Pecuária Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1981-87.

Fundação IBGE, Produção Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a pequenas revisões.

(2) Estimativas.

TABELA 7

NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS E AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980 E 1988

BACIA LEITEIRA E MICRORREGIÃO	1980			1988(1)		
	Vacas Ordenhadas (ng cab.)	Produção (mil litros)	Rendimento (l/vaca/ano)	Vacas Ordenhadas (ng cab.)	Produção (mil litros)	Rendimento (l/vaca/ano)
Col. de Joinville	19.693	28.076	1.426	22.646	27.852	1.230
Lit. de Itajaí	3.690	4.355	1.180	4.203	4.720	1.123
Col. de Blumenau	42.270	60.694	1.436	42.660	54.072	1.268
Col. Itajaí Norte	16.393	20.496	1.250	17.765	23.542	1.325
Col. Alto Itajaí	42.473	57.721	1.359	45.970	60.363	1.313
Florianópolis	7.946	9.194	1.157	12.340	16.035	1.299
Col. Serrana Cat.	16.153	16.079	995	24.588	26.734	1.087
VALE E LITORAL	148.618	196.615	1.323	170.172	213.318	1.254
Lit. de Laguna	2.725	2.167	795	3.776	2.793	740
Carbonífera	30.535	35.247	1.154	32.653	33.420	1.023
Lit. Sul Cat.	9.226	9.300	1.008	10.269	6.475	630
Col. Sul Cat.	9.376	11.172	1.192	8.137	5.512	677
SUL	51.862	57.886	1.116	54.835	48.198	879
Campos Lages	35.063	26.842	766	27.730	23.541	624
Campos Curitibanos	23.017	19.337	840	24.150	30.414	891
CAMPOS	58.080	46.179	795	71.880	53.955	751
Col. Rio do Peixe	58.017	80.103	1.381	81.210	112.066	1.380
Col. Oeste Cat.	98.317	131.270	1.335	134.938	165.357	1.225
OESTE	156.334	211.373	1.352	216.148	277.423	1.283
Plan. Canoinhas	18.692	22.096	1.182	25.212	29.552	1.172
PLANALTO	18.692	22.096	1.182	25.212	29.552	1.172
TOTAL DO ESTADO(2)	433.586	534.157	1.232	538.247	622.442	1.156

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980.

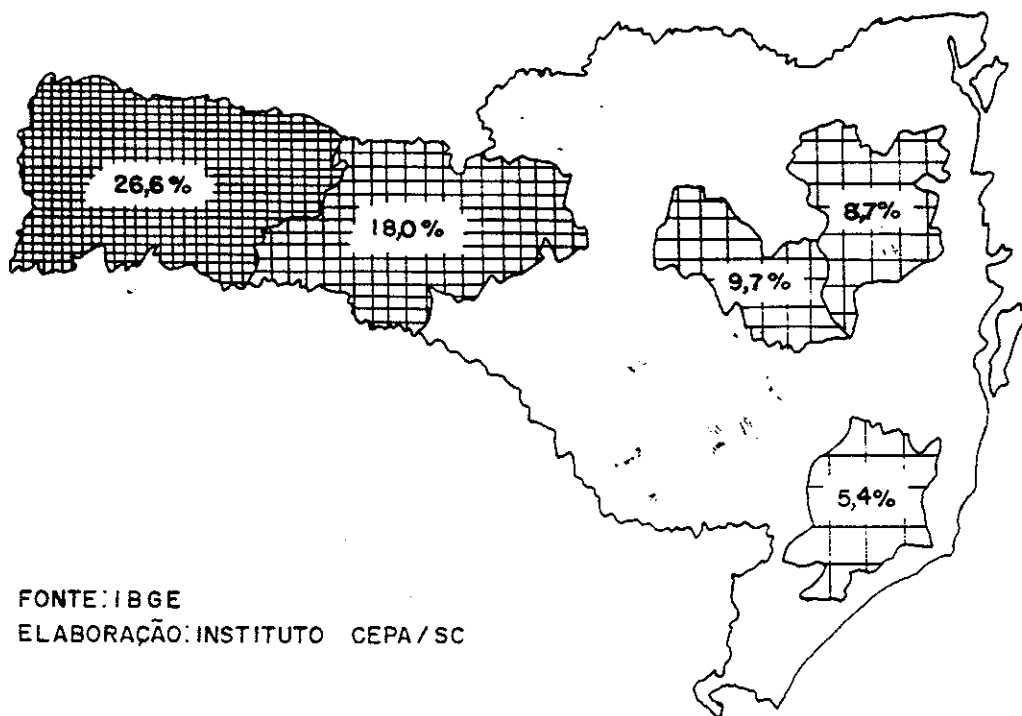
Fundação IBGE. Produção Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1988.

(1) Dados sujeitos a pequenas revisões.

(2) Eventuais diferenças são provenientes das aproximações.

É importante destacar que é nos municípios que compõem a bacia leiteira do oeste que se têm verificado as maiores expansões da atividade leiteira. Enquanto nas demais bacias a produção tem apresentado pouco incremento, ou até redução, aquela vem apresentando uma participação cada vez mais expressiva em relação à produção total do estado.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTA CATARINA — 1988



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

A exemplo do que tem ocorrido no setor agrícola como um todo, o setor leiteiro carece, historicamente, de uma política de longo prazo. Os preços do leite a nível de produtor são controlados pelo governo desde 1945. Desde esta época, são estabelecidos mais em função de preocupações em relação a possíveis pressões nos índices inflacionários e com o objetivo de permitir que camadas mais desfavorecidas da população tenham acesso ao consumo do mesmo, do que propriamente pelos custos de produção.

Este ano de 1989 não foi muito diferente. Os custos de produção foram praticamente desconsiderados para o estabelecimento dos preços aos produtores. Desta forma,

verificou-se um dos menores preços dos últimos anos, inferior, inclusive, ao do ano passado, quando já estava caracterizado um sensível declínio em relação à média dos últimos anos.

Isto tem feito com que, no Brasil, a oferta do produto fosse bastante instável, provocando em vários anos a necessidade de importação de elevadas quantidades de leite em pó para atender à demanda nacional.

TABELA 8
VOLUME DE LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1980-89

ANO	VOLUME RECEBIDO (1.000 litros)	VARIAÇÃO (%)
1980	7.728.338	-
1981	8.400.312	8,69
1982	8.126.315	(-) 3,26
1983	8.585.316	5,65
1984	8.009.838	(-) -
1985	7.916.429	(-) 1,17
1986	7.640.170	(-) 3,49
1987	8.906.423	16,57
1988	9.065.651	1,79
1989(1)	8.905.865	(-) 1,76

FONTE: Fundação IBGE. Pesquisa Mensal de Leite - Brasil, 1984-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação posterior.

Em Santa Catarina, ao contrário do que ocorre no país, independentemente da política de preços, o volume de leite recebido pelas indústrias do estado vem crescendo ano a ano (tabela 9).

TABELA 9

PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE E VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS SOB
INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980-89

ANO	PRODUÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS	% da produção
	(1.000 litros)	(1.000 litros)	
1980	534.157	83.676,0	15,7
1981	517.720	87.644,0	16,9
1982	510.959	96.249,1	18,8
1983	519.748	101.464,0	19,5
1984	540.383	106.084,1	19,6
1985	559.104	131.724,2	23,6
1986	587.028	159.917,9	27,2
1987	612.235	189.776,9	31,0
1988	622.442	210.559,8	33,8
1989(1)	630.000	213.000,0	33,8

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina, 1980.
Fundação IBGE. Produção Pecuária Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1980-87.
Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1988.
MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPAS/SC (1989).

(1) Estimativa.

Apesar de nos últimos anos a produção estadual não ter apresentado incremento muito significativo - 16,5% no período 1980-88 - na década de 80 houve um crescimento bastante substancial no número de unidades de recebimento de leite. Embora isto pareça um paradoxo, o que ocorreu é que em muitas regiões do estado grande parte da produção não tomava os caminhos do mercado de leite inspecionado; ou seja, para que as unidades de recebimento pudessem ser instaladas, não necessariamente teria que haver incremento na produção.

Este aumento da infra-estrutura de comercialização de leite de Santa Catarina se deu especialmente na região oeste do estado. Ao final da década de 70, das 20 unidades de recebimento sob inspeção federal, apenas 3 estavam situadas nas microrregiões oesteiras. Atualmente, das 38 unidades inspecionadas, 19 estão localizadas naquela região.

Apesar do crescimento em relação à produção total, verifica-se que numa grande parte das microrregiões do estado o volume comercializado ainda é bastante pequeno e pode ser sensivelmente aumentado (tabela 10). Isto, para ocorrer, dependerá de uma política de preços aos produtores totalmente diferenciada da historicamente praticada no país. Caso contrário, dificilmente se repetirá o crescimento verificado nos últimos anos. Permanecendo as políticas de preços

tradicionalmente adotadas, a tendência é de o recebimento aumentar significativamente apenas em bacias leiteiras onde se instalarem novas unidades de recebimento. Este não é mais o caso das grandes regiões produtoras do estado. Nestas, o crescimento da produção e, conseqüentemente, do volume recebido pelas indústrias, só poderá ocorrer por ganhos de produtividade do rebanho.

TABELA 10
VOLUME TOTAL DE LEITE PRODUZIDO E QUANTIDADE COMERCIALIZADA PARA AS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS E AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988

BACIAS LEITEIRAS E MICRORREGIÃO	PRODUÇÃO TOTAL (1.000 l)	PROD. COMERC. P/AS INDÚSTRIAS (1.000 l)	(%)
Col. de Joinville	27.852	10.674	38,3
Lit. de Itajaí	4.720	416	8,8
Col. de Blumenau	54.072	16.018	29,6
Col. Itajaí Norte	23.542	12.120	51,5
Col. Alto Itajaí	60.363	25.452	42,2
Florianópolis	16.035	94	0,6
Col. Serrana Cat.	26.734	913	3,4
VALE E LITORAL	213.318	65.688	30,8
Lit. de Laguna	2.793	-	0,0
Carbonífera	33.420	2.790	8,3
Lit. Sul Cat.	6.473	179	2,8
Col. Sul Cat.	5.512	-	0,0
SUL	48.198	2.969	6,2
Campos Lages	23.541	9.196	39,1
Campos Curitibanos	30.414	7.810	25,7
CAMPOS	53.955	17.006	31,5
Col. Rio do Peixe	112.066	49.188	43,9
Col. Oeste Cat.	165.357	67.782	41,0
OESTE	277.423	116.970	42,2
Plan. Canoinhas	29.552	7.926	26,8
PLANALTO	29.552	7.926	26,8
TOTAL DO ESTADO(1)	622.442	210.559	33,8

FONTES: Fundação IBGE. Produção Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1988.

MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Eventuais diferenças são provenientes das aproximações.

Isto, aliás, se fez sentir no ano de 1989. A expectativa era de que o volume de leite recebido pelas indústrias apresentaria um crescimento bastante sensível, o que acabou não se confirmando, especialmente pelos preços ao produtor bastante desestimulantes.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

As informações em relação ao consumo de produtos alimentares no Brasil são bastante precárias. A fonte normalmente utilizada para se chegar aos números desejados é o Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pela Fundação IBGE em 1974/75. Embora exaustivo, atualmente, em face de uma substancial modificação na estrutura de consumo, o trabalho não deve mais ser tomado como parâmetro.

Em Santa Catarina, a situação não é muito diferente. Excetuados três trabalhos realizados pelo Instituto CEPA/SC nos municípios de Florianópolis (novembro/1985), Joinville (agosto/1986) e Criciúma (novembro/1987), não existem maiores informações sobre os níveis de consumo no estado. Embora não deva ser considerado um parâmetro exato, o resultado destas pesquisas mostra que os níveis de consumo estão bastante aquém dos recomendados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) - 146 litros por pessoa ao ano.

TABELA 11

CONSUMO APARENTE DE LEITE SEUS DERIVADOS POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIÚMA - 1985-87

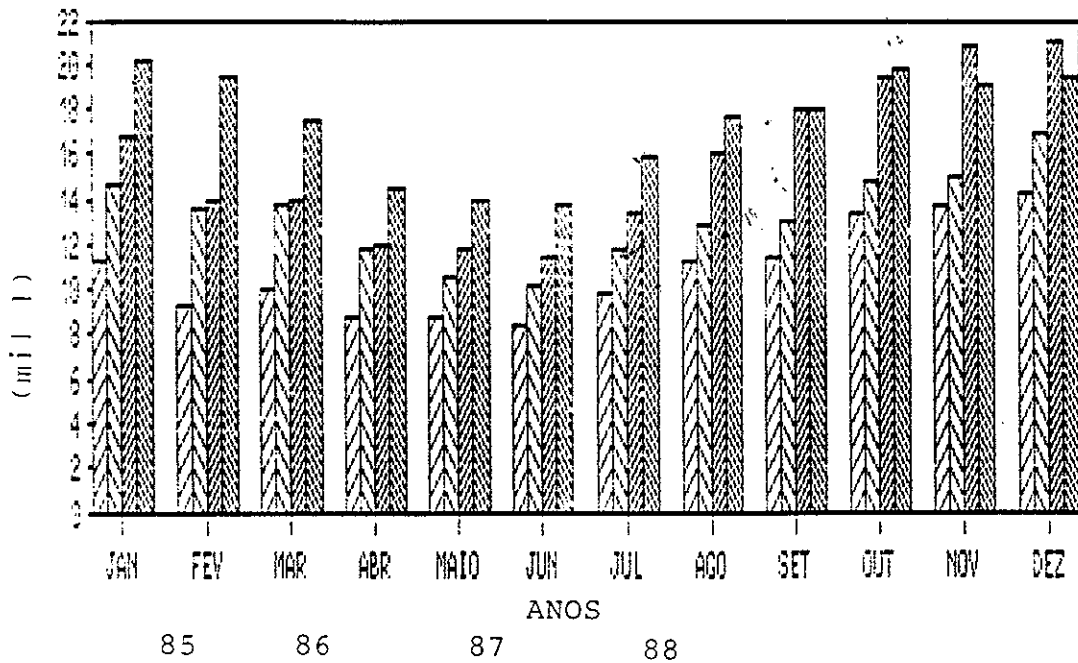
PRODUTO	ANO	UNID.	FLORIANÓPOLIS(1)	JOINVILLE	CRICIÚMA
Leite "in natura"		l	74,88	73,92	67,56
Leite em pó		kg	-	1,32	1,08
Queijo		kg	-	2,28	3,34
Manteiga		kg	-	0,6	0,36

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Pesquisado somente leite "in natura".

Apesar deste consumo relativamente baixo, que torna a demanda bastante reduzida em termos de abastecimento, um dos problemas fundamentais que as indústrias do estado continuam enfrentando é o da sazonalidade na oferta de leite, particularmente no período de abril a julho, quando a produção cai significativamente.

OFERTA MENSAL DE LEITE ÀS INDÚSTRIAS CATARINENSES SOB INSPEÇÃO FEDERAL - 1985-88



FONTE: Instituto CEPA/SC.

Em anos recentes, para atender à demanda catarinense naquele período era necessário recorrer à importação de leite "in natura" - especialmente do estado do Paraná - e/ou à reidratação de grandes quantidades de leite em pó. Atualmente, este problema está sensivelmente amenizado. A cada ano que passa, parte mais significativa do leite recebido na região oeste do estado é destinada ao mercado da região litorânea, onde é mais significativa a falta do produto.

A médio prazo, a tendência é de a demanda catarinense ser totalmente atendida com produção interna, sem praticamente nenhuma reidratação de leite em pó. Esta tendência, aliás, já

vem sendo verificada. A exemplo do ocorrido em 1988, no ano de 1989 a necessidade de reidratar leite em pó para atender ao consumo interno situou-se em patamar bem inferior ao de anos anteriores.

TABELA 12
VENDA DE LEITE AO MERCADO CONSUMIDOR CATARINENSE SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS -
1986-89

PRODUTO	(litro)				
	ANO	1986	1987	1988	1989(1)
Leite Pasteurizado					
- Tipo "A"		717.630	660.824	514.020	595.317
Leite Pasteurizado					
- Tipo "B"		-	-	112.835	337.603
Leite Pasteurizado					
- Tipo "C"		115.158.359	103.476.144	120.193.075(2)	125.792.762
Leite Pasteurizado					
- Reconstituído		7.481.490	6.521.205	3.415.574	3.603.858
Leite Pasteurizado					
- Gordura 2%		1.175.906	67.872	52.605	-

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

(1) Dados referentes ao período de janeiro a novembro.

(2) Dados preliminares sujeitos a retificação.

De qualquer forma, para que o abastecimento do mercado interno seja mais satisfatório e para que as indústrias catarinenses tenham melhores condições de competitividade no mercado nacional, faz-se necessário que o comportamento da oferta seja sensivelmente alterado, de modo que no transcorrer dos meses não haja diferenças tão significativas quanto as verificadas atualmente.

5. RENTABILIDADE DA ATIVIDADE

Neste trabalho, para se fazer a análise da rentabilidade da atividade leiteira, tomaram-se como base:

- 1) o custo de produção elaborado bimestralmente (a partir de 1984) pelo Instituto CEPA/SC (o custo por litro considera também a venda do excedente do plantel);

2) o preço do leite-cota posto na plataforma das indústrias (nos meses em que vigoraram dois preços diferentes foi feita uma média ponderada de acordo com o número de dias de vigência de cada preço);

3) os preços e custos corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP) para o mês de outubro de 1989.

Como se verifica pela tabela 13, em nenhum dos meses de 1989 o preço aos produtores estabelecido pelo governo esteve acima dos custos de produção. Dos últimos anos, aliás, a situação de 1989 só esteve melhor de que a do ano de 1986, quando a produção esteve praticamente inviabilizada. A defasagem de preço, portanto, que havia sido praticamente eliminada em 1987 e voltou a ocorrer em 1988, se acentuou neste ano de 1989. Isto o caracteriza como um ano nada satisfatório para a produção, que cada vez mais está precisando ser estimulada.

TABELA 13
COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS DE PRODUÇÃO(1) E OS PREÇOS MENSIS RECEBIDOS(2) PELOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA CATARINA - 1983-89

ANO	1983			1984			1985			1986		
	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	1,35	1,29	0,96	1,20	1,19	0,99	1,37	1,11	0,81
Março	1,30	1,61	1,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	1,26	1,47	1,17	1,14	1,35	1,18	1,43	1,06	0,74
Mai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	1,38	1,71	1,24	1,44	1,23	0,85	1,56	1,16	0,74	1,46	1,36	0,93
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	1,35	1,26	0,93	1,41	1,31	0,93	1,30	1,34	0,97
Setembro	1,47	1,40	0,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	1,12	1,39	1,24	1,40	1,27	0,91	1,50	1,30	0,87
Novembro	1,62	1,38	0,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	1,07	1,19	1,11	1,59	1,41	0,89	1,53	1,18	0,77

(continua)

(conclusão)

ANO	1987			1988			1989		
	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A	Custo (A)	Preço Receb. (B)	B/A
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	1,51	1,40	0,93	1,32	1,22	0,92	1,26	1,20	0,95
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	1,61	1,66	1,03	1,38	1,19	0,86	1,25	1,10	0,88
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	1,40	1,68	1,20	1,25	1,22	0,98	1,13	1,06	0,94
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	1,23	1,61	1,31	1,15	1,18	1,03	1,13	1,09	0,96
Setembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	1,35	1,42	1,05	1,27	1,15	0,91	1,21	1,03	0,85
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	1,50	1,30	0,87	1,27	1,12	0,88	1,15	0,99	0,86

FONTE: SUNAB e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Custo elaborado pelo Instituto CEPA/SC.

(2) Preço do leite cota posto na plataforma das indústrias.

(3) NCz5/litro corrigido pelo IGP-DI para outubro de 1989.

6. PERSPECTIVAS PARA 1990

Historicamente, é bastante complicado fazer previsões, mesmo de curto prazo, para a atividade leiteira. Neste momento, em função da troca de governo que haverá no mês de março de 1990, a previsão fica ainda mais difícil. De qualquer forma, existem alguns condicionantes que abrem possibilidades para traçar algumas perspectivas.

Desses condicionamentos destacam-se:

- 1) a produção nacional praticamente estabilizada e insuficiente para atender à demanda interna;
- 2) os estoques de leite em pó no país bastante baixos e insuficientes para atender à demanda do período de entressafra;
- 3) os preços do leite em pó no mercado internacional bastante elevados.

Estes fatores levam a crer que o ano de 1990 poderá apresentar sérios problemas de abastecimento, que só poderão ser amenizados pelo estímulo à produção interna e pela autorização de importação de leite em pó. Considerando que o estímulo à produção se dá fundamentalmente via preço, a expectativa é de que estes sejam sensivelmente melhores que os verificados neste ano de 1989. Portanto, embora se tenha que esperar para ver, as perspectivas para a produção leiteira em 1990 são relativamente satisfatórias.

3.5. MEL DE ABELHA

1. INTRODUÇÃO

Os dados publicados pela FAO indicam que o Brasil aumentou sua participação no ranking mundial, passando de 19^o para 16^o produtor de mel de abelha. Essa situação deve continuar favorável, pois, através do seu vasto território, possui abundantes reservas de matas, com perenes floradas e excelentes condições de clima e vegetação, possibilitando a produção de mel de boa qualidade e variados sabores.

Santa Catarina apresenta a maior demanda de produtos apícolas do país e a melhor produtividade por área ocupada, destacando-se como o primeiro produtor nacional.

A exploração apícola é realizada em todo o território, destacando-se com os maiores produtores as microrregiões homogêneas Colonial Serrana Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos, Campos de Lages, Carbonífera, Colonial do Alto Itajaí e Colonial do Rio do Peixe, responsáveis por cerca de 80% do valor bruto da produção gerada.

Incluindo o trabalho de polinização realizado junto às propriedades agrícolas do estado, principalmente nas áreas de frutíferas, são 43.000 propriedades que exploram a atividade em Santa Catarina, ocupando uma mão-de-obra de aproximadamente 10.300 pessoas, distribuídas entre amadores e profissionais.

2. PRODUÇÃO

As estimativas de produção mundial de mel de abelha indicavam para 1988, segundo a FAO, um volume de 1,11 milhão de toneladas, identificando um aumento percentual nas quantidades físicas, em relação a 1987, de 0,08%, enquanto no

período de 1985 a 1988 a mesma fonte mostra uma taxa anual de crescimento de 3,46%.

Ao que tudo indica, a atividade deverá continuar se expandindo (se se confirmar essa tendência ascendente), principalmente porque alguns países, tradicionais produtores, ainda não atingiram seu ponto máximo de produção. Entretanto, países de potencial promissor, em início da atividade, estão encontrando dificuldades em obter um mel de excelente qualidade, seja em sabor, umidade e cor, devido à escassa vegetação em algumas regiões e ao uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e nos campos, prejudicando seriamente o trabalho das abelhas na captação do néctar.

Ainda segundo os dados da FAO, os países que mais contribuíram na formação do volume produzido, a nível mundial, por ordem de importância, foram a China, (18,2%), a União Soviética (17,3%), os Estados Unidos, (8,97%), a Índia (4,6%), o México, (4,0%), a Argentina, (3,6%) e, finalmente, o Canadá e a Turquia (3,2%, respectivamente), perfazendo no seu conjunto 62,8% da produção.

Cabe salientar que a China e a União Soviética são os maiores produtores, respondendo por 35,5% (tabela 1).

O Brasil possui em toda a sua extensão uma produção potencial de mel entre 150 e 200 mil t/ano, que poderá tornar-se realidade desde que sejam observados itens como o aproveitamento racional dos recursos naturais - o que, através de práticas adequadas de manejo, permitiria explorar as abundantes floradas - e a criação e adoção de tecnologias e equipamentos que atendam às necessidades da atividade.

No país, a apicultura tem boa aceitação. O número de apicultores vem aumentando sensivelmente e, como consequência, o número de colméias, resultando num maior aumento de produção, uma vez que a ação da abelha é importante não só para a produção de mel, própolis, geléia real e cera, como também para fins industriais, seja para preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos e cosméticos, seja através do papel da abelha no processo de polinização.

TABELA 1
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEL DE ABELHA - 1985-88

PAÍS	(t)			
	1985	1986	1987	1988
Angola	15.000	15.000	15.000	15.000
Rep. Centro Africana	7.000	7.100	7.300	7.400
Egito	11.182	10.723	12.384	12.500
Etiópia	21.600	21.900	22.200	22.500
Quênia	12.000	13.000	14.000	15.000
Tanzânia	12.000	12.500	13.000	13.500
Canadá	36.120	34.040	40.650	36.000
Cuba	9.700	8.683	7.744	9.738
México	41.728	54.000	49.500	44.000
EUA	68.000	91.000	103.000	96.000
Argentina	45.000	36.000	40.000	40.000
Brasil	11.000	14.812	14.063	16.000
Chile	5.000	5.000	5.000	5.000
Uruguai	3.750	4.000	4.000	4.100
China	157.062	174.000	205.850	202.000
Japão	7.225	5.553	6.023	5.500
Turquia	35.840	39.649	34.417	35.250
Índia	50.000	50.000	49.000	51.000
U.R.S.S.	204.000	205.000	190.000	192.000
Bulgária	9.731	10.557	10.463	10.210
França	16.000	24.107	24.468	24.300
Alemanha Oriental	6.255	8.829	6.537	6.600
Alemanha Ocidental	10.900	16.242	15.814	16.000
Grécia	10.391	11.344	11.542	11.700
Hungria	15.388	18.260	15.170	16.000
Itália	6.000	7.500	9.500	8.600
Polônia	14.809	18.011	12.965	15.000
Romênia	12.106	14.219	15.285	17.000
Iugoslávia	5.589	6.093	6.233	6.400
Tchecoslováquia	6.309	15.834	9.573	12.000
Espanha	16.069	16.556	16.200	16.900
Austrália	28.038	26.906	25.077	29.000
Nova Zelândia	10.314	9.471	10.500	11.000
TOTAL DOS PAÍSES	921.106	1.005.889	1.022.458	1.023.198
TOTAL MUNDIAL	1.002.693	1.095.406	1.109.442	1.110.385

FONTES: FAO. Anuário FAO de Produção, v. 39-42, 1985-88.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Pelas informações da Confederação Brasileira de Apicultores, entidade que congrega 6 federações estaduais e 180 associações regionais de apicultores, estima-se para 1989 que a produção brasileira de mel, computando o produto fiscalizado e o não fiscalizado, deva situar-se em torno de 38.000 t, contra as 36.000 t estimadas para 1988, verificando-se um acréscimo, na quantidades físicas, de 5,5%, sendo que o número de colméias deve continuar aumentando numa proporção de 50.000 unidades a cada ano.

Salienta-se que a Confederação Brasileira de Apicultores, revendo os dados da produção brasileira de mel, reedita uma nova série revisada, que ficou constituída conforme a tabela 2.

TABELA 2

SÉRIE REVISADA DE PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA E NÚMERO DE COLMEIAS - BRASIL - 1985-90

ANO	PRODUÇÃO DE MEL (t)	NÚMERO DE COLMEIAS (1000)
1985	28.000	1.900
1986	32.000	2.100
1987	36.000	2.200
1988	36.000	2.250
1989(*)	38.500	2.300
1990(*)	42.000	2.350

FONTE: Confederação Brasileira de Apicultores - CBA.

(*) Estimativas.

As informações disponíveis da Fundação IBGE, através do Anuário Estatístico do Brasil de 1989, indicavam para 1987, computando somente o mel inspecionado, uma produção nacional de 14.063 toneladas, com destaque para a Região Sul, responsável por aproximadamente 55% do total produzido.

TABELA 3

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CERA DE ABELHA POR REGIÃO FISIOGRAFICA - 1984-87

REGIÃO	(Kg)							
	1984		1985		1986		1987	
	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera
Norte	46.808	427	46.101	156	52.068	338	67.457	1.144
Nordeste	2.513.796	369.975	3.389.807	438.331	4.476.326	470.462	2.912.495	401.595
Sudeste	2.227.345	96.213	2.878.232	127.879	2.998.273	152.886	3.167.092	180.330
Sul	5.774.244	288.684	6.162.981	379.533	7.165.705	383.152	7.661.740	388.569
Centro-Oeste	72.703	8.203	93.272	9.171	119.812	11.550	254.512	12.742
TOTAL	10.634.896	763.502	12.570.393	955.070	14.812.184	1.018.388	14.063.296	984.380

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v.48-49, 1987-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

As estimativas de produção de mel no estado, para 1989, realizadas em dez/88 pelo Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, deverão ser confirmadas, situando-se em torno de 8.000 t, embora uma reavaliação realizada em ago/89, pelo mesmo IASC, informasse haver uma expectativa inicial de queda nas quantidades produzidas, à vista da fraca floração primaveril observada nos meses de agosto/setembro. Entretanto, as favoráveis condições de clima, com índices de insolação e de precipitações regulares, permitiram que as florações se acentuassem durante os meses de outubro/novembro, facilitando um trabalho mais acentuado pelas abelhas na captação do néctar existente, melhorando sensivelmente o rendimento por colméia.

No aspecto sanidade, não houve registro de enfermidade, ocorrendo apenas a incidência da varroa (ácaro) em algumas regiões produtoras, não afetando, portanto, a atividade apícola do estado.

TABELA 4

VOLUME DE MEL PRODUZIDO EM SANTA CATARINA - 1985-90

ANO	VOLUME FÍSICO (t)
1985	4.500
1986	6.500
1987	6.500
1988	7.800
1989 (*)	8.000
1990 (*)	9.000

FONTE: Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, dez. 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativas.

Os dados da tabela acima confirmam as expectativas de que a atividade apícola continuará crescendo em todo o território catarinense, principalmente devido ao maior nível de conscientização das pessoas que operam no subsetor, à ampliação do número de colméias/apicultor, à introdução de programas de incentivo para o aproveitamento dos derivados do mel (pólen,

própolis, geléia real, cera, etc), à melhoria da produtividade (em razão do melhor aproveitamento da flora existente, através do desenvolvimento e uso de tecnologias para o subsetor), e à introdução de rainhas jovens de boa linhagem genética.

Os dados contidos na tabela 5 mostram a quantidade de mel e seus derivados inspecionados no estado de Santa Catarina, no período de 1987 até julho de 1989, de responsabilidade da Delegacia Federal da Agricultura, através do serviço de Inspeção do Produto Animal.

TABELA 5
QUANTIDADE DE MEL E SEUS DERIVADOS INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA - 1987-89

(Kg)

MÊS	1987			1988			1989(1)		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar
Jan	7.272	-	3.675	37.928	-	2.417	60.774	13	-
Fev	12.748	2.000	-	94.337	-	2.545	-	-	-
Mar	-	-	-	87.414	60	1.207	-	-	-
Abr	26.745	2.860	4.358	34.807	4.687	1.190	21.094	-	883
Mai	10.547	-	2.533	71.645	530	2.619	54.155	-	1.066
Jun	5.670	-	1.338	37.387	1.873	2.487	66.531	1.675	1.518
Jul	205.144	-	1.795	38.673	-	1.548	63.779	-	3.318
Ago	51.943	100	1.534	30.742	-	1.973	-	-	-
Set	79.187	-	-	61.688	11.800	-	-	-	-
Out	20.086	-	-	61.543	106	-	-	-	-
Nov	33.713	-	2.093	52.797	200	-	-	-	-
Dez	75.465	-	1.827	86.286	875	-	-	-	-
TOTAL	527.520	4.960	19.153	695.247	20.131	15.986	266.333	1.688	6.785

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até julho de 1989.

A tabela 6 identifica, a nível de microrregião homogênea, a produção catarinense de mel e cera de abelhas em 1988, segundo levantamento realizado pela Fundação IBGE, no documento Produção Pecuária Municipal - 1988.

TABELA 6
QUANTIDADE PRODUZIDA DE MEL E CERA DE ABELHA, SEGUNDO AS
MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988

MRH	MEL	CERA
Col. de Joinville	29.200	4.680
Lit. de Itajaí	1.240	121
Col. de Blumenau	58.950	1.907
Col. Itajaí Norte	44.750	-
Col. Alto Itajaí	147.700	5.979
Florianópolis	145.750	4.288
Col. Serrana Cat.	722.460	20.680
Lit. de Laguna	8.407	335
Carbonífera	344.390	3.472
Lit. Sul Cat.	741.550	6.620
Col. Sul Cat.	21.000	210
Campos Lages	438.000	10.970
Campos de Curitibanos	440.840	25.306
Col. Rio do Peixe	497.365	36.306
Col. Oeste Cat.	283.631	30.571
Plan. Canoinhas	257.655	20.010
TOTAL	4.172.888	171.455

FONTES: Fundação IBGE. Produção da Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Os dados disponíveis sobre o consumo de mel no Brasil mostram-se praticamente inalterados.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultura, estima-se que a Região Norte/Nordeste apresente um consumo de 90 gramas/hab/ano, sendo que nas demais regiões o consumo é um pouco maior, podendo atingir aproximadamente 260 gramas/hab/ano.

O fato que mais tem contribuído para o baixo consumo, além do baixo poder aquisitivo do povo brasileiro, é o pouco conhecimento do consumidor quanto à importância do mel de abelha como fonte nutritiva, contendo, inclusive, uma quantidade enorme de calorias capazes de substituir legumes, frutas e outros alimentos.

No estado, as estimativas feitas pelo Instituto de Apicultura indicam um consumo per capita/ano um pouco superior ao da média nacional, estando em torno de 600 gramas.

Santa Catarina apresenta no seu balanço de oferta e demanda de mel um saldo positivo, onde cerca de 40% do produto produzido é consumido internamente, sendo que os restantes 60% são vendidos nos centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Brasília.

TABELA 7
CONSUMO MENSAL CATARINENSE DE MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS, SOB INSPEÇÃO - 1987-89

Mês	1987			1988			1989(1)		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar
Jan	3.399	-	311	5.288	-	80	7.034	-	-
Fev	5.015	-	276	14.660	-	70	-	-	-
Mar	-	-	-	11.868	-	4.573	-	-	-
Abr	3.977	4.000	242	6.056	-	-	23.107	-	89
Mai	5.383	-	89	12.018	-	-	27.047	-	-
Jun	5.052	-	45	9.071	-	9	33.610	-	32
Jul	14.479	-	176	19.786	-	26	30.578	-	93
Ago	64.730	-	52	122.700	-	55	-	-	-
Set	43.819	-	317	13.833	-	109	-	-	-
Out	37.377	-	31	13.977	-	99	-	-	-
Nov	14.210	-	94	167.954	-	198	-	-	-
Dez	51.065	-	42	9.556	-	62	-	-	-
TOTAL	248.506	4.000	1.675	406.767	-	5.281	121.376	-	214

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até julho de 1989.

Podem-se enumerar algumas variáveis que possivelmente contribuiriam para melhorar o processo de abastecimento e elevar o consumo de mel:

- o uso de embalagens apropriadas, tornando mais práticos o transporte do produto e sua conservação;
- a melhoria da qualidade através de práticas de higienização;
- a criação de mecanismos de identificação do produto (origem floral, impurezas, umidade, acidez, odor, etc.), oferecendo alternativas ao consumidor;

- a organização do apicultor, podendo discutir, dentre outros aspectos, aqueles relacionados aos mecanismos de mercado.

4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

As informações disponíveis da FAO sobre as exportações verificadas no mercado mundial de mel de abelha indicam que as quantidades vendidas durante os anos de 1983 a 1986 foram crescentes. Em 1987 registra-se uma sensível retração nas ofertas desse mercado (menos 37.787 t em relação a 1986) devido à diminuição das quantidades do produto colocado à disposição do mercado por países tradicionalmente exportadores, como o México (-18.427 t), a China (-13.802 t), a Austrália (-2.785 t) e a Hungria (-2.012 t), dentre outros.

TABELA 8
ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1985-87

PAIS	1985		1986		1987	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Canadá	17.315	16.821	11.927	13.229	10.923	11.615
Honduras	850	700	650	600	600	570
México	43.059	27.511	57.986	42.696	39.559	30.729
EUA	3.039	4.220	4.232	5.868	5.643	7.899
Argentina	42.509	26.154	30.915	23.950	34.000	26.000
Chile	2.624	1.542	1.417	1.218	622	600
Uruguai	1.772	1.226	3.154	2.454	3.610	3.128
China	54.844	43.383	80.703	70.391	66.901	59.397
Turquia	2.176	4.050	3.482	6.065	2.565	4.450
Áustria	297	585	191	599	167	675
Bulgária	6.272	6.300	4.623	5.100	5.345	5.500
Tchecoslováquia	3.000	3.388	2.300	3.292	2.300	3.673
Alemanha Ocidental	13.908	18.875	16.235	29.440	14.665	27.833
Reino Unido	1.438	2.701	1.111	2.230	1.159	2.677
Iugoslávia	2.169	2.433	1.960	2.002	1.439	2.388
Austrália	17.604	12.977	14.652	11.826	11.887	11.072
N. Zelândia	1.925	2.461	3.140	4.143	1.520	2.554
URSS	22.698	22.960	20.607	21.110	20.871	22.092
França	1.604	4.267	1.663	5.725	1.710	7.986
Hungria	15.275	14.868	14.945	17.270	12.963	16.578
Romênia	2.135	2.150	3.300	3.300	3.700	4.200
Holanda	1.702	2.608	2.094	4.096	2.626	5.163
Espanha	1.907	2.543	2.465	4.612	1.478	3.405
Outros	22.061	25.479	25.107	34.621	24.819	36.981
TOTAL	282.107	250.202	308.859	315.837	271.072	297.165

FONTE: FAO. Anuário FAO de Comercio, v.41, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os valores do produto comercializado apresentam-se ascendentes, com os preços médios mantendo-se altos, conforme os dados apresentados, enquanto as quantidades ofertadas nos mesmos mercados são decrescentes, principalmente a partir de 1987.

Quanto às importações mundiais de mel, os dados disponíveis indicam um aumento nas quantidades demandadas nos anos de 1985 e 1986, com um leve declínio em 1987 (8,70% menos que em 1986), sendo que individualmente somente os Estados Unidos deixaram de comprar 27.277 t. Outros países diminuíram suas compras no mercado internacional: Áustria (1.837 t), Alemanha Ocidental (3.914 t), Iugoslávia (1.484 t) e França (1.596 t).

Entretanto, mantido o comportamento de compras do produto de 1980 até 1986, há uma forte expectativa de o mercado continuar comprador devido ao aumento gradual do consumo interno de alguns países importadores, até porque alguns deles estão atingindo o ponto máximo de sua capacidade de produção.

Os países que mais adquiriram mel no período 1985-86 estão relacionados na tabela 9.

A atividade apícola no país vem se desenvolvendo gradativamente. A estrutura de comercialização vai sendo implantada em função das necessidades do momento. A conscientização dos apicultores quanto à importância do seu trabalho está favorecendo a criação de mecanismos representativos (associações, sindicatos e cooperativas) e permitindo a discussão mais aprofundada de assuntos relacionados com a atividade.

Essa estrutura, nos seus diversos centros consumidores, encontra-se apoiada nos segmentos do mercado formal e informal.

No mercado formal, ainda pouco estimulado, o comércio do produto passa a exigir do produtor e do vendedor o exercício da organização, na qual o mel somente poderá ser vendido dentro das normas e padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e saúde pública.

TABELA 9
ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1983-86

PAIS	1985		1986		1987	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Canadá	246	471	265	528	391	642
México	1	2				
EUA	62.705	45.554	53.705	42.750	26.428	20.732
Chile	1	3				
China	427	325	1.305	883	890	627
Turquia	3	6	14	36	8	21
Áustria	6.323	5.136	7.528	8.657	5.691	7.272
Bulgária	808	650	540	490	824	800
Alemanha Ocidental	78.787	65.571	87.322	89.164	83.408	90.279
Reino Unido	21.175	16.303	21.377	17.638	23.702	21.574
Iugoslávia	5.148	6.738	6.561	7.800	5.097	5.413
Austrália	128	267	87	228	99	233
N. Zelândia	19	12	17	12	15	13
URSS	301	712	210	445	506	1.112
França	7.639	8.492	11.354	16.292	9.758	14.899
Hungria	4.966	2.943	3.125	2.024	3.583	1.832
Países Baixos	9.279	9.849	10.007	13.534	9.623	13.483
Espanha	5.071	4.034	6.359	5.855	8.043	7.598
Outros	67.069	73.429	76.591	91.236	83.365	105.201
TOTAL	270.096	240.497	286.367	297.572	261.431	291.731

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.41, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No mercado informal, o produto é vendido na clandestinidade em percentual bastante elevado, estando disponível nas feiras, nas mercearias e junto aos próprios produtores, não havendo, portanto, controle de qualidade, higiene, pureza e outros, fugindo totalmente à fiscalização das autoridades.

O mel brasileiro, embora com sérias dificuldades, está conquistando gradualmente os espaços existentes junto aos consumidores internacionais.

O apicultor brasileiro ainda se ressentido da necessidade de um trabalho de conscientização, com mudanças e aperfeiçoamento de técnicas e métodos dentro da atividade, que vão desde o processo produtivo até os canais de comercialização, possibilitando que o produto possa atender aos quesitos básicos de qualidade, pureza e sabor.

Outro aspecto que dificulta a colocação do mel brasileiro no mercado internacional são os preços praticados nesses mercados, inferiores aos custos de produção brasileiros, bastante altos, o que o torna pouco competitivo lá fora.

As exportações brasileiras de mel de abelha, em 1988, somaram 231 t, representando um montante de 148.065 dólares. Os principais mercados compradores foram os Estados Unidos, representando mais da metade do volume total adquirido, seguidos pelo Japão.

TABELA 10
QUANTIDADE, VALOR E PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA - 1988

PAIS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (U\$ FOB)	PREÇO MÉDIO (U\$/kg)
Alemanha	40.600	28.951	0,71
Angola	4.065	14.000	3,44
Canadá	16.800	10.456	0,62
Estados Unidos	118.780	66.397	0,56
Japão	50.400	27.177	0,54
Peru	8	48	6
Uruguai	543	1.036	1,91
TOTAL	231.196	148.065	0,64

FONTE: Banco do Brasil/CACEX, Ficha ECE - 780.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Há que ressaltar que o Brasil, mediante acordos bilaterais, tornou-se também comprador de mel, principalmente da Argentina e do Uruguai, conforme mostra a tabela 11.

TABELA 11

QUANTIDADE, VALOR E PREÇO MÉDIO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA - 1988

PAÍS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (US\$)	PREÇO MÉDIO (US\$/kg)
Argentina	46.750	218.981	4,68
Uruguai	600.541	646.562	1,08
TOTAL	647.291	865.543	1,34

FONTE: Banco do Brasil/CACEX, Ficha ECE - 780.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em Santa Catarina, há uma expectativa de que a demanda de mel continue ascendente, haja vista a intensificação do seu uso não somente para fins medicinais, como no passado, mas, também, como mais uma fonte alternativa de alimentos. Tal expectativa, entretanto, exige uma melhor organização dos segmentos de produção, comercialização e abastecimento, possibilitando o surgimento de novos entrepostos de vendas de mel, de casas do mel, bem como de empresas especializadas nos trabalhos de beneficiamento, higienização e embalagem, facilitando, desta forma, o acesso do consumidor ao produto e a seus derivados como a cera, a própolis, o pólen, a geléia real e doces diversos.

Outro aspecto que tem facilitado ao apicultor a venda de seu produto é a sua organização através do sistema cooperativista, que congrega cerca de 3.400 associados. Atualmente, sistema é composto de nove cooperativas filiadas à Cooperativa Central Vale do Itajaí, abrangendo as regiões do Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Litoral Norte e Sul, Serra e Oeste.

Todo o produto entregue às cooperativas é submetido ao controle de qualidade, sendo em seguida processado e comercializado nos vários centros consumidores através da usina de beneficiamento instalada no município de Palhoça.

O mel catarinense está se firmando gradativamente nos principais mercados consumidores.

A boa qualidade do produto (baixa umidade, baixa acidez, origem floral conhecida) colocado à disposição nos diversos mercados consumidores (interno, interestadual e internacional), tem fornecido, nos últimos anos, um considerável aumento das quantidades vendidas.

Em 1987, segundo informações da GACEX, do Banco do Brasil, o setor apícola vendeu para os centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná um volume de 242 t de mel e 21 t de composto de açúcar. Em 1988, esses mesmos mercados consumiram 457 t de mel e 43 t de composto de açúcar.

Segundo a mesma fonte, Santa Catarina exportou para a Alemanha Ocidental, no primeiro semestre de 1989, um volume total de 102 toneladas de mel de abelha, resultando num montante de 78 mil dólares, constituindo-se no principal estado brasileiro exportador desse produto no período considerado.

TABELA 12
MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1988
(Kg)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
São Paulo	Mel	14.990	23.486	13.465	24.356	27.123	19.306	36.972
	Comp. de Açúcar	287	623	515	782	-	560	501
Rio de Janeiro	Mel	13.297	186	13.195	1.715	837	549	13.276
	Comp. de Açúcar	230	346	453	160	-	150	816
Rio Grande do Sul	Mel	103	141	1.119	3.000	3.000	3.121	2.313
	Comp. de Açúcar	210	229	35	125	-	19	51
Paraná	Mel	198	288	219	764	263	2.415	449
	Comp. de Açúcar	61	220	560	226	-	118	143
Outros	Mel	791	2.863	1.435	4.027	3.841	13.722	3.806
	Comp. de Açúcar	63	140	9	213	-	113	35
TOTAL	Mel	29.379	26.964	29.433	33.862	35.064	39.113	56.818
	Comp. de Açúcar	851	1.558	1.572	1.506	-	960	1.546

(continua)

(conclusão)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
São Paulo	Mel	7.750	15.934	42.365	15.367	33.127	274.241
	Comp. de Açúcar	395	708	413	304	695	5.783
Rio de Janeiro	Mel	1.377	18.717	20.032	11.996	12.410	107.589
	Comp. de Açúcar	273	26	52	174	66	2.746
Rio Grande do Sul	Mel	82	17	16	122	1.074	14.108
	Comp. de Açúcar	261	105	14	115	56	1.220
Paraná	Mel	979	280	200	247	266	6.568
	Comp. de Açúcar	56	46	270	119	169	1.988
Outros	Mel	5.696	3.105	2.218	8.692	4.198	54.394
	Comp. de Açúcar	70	79	63	78	-	863
TOTAL	Mel	15.884	38.053	64.831	36.424	51.075	456.900
	Comp. de Açúcar	1.055	964	812	790	986	12.600

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13

MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - JANEIRO A JULHO DE 1989

(Kg)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
São Paulo	Mel	5.081	-	-	4.652	14.764	21.149	37.952	83.598
	Comp. de Açúcar	249	-	-	651	1.033	824	1.456	4.213
Rio de Janeiro	Mel	175	-	-	867	851	179	1.131	3.203
	Comp. de Açúcar	253	-	-	96	98	336	28	811
Rio Grande do Sul	Mel	8	-	-	1.288	1.919	3.515	3.965	10.695
	Comp. de Açúcar	96	-	-	132	52	148	298	726
Paraná	Mel	958	-	-	274	352	149	275	2.008
	Comp. de Açúcar	169	-	-	70	861	213	388	1.701
Outros	Mel	706	-	-	1.031	440	739	835	3.751
	Comp. de Açúcar	51	-	-	189	256	104	729	1.329
TOTAL	Mel	6.928	-	-	8.112	18.326	25.731	44.158	103.255
	Comp. de Açúcar	818	-	-	1.138	2.300	1.625	2.899	8.780

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Quanto ao preço (1985-89) praticado a nível de produtor em Santa Catarina (1985-89), corrigido aos preços reais de out/89, levantamento realizado junto à EMATER-SC/ACARESC indica ter crescido em ritmo inferior ao da taxa de inflação verificada no mesmo período, conforme mostra a tabela 14.

TABELA 14
PREÇOS REAIS MENSAIS DE OUTUBRO(1) RECEBIDOS PELOS APICULTORES DE SANTA CATARINA - 1985-89

													(NCz\$/t)
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAYO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MEDIA
ANO	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
1985	11.830	10.738	10.744	9.832	9.824	9.922	9.857	10.218	10.204	10.018	9.002	9.221	10.117
1986	8.619	8.216	9.472	9.527	9.496	9.447	9.387	9.843	10.309	10.168	10.477	11.278	9.686
1987	9.609	9.223	8.369	7.550	7.511	6.690	6.616	6.964	7.473	7.646	7.947	7.851	7.787
1988	6.923	6.395	6.960	6.881	7.218	6.941	6.478	6.057	6.066	6.671	6.767	7.076	6.703
1989	5.438	4.863	4.666	5.742	8.194	7.852	6.436	6.016	5.644	4.870	4.554	-	5.843

FONTE: EMATER-SC/ACARESC e Fundação Getúlio Vargas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1)A preços de out/89, corrigidos pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, em 1989 os preços dos derivados do mel, principalmente cera, própolis e pólen, apresentaram crescimento satisfatório, enquanto o do mel vendido ao consumidor (produto adquirido na propriedade e nos supermercados, isento de todas as despesas de transportes, ICM, embalagens e demais encargos) manteve-se em patamares (dez/89) entre NCz\$ 20,00 e NCz\$ 25,00 o quilo, ou até um pouco mais, dependendo do tipo de florada utilizada.

5. PERSPECTIVAS PARA 1990

O consumo estadual de mel de abelha e seus derivados deverá continuar crescendo, registrando-se, inclusive, um maior interesse de parte do consumidor pelo produto, seja como fonte alimentar, devido ao seu alto valor nutritivo, seja para fins medicinais.

A expectativa de produção para 1990, segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, é de aumento na quantidade física do mel em todas as microrregiões homogêneas do estado, podendo superar em 12,5% as quantidades produzidas no ano anterior, desde que as condições de clima e de sanidade continuem favoráveis.

A apicultura estadual tem apresentado um rendimento médio (colméia por hectare) acima da média nacional. Isto só foi possível graças aos novos critérios de manejo empregados pelo apicultor catarinense (através da substituição gradual das rainhas existentes por outras, dotadas de melhor carga genética), à ampliação do uso de lâminas de cera alveolada (possibilitando às abelhas um melhor aproveitamento das floradas, em função do maior tempo disponível e do ganho de energia) e à intensificação dos trabalhos de polinização junto às frutíferas (resultando em maior rendimento e em melhor qualidade dos frutos).

Cabe aqui fazer menção ao Projeto de Apicultura Familiar da Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, através do IASO, a ser implantado em 1990 junto às propriedades rurais. O projeto tem por objetivo o suprimento de mel e seus derivados como fonte de alimento para a família rural, a melhoria e aumento da produtividade agrícola através do processo de polinização, e o incentivo à defesa e preservação do meio ambiente.

O projeto prevê, ainda, até 1994 quando deverá estar totalmente implantado, um incremento na produção estadual de mel em torno de 100%.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, a produção nacional deverá atingir em 1990 cerca de 42.000 toneladas, contra 38.000 toneladas estimadas para 1989, desde que não ocorra nenhuma anormalidade.

A nível mundial, de acordo com a FAO, é muito provável que a produção se estabilize entre 1.000.000 e 1.100.000 t. Esta perspectiva se deve à crescente escassez de recursos

disponíveis na natureza, principalmente naqueles países onde a atividade melífera, embora expressiva, é prejudicada, entre outros fatores, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, pela devastação sem controle da vegetação, pela acentuada poluição atmosférica (principalmente radiatividade).

Pelo exposto, países atualmente produtores poderão tornar-se compradores, abrindo mercado para os que ainda apresentam condições propícias à exploração apícola. Nesse contexto, as perspectivas para o Brasil são boas, pois apresenta um potencial que varia entre 150.000 e 200.000 t/ano. Entretanto, isso só será possível se houver, desde já, uma maior conscientização do povo brasileiro, e, mais especificamente, daqueles que mantêm contato mais direto com a natureza, em preservar todas as fontes de recursos passíveis de exploração, uma vez que o clima brasileiro apresenta em todas as suas regiões condições favoráveis a uma apicultura forte e dinâmica.

3.6. PESCADO

1. INTRODUÇÃO

Em 1987 (último dado disponível), de acordo com informações da FAO, o país que apresentou a maior captura mundial foi o Japão (12,9% do total mundial), seguido pela URSS (12,2%), China (9,3%), Estados Unidos (6,3%), Chile (5,3%) e Peru (5,0%). O Brasil participou com apenas 0,9%.

De acordo com o IBGE, Santa Catarina se destaca no cenário nacional como o segundo maior produtor (15,1%), perdendo apenas para o Rio de Janeiro, que no ano de 1988 participou com 20,7% do total.

A nível estadual, conforme dados do IBAMA, Itajaí é o principal município em desembarque de pescado, seguido por Navegantes. Cerca de 80% da produção estadual está concentrada nestes dois municípios. Logo após aparecem Florianópolis e Porto Belo, com capturas bem menos expressivas.

Segundo a mesma fonte, em 1988 existiam 12.836 pescadores profissionais em Santa Catarina.

Em 1989, a AGARESC prestou assistência técnica a 6.295 piscicultores em cerca de 90 municípios catarinenses.

2. PRODUÇÃO

Em 1987, as capturas mundiais de produtos pesqueiros foram semelhantes às registradas em 1986. A parte correspondente aos países em desenvolvimento nas capturas totais baixou de 52,7% em 1986, para 51,4% em 1987 (tabela 1). Esta redução se deve essencialmente às menores capturas de peixes pelágicos pequenos nos países sul-americanos, por motivo do fenômeno El Niño.

TABELA 1
CAPTURA MUNDIAL DE PESCADO(1) POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA -
1983-85 (MÉDIA), 1986 E 1987

(mil toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	1983-85 Média	1986	1987
TOTAL MUNDIAL	82.016	91.762	91.633
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	40.296	48.391	47.090
América Latina/Caribe	11.497	15.859	13.899
. Argentina	379	420	559
. Brasil	810	848	848
. Chile	4.427	5.972	4.814
. Equador	706	1.019	600
. México	1.133	1.305	1.419
. Peru	3.007	5.614	4.584
ÁFRICA	3.512	3.767	3.749
. Marrocos	465	596	490
. Namíbia	262	201	164
. Nigéria	256	268	249
. Senegal	256	287	299
ORIENTE PRÓXIMO	1.232	1.336	1.448
. Turquia	567	583	653
EXTREMO ORIENTE	29.823	27.180	27.727
. China	5.973	8.000	8.500
. Índia	2.730	2.922	2.949
. Indonésia	2.265	2.457	2.620
. Rep. da Coreia	2.359	2.716	2.876
. Filipinas	1.925	1.916	1.989
. Tailândia	2.207	2.536	2.165
PAÍSES DESENVOLVIDOS	41.719	43.371	44.542
AMÉRICA DO NORTE	5.961	6.419	7.250
. Estados Unidos	4.612	4.943	5.736
. Canadá	1.349	1.509	1.514
EUROPA OCIDENTAL	11.495	11.267	11.054
CEE	6.779	6.842	6.752
. Dinamarca	1.824	1.848	1.696
. França	797	850	850
. Espanha	1.330	1.303	1.325
. Reino Unido	855	847	939
OUTROS	4.716	4.425	4.325
. Islândia	1.351	1.657	1.633
. Noruega	2.474	1.989	1.929
EUROPA ORIENTAL E URSS	11.663	12.565	12.469
. URSS	10.311	11.260	11.160
. Polónia	712	645	671
JAPÃO	11.562	11.967	11.800
ÁFRICA DO SUL	579	629	1.252
OCEANIA	459	524	631

FONTES: FAO, Situación y Perspectivas de Los Productos Básicos, 1988-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Excluídos os cetáceos e as algas.

Os países desenvolvidos alcançaram em 1987 o nível de 44,5 milhões de toneladas. As capturas dos Estados Unidos e da África do Sul foram as mais importantes para atingir tal cifra. As dos países europeus e de outros países desenvolvidos sofreram uma pequena redução e permaneceram ao nível de 1986.

O Brasil continuou tendo a mesma participação de 1986 na captura mundial de produtos pesqueiros (0,9%). Com relação à América Latina, a participação brasileira aumentou de 5,3% em 1986 para 6,1% em 1987.

Informações do IBGE indicam que houve uma queda no desembarque brasileiro, de 934.408 toneladas em 1987 para 830.102 toneladas em 1988, e também com relação ao valor (tabelas 2 e 3).

Em se tratando de quantidade desembarcada, a Região Sudeste destacou-se no item "peixes", o Nordeste no item "crustáceos" e, como nos anos anteriores, também em termos de valor para todos os itens.

Com relação à queda no desembarque catarinense, o que vem ocorrendo, na realidade, são falhas no sistema de controle, pois em muitas localidades não existe coleta de informações (tabela 2).

A partir de 1987, a pesca artesanal voltou a crescer em relação à industrial, atingindo mais de 50% do volume total capturado no Brasil (tabela 4). Em termos de valor, isto sempre ocorreu (tabela 5), já que é no setor artesanal que se encontra a maior parte do desembarque de camarões e de outros produtos de maior valor comercial.

Os principais estados capturadores de pescado em 1988 foram: Rio de Janeiro (171.990 t), Santa Catarina (125.730 t), Pará (88.337 t), São Paulo (87.389 t) e Rio Grande do Sul (81.905 t).

TABELA 2
DESEMBARQUE DE PESCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1986-88

REGIÃO	1986						1987						1988					
	Peixes		Crustáceos		Moluscos		Peixes		Crustáceos		Moluscos		Peixes		Crustáceos		Moluscos	
	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros	Total (1)	de outros		
Norte	129.068	15.493	1.358	145.918	154.026	17.808	1.751	173.596	135.616	18.603	1.718	155.938						
Nordeste	161.262	41.237	2.060	205.207	149.333	41.915	2.221	194.063	139.110	37.518	2.821	179.448						
Sudeste	315.739	17.413	1.395	334.546	334.246	17.476	1.254	352.978	257.512	20.607	1.198	279.317						
Sul	223.115	18.147	3.037	244.298	189.128	14.728	1.721	205.576	188.106	21.219	1.026	210.351						
Santa Catarina	840.921	92.291	7.854	941.712	834.926	91.926	6.951	934.408	725.389	97.947	6.765	830.102						
Centro-Oeste	149.617	6.829	1.366	157.812	118.422	6.869	1.052	126.442	115.254	9.679	795	125.730						
Brasil	11.739	-	6	11.743	8.193	-	3	8.196	5.045	-	3	5.048						

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 40, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 10-20 semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

TABELA 3

VALOR DO PESCADO DESEMBARCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIOES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1987-88

(Cz\$ 1.000)

REGIÃO	1987		1988		Total(1)	Peixes	Crustáceos	Moluscos e outros	Total(1)
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e outros	Total(1)					
Norte									
• Valor Corrente	3.439.898	1.324.398	5.301	4.769.710	22.605.368	7.043.482	56.146	29.707.702	
• Valor out/89(2)	621.334.856	239.220.652	957.498	861.513.006	520.394.821	162.146.954	1.292.529	683.896.598	
Nordeste									
• Valor Corrente	4.477.236	5.742.065	149.052	10.367.507	36.303.775	28.947.993	1.300.955	66.682.387	
• Valor out/89(2)	808.705.022	1.037.165.966	26.922.660	1.872.793.648	835.743.815	666.407.450	29.949.092	1.535.085.333	
Sudeste									
• Valor Corrente	5.868.641	1.240.170	66.125	7.174.949	35.971.103	9.715.961	372.174	46.059.715	
• Valor out/89(2)	1.060.028.876	224.006.889	11.943.891	1.295.979.656	828.087.264	223.669.696	8.567.762	1.060.333.862	
Sul									
• Valor Corrente	2.638.759	901.439	34.755	3.574.954	20.537.872	6.226.185	138.686	26.902.743	
• Valor out/89(2)	476.628.360	162.823.279	6.277.655	645.729.294	472.799.303	143.392.001	3.192.670	619.324.053	
Santa Catarina									
• Valor Corrente	1.430.925	450.160	25.905	1.906.988	11.565.663	3.677.312	89.674	15.332.648	
• Valor out/89(2)	258.462.193	81.310.579	4.679.115	344.451.887	266.251.411	84.654.054	2.064.372	352.970.614	
Centro-Oeste									
• Valor Corrente	225.863	-	232	226.095	1.148.240	-	2.230	1.150.470	
• Valor out/89(2)	40.796.720	-	41.905	40.838.625	26.433.463	-	51.336	26.484.799	
Brasil									
• Valor Corrente	16.650.398	9.208.070	255.465	26.133.216	116.566.439	51.933.621	1.870.191	170.503.019	
• Valor out/89(2)	3.007.494.015	1.663.216.424	46.143.609	4.716.854.048	2.683.458.689	1.195.556.180	43.053.389	3.925.124.691	

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 49, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

(2) Valores em NCz\$ - Corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 4
DESEMBARQUE BRASILEIRO DE PESCADO POR TIPO DE PESCA - 1984-88
(tonelada)

ANOS	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1984	491.155	51,22	467.752	48,78	958.907
1985	479.647	49,37	491.891	50,63	971.537
1986	480.984	51,07	460.729	48,93	941.712
1987	462.224	49,47	472.186	50,53	934.408
1988	388.616	46,92	439.677	53,08	828.290

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 48-49, 1987-89.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 5
VALOR DO DESEMBARQUE DO PESCADO BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1984-88

(Cz\$ 1.000)

ANOS	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1984					
. Valor Corrente	407.190	-	492.684	-	899.864
. Valor out/89(1)	1.984.038.155	45,25	2.279.668.585	54,75	4.163.706.739
1985					
. Valor Corrente	1.338.888	-	1.683.888	-	3.022.776
. Valor out/89(1)	1.903.045.942	44,29	2.393.416.197	55,71	4.296.462.139
1986					
. Valor Corrente	3.647.141	-	5.190.483	-	8.837.624
. Valor out/89(1)	2.139.789.191	41,27	3.045.272.837	58,73	5.185.062.028
1987					
. Valor Corrente	11.258.397	-	14.874.818	-	26.133.216
. Valor out/89(1)	2.033.558.693	43,08	2.686.778.184	56,92	4.720.336.877
1988					
. Valor Corrente	66.768.223	-	103.492.169	-	170.260.392
. Valor out/89(1)	1.537.061.351	39,22	2.382.477.860	60,78	3.919.539.211

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 48-49, 1987-89.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Valores em NCz\$ - Corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com dados do IBAMA, foram desembarcadas em Santa Catarina, de janeiro a abril de 1989 (último dado disponível), 37,037 toneladas de pescado (tabela 6), sendo que as espécies que mais contribuíram para este volume foram: sardinha-verdadeira (39,3%), bonito-listrado (22,8%), mistura (7,7%) e sardinha-laje (5,1%), as quais juntas perfazem um total de 74,8% do total capturado (tabela 7).

TABELA 6

QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS SOB CONTROLE, DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1983-89
(tonelada)

GRUPO	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Peixes	71.841	87.976	156.654	149.617	118.422	115.254	34.752
Crustáceos	7.004	8.669	9.618	6.829	6.969	9.679	1.888
Moluscos	1.269	475	732	1.366	1.052	795	397
TOTAL	80.114	97.120	167.005	157.812	126.442	125.730	37.037

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 47, 1986; v. 49, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

IBAMA. Estatísticas preliminares.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Até abril.

TABELA 7

QUANTIDADE MENSAL DE PESCADO DESEMBARCADO, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1989(1)

(kg)

ESPÉCIE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
Bonito-Listrado	1.434.532	2.487.123	1.955.078	2.545.332	8.422.065
Chicharro	-	136.223	675.298	67.028	878.549
Corvina	124.463	178.866	264.255	226.759	794.343
Sardinha-Laje	-	255.839	1.058.133	549.107	1.863.079
Sardinha-Verdadeira	469	3.945.179	5.730.760	4.822.074	14.498.482
Palombeta	7.234	123.671	249.576	69.942	450.503
Mistura	845.343	855.355	517.688	606.546	2.824.932
Camarão-Rosa	216.005	238.011	147.799	114.055	715.950
Camarão-Vermelho	156.543	431.668	37.100	-	625.311
Lula	193.008	150.708	19.063	3.040	365.819
Camarão-7-Barbas	98.749	137.870	67.267	592	304.478
Outros	907.135	1.736.315	1.550.744	1.098.622	5.164.929
TOTAL	3.983.561	10.676.828	12.272.761	10.103.097	36.908.440

FONTE: IBAMA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até abril.

O setor artesanal capturou 3.786 toneladas, sendo que as espécies mais importantes foram: camarão-rosa (18%), corvina (12,5%) e espada (9,2%).

Já no setor industrial, o volume capturado foi de 33.251 toneladas. As espécies mais importantes foram: sardinha-verdadeira (43,5%), bonito-listrado (25,3%) e mistura (8,0%).

Comparando-se os resultados alcançados em 1989 (até abril) com os do mesmo período em 1988, conclui-se que o desembarque cresceu cerca de 45%. Das espécies citadas na tabela 7, as que tiveram maior aumento no desembarque foram: chicharro (949%), sardinha-lage (432%) e palombeta (427%). As espécies que registraram decréscimo no período foram: corvina, lula e camarão-7-barbas.

Apesar do aparente aumento no volume desembarcado no estado, sabe-se que o setor pesqueiro ainda convive com muitos problemas. A época do defeso não é respeitada e os barcos atuneiros continuam impunemente pescando a sardinha como isca viva para o atum.

Existe um convênio assinado entre o IBAMA e a Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação (SAAI/SC), atribuindo a esta o dever de fiscalizar e punir os infratores ao longo do litoral catarinense. Mas, como os recursos financeiros são escassos e não permitem um melhor aparelhamento da fiscalização, a legislação, embora rigorosa, torna-se inútil pela incapacidade de se fazer a necessária aplicação.

O desembarque catarinense por municípios consta da tabela 8.

De acordo com a DFA/SC, a produção inspecionada no estado, em 1989 (até agosto) atingiu o montante de 96.637 toneladas (tabela 9), sendo que 44.764 na forma de resfriados e 43.924, de congelados.

TABELA 8
QUANTIDADE DE PESCADO SOB CONTROLE DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS
MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - 1988 E 1989

MUNICÍPIOS	(Kg)	
	1988	1989(1)
Araquari	518.550	90.311
Araranguá	450.054	-
Bal. Camboriú	466.994	137.549
Barra Velha	88.470	-
Biguaçu	12.106	-
Florianópolis	5.523.406	2.551.344
Garopaba	357.030	144.525
Garuva	314.906	-
Gov. Celso Ramos	1.335.344	333.026
Içara	70.692	-
Imaruf	18.646	-
Imbituba	866.868	468.797
Itajaí	45.608.895	23.903.709
Itapema	220.776	25.559
Jaguaruna	1.289.798	557.027
Laguna	392.107	315.774
Navegantes	14.795.791	8.073.365
Palhoça	626.204	142.876
Paulo Lopes	19.957	-
Porto Belo	2.280.891	86.535
São Francisco do Sul	270.426	157.713
São João do Sul	35.480	50.770
São José	5.303	-
Sombrio	69.500	-
Tijucas	54.301	14.496
TOTAL	75.692.495	37.053.376

FONTE: IBAMA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados até o mês de abril.

TABELA 9
PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1983-89

ANO	(tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1983	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	161.698,03
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,80	1.071,08	166.779,82
1986	61.238,73	61.534,65	6.201,36	6.443,69	787,16	136.205,59
1987	54.955,78	49.140,53	3.950,15	6.968,50	1.314,51	116.329,47
1988	57.232,90	56.500,59	4.624,51	3.292,63	356,89	122.007,52
1989(1)	44.764,01	43.923,90	3.420,03	4.030,21	498,57	96.636,72

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até agosto.

Segundo informações da ACARESC, em 1989 foram utilizados 1.597.797 alevinos no povoamento dos tanques e açudes destinados à criação de peixes.

A SAAI/SC, juntamente com a Associação Catarinense de Aquicultores, a Universidade Federal de Santa Catarina e a iniciativa privada estão elaborando um programa de cultivo de camarão-de-água-doce, o Gigante da Malásia (*Macrobrachium Rosenbergii*), já que alguns produtores pioneiros alcançaram resultados promissores com este tipo de cultivo. Através do referido programa, pretende-se estender esta técnica para outras regiões do estado.

3. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

Em 1987, de acordo com a FAO, o comércio mundial de produtos pesqueiros foi satisfatório. A crescente demanda dos Estados Unidos estimulou o comércio de espécies de fundo e ocasionou um aumento dos preços de todos os produtos, com exceção do camarão, pois havia excesso de oferta devido ao seu cultivo.

As exportações aumentaram novamente até atingir a cifra, sem precedentes, de quase 27 bilhões de dólares. Destes, 56% correspondem aos países desenvolvidos e 44%, aos países em desenvolvimento. O Brasil manteve a mesma participação de 1986, 0,7% do total mundial (tabela 10).

Os países em desenvolvimento têm diminuído constantemente sua participação nas importações mundiais, passando de 15% em 1982 para 11% em 1987. Contudo, o valor das importações cresceu de 2,4 milhões de dólares no período 1983-85, para 3,4 milhões em 1987.

As importações brasileiras diminuíram, em relação ao total mundial, de 0,5% em 1986 para 0,4% em 1987.

TABELA 10
 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE PESCAÇO, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO -
 1983-85 (MÉDIA), 1986 E 1987

(em milhões de dólares)

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1983-85 (média)	1986	1987	1983-85 (média)	1986	1987
TOTAL MUNDIAL	17.539	24.150	30.141	16.317	22.533	26.820
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	2.426	2.979	3.408	7.061	10.038	11.827
América Latina/Caribe	306	364	388	2.140	2.647	2.987
. México	8	8	11	415	424	500
. Brasil	44	131	138	163	154	180
. Chile	2	-	-	426	516	636
. Equador	8	-	-	232	384	523
. Peru	10	-	7	206	258	290
ÁFRICA	536	506	493	662	1.005	1.128
. Marrocos	-	-	-	208	307	330
. Nigéria	222	90	86	3	3	3
. Senegal	18	21	22	150	259	271
ORIENTE PRÓXIMO	289	276	285	123	153	145
EXTREMO ORIENTE	1.283	1.853	2.298	3.949	5.938	7.235
. Hong Kong	451	625	794	261	418	502
. Índia	-	-	-	329	363	376
. Indonésia	27	26	26	233	341	441
. Rep. da Coreia	70	117	212	773	1.171	1.506
. Filipinas	7	19	31	134	200	268
. Singapura	208	258	313	159	204	289
. Taiwan	180	203	246	709	1.047	1.085
. Tailândia	89	204	267	618	1.012	1.261
. China	50	76	113	331	646	912
PAÍSES DESENVOLVIDOS	15.112	21.171	26.733	9.256	12.495	14.993
AMÉRICA DO NORTE	4.146	5.182	6.174	2.374	3.225	3.903
. Canadá	355	433	512	1.303	1.744	2.067
. Estados Unidos	3.792	4.749	5.662	1.071	1.481	1.836
EUROPA OCIDENTAL	5.904	8.619	11.344	4.898	6.890	8.551
CEE	5.177	7.652	10.136	3.128	4.511	5.623
. Dinamarca	335	596	842	927	1.381	1.751
. França	1.022	1.510	2.035	323	501	669
. Rep. Fed. da Alemanha	827	1.113	1.270	297	359	440
. Itália	821	1.265	1.738	128	168	140
. Países Baixos	290	388	537	519	766	980
. Espanha	400	722	1.186	316	399	400
. Reino Unido	909	1.216	1.387	318	482	677
OUTROS	727	967	1.208	1.770	2.379	2.928
. Islândia	3	2	2	551	858	1.070
. Noruega	50	105	120	934	1.171	1.475
EUROPA ORIENTAL	230	249	260	118	130	142
URSS	150	156	193	374	584	581
OUTROS PAÍSES DESENVOLVIDOS	4.682	6.965	8.762	1.491	1.663	1.816
. Austrália	217	227	300	318	327	421
. Japão	4.322	6.594	8.308	830	898	890

FONTE: FAO. Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1988-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Pelos últimos dados da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, em 1988 o Brasil exportou 41.056 toneladas de produtos pesqueiros, totalizando cerca de 180 milhões de dólares (tabela 11). No ano de 1987, o volume e o valor das exportações brasileiras foram, respectivamente, de 39.834 t e 171 milhões de dólares. O aumento nas exportações deveu-se à maior comercialização de atum.

TABELA 11
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988

PRODUTOS PESQUEIROS	ESTADOS UNIDOS		JAPÃO		PORTO RICO		ITALIA	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	21	27	1.491	2.763	7.285	6.366	66	46
Camarão	9.060	53.989	167	26.736	-	-	676	3.749
Piramutaba	3.242	4.366	69	87	-	-	-	-
Lagosta	2.277	48.570	92	1.014	-	-	29	629
Sardinha	-	-	-	-	-	-	-	-
Pargo-Rosa	456	2.051	123	179	7	14	-	-
Corvina	0,50	0,60	-	-	-	-	0,50	0,50
Tamuata	112	118	-	-	-	-	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	1.404	3.395	617	673	17	23	1.398	2.316
TOTAL	16.573	112.517	2.559	31.452	7.309	6.403	2.170	6.740

(continua)

(conclusão)

PRODUTOS PESQUEIROS	ESPANHA		ARGENTINA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	1.670	1.347	3.307	2.934	1.458	1.333	15.298	14.816
Camarão	423	2.280	46	165	581	4.857	10.953	91.776
Piramutaba	-	-	-	-	5	9	3.316	4.462
Lagosta	14	304	-	-	234	4.292	2.646	54.809
Sardinha	-	-	1.208	761	32	9	1.240	770
Pargo-Rosa	1	3	-	-	226	268	813	2.515
Corvina	181	121	-	-	145	88	327	210
Tamuata	-	-	-	-	191	225	303	343
Outros Prod. Pesqueiros	35	141	-	-	2.689	3.937	6.160	10.485
TOTAL	2.324	4.196	4.561	3.860	5.561	15.018	41.056	180.186

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De janeiro a abril de 1989, o Brasil exportou cerca de 25 milhões de dólares.

O maior comprador de pescado brasileiro foram os Estados Unidos (40,4% do volume e 62,4% do valor total exportado). As principais espécies comercializadas foram, em termos de quantidade exportada, o atum (37,3% do total) e, em termos de valor, o camarão (50,9% do total).

As importações brasileiras decresceram em 1988. Em 1987, haviam sido importadas 89.092 toneladas, correspondendo a 94,29 milhões de dólares, em 1988, estas cifras caíram para 69.078 toneladas e 62,72 milhões de dólares (tabela 12).

TABELA 12
QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAIS DE ORIGEM - 1988

PAIS DE ORIGEM	ARGENTINA		URUGUAI		CHILE		MARROCOS	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Bacalhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Corvina	134	206	54	455	-	-	-	-
Merluza	16.192	10.566	1.056	2.092	-	-	-	-
Pescada	27	162	59	172	-	-	-	-
Polvo, Calamar e Lula	96	107	34	135	7.698	353	-	-
Sardinha	-	-	-	-	-	-	2.100	687
Outros Prod. Pesqueiros	852	2.432	94	774	28.233	458	-	-
TOTAL	17.301	13.473	1.297	3.628	35.931	811	2.100	687

(continua)

(conclusão)

PAIS DE ORIGEM	REINO UNIDO		NORUEGA		OUTROS PAISES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Bacalhau	-	-	411	37.234	17	1.955	428	39.189
Corvina	-	-	-	-	-	-	188	661
Merluza	-	-	-	-	-	-	17.248	12.658
Pescada	-	-	-	-	-	-	86	334
Polvo, Calamar e Lula	-	-	-	-	-	-	7.828	595
Sardinha	10.180	3.364	-	-	1.704	1.398	13.984	5.449
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	137	167	29.316	3.831
TOTAL	10.180	3.364	411	37.234	1.858	3.520	69.078	62.717

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os principais produtos pesqueiros importados pelo Brasil em 1988 foram: o bacalhau (62,5% do valor total) e a merluza (25% do volume total).

Com relação às exportações catarinenses, embora o volume total exportado tenha aumentado de 11.760 toneladas em 1987 para 14.870 toneladas em 1988, o valor diminuiu de 12,68 para 10,24 milhões de dólares no mesmo período.

O principal mercado consumidor de pescado catarinense, em 1988, foi a Argentina, tanto em termos de quantidade (27,8% do total), como em valor (32,7%). A principal espécie exportada foi o atum (tabela 13).

TABELA 13
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988

PAÍS DE DESTINO	ARGENTINA		ESPAÑA		ITÁLIA		JAPÃO	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	2.927	2.585	1.302	1.015	66	46	150	76
Sardinha	1.200	761	-	-	-	-	-	-
Camarão	-	-	24	53	138	859	10	139
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	23	57	45	40
TOTAL	4.135	3.347	1.326	1.068	228	962	205	255

(continua)

(conclusão)

PAÍS DE DESTINO	URUGUAI		ESTADOS UNIDOS		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
PRODUTOS PESQUEIROS								
Atum	486	303	-	-	7.437	1.033	12.368	5.058
Sardinha	32	9	-	-	-	-	1.240	770
Camarão	5	14	893	2.989	31	164	1.101	4.218
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	20	10	72	87	160	194
TOTAL	523	326	913	2.999	7.540	1.284	14.870	10.241

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No primeiro semestre de 1989, Santa Catarina exportou 5,4 milhões de dólares, ou 6.931 toneladas de produtos pesqueiros (tabela 14), o que indica que para o ano de 1989 as exportações deverão permanecer no mesmo nível do ano anterior.

TABELA 14

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAIS DE DESTINO - 1º SEMESTRE - 1989

PAIS DE DESTINO	ARGENTINA		PORTO RICO		AUSTRÁLIA		ESTADOS UNIDOS	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	400	311	0,6	1	58	28	-	-
Albacoras	-	-	94	80	-	-	-	-
Bonito-listrado	1.679	1.411	3.250	2.016	-	-	-	-
Sardinha	227	126	-	-	-	-	80	41
Camarão	-	-	-	-	-	-	286	950
Outros Prod. Pesqueiros	100	52	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.406	1.900	3.345	2.097	58	28	366	991

(continua)

(conclusão)

PAIS DE DESTINO	ANGOLA		OUTROS PAISES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)
Atum	-	-	-	-	459	340
Albacoras	-	-	-	-	94	80
Bonito-listrado	-	-	-	-	4.929	3.427
Sardinha	-	-	15	4	322	171
Camarão	520	3	58	123	864	1.076
Outros Prod. Pesqueiros	5	11	158	210	263	273
TOTAL	525	14	231	337	6.931	5.367

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Segundo informações obtidas junto à Delegacia Federal da Agricultura (DFA/SC), através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), o volume de produtos pesqueiros inspecionados exportados para o mercado interestadual em 1989 (até agosto) foi de 79.102 t, sendo que 34.193 t sob a forma de resfriados e 38.390 t, de congelados (tabela 15).

Os principais estados importadores do pescado catarinense, no mesmo período, foram: São Paulo (37,3% do total), Rio de Janeiro (28,0%), Pernambuco (9,3%) e Bahia (6,4%), conforme se verifica na tabela 16.

TABELA 15
 QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1983-89

(tonelada)						
ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52
1986	49.058,44	50.397,80	6.885,96	6.236,07	379,98	112.958,25
1987	42.663,41	46.563,72	3.748,12	5.479,65	1.035,01	99.489,91
1988	44.862,67	45.848,47	4.425,51	3.588,03	132,61	98.837,29
1989(1)	34.193,41	38.390,01	2.995,81	3.505,64	17,02	79.101,89

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (1) Até agosto.

TABELA 16
 QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, COMERCIALIZADOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS CONSUMIDORES - 1988-89

ESTADO	(tonelada)			
	1988		1989(1)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rio de Janeiro	31.395,70	31,7	22.110,65	28,0
São Paulo	30.226,20	30,5	29.673,11	37,3
Pernambuco	8.468,63	8,6	7.334,93	9,3
Bahia	7.400,04	7,5	5.088,82	6,4
Rio Grande do Sul	6.080,00	6,1	2.981,24	3,8
Paraná	5.348,17	5,4	4.315,78	5,5
Ceará	3.012,24	3,0	1.709,17	2,2
Alagoas	2.367,38	2,4	1.711,84	2,2
Sergipe	1.160,05	1,2	584,39	0,7
Paraíba	334,73	0,3	359,67	0,5
Outros Estados	3.161,41	3,3	3.232,31	4,1
TOTAL	98.954,55	100,0	79.101,89	100,0

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (1) Até agosto.

Na área do cooperativismo catarinense existe a COOPERBELLO, sediada no município de Porto Belo. Essa Cooperativa comercializou, no ano de 1989, 785.374 kg de pescado, entregues por seus 313 associados.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

De acordo com a DFA/SC, através do SERPA, o consumo catarinense de pescado inspecionado foi, de janeiro a agosto de 1989, de 29.926 toneladas (tabela 17).

TABELA 17
CONSUMO CATARINENSE DE PESCADO INSPECIONADO - 1983-89

						(tonelada)
ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.188,97	17.201,15
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986	12.795,08	16.535,35	357,80	550,10	4.013,12	34.251,45
1987	12.213,50	14.049,93	696,77	295,61	12.675,96	39.931,77
1988	12.348,40	15.787,86	387,40	269,04	7.260,37	36.053,07
1989(1)	10.169,03	12.963,34	436,34	165,02	6.192,66	29.926,39

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até agosto.

Em contraste com o que acontece nos países desenvolvidos, onde o consumo per capita de pescado aumentou de 23 para 27 kg/ano entre 1973 e 1983 (último dado disponível), nos países em desenvolvimento este incremento foi de 7 para 8 kg/ano. No Brasil, em 1987, o consumo per capita foi de 5,9 kg/ano.

Entre as razões encontradas para este baixo consumo estão a falta de hábito do brasileiro em consumir este tipo de alimento e o alto preço do mesmo em relação ao das demais carnes.

3.7. SUINOS

1. PRODUÇÃO

As projeções do USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, indicam que a produção mundial de carne suína se manteve praticamente estabilizada a partir de 1988. Em 1989, as estimativas iniciais indicam uma produção em torno 62,35 milhões de t. Comparada à de 1988 (62,16 milhões), representa um acréscimo de apenas 0,3%. A de 1990 está sendo estimada em 62,71 milhões de t, com um provável acréscimo de 0,58%.

Pelas projeções do USDA, a produção mundial de carne suína em 1990 apresentará as seguintes características:

1. Redução da ordem de 4,95% na produção da América do Norte (8,85 milhões de t, contra 9,32 milhões em 1989).
2. Leve crescimento na produção da Comunidade Econômica Européia (12,40 milhões de t contra 12,3 milhões t, em 1989). Mesmo com o acréscimo previsto, a produção de 1990 deverá ser inferior à de 1988 (12,50 milhões de t).
3. No Leste Europeu, as perspectivas são de estabilização da produção. A produção prevista para 1990 situa-se ao redor de 7,11 milhões de t, levemente inferior à de 1989, que atingiu 7,15 milhões de t.
4. Leve crescimento na produção dos países asiáticos, mantendo a expansão que a suinocultura registrou nos últimos anos. De 1987 a 1988, a expansão foi da ordem de 8,6%. Em 1989, o aumento deverá ser de 2%; em 1990, a produção deverá atingir 24,84 milhões de t, ou seja, 2,7% a mais do que os 24,19 milhões de t produzidos em 1989. O crescimento da produção asiática é decorrente, basicamente, do aumento registrado na China (devido à elevação da produtividade), que em 1990 deverá produzir ao redor de 21,16 milhões de t.

5. Na América do Sul e Central, a produção deverá crescer cerca de 7,74%.

6. Nos países do Oeste Europeu, a produção tem-se mantido praticamente estável. Para 1990, as estimativas apontam para um volume de 1,14 milhão de t.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE SUÍNA - 1987-90

GRANDES REGIÕES	(mil/t)							
	1987		1988		1989 (1)		1990 (1)	
	Produção (mil/t)	Part. (%)	Produção (mil/t)	Part. (%)	Produção (mil/t)	Part. (%)	Produção (mil/t)	Part. (%)
América do Norte	8.601	14,55	9.266	14,90	9.316	14,94	8.855	14,12
América do Sul e Central	1.475	2,50	1.393	2,24	1.318	2,11	1.420	2,26
CEE	12.079	20,44	12.504	20,11	12.292	19,71	12.339	19,68
Oeste Europeu	1.130	1,91	1.146	1,84	1.139	1,83	1.142	1,82
Leste Europeu	7.326	12,40	7.316	11,77	7.148	11,46	7.115	11,35
URSS	6.324	10,70	6.476	10,42	6.600	10,58	6.650	10,60
Ásia	21.836	36,95	23.722	38,16	24.191	38,80	24.844	39,61
China	18.349	31,05	20.170	32,45	20.530	32,93	21.160	33,74
Oceania	327	0,55	341	0,55	348	0,56	347	0,55
TOTAL	59.098	100,00	62.164	100,00	62.352	100,00	62.712	100,00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A produção brasileira de 1989 deverá situar-se ao redor de 953 mil toneladas em equivalente carcaça, cerca de 15% a menos que em 1988. Para 1990, as estimativas preliminares indicam uma produção entre 1,03 e 1,05 milhão de toneladas, ainda menor que as de 1987 e 1988, quando foram, respectivamente, de 1,2 e 1,1 milhão de t.

Grandes oscilações na produção, como as que ocorreram nos últimos três anos, têm sido uma das características da suinocultura nacional, que sofre forte influência de uma avicultura organizada e altamente tecnificada e de uma bovinocultura extensiva e em expansão. Variações no mercado das demais carnes interferem decisivamente na suinocultura, com reflexos diretos na produção.

A redução na produção de 1989 é decorrente da crise enfrentada pelo setor em 1987 e 1988, quando, na média, os

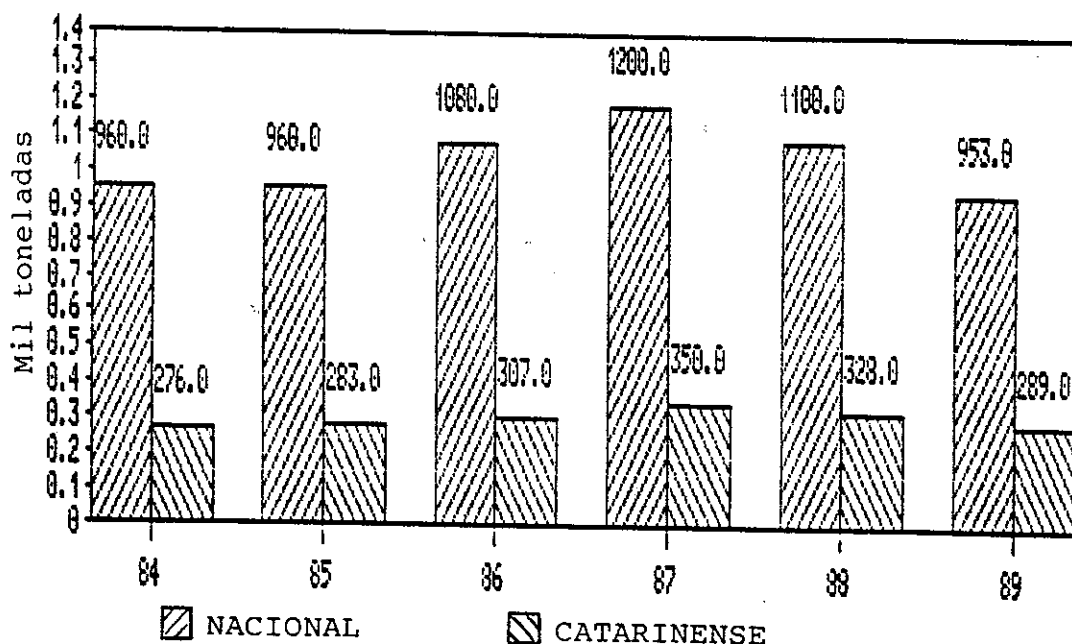
preços pagos aos produtores situaram-se abaixo dos custos de produção. Essa situação provocou um grande descarte de matrizes no decorrer de 1987 e, mais expressivamente, em 1988, refletindo-se na produção do ano seguinte. Com a recuperação real dos preços em 1989, os produtores reiniciaram a recomposição dos plantéis, que só não foi maior devido à queda da rentabilidade da suinocultura a partir do segundo semestre.

A semelhança do que ocorreu em 1986, as importações de carne suína em 1989 refletiram-se no comportamento dos preços do porco e, conseqüentemente, diminuíram o ritmo da recomposição dos plantéis, que vinha ocorrendo de forma acelerada. Da mesma forma, as importações provocaram uma redução nos abates do segundo semestre, registrando-se períodos em que a oferta de animais para abate foi maior que a procura, ao contrário do que ocorreu no primeiro semestre, quando as agroindústrias operaram com ociosidade e houve intensa disputa pela matéria-prima.

A produção catarinense de 1989 (abate SIF + abate sem SIF + autoconsumo das propriedades) foi estimada em 4,10 milhões de cabeças, cerca de 13,0% a menos que em 1988. Em relação a 1987, quando o abate estadual foi da ordem de 4,9 milhões de unidades, o decréscimo foi de 16,40%.

GRÁFICO 1

PRODUÇÃO NACIONAL E CATARINENSE DE CARNE SUÍNA - 1984-89

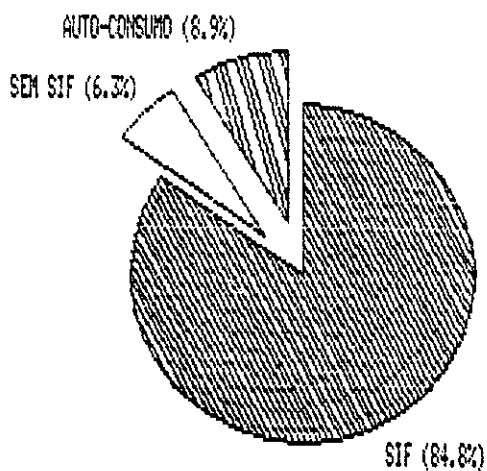


FONTE: Instituto CEPA/SC.

Do abate estadual de 1989, aproximadamente 3,3 milhões de cabeças, cerca de 83% foi abatido pelas agroindústrias inspeccionadas; cerca de 280 mil cabeças (7%) pelos pequenos abatedouros (não inspeccionados) e 420 mil cabeças foram destinadas ao consumo nos estabelecimentos agropecuários. A redução no abate inspeccionado foi da ordem de 15%.

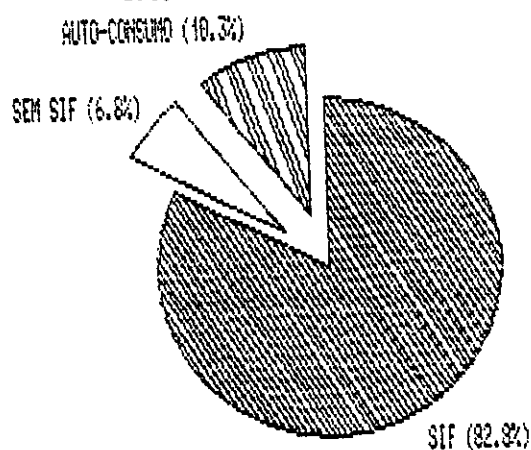
As estimativas sobre o comércio interestadual de suínos vivos em 1989 indicam que a entrada e a saída de animais no estado praticamente se equivaleram. Este equilíbrio é decorrente do volume de animais adquiridos em outros estados, tendo sido maior em 1989 que em outros anos, pelo fato de algumas agroindústrias catarinenses terem mantido programas de fomento em outros estados e em função da maior disputa por matéria-prima, decorrente da pouca oferta em determinadas épocas do ano.

GRÁFICO 2
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1988



FONTE: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 3
COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1989



FONTE: Instituto CEPA/SC.

Para 1990, as previsões são de uma produção que deverá oscilar entre 4,4 e 4,5 milhões de cabeças, representando uma recuperação na produção estadual entre 7% e 8%.

A redução na taxa de abate da suinocultura em 1989 não expressa uma queda nos índices de produtividade do rebanho catarinense. Em função dos preços mais favoráveis no primeiro semestre, registrou-se retenção de animais para a reposição do plantel. Por outro lado, em determinados períodos houve represamento de animais prontos para abate, refletindo-se numa redução nos abates mensais.

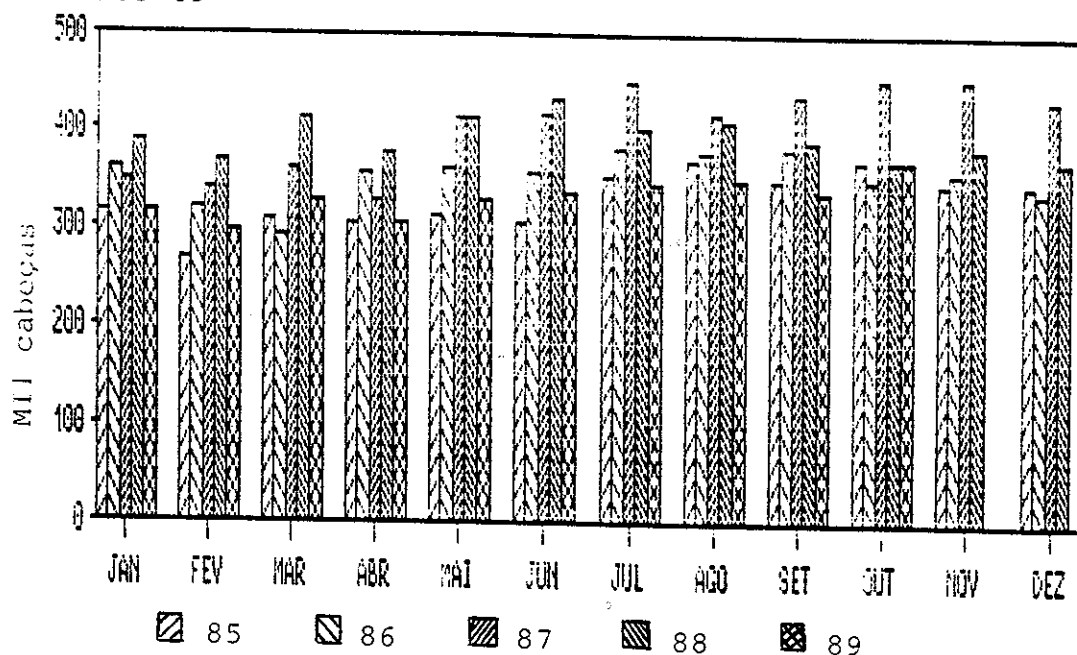
TABELA 2
REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE DE SUÍNOS - SANTA CATARINA - 1983-89

ANO	REBANHO (mil cab.)	PRODUÇÃO (mil cab.)	TAXA DE ABATE %	DESFRUTE %
1983	3.200,0	4.177,0	130,5	124,0
1984	3.100,0	3.902,0	125,9	124,0
1985	3.172,0	4.142,0	130,6	133,0
1986	3.380,0	4.390,0	129,9	136,0
1987	3.436,0	4.937,0	143,7	138,0
1988	3.250,0	4.754,2	146,3	142,0
1989	2.852,0	4.128,0	144,7	131,0

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 4

ABATES TOTAIS MENSAIS DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1985-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

2. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

A comercialização mundial de carne suína voltou a crescer em 1989. De acordo com as estimativas do USDA, as exportações atingiram um total de 1,92 milhão de toneladas, contra 1,88 milhão em 1988, representando um acréscimo da ordem de 2,10%. Os principais exportadores foram: Comunidade Econômica Européia, Alemanha Ocidental, Canadá, China, Formosa, Romênia e Hungria. Cabe destacar que os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia, mesmo sendo grandes exportadores, registraram decréscimo no volume exportado em 1989.

TABELA 3
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE SUINA - 1984-89

PAIS	(mil t)							
	1984	1985	1986	1987	1988(1) (a)	1989(1) (b)	VAR.% b/a	PART. % 1989
EUA	74	58	39	49	75	59	-21,33	3,07
Canadá	175	196	215	238	260	275	5,77	14,29
CEE (2)	385	413	318	376	366	342	-6,56	17,78
Alemanha Oc.	234	251	242	299	313	331	5,75	17,20
Hungria	220	150	133	123	118	127	7,63	6,60
Polônia	0	0	73	75	70	70	0,00	3,64
Romênia	75	125	135	150	150	165	10,00	8,58
China	273	263	193	200	205	210	2,44	10,91
Formosa	73	96	123	194	180	190	5,56	9,88
Outros	197	203	145	146	147	155	5,44	8,06
TOTAL	1.706	1.755	1.616	1.850	1.884	1.924	2,12	100,00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

(2) Exceto Alemanha Ocidental.

Entre os principais importadores situam-se os Estados Unidos, o Japão e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

TABELA 4
PRINCIPAIS PAISES IMPORTADORES DE CARNE SUÍNA - 1984-89

PAIS	(mil t)							
	1984	1985	1986	1987	1988(1) (a)	1989(1) (b)	VAR.% b/a	PART. % 1989
EUA	433	512	509	542	549	544	-0,91	31,70
CEE	138	147	108	102	103	109	5,83	6,35
URSS	120	246	261	318	300	300	0,00	17,48
Japão	279	272	297	401	460	460	0,00	26,81
Hong Kong	206	217	221	202	192	200	4,17	11,66
Outros	71	82	159	93	91	103	13,19	6,00
TOTAL	1.247	1.476	1.555	1.658	1.695	1.716	1,24	100,00

FONTE: USDA.

ELABORACAO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A nível de Brasil, a oferta global de carne suína em 1989 foi da ordem de 1 milhão de toneladas. Deste total, cerca de 50 mil toneladas foram importadas. Aproximadamente 5 mil toneladas são decorrentes de estoques remanescentes de 1988 e 14 mil toneladas foram exportadas. Desta forma, o suprimento interno manteve-se ao redor de 989 mil toneladas, perfazendo um consumo da ordem de 6,8 Kg/hab/ano, cerca de 15% a menos que em 1988. O menor consumo de carne suína em 1989 foi compensado pela maior oferta de outras carnes, principalmente de aves.

A comercialização, tanto de animais para abate quanto de carne suína, apresentou comportamento diferenciado no decorrer do ano. No primeiro semestre, com a menor oferta de matéria-prima, as agroindústrias operaram com ociosidade. Os preços mantiveram-se altos tanto no atacado quanto no varejo. Neste período os produtores contabilizaram lucros. A partir do segundo semestre, com a importação de carne suína, cujas guias de liberação totalizaram cerca de 60 mil toneladas (das quais aproximadamente 50 mil foram comercializadas), a oferta de carne suína e derivados manteve-se em níveis elevados; os preços pagos aos agricultores registraram queda real, os abates mantiveram-se em níveis aquém da capacidade das agroindústrias e o consumo de carne suína e derivados foi menor que a oferta. Este quadro continuou até novembro, quando o volume de carne importada já havia sido comercializado e as vendas de final de ano voltaram a aquecer o mercado. Nos últimos dois meses do

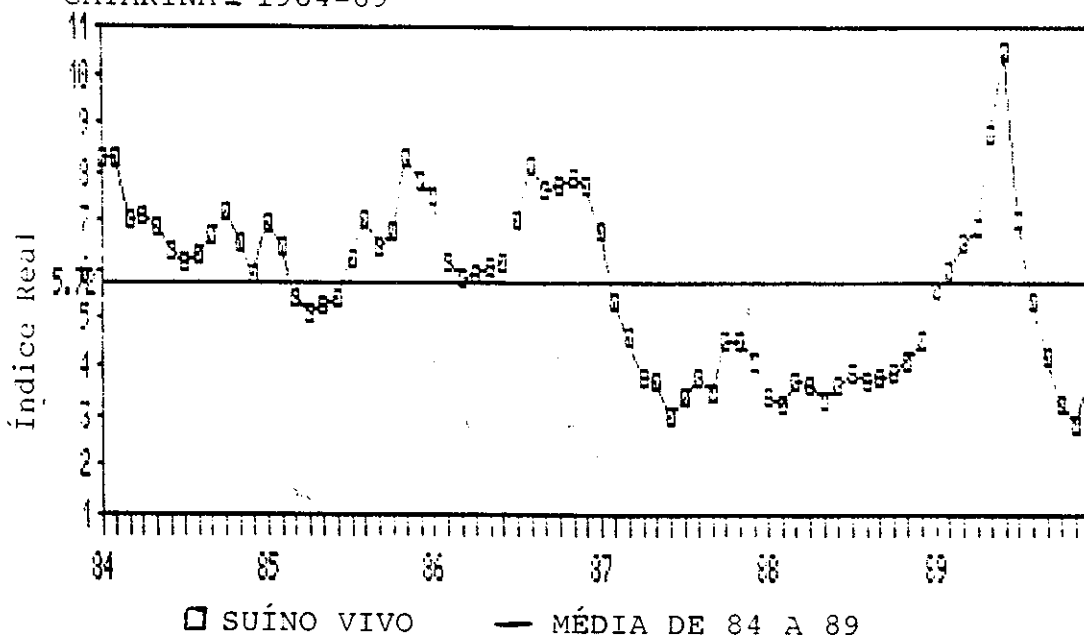
ano, as vendas no atacado foram maiores. Os preços evoluíram tanto no atacado quanto no varejo. Da mesma forma, os preços pagos aos agricultores registraram ganhos reais neste período.

Em Santa Catarina, o mercado apresentou comportamento semelhante ao verificado a nível nacional. O primeiro semestre caracterizou-se pela baixa oferta de animais para abate, com grande disputa pela matéria-prima. Os preços ao produtor foram compensadores, permitindo a capitalização dos suinocultores. A partir do segundo semestre, até novembro, os preços registraram queda real. No último mês do ano, o consumo esteve mais aquecido e os preços registraram acréscimo real em todos os segmentos de mercado.

A comercialização de animais vivos para outros estados foi maior em 1989. Por outro lado, as agroindústrias catarinenses também compraram mais em outras unidades da Federação, o que permitiu um certo equilíbrio entre a entrada e a saída de animais no estado.

GRÁFICO 5

ÍNDICE DE PREÇOS REAIS⁽¹⁾ DO SUÍNO VIVO EM SANTA CATARINA - 1984-89

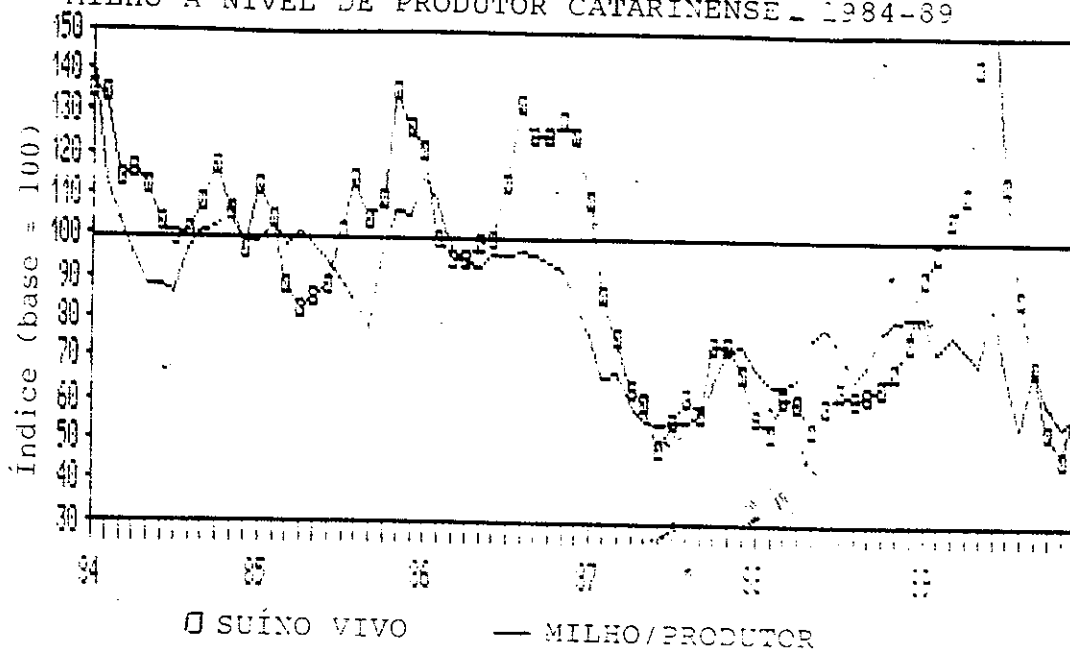


FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 6

ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ DE SUÍNO VIVO E MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR CATARINENSE - 1984-89



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/89, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

De acordo com as estimativas, o suprimento de carne suína e derivados em 1989 sofreu uma redução em torno de 169 mil toneladas relativamente a 1988 - uma queda estimada em 14,5%. O consumo, por sua vez, foi o menor dos últimos cinco anos, situando-se ao redor de 6,8 Kg/hab/ano, contra 8 Kg/hab/ano em 1988.

Estes dois parâmetros são estabelecidos sem levar em consideração a inclusão da carne bovina e outros ingredientes utilizados na fabricação de produtos derivados da carne suína. Com a menor oferta de carne e derivados, o consumo foi suprido por outras carnes, principalmente de aves, que teve a oferta aumentada em 1989. As exportações brasileiras de carne suína em 1989 estão estimadas em 14 mil t, 30% a menos que em 1988. Com a maior venda de final de ano e com os custos financeiros

elevados, os estoques de passagem de ano são considerados baixos - cerca de 5 mil t.

Em Santa Catarina, a oferta total de carne em 1989 foi estimada em 309 mil toneladas. Destas, 238 mil foram vendidas para outros estados, 14 mil exportadas e 69 mil consumidas no estado, perfazendo um consumo per capita de 16 Kg/hab/ano, inferior aos 18 Kg de 1988.

TABELA 5
BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DA CARNE SUINA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-90

SITUAÇÃO	(mil t)											
	BRASIL						SANTA CATARINA					
	85	86	87	88	89 (1)	90 (1)	85	86	87	88	89 (1)	90 (1)
Estoque inicial		15	5	25	5	5			8	9		3
Produção	1.212	1.213	1.269	1.148	953	1.000	283	307	350	328	289	320
Importação		38	40	4	50	5			26		20	
Suprimento Interno	1.212	1.266	1.314	1.177	1.008	1.010	283	307	384	337	309	320
Exportação		8	18	20	14	25			16	20	14	20
Consumo Interno	1.197	1.258	1.271	1.157	989	985	205	213	283	243	238	226
Consumo Regional							78	86	76	74	69	74
Kg/Per Capita	8.80	9.10	8.90	8.10	6.80	6.8	19.00	20.10	18.00	18.00	16.00	17.50
Estoque Final	15	5	25	5	5	15		8	9		3	

FONTE: Instituto CEPA/SC.

OBS: Considerou-se apenas a carne sem os componentes necessários para a industrialização.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

4. PERSPECTIVAS PARA 1990

As estimativas atuais indicam para 1990 uma estagnação da produção mundial de carne suína nas principais regiões produtoras. O crescimento na demanda nos países asiáticos, a abertura econômica dos países do Leste Europeu e a redução do déficit comercial americano e inglês deverão estimular a demanda mundial. A nível nacional, as perspectivas são de que em 1990 a produção se situe entre 1 e 1,05 milhão de toneladas, prevendo-se um abate entre 15 e 15,6 milhões de cabeças. A

recuperação esperada para 1990 está alicerçada na reposição de matrizes em 1989, principalmente no primeiro semestre, quando a relação de troca foi bastante favorável ao produtor. Para a produção catarinense, as expectativas são de que o abate se situe no intervalo entre 4,4 e 4,5 milhões de cabeças, projetando uma produção de aproximadamente 315 mil t em equivalente carcaça.

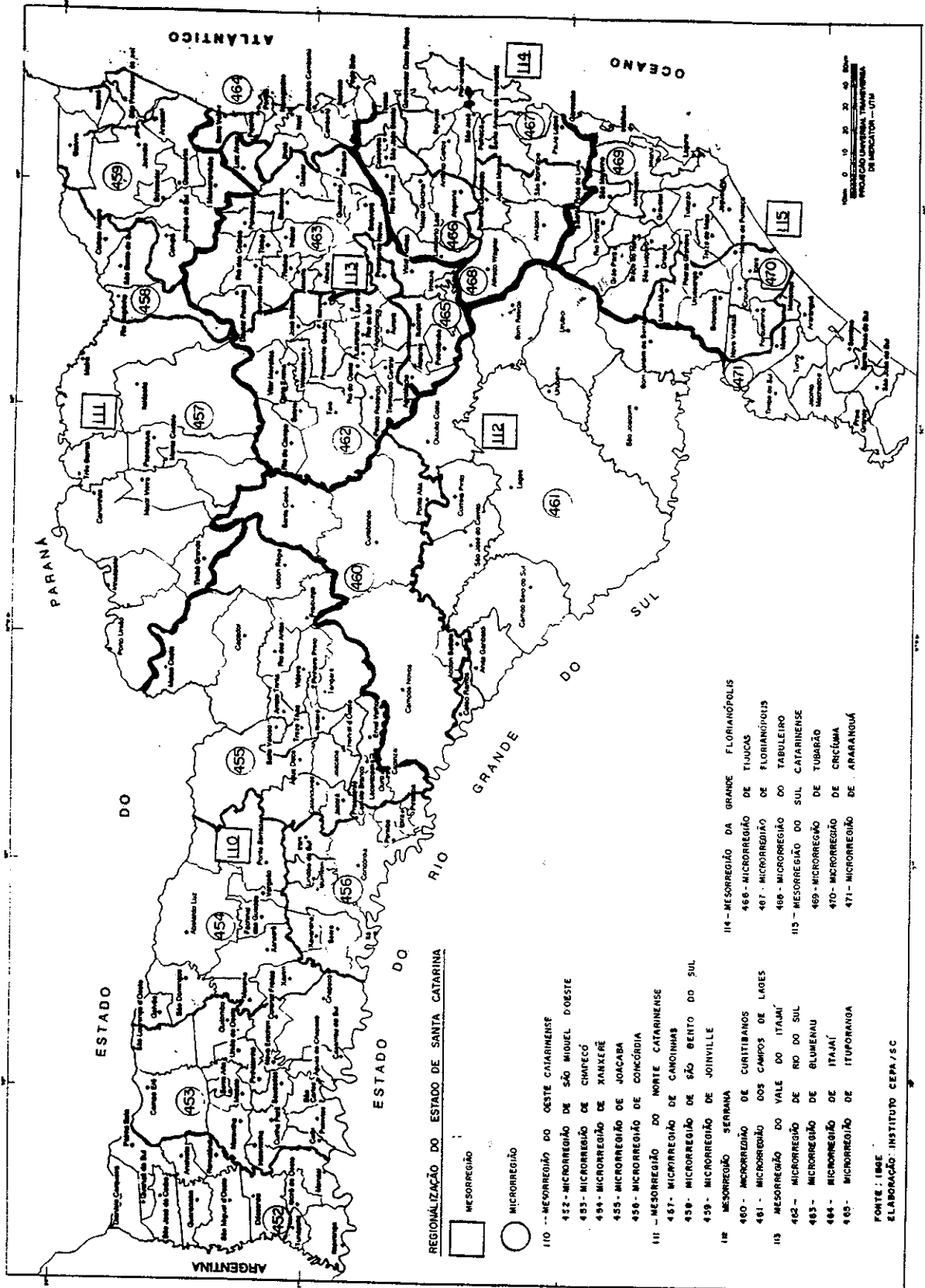
As perspectivas de que as exportações de carne bovina em 1990 poderão ser significativamente maiores que as de 1989 e as possibilidades de exportação de carne suína e derivados poderão beneficiar a comercialização de produtos de origem suína no mercado interno.

As medidas de ordem econômica a serem adotadas pelo futuro governo, a partir do dia 15/03/90, deverão influir decisivamente no comportamento da suinocultura nacional, tornando-se difícil qualquer previsão, mesmo a curto prazo. Por outro lado, o comportamento do mercado nos primeiros meses de 1990 e principalmente os preços pagos aos produtores poderão influir positiva ou negativamente na produção de 1990.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

4. INFORMACOES BASICAS

SANTA CATARINA: MAPA POLÍTICO, MESO E MICRORREGIONAL E MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS



DIVISÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EM MESOS E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, CONFORME RESOLUÇÃO PR Nº 51,
DE 31-07-89, DA FUNDAÇÃO IBGE

ESTADO DE SANTA CATARINA

110- MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE	455- MICRORREGIÃO DE JOAÇABA	458- MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL
452- MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE	Água Doce	Campo Alegre
Anchieta	Arroio Trinta	Rio Negrinho
Descanso	Caçador	São Bento do Sul
Dionísio Cerqueira	Capinzal	
Guaraciaba	Catanduvas	459- MICRORREGIÃO DE JOINVILLE
Guarujá do Sul	Herval Velho	Araquari
Iporã do Oeste	Fraiburgo	Corupá
Itapiranga	Herval d'Oeste	Garuva
Mondai	Ibicaré	Guaramirim
Palma Sola	Jaborá	Jaraguá do Sul
Romelândia	Joaçaba	Joinville
São José do Cedro	Lacerdópolis	Massaranduba
São Miguel d'Oeste	Lebon Régis	São Francisco do Sul
Tunápolis	Matos Costa	Schroeder
	Ouro	
453- MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ	Pinheiro Preto	112- MESORREGIÃO SERRANA
Águas de Chapecó	Rio das Antas	460- MICRORREGIÃO DE CURITIBANOS
Caibi	Salto Veloso	Abdon Batista
Campo Erê	Tangará	Campos Novos
Caxambu do Sul	Treze Tílias	Curitibanos
Chapecó	Videira	Ponte Alta
Coronel Freitas		Santa Cecília
Cunha Porã	456- MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA	
Itaceminha	Concórdia	461- MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES
Maravilha	Ipira	Anita Garibaldi
Modelo	Ipumirim	Bom Jardim da Serra
Nova Erechim	Irani	Bom Retiro
Palmitos	Itá	Campo Belo do Sul
Pinhalzinho	Lindóia do Sul	Celso Ramos
Quilombo	Perituba	Correia Pinto
São Carlos	Piratuba	Lages
São Lourenço do Oeste	Presidente Castelo Branco	Otacílio Costa
Saudades	Seara	São Joaquim
Serra Alta	Xavantina	São José do Cerrito
União do Oeste		Urubici Urupema
454- MICRORREGIÃO DE XANXERÊ	111- MESORREGIÃO DO NORTE CATARINENSE	113- MESORREGIÃO DO VALE DO ITAJAI
Abelardo Luz	457- MICRORREGIÃO DE CANOINHAS	462- MICRORREGIÃO DE RIO DO SUL
Fachinal dos Guedes	Canoinhas	Agronômica
Galvão	Irineópolis	Aurora
Marema	Itaipópolis	Dona Emma
Ponte Serrada	Mafrá	Ibirama
São Domingos	Major Vieira	José Boiteux
Vargeão	Monte Castelo	Laurentino
Xanxerê	Papanduva	Lontras
Xaxim	Porto União	Pouso Redondo
	Timbó Grande	
	Três Barras	

(continua)

(conclusão)

ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente Getúlio	465- MICRORREGIÃO DE ITUPORANGA	115- MESORREGIÃO DO SUL CATARINENSE
Presidente Nereu	Agrolândia	469- MICRORREGIÃO DE TUBARÃO
Rio do Campo	Atalanta	Armazém
Rio do Oeste	Imbuia	Braco do Norte
Rio do Sul	Ituporanga	Garopaba
Salete	Petrolândia	Grão Pará
Taió	Vidal Ramos	Gravataí
Trombudo Central		Igaruá
Vitor Meirelles	114- MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	Imbituba
Witmarsum	466- MICRORREGIÃO DE TIJUCAS	Jaguaruna
463- MICRORREGIÃO DE BLUMENAU	Angelina	Laguna
Apiúna	Canelinha	Orleans
Ascurra	Leoberto Leal	Pedras Grandes
Benedito Novo	Major Gercino	Rio Fortuna
Blumenau	Nova Trento	Santa Rosa de Lima
Botuverá	São João Batista	São Ludgero
Brusque	Tijucas	São Martinho
Dr. Pedrinho		Treze de Maio
Gaspar	467- MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS	Tubarão
Guabiruba	Antônio Carlos	470- MICRORREGIÃO DE CRICIÚMA
Indaial	Biguaçu	Criciúma
Luiz Alves	Florianópolis	Forquilha
Pomerode	Governador Celso Ramos	Içara
Rio dos Cedros	Palhoça	Lauro Muller
Rodeio	Paulo Lopes	Morro da Fumaca
Timbó	Santo Amaro da Imperatriz	Nova Veneza
464- MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ	São José	Siderópolis
Balneário Camboriú	468- MICRORREGIÃO DO TABULEIRO	Urussanga
Barra Velha	Águas Mornas	471- MICRORREGIÃO DE ARARANGUÁ
Camboriú	Alfredo Wagner	Araranguá
Ilhota	Anitápolis	Jacinto Machado
Itajaí	Rancho Queimado	Maracajá
Itapema	São Bonifácio	Meleiro
Navegantes		Praia Grande
Penha		Santa Rosa do Sul
Piçarras		São João do Sul
Porto Belo		Sombrio
		Timbé do Sul
		Turvo

NOTA: Esta resolução entrará em vigor a partir de janeiro de 1990.

AREA COLHIDA

TABELA 1
 AREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIOES HOMOGENEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80

MUNICÍPIO	(ha)													
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE-ACÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	3	17.707	7.314	508	3.880	-	591	471	3.417	8.435	-	111	-	8
Lit. de Itajaí	-	4.125	423	18	4.203	-	374	247	333	498	-	18	-	-
Col. de Blumenau	16	17.964	1.357	758	1.795	209	2.599	5.943	3.885	16.890	160	68	-	8
Col. do Itajaí do Norte	5	1.138	13	162	-	39	1.665	5.650	1.350	8.425	222	-	-	4
Col. do Alto Itajaí	118	11.423	-	2.885	-	6.150	8.446	17.187	11.874	41.215	1.335	57	36	239
Florianópolis	10	2.293	822	513	2.948	93	1.242	552	1.815	1.890	-	241	-	12
Col. Serrana Catarinense	40	1.090	554	2.421	2.610	3.922	2.369	4.997	1.854	13.070	3	130	-	102
Lit. de Laguna	4	2.500	506	11	95	20	845	436	2.040	410	-	-	-	-
Carbonífera	38	7.439	1.686	2.221	1.823	208	9.949	10.178	8.442	21.154	58	170	-	181
Lit. Sul Catarinense	14	11.977	1.149	156	405	196	4.326	6.145	11.420	6.300	333	46	50	-
Col. Sul Catarinense	4	20.205	6.510	71	530	5	4.287	9.677	1.389	16.392	-	3	-	34
Campos de Lages	121	410	-	1.447	-	510	5.840	980	-	18.480	4200	140	130	-
Campos de Curitibaanos	798	4.461	-	1.050	15	118	30.410	1.285	271	76.450	50.000	85	3.540	94
Col. do Rio do Peixe	25	11.427	-	2.453	1.178	386	13.242	1.580	1.415	243.670	79.080	91	1.705	3.179
Col. do Oeste Catarinense	-	26.772	-	3.315	3.150	45	115.559	3.127	6.775	574.570	351.180	35	22.421	1.046
Planalto de Canoinhas	93	12.590	180	1.834	-	347	36.315	8.179	4.205	79.582	33.830	65	2.767	178
SANTA CATARINA	1.289	153.521	20.514	19.823	22.632	12.248	238.359	75.342	60.995	1.127.461	520.401	1.260	30.649	5.085

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul, 1979-80.
 ELABORAÇÃO: Instituto CERA/SC.

TABELA 2
 ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1980/81

MRR	(ha)													
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	17.094	6.930	199	3.454	-	634	339	3.198	7.070	-	88	-	8
Lit. de Itajaí	-	4.250	423	-	4.203	-	417	163	493	800	-	10	-	-
Col. de Blumenau	16	16.463	1.552	567	1.225	350	3.364	4.702	4.300	18.210	50	37	-	17
Col. do Itajaí do Norte	5	1.025	16	116	-	135	1.940	3.931	1.945	8.700	195	-	-	4
Col. do Alto Itajaí	98	10.852	-	2.130	-	8.857	14.915	15.036	13.450	41.020	748	52	-	240
Florianópolis	16	2.641	811	716	3.943	127	1.255	410	3.046	2.180	2	219	-	25
Col. Serrana Catarinense	66	979	562	2.907	3.123	5.142	3.370	3.719	2.690	13.620	4	184	-	130
Lit. de Laguna	8	2.400	506	5	105	16	502	352	2.545	410	-	8	-	-
Carbonífera	48	8.317	1.836	2.647	829	270	10.186	8.723	9.430	20.970	48	212	-	199
Lit. Sul Catarinense	17	10.585	1.180	106	320	317	4.800	4.849	15.550	7.270	405	25	40	-
Col. Sul Catarinense	8	18.700	5.510	42	15	7	4.320	7.547	1.985	17.500	-	3	-	34
Campos de Lages	57	410	-	1.340	-	505	6.610	251	120	22.850	3.560	133	30	33
Campos de Curitiba	2.651	4.002	-	1.320	15	140	27.925	662	344	84.200	45.550	170	1.610	111
Col. do Rio do Peixe	292	10.825	-	1.852	778	378	16.234	907	1.116	244.550	72.420	115	223	3.322
Col. do Oeste Catarinense	123	25.265	-	2.835	150	172	144.032	3.057	9.430	579.200	324.200	35	8.984	994
Planalto de Canoinhas	139	12.068	115	2.245	-	375	42.210	6.241	5.641	81.450	36.700	75	1.480	173
SANTA CATARINA	3.544	145.876	19.441	18.327	18.159	16.872	282.744	61.289	76.073	1.150.000	463.882	1.366	12.370	5.290

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul, 1980.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Região Sul, 1981.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1981/82

MUNICÍPIO	(ha)														
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	17.650	8.554	447	3.406	-	599	321	-	3.258	5.800	-	93	-	8
Lit. de Itajaí	-	4.555	518	30	4.203	-	466	199	-	485	510	-	92	-	-
Col. de Blumenau	21	17.860	1.805	625	1.685	265	3.370	5.349	-	3.790	17.990	6	43	-	18
Col. de Itajaí do Norte	-	901	76	95	-	44	4.126	5.308	-	2.950	8.300	200	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	67	10.248	-	2.120	-	5.750	29.966	16.447	-	16.805	27.530	314	51	-	243
Florianópolis	12	2.760	840	959	3.713	96	1.317	377	-	4.131	2.305	-	193	-	1
Col. Serrana Catarinense	89	1.144	570	2.480	2.920	3.878	4.115	4.398	-	3.720	13.520	-	269	-	135
Lit. de Laguna	12	2.800	506	7	90	21	600	216	-	1.885	370	-	8	-	-
Carbonífera	36	7.585	1.836	2.835	851	170	11.570	10.460	-	8.332	21.090	40	190	-	197
Lit. Sul Catarinense	18	10.710	1.210	145	316	188	5.150	6.655	-	14.430	7.250	360	35	-	-
Col. Sul Catarinense	16	20.330	5.510	98	290	25	4.170	9.335	-	1.550	14.900	-	3	-	34
Campos de Lages	31	165	-	1.210	-	155	8.470	939	-	-	23.010	3.560	152	-	33
Campos de Curitiba	1.686	2.960	-	1.220	12	96	32.600	639	-	315	72.700	42.180	100	350	100
Col. do Rio do Peixe	315	9.615	-	1.704	800	351	19.735	1.211	-	1.514	234.340	69.910	62	259	3.231
Col. do Oeste Catarinense	49	22.895	-	2.275	1.300	100	195.616	3.507	-	11.060	573.800	292.100	6	7.534	1.014
Planalto de Canoinhas	140	10.910	110	2.725	-	245	46.670	6.121	-	4.808	75.200	37.030	144	835	67
SANTA CATARINA	2.492	143.088	21.535	18.975	19.666	11.384	368.540	71.392	4.800(1)	79.033	1.100.315	445.700	1.441	8.978	5.081

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Região Sul, 1981-82.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Os dados de área colhida apresentados nesta tabela diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 4

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1982/83

MUNICÍPIO	(ha)														
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CAÇA-DE-LEBRO	FEIJÃO	FUMO	MACIÇ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA	
Col. de Joinville	17.618	8.681	180	2.423	-	535	442	-	3.228	5.900	-	69	-	-	
Lit. de Itajaí	4.635	525	750	4.255	-	369	355	-	432	560	-	87	-	-	
Col. de Blumenau	17.805	1.817	222	1.635	195	2.557	6.642	-	4.147	16.575	-	42	-	18	
Col. do Itajaí do Norte	-	855	16	220	-	62	3.930	-	2.600	8.100	-	-	-	-	
Col. do Alto Itajaí	85	9.694	-	1.404	-	6.340	28.790	-	14.325	34.690	140	23	-	248	
Florianópolis	14	2.274	825	3.088	98	1.222	511	-	3.650	2.356	-	375	-	-	
Col. Serrana Catarinense	99	1.299	481	2.258	2.600	4.210	3.827	-	2.650	13.270	-	248	-	135	
Lit. de Laguna	8	2.810	506	13	122	11	880	-	2.696	390	-	6	-	-	
Carbonífera	43	7.705	1.827	2.156	888	245	14.067	-	8.591	19.915	20	209	50	212	
Lit. Sul Catarinense	18	10.690	1.015	68	326	195	5.790	-	14.048	5.200	640	40	120	-	
Col. Sul Catarinens	10	21.380	4.165	81	290	27	4.460	-	3.640	10.360	65	3	4	54	
Campos de Lages	36	182	-	1.603	-	116	6.846	-	-	13.570	2.080	103	-	11	
Campos de Curitiba	1.792	3.316	-	1.170	12	90	35.700	-	330	54.000	35.790	109	2.966	100	
Col. do Rio do Peixe	294	9.779	-	1.666	820	383	25.576	-	1.416	233.940	60.700	88	1.158	3.396	
Col. do Oeste Catarinense	62	22.065	-	2.180	2.320	95	171.490	-	11.760	571.500	231.900	7	17.470	1.034	
Planalto de Canoinhas	120	10.651	135	2.085	-	271	44.769	-	4.831	72.195	28.120	100	1.445	98	
SANTA CATARINA	2.608	142.758	19.993	16.580	18.779	12.338	350.918	89.369	5.617 (1)	78.544	1.062.521	359.455	1.509	23.213	5.356

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Região Sul, 1982.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1983.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Os dados de área colhida apresentados nesta tabela diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 5

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES E SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84

(ha)

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATAIACA-DE-ESCOLA	FEIJÃO	FUMO	MACA	MANDIOCA	MILHO	SOJA/TOMATE	TRIGO	UMA
MUNICÍPIO				ADOCAR								
Col. de Joinville	-	18.275	9.463	95	2.317	-	334	3.485	4.577	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.693	646	20	4.422	-	124	395	659	-	95	-
Col. de Blumenau	17	17.247	2.017	214	1.514	140	3.798	3.895	14.755	-	38	18
Col. de Itajaí do Norte	-	885	18	240	-	60	3.710	3.050	8.325	-	-	6
Col. do Alto Itajaí	76	9.708	-	1.495	5	6.225	27.195	14.410	29.765	165	62	248
Florianópolis	10	2.695	887	501	4.422	105	1.428	4.205	1.955	-	379	-
Col. Serrana Catarinense	114	1.345	577	2.125	2.883	4.130	4.274	3.879	11.640	-	246	154
Lit. de Laguna	8	3.717	532	5	122	9	882	4.033	730	-	6	-
Carbonífera	30	8.347	2.071	2.510	918	201	12.918	9.276	17.835	6	210	40
Lit. Sul Catarinense	17	10.860	1.295	35	341	138	5.045	15.520	6.160	825	35	320
Col. Sul Catarinense	9	22.050	6.111	115	290	27	5.764	1.770	15.350	90	5	84
Campos de Lages	170	422	-	2.070	-	245	7.810	25	20.670	2.450	91	5
Campos de Curitibaanos	1.584	3.135	-	995	20	125	40.120	310	59.230	36.330	114	2.212
Col. do Rio do Peixe	310	7.620	-	1.901	890	407	26.955	1.431	206.480	66.020	115	525
Col. do Oeste Catarinense	92	18.270	-	2.650	2.310	90	211.595	13.870	480.650	279.950	2	13.686
Planalto de Canoinhas	120	10.012	130	2.265	-	255	41.289	3.558	59.050	36.610	106	362
SANTA CATARINA	2.557	139.281	23.747	17.236	20.454	12.157	393.891	91.325	1.494(1)	83.102	937.731	422.445
											1.574	17.234
											5.630	

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1983-84.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Os dados diferem daquelas constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 6

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

MUNICÍPIO	(ha)														
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	ICEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	ITOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	18.395	10.626	75	2.470	-	705	574	-	3.655	4.816	-	50	-	-
Lit. de Itajaí	-	4.922	643	10	4.675	5	487	303	-	439	666	-	35	-	-
Col. de Blumenau	21	16.548	1.993	241	1.705	320	4.080	6.366	-	4.500	13.950	-	23	-	18
Col. de Itajaí do Norte	-	891	18	228	-	102	3.450	6.984	-	1.800	8.800	-	-	-	6
Col. do Alto Itajaí	81	9.776	-	1.685	-	7.678	26.880	15.525	-	12.400	29.750	135	35	-	255
Florianópolis	10	3.305	991	367	4.603	187	1.405	539	-	4.370	2.052	-	379	-	-
Col. Serrana Catarinense	114	1.424	577	2.045	3.145	4.108	4.580	5.382	-	3.975	11.635	-	256	-	154
Lit. de Laguna	8	3.804	532	5	142	16	960	682	-	4.088	440	-	-	-	-
Carbonífera	36	9.772	2.088	2.439	915	166	14.450	14.958	-	10.752	16.160	-	183	5	301
Lit. Sul Catarinense	13	11.880	1.315	20	341	130	5.180	9.543	-	19.900	5.770	1.180	27	-	-
Col. Sul Catarinense	5	23.350	6.111	85	320	25	5.834	10.659	-	2.150	15.010	300	6	84	54
Campos de Lages	168	365	-	2.110	-	243	8.390	900	-	1.225	19.040	2.380	91	40	49
Campos de Curitiba	1.230	2.785	-	793	13	381	42.550	1.125	-	315	58.340	36.175	91	604	151
Col. do Rio do Peixe	251	7.940	-	2.051	1.089	479	28.715	2.245	-	1.375	207.100	66.810	106	1.333	3.633
Col. do Oeste Catarinense	84	19.925	-	2.623	3.415	290	215.580	6.618	-	15.140	484.060	275.650	-	11.974	1.047
Planalto de Canoinhas	123	9.080	150	2.170	-	269	42.908	7.597	-	3.559	54.495	37.500	82	825	101
SANTA CATARINA	2.144	144.162	25.044	16.947	22.833	14.399	406.154	90.000	7.604(1)	88.443	932.094	420.130	1.364	14.865	5.769

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1984-85.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Os dados diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 7

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86

MUNICÍPIO	(ha)													
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE-ÍCEROLA	FEIJÃO	FUNGO	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	16.588	11.108	15	2.330	-	717	692	-	3.665	4.696	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.694	643	10	4.655	5	510	374	-	455	677	-	35	-
Col. de Blumenau	21	16.504	2.006	256	1.820	321	5.061	7.027	-	4.030	14.040	-	60	22
Col. do Itajaí do Norte	-	906	10	255	-	102	5.400	6.397	-	3.200	8.930	-	-	6
Col. do Alto Itajaí	84	8.711	-	2.015	-	9.157	29.957	16.576	-	11.860	25.000	150	65	236
Florianópolis	10	3.173	1.038	450	4.733	197	1.430	642	-	3.990	2.078	-	405	-
Col. Serrana Catarinense	114	1.472	579	2.165	2.792	4.901	5.270	5.955	-	3.975	11.205	-	220	143
Lit. de Laguna	8	4.256	542	5	152	16	1.115	774	-	4.045	452	-	-	-
Carbonífera	42	10.249	2.215	2.825	1.057	159	15.912	16.126	-	9.644	15.890	-	177	25
Lit. Sul Catarinense	13	13.735	1.310	18	341	130	5.610	10.324	-	19.150	5.770	1.120	6	1
Col. Sul Catarinense	5	25.458	6.113	132	320	25	5.839	10.894	-	2.420	15.090	150	1	54
Campos de Lages	168	745	-	2.380	-	243	8.690	1.021	-	25	19.370	1.615	73	110
Campos de Curitiba	1.700	3.105	-	665	30	302	43.530	817	-	96	60.560	31.180	74	3.014
Col. do Rio do Peixe	275	7.471	-	1.960	1.136	479	33.224	2.445	-	1.624	209.190	59.850	99	2.904
Col. do Oeste Catarinense	63	15.418	-	2.276	3.745	290	166.065	7.494	-	13.790	474.060	252.570	-	31.387
Planalto de Canoinhas	133	8.080	150	2.000	-	269	39.472	8.109	-	2.843	56.950	35.855	76	2.556
SANTA CATARINA	2.636	140.565	25.722	17.435	23.111	16.666	367.802	95.667	8.601(1)	84.812	923.958	382.490	1.361	40.000

Fonte: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1985.

Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1986.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

Elaboração: Instituto DEPA/SC.

(1) Os dados diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 8
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

MUNICÍPIO	(ha)														
	ALHO PARROZ	ABACAXI	BANANA	BATATE	ICAMA-DE	ICEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	18.471	11.693	251	750	-	690	709	-	3.565	4.680	-	-	20	-	-
Lit. de Itajaí	5.004	977	-	5.393	3	512	323	-	276	792	-	-	42	-	-
Col. de Blumenau	18.065	2.025	295	1.705	741	3.454	6.961	-	3.354	13.772	-	-	42	-	22
Col. de Itajaí do Norte	965	18	270	-	250	3.680	6.900	-	3.000	9.900	-	-	-	-	6
Col. do Alto Itajaí	9.567	-	2.980	-	13.397	17.285	15.580	-	8.615	32.134	50	51	51	-	258
Florianópolis	3.956	1.049	623	4.443	207	1.312	662	-	2.290	2.112	-	-	468	-	-
Col. Serrana Catarinense	1.222	669	2.268	2.442	5.823	4.002	5.609	-	2.180	12.273	-	-	240	-	157
Lit. de Laguna	4.423	296	10	90	18	555	778	-	4.710	451	-	-	5	-	-
Carbonífera	8.793	2.476	4.228	1.067	177	6.900	17.007	-	9.036	16.902	-	-	193	6	301
Lit. Sul Catarinense	14.965	1.395	34	100	120	2.520	11.440	-	18.720	5.577	670	-	8	-	-
Col. Sul Catarinense	25.788	6.113	180	135	20	3.974	10.524	-	1.750	15.193	-	-	4	-	54
Campos de Lages	1.140	-	2.700	-	1.286	12.510	964	-	300	19.116	1.320	-	75	60	49
Campos de Curitiba	4.645	-	715	8	485	48.300	935	-	56	64.095	27.340	-	99	13.219	151
Col. do Rio do Peixe	8.560	-	2.026	1.114	509	27.480	2.751	-	1.726	218.286	52.565	-	223	7.442	3.422
Col. do Oeste Catarinense	18.865	-	1.830	2.480	325	162.980	8.956	-	13.935	526.128	247.310	-	04.802	1.096	-
Planalto de Canoinhas	10.093	205	1.820	-	399	41.223	8.007	-	2.205	73.966	32.510	-	30	11.417	104
SANTA CATARINA	154.522	26.916	20.230	19.727	23.760	337.377	98.305	9.351(1)	75.738	1.015.375	361.765	1.500	116.947	5.820	-

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1986-87.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Os dados de área colhida apresentados nesta tabela diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 9

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMÔGENEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88

(ha)

MRH	ALHO	ARROZ	IBANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	FEIJÃO	FUMO	MACÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Colonial de Joinville	1	17.854	11.920	408	765	640	546	-	3.615	5.696	-	50	-	-
Litoral de Itajaí	-	4.879	977	-	5.393	586	199	-	276	1.117	-	48	-	-
Colonial de Blumenau	21	16.982	2.380	471	1.695	2.992	5.065	-	3.425	18.300	-	39	-	18
Col. do Itajaí do Norte	-	877	18	300	-	180	5.421	-	3.200	10.900	-	-	-	6
Col. do Alto Itajaí	100	9.283	-	3.630	-	12.087	13.232	-	12.165	42.620	125	71	-	222
Florianópolis	13	3.666	1.059	538	3.748	200	1.245	486	2.370	2.810	-	503	-	-
Col. Serrana Catarinense	119	1.117	659	2.021	2.182	5.136	4.307	-	2.230	15.960	-	233	-	144
Litoral de Laguna	7	3.761	248	12	51	18	1.320	811	4.760	560	-	13	-	-
Carbonífera	32	10.856	2.444	2.305	1.028	208	12.880	14.685	9.424	21.042	-	182	-	302
Litoral Sul Catarinense	13	16.028	1.420	40	65	90	4.305	10.756	15.122	7.240	725	10	-	1
Col. do Sul Catarinense	5	27.090	6.128	65	175	10	4.750	8.883	1.850	15.900	-	2	-	54
Campos de Lages	215	495	-	2.510	-	1.561	6.570	718	100	23.000	1.457	80	115	5
Campos de Curitiba	3.013	4.715	-	990	-	255	49.400	1.010	66	66.125	31.160	73	12.060	125
Col. do Rio do Peixe	628	8.965	-	1.626	1.136	612	33.966	3.128	1.245	218.825	56.441	312	9.576	3.490
Col. do Oeste Catarinense	65	20.590	-	1.550	4.225	183	201.201	8.719	7.430	470.611	264.146	-	89.370	1.085
Planalto de Canoinhas	170	9.453	200	1.815	-	264	33.910	7.614	2.191	67.300	32.594	31	13.690	100
SANTA CATARINA	4.402	156.611	27.463	18.281	20.463	21.856	380.697	85.580	12.500	(1)59.469	988.000	1.647	124.801	5.552

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Resiões Sul e Centro-Oeste, 1987.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1988.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Os dados de área colhida apresentados nesta tabela diferem daqueles constantes em outros trabalhos, devido à erradicação de pomares não produtivos não considerados nas estimativas anteriores feitas pela EMATER/ACARESC.

TABELA 10

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89

MUNICÍPIO	ha)													
	ALHO	ARROZ	IBANANA	BATATA-DOCE	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA	
Col. de Joinville	-	15.944	12.133	170	765	-	460	661	-	3.855	4.730	-	42	
Lit. de Itajaí	-	5.084	977	-	4.188	-	602	265	-	305	930	-	65	
Col. de Blumenau	21	16.679	2.391	513	1.735	1.502	2.936	6.106	-	3.568	15.810	-	37	
Col. do Itajaí do Norte	-	680	-	220	-	242	2.320	6.270	-	4.100	9.930	20	-	
Col. do Alto Itajaí	95	9.443	-	3.682	-	13.473	13.565	15.156	-	12.845	41.140	140	50	
Florianópolis	13	3.691	1.069	640	4.190	134	1.240	582	-	2.170	2.370	-	460	
Col. Serrana Catarinense	127	1.059	689	2.056	2.242	5.636	4.750	4.869	-	2.600	13.940	-	335	
Lit. de Laguna	9	4.377	238	8	39	18	1.320	605	-	4.952	620	-	-	
Carbonífera	24	11.663	2.531	2.627	1.015	185	16.385	15.525	-	9.708	17.040	-	173	
Lit. Sul Catarinense	8	16.340	1.410	55	65	90	5.875	11.942	-	14.150	5.500	725	8	
Col. Sul Catarinense	5	29.575	7.098	70	245	10	4.945	8.916	-	2.100	13.630	200	1	
Campos de Lages	162	1.005	-	2.370	-	1.563	9.500	935	-	50	20.300	1.300	111	
Campos de Curitiba	1.809	5.000	-	805	-	242	52.300	1.004	-	60	60.000	31.850	36	
Col. do Rio do Peixe	631	8.295	-	1.331	1.046	730	34.049	3.135	-	1.292	210.685	63.080	235	
Col. do Oeste Catarinense	65	17.200	-	1.170	865	233	169.527	9.510	-	910	503.693	301.450	-	
Planalto de Canoinhas	151	8.620	286	2.125	-	238	35.005	8.255	-	1.832	73.550	37.670	45	
TOTAL	3.200	154.655	28.822	17.842	16.395	24.296	354.779	93.756	12.700(1)	64.497	994.658	436.435	1.598	
													99.880	5.446

FONTE: EMATER-SC/ACARESC e Fundação IBGE/GCEA/SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 1

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80

MRH	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)														
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAÇA	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	5	68.053	103.479	3.759	242.100	-	351	859	-	61.260	19.851	-	2.994	-	88
Lit. de Itajaí	-	13.780	6.758	144	285.080	-	158	404	-	5.895	1.021	-	432	-	-
Col. de Blumenau	92	72.684	14.535	5.835	90.325	1.572	2.174	10.012	-	74.835	42.937	193	1.680	-	140
Col. do Itajaí do Norte	30	2.733	60	934	-	320	1.395	8.559	-	39.820	20.160	349	-	-	13
Col. do Alto Itajaí	442	38.925	-	17.904	-	56.889	8.502	27.177	-	237.480	114.525	2.259	1.066	23	1.696
Florianópolis	59	6.642	13.158	5.377	209.635	831	944	808	-	25.000	5.079	-	8.350	-	85
Col. Serrana Catarinense	118	2.175	8.364	20.528	155.080	32.285	2.120	8.057	-	35.130	28.626	4	3.450	-	907
Lit. de Laguna	18	7.435	8.058	72	2.275	148	487	741	-	25.140	726	-	-	-	-
Carbonífera	198	21.559	18.972	18.942	55.486	1.467	7.310	19.439	-	113.375	55.011	79	4.725	-	3.538
Lit. Sul Catarinense	52	35.170	11.178	1.640	11.810	1.481	3.089	11.938	-	134.000	14.860	637	935	45	-
Col. Sul Catarinense	12	57.721	61.124	404	15.470	20	2.609	17.305	-	20.280	43.329	-	24	-	402
Campos de Lages	323	492	-	13.713	-	3.910	4.199	1.508	6.914	-	36.664	6.300	5.600	117	-
Campos de Curitiba	3083	7.287	-	8.889	600	786	18.891	2.008	2.307	5.315	130.485	72.052	2.475	3.774	582
Col. do Rio do Peixe	97	21.868	-	16.188	35.650	2.117	7.426	2.354	18.944	22.430	702.293	92.805	2.421	855	25.121
Col. do Oeste Catarinense	-	49.277	-	16.560	66.850	210	36.985	3.625	-	138.945	1.619.820	482.382	140	11.535	10.399
Planalto de Canoinhas	195	23.067	2.448	11.987	-	1.569	23.432	12.608	50	83.090	174.608	61.704	885	2.515	1.464
SANTA CATARINA	4.724	428.868	248.134	142.876	1.170.361	103.605	119.972	127.401	28.225	995.195	3.009.995	718.764	35.177	18.864	44.429

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul, 1980.

ENATER-SL/AGARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1980/81

MRH	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUNO	MACA	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	60.376	116.841	1.772	190.470	-	369	623	-	48.225	16.506	-	2.715	-	89
Lit. de Itajaí	-	14.868	6.740	-	251.530	-	239	323	-	9.249	1.752	-	300	-	-
Col. de Blumenau	56	63.424	18.853	5.148	63.425	3.550	3.215	7.789	-	83.900	43.045	67	666	-	266
Col. do Itajaí do Norte	20	2.605	85	692	-	1.295	1.573	6.320	-	41.640	20.530	327	-	-	13
Col. do Alto Itajaí	330	36.083	-	14.548	-	82.949	16.911	23.693	-	311.100	104.635	1.196	1.187	-	2.874
Florianópolis	43	7.437	12.928	7.682	252.687	1.261	1.007	751	-	53.602	5.556	2	6.472	-	179
Col. Serrana Catarinense	161	1.974	8.432	23.025	182.298	46.183	2.795	5.857	-	48.240	36.019	6	5.201	-	1.240
Lit. de Laguna	28	6.565	8.058	32	2.815	115	316	620	-	32.625	780	-	96	-	-
Carbonífera	192	21.971	20.009	24.754	27.680	2.090	9.118	16.325	-	121.240	57.319	61	6.085	-	3.914
Lit. do Sul Catarinense	56	29.783	10.684	876	9.450	2.366	4.773	8.570	-	202.600	18.273	810	355	20	-
Col. Sul Catarinense	31	47.723	51.544	323	450	7	3.432	12.350	-	25.770	52.554	-	45	-	402
Campos de Lages	166	700	-	13.880	-	4.640	6.862	799	12.033	3.600	47.110	5.358	5.220	27	462
Campos de Curitiba	4.437	7.103	-	8.980	375	1.064	24.813	968	4.475	3.560	133.000	81.417	8.205	2.889	1.034
Col. do Rio do Peixe	637	23.759	-	14.332	17.140	2.464	14.101	1.407	22.553	17.810	697.496	82.907	3.474	179	51.931
Col. do Oeste Catarinense	361	55.265	-	17.909	4.500	1.200	113.122	2.731	-	180.460	1.760.850	411.407	175	5.120	11.817
Planalto de Canoinhas	202	24.432	2.346	18.010	-	2.625	43.475	10.238	114	91.160	167.162	64.550	1.110	790	1.506
SANTA CATARINA	6.720	404.068	256.520	151.963	1.002.820	151.809	246.121	100.364	39.175	1.274.881	3.162.690	648.196	41.306	9.033	75.757

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Região Sul, 1980.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1981/82

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	66.807	112.838	2.318	144.150	-	461	640	-	41.806	13.440	-	2.651	-	85
Lit. de Itajaí	-	17.273	8.271	340	279.080	-	258	391	-	6.510	879	-	2.760	-	-
Col. de Blumenau	72	72.669	21.480	5.516	80.325	2.710	2.730	9.892	-	57.035	44.683	7	597	-	503
Col. do Itajaí do Norte	-	1.458	1.207	720	-	337	3.241	8.968	-	53.000	18.568	336	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	226	32.424	-	16.716	-	59.110	29.431	30.808	-	315.135	88.693	508	1.270	-	2.867
Florianópolis	39	8.287	13.371	7.247	220.645	877	1.090	724	-	51.177	5.725	-	5.736	-	11
Col. Serrana Catarinense	283	1.784	8.610	21.616	182.370	39.747	3.664	7.994	-	46.280	32.271	-	7.255	-	1.737
Lit. de Laguna	45	11.060	8.058	47	2.100	164	406	448	-	22.620	756	-	168	-	-
Carbonífera	144	22.561	20.392	26.826	23.040	1.393	9.269	20.450	-	114.114	56.200	44	5.372	-	4.486
Lit. Sul Catarinense	48	33.385	10.838	1.352	9.300	1.640	4.538	13.442	-	178.540	18.087	825	675	-	-
Col. Sul Catarinense	48	55.860	51.544	735	6.950	235	3.600	17.085	-	18.720	35.380	-	45	-	345
Campos de Lages	116	156	-	11.990	-	1.255	5.979	1.583	27.488	-	37.416	5.358	5.220	-	462
Campos de Curitibahos	5.235	3.087	-	10.646	240	722	25.980	879	9.854	3.475	104.745	55.447	4.430	525	1.078
Col. do Rio do Peixe	1.030	9.227	-	13.606	16.350	2.486	18.762	2.242	39.918	18.053	515.000	56.344	1.720	260	55.159
Col. do Oeste Catarinense	188	21.476	-	17.165	59.000	1.500	165.386	5.418	-	150.270	1.511.649	353.457	120	7.039	13.277
Planalto de Canoinhas	431	16.564	2.244	24.052	-	1.569	46.250	11.162	204	68.562	145.264	62.326	1.808	795	555
SANTA CATARINA	7.905	374.078	258.853	160.912	1.023.550	113.745	321.045	132.126	76.664	1.141.097	2.628.756	534.652	39.827	8.620	80.565

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Região Sul, 1981-82.

EMATER/SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1982/83

MRH	ALHO	ARROZ	BANANA	BATAIA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	59.298	120.802	1.234	103.685	-	310	871	-	33.656	9.866	-	2.267	-	-
Lit. de Itajaí	-	18.020	8.380	3.000	266.925	-	224	646	-	4.858	663	-	2.300	-	-
Col. de Blumenau	89	71.868	23.137	1.305	66.850	1.740	1.402	10.489	-	44.713	30.120	-	697	-	361
Col. do Itajaí do Norte	-	2.086	272	1.509	-	450	1.322	7.942	-	43.400	7.821	-	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	209	42.448	-	7.963	-	66.460	13.274	23.773	-	231.522	38.247	151	540	-	2.277
Florianópolis	45	6.967	11.994	3.225	148.699	919	837	927	-	32.550	4.608	-	5.016	-	-
Col. Serrana Catarinense	331	2.517	7.191	15.934	136.893	45.568	2.882	8.780	-	28.620	20.754	-	6.155	-	1.538
Lit. de Laguna	26	6.980	8.058	93	4.080	94	356	997	-	29.562	661	-	89	-	-
Carbonifera	168	18.396	16.303	17.823	21.060	1.911	6.077	21.406	-	107.070	31.276	6	5.260	60	4.276
Lit. Sul Catarinense	53	27.302	9.146	548	7.600	1.650	2.368	14.150	-	159.167	7.301	1.273	950	48	-
Col. Sul Catarinense	30	57.427	38.267	968	6.910	235	2.269	17.077	-	39.880	21.476	143	45	3	446
Campos de Lages	121	239	-	17.034	-	770	3.729	1.516	19.692	-	13.245	3.570	3.060	-	154
Campos de Curitiba	6.114	5.291	-	6.618	240	670	21.873	1.626	8.951	2.980	43.366	58.922	4.986	1.951	796
Col. do Rio do Peixe	1.014	16.459	-	11.760	16.130	2.579	14.550	3.296	26.657	18.900	353.338	40.575	1.871	688	31.747
Col. do Oeste Catarinense	170	42.544	-	14.392	60.630	950	64.537	6.564	-	181.480	1.014.895	260.594	150	10.111	14.559
Planalto de Canoinhas	284	17.771	2.754	12.092	-	1.660	26.773	11.903	28	63.803	89.718	40.163	1.098	795	933
SANTA CATARINA	8.654	395.613	246.304	115.498	838.802	125.756	162.803	192.063	57.338	1.022.161	1.687.355	405.397	34.484	13.656	57.087

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1982-83.

ENATER-SC/APARESE/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84

(t)

MUNICÍPIO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	74.268	134.878	565	98.145	-	454	567	-	36.620	9.613	-	1.675	-	-
Lit. de Itajaí	-	19.249	10.158	240	279.275	-	319	212	-	4.348	1.322	-	2.375	-	-
Col. de Blumenau	53	80.130	27.022	1.644	59.450	1.120	2.994	11.090	-	42.070	36.171	-	712	-	227
Col. do Itajaí do Norte	-	2.058	306	1.905	-	555	3.259	11.211	-	45.300	19.980	-	-	-	40
Col. do Alto Itajaí	248	46.906	-	11.296	50	59.500	23.644	30.742	-	235.839	81.519	195	1.540	-	2.098
Florianópolis	39	9.118	14.076	4.263	272.555	975	1.266	724	-	38.229	5.155	-	14.952	-	-
Col. Serrana Catarinense	387	2.676	8.721	19.144	159.197	37.040	4.284	7.675	-	44.278	27.105	-	7.855	-	1.091
Lit. de Laguna	32	12.218	8.474	40	4.080	54	604	628	-	44.374	1.153	-	180	-	-
Carbonífera	113	25.500	20.715	27.559	21.660	1.526	11.098	21.632	-	116.330	44.577	14	6.345	24	2.593
Lit. Sul Catarinense	49	37.148	11.610	348	8.000	1.254	4.542	11.611	-	178.099	11.220	1.587	950	142	10
Col. Sul Catarinense	31	75.450	56.542	1.315	5.950	255	4.458	19.136	-	21.250	43.706	162	90	61	276
Campos de Lages	657	662	-	21.120	-	1.465	6.007	2.411	37.387	250	43.495	4.410	2.195	4	490
Campos de Curitiba	6.251	4.927	-	8.755	400	1.090	35.592	1.648	14.723	2.860	120.816	57.819	5.095	1.991	1.452
Col. do Rio do Peixe	1.159	13.405	-	18.027	16.215	2.942	23.161	3.325	56.483	16.785	534.560	72.891	2.900	453	53.083
Col. do Oeste Catarinense	403	35.945	-	22.766	51.510	900	148.194	12.860	-	215.039	1.245.241	388.661	40	6.820	10.405
Planalto de Canoinhas	302	13.377	2.652	22.286	-	1.640	40.563	16.179	16	48.697	119.576	53.030	1.365	376	759
SANTA CATARINA	9.724	453.057	295.154	161.373	976.487	111.116	310.439	151.650	108.609	1.090.368	2.345.209	578.769	48.269	9.881	72.532

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1983-84.

EMATER/SC/ADARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BAHANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	73.193	148.393	900	105.750	-	519	1.063	-	39.137	10.021	-	1.205	-	-
Lit. de Itajaí	-	20.540	10.260	120	311.175	45	387	528	-	5.288	1.303	-	830	-	-
Col. de Blumenau	63	80.427	27.897	1.648	67.275	2.820	3.204	11.634	-	55.120	32.373	-	534	-	246
Col. do Itajaí do Norte	-	2.102	306	1.841	-	751	2.981	12.426	-	28.795	18.666	-	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	243	45.899	-	13.644	-	82.316	21.688	28.203	-	203.446	72.202	243	930	-	2.273
Florianópolis	18	11.673	15.725	3.123	287.105	1.831	1.180	895	-	45.959	4.438	-	14.952	-	-
Col. Serrana Catarinense	330	3.038	8.721	19.318	173.927	45.514	4.268	9.120	-	52.066	25.140	-	7.355	-	1.207
Lit. de Laguna	24	11.237	8.474	40	4.880	101	642	1.075	-	47.012	687	-	-	-	-
Carbonífera	108	29.636	24.080	26.977	21.710	1.198	10.636	27.521	-	139.652	39.152	-	5.445	5	2.760
Lit. Sul Catarinense	39	39.225	11.756	232	8.000	1.170	4.038	17.973	-	242.421	11.184	1.812	654	-	-
Col. Sul Catarinense	15	84.366	56.550	1.140	6.600	235	4.731	17.645	-	25.056	38.511	504	115	76	342
Campos de Lages	668	568	-	19.134	-	1.369	5.053	1.577	53.084	250	32.569	3.780	3.475	2	423
Campos de Curitiba	5.815	3.962	-	7.551	260	3.556	25.831	1.722	21.682	3.150	97.191	55.917	2.850	682	1.666
Col. do Rio do Peixe	995	9.812	-	20.479	21.530	3.244	23.459	3.989	63.290	16.636	499.166	67.803	2.722	1.339	54.570
Col. do Oeste Catarinense	336	21.172	-	24.708	74.025	2.312	166.800	10.012	-	229.490	1.185.943	373.482	-	9.087	11.126
Planalto de Canoinhas	334	9.868	3.060	21.861	-	1.668	36.736	14.689	-	47.952	90.502	60.341	1.195	663	885
SANTA CATARINA	8.988	446.718	315.222	162.716	1.082.237	148.130	312.153	160.072	138.056	1.182.230	2.159.049	563.882	42.262	11.854	75.546

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1984-85.

ENATER-SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto DEPA/SC.

TABELA 7
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86

(t)

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	66.048	156.434	180	103.350	-	557	1.265	-	39.450	10.597	-	1.920	-	-
Lit. de Itajaí	-	20.417	10.260	120	321.800	45	412	635	-	5.952	1.318	-	770	-	-
Col. de Blumenau	63	76.854	28.076	1.460	72.100	2.820	3.162	12.562	-	61.000	31.815	-	1.776	-	259
Col. do Itajaí do Norte	-	1.857	306	2.160	-	751	4.113	9.979	-	56.000	19.500	-	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	252	36.077	-	13.116	-	82.560	16.512	25.789	-	215.729	46.372	270	1.750	-	1.694
Florianópolis	18	11.578	16.456	4.535	298.240	1.831	1.073	1.078	-	47.760	4.468	-	10.305	-	-
Col. Serrana Catarinense	342	2.778	8.764	15.577	159.882	45.650	3.836	10.453	-	54.855	24.405	-	6.191	-	858
Lit. de Laguna	24	14.610	8.636	35	5.280	101	776	1.080	-	53.348	648	-	-	-	-
Carbonífera	131	32.156	26.060	25.608	34.935	1.114	12.584	25.846	-	138.690	34.906	-	4.674	24	2.647
Lit. Sul Catarinense	39	45.530	11.696	207	10.000	1.170	5.019	19.625	-	254.850	11.797	1.455	90	-	8
Col. Sul Catarinense	15	101.555	57.145	1.420	7.400	235	4.432	18.244	-	31.350	40.214	270	25	4	322
Campos de Lages	704	593	-	18.240	-	1.369	3.343	1.616	44.002	250	26.897	2.129	1.110	116	336
Campos de Curitibaanos	10.022	3.106	-	5.363	260	3.556	16.486	1.232	25.336	1.092	84.253	47.178	3.550	5.315	1.447
Col. do Rio do Peixe	1.182	8.917	-	13.232	22.479	3.244	12.487	3.943	82.698	21.653	498.906	59.921	2.290	3.633	46.991
Col. do Oeste Catarinense	284	19.088	-	16.414	103.000	2.312	82.988	10.293	-	201.815	1.005.720	329.411	-	38.233	9.632
Pianalto de Canoinhas	345	9.750	3.060	14.881	-	1.668	13.152	13.913	1	40.392	109.467	57.400	1.110	4.315	730
SANTA CATARINA	13.421	450.914	326.893	132.828	1.138.726	148.426	180.932	156.953	152.037	1.224.186	1.951.299	498.034	35.561	51.620	64.972

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1985.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Regiões Sul e Centro Oeste, 1986.

EMATER-SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

PRODUTO	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	DEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MACÁ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-	76.168	155.822	2.190	40.650	-	638	1.226	-	62.890	12.312	-	600	-	-
Lit. de Itajaí	-	21.765	15.572	-	374.750	5	408	541	-	3.924	2.394	-	948	-	-
Col. de Blumenau	63	89.546	28.399	1.730	73.975	7.370	2.516	12.101	-	55.440	34.966	-	1.040	-	281
Col. do Itajaí do Norte	45	2.170	306	2.287	-	2.300	2.331	11.370	-	60.000	22.620	-	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	280	40.290	-	20.011	-	155.551	13.929	23.362	-	181.725	75.455	125	1.405	-	2.004
Florianópolis	20	13.621	16.566	7.070	310.835	2.640	1.241	1.142	-	33.995	6.733	-	18.492	-	-
Col. Serrana Catarinense	389	2.879	9.248	21.526	161.120	63.970	3.808	8.974	-	36.905	36.447	-	7.732	-	1.625
Lit. de Laguna	21	16.588	4.360	79	2.800	118	419	1.046	-	61.958	1.031	-	105	-	-
Carbonífera	138	22.744	29.121	43.720	47.405	1.320	4.286	27.190	-	128.498	46.756	-	5.668	6	2.808
Lit. Sul Catarinense	39	53.130	10.098	460	2.975	998	1.835	18.322	-	247.220	14.116	1.242	80	-	-
Col. Sul Catarinense	15	111.452	57.452	1.600	3.750	185	3.183	15.522	-	24.600	48.579	-	60	-	335
Campos de Lages	743	1.835	-	20.768	-	12.762	8.916	1.381	31.119	1.800	36.320	1.998	3.625	27	336
Campos de Curitiba	13.297	4.099	-	6.675	400	2.540	40.151	1.461	16.182	990	108.962	39.617	3.390	16.466	1.177
Col. do Rio do Peixe	2.920	9.423	-	18.279	33.674	3.939	19.366	4.424	56.822	34.793	521.704	45.273	8.830	8.614	39.377
Col. do Oeste Catarinense	275	24.793	-	17.022	123.084	4.402	89.059	14.095	-	254.531	1.311.676	308.875	-	104.461	11.206
Planalto de Canoinhas	486	14.643	4.182	17.170	-	3.283	32.371	13.712	-	31.960	160.396	58.177	525	14.084	723
SANTA CATARINA	18.681	505.146	331.126	180.587	1.175.418	261.373	224.357	156.669	104.123	1.221.229	2.440.467	455.317	52.500	143.658	50.000

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Regiões Sul e Centro Oeste, 1986-87.

EMATER-SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88

MRR	(t)														
	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEROLA	FEIJÃO	FUMO	MACÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	4	75.961	158.253	3.492	41.400	-	350	1.029	-	65.740	15.337	-	1.150	-	-
Lit. de Itajaí	-	21.707	15.572	-	374.750	-	427	387	-	3.924	3.348	-	1.070	-	-
Col. de Blumenau	63	90.763	31.416	2.874	80.850	10.516	2.445	9.609	-	57.835	49.171	-	1.026	-	266
Col. de Itajaí do Norte	-	2.231	306	2.515	-	1.620	2.331	10.057	-	64.000	22.899	-	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	342	40.611	-	33.202	-	142.016	14.120	23.162	-	264.384	121.023	250	2.005	-	1.800
Florianópolis	23	13.238	16.720	6.137	204.750	2.250	1.004	896	-	37.075	7.567	-	15.922	-	-
Col. Serrana Catarinense	419	2.691	9.248	18.095	137.865	52.885	3.934	7.695	-	44.175	47.256	-	8.124	-	2.115
Lit. de Laguna	28	12.843	3.961	96	1.785	118	1.006	998	-	62.608	1.250	-	270	-	-
Carbonífera	109	35.911	28.424	20.630	47.275	1.446	9.444	24.445	-	128.720	58.680	-	5.404	-	3.899
Lit. Sul Catarinense	39	61.577	11.271	510	1.925	700	2.131	16.295	-	206.990	15.137	1.276	100	-	8
Col. Sul Catarinense	15	124.381	57.604	488	5.150	75	2.655	13.646	-	26.100	47.100	-	30	-	445
Campos de Lages	1.154	678	-	25.235	-	6.499	5.668	1.467	62.731	2.000	48.515	2.623	3.415	197	125
Campos de Curitiba	18.187	7.057	-	11.550	-	2.010	38.192	1.812	32.510	990	129.140	47.907	3.179	22.565	1.110
Col. do Rio do Peixe	3.161	14.500	-	15.537	33.904	5.457	25.412	5.442	107.890	23.227	611.983	54.917	14.455	12.869	54.755
Col. do Oeste Catarinense	288	35.677	-	13.615	196.600	1.800	120.417	14.760	-	145.700	1.054.133	354.715	-	105.733	12.315
Planalto de Canoinhas	554	13.466	4.080	16.073	-	1.805	35.787	16.764	-	32.380	138.940	58.297	670	18.756	887
SANTA CATARINA	24.386	553.292	336.855	170.049	1.206.254	229.197	265.523	148.464	203.131	1.165.878	2.371.470	519.975	54.830	160.120	77.781

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1987.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1988.

EMATER-SC/ACARESC/Profit.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 10

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89

(t)

MRH	ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIBO	UVA
Col. de Joinville	-	74.742	146.217	2.390	41.400	-	428	1.247	-	63.470	11.728	-	1.150	-	-
Lit. de Itajaí	-	22.534	15.572	-	289.650	-	509	494	-	4.335	2.787	-	1.475	-	-
Col. de Blumenau	63	89.658	31.229	3.630	83.400	12.012	2.695	11.014	-	58.575	41.607	-	1.515	-	226
Col. do Itajaí do Norte	-	1.725	-	1.452	-	1.866	1.845	9.690	-	82.000	22.245	36	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	297	48.488	-	34.040	-	120.904	10.483	23.621	-	286.750	117.650	285	1.500	-	1.932
Florianópolis	24	12.559	15.759	5.566	285.210	1.285	1.099	1.126	-	35.925	6.715	-	22.300	-	-
Col. Serrana Catarinense	380	2.286	9.512	19.054	150.120	50.017	4.527	7.549	-	54.375	39.130	-	11.740	-	1.848
Lit. de Laguna	33	11.651	3.800	72	1.305	118	700	719	-	63.176	1.452	-	-	-	-
Carbonífera	76	32.150	30.540	19.237	45.900	1.238	13.488	24.964	-	148.398	50.139	-	4.045	2	3.920
Lit. Sul Catarinense	20	56.853	11.109	640	1.925	668	4.834	19.494	-	225.700	10.374	1.341	80	-	9
Col. Sul Catarinense	15	132.414	62.424	610	7.250	65	4.112	16.388	-	31.850	37.557	420	15	-	25
Campos de Lages	820	1.509	-	22.095	-	8.793	7.834	1.733	69.396	1.000	41.718	2.325	4.310	189	125
Campos de Curitiba	11.535	7.818	-	9.050	-	2.295	49.430	1.895	39.789	1.140	140.550	62.600	1.675	13.379	1.112
Col. do Rio do Peixe	2.590	14.118	-	14.350	30.079	5.623	28.861	5.473	127.941	25.125	582.810	65.587	12.310	9.322	52.889
Col. do Oeste Catarinense	168	31.533	-	11.610	33.240	1.430	110.976	15.050	-	11.250	1.369.513	451.657	-	55.971	11.237
Planalto de Canoinhas	585	15.103	4.080	19.458	-	1.273	27.012	16.350	-	32.265	185.930	76.316	1.050	10.481	952
TOTAL	16.606	555.141	330.242	163.254	949.479	207.587	268.833	153.707	233.106	1.125.334	2.662.995	650.557	63.165	89.344	74.323

FONTE: Fundação IBGE/IBGEA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989.

EMATER-SC/ACARESC/Profit.

DADOS SOBRE CANA-DE-AÇÚCAR

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE CANA-DE-AÇÚCAR SEGUNDO O PAÍS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-88

PAÍS	1985		1986		1987		1988	
	Quantidade (1000 t)	Part. %	Quantidade (1000 t)	Part. %	Quantidade (1000 t)	Part. %	Quantidade (1000 t)	Part. %
Brasil	246.542	26,42	239.178	25,70	268.595	27,80	259.761	26,29
Índia	170.319	18,25	170.648	18,34	192.480	19,89	196.723	19,91
Cuba	67.300	7,21	68.500	7,36	70.800	7,33	73.700	7,46
China	58.372	6,26	56.483	6,07	52.526	5,44	54.580	5,52
México	38.100	4,08	42.000	4,51	40.000	4,14	41.500	4,20
Paquistão	32.140	3,44	29.926	3,21	31.703	3,28	35.000	3,54
Austrália	22.409	2,40	24.720	2,66	25.390	2,63	27.697	2,80
Tailândia	25.690	2,75	24.093	2,59	24.450	2,53	27.191	2,75
Colômbia	25.500	2,73	24.850	2,67	24.965	2,59	24.560	2,49
Indonésia	24.922	2,68	26.208	2,82	21.764	2,25	20.800	2,10
Outros países	221.791	23,78	224.031	24,07	223.384	23,12	226.697	22,94
TOTAL MUNDIAL	933.075	100,00	930.637	100,00	966.047	100,00	998.209	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v. 40, 1986; v. 42, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR E PARTICIPAÇÃO SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS 1988 E 1989

ESTADO	SAFRA 1988					SAFRA 1989				
	Produção		Área		Rendimento	Produção		Área		Rendimento
	(t)	%	(ha)	%	Médio (Kg/ha)	(t)	%	(ha)	%	Médio (Kg/ha)
São Paulo	135.399.355	52,4	1.785.355	43,4	75.839	132.017.303	50,8	1.703.903	41,8	77.479
Pernambuco	22.557.277	9,7	445.452	10,8	50.639	24.099.257	9,2	445.124	10,9	54.141
Alagoas	17.825.173	6,9	420.441	10,2	42.396	23.208.000	8,9	490.611	12,0	47.304
Minas Gerais	18.308.465	7,1	309.497	7,5	59.156	16.877.248	6,5	291.115	7,1	57.975
Paraná	11.856.032	4,6	156.497	3,8	75.759	12.337.500	4,7	164.500	4,0	75.000
Rio de Janeiro	11.358.011	4,4	226.747	5,5	50.091	9.914.518	3,8	222.913	5,5	44.477
Paraíba	8.798.229	3,4	160.453	3,9	54.834	8.647.252	3,3	158.762	3,9	54.467
Goiás	6.556.070	2,6	96.620	2,4	67.854	6.914.460	2,7	100.160	2,4	69.034
Mato Grosso do Sul	4.136.414	1,6	69.727	1,7	59.323	4.271.660	1,6	66.982	1,6	63.773
Bahia	3.659.308	1,4	78.930	1,9	46.361	3.430.822	1,3	76.719	1,9	44.719
Mato Grosso	2.406.636	0,9	43.685	1,1	55.091	3.382.637	1,3	55.194	1,3	61.286
Rio Grande do Norte	2.878.355	1,1	61.447	1,5	46.843	2.870.973	1,1	56.980	1,4	50.386
Ceará	2.686.559	1,0	65.096	1,6	41.271	2.852.028	1,1	63.643	1,6	44.813
Espírito Santo	2.755.701	1,1	50.061	1,2	55.047	2.281.847	0,9	47.855	1,2	47.683
Sergipe	2.048.902	0,8	33.652	0,8	60.885	2.073.052	0,8	33.339	0,8	62.181
Maranhão	1.632.337	0,6	31.470	0,8	51.870	1.978.997	0,8	36.123	0,9	54.785
Rio Grande do Sul	1.018.530	0,4	34.526	0,8	29.580	1.066.520	0,4	35.212	0,9	30.289
Outros estados	2.567.381	1,0	46.873	1,1	54.773	1.738.138	0,7	31.055	0,8	55.970
BRASIL	258.448.735	100,0	4.116.529	100,0	62.783	259.962.212	100,0	4.080.190	100,0	63.713

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1989; fev. 1990.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

PRODUÇÃO OBTIDA, ÁREA COLHIDA, E RENDIMENTO MÉDIO DE CANA-DE-AÇÚCAR SEGUNDO A MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988 E 1989

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	SAFRA 1988			SAFRA 1989		
	Produção Obtida	Área Colhida	Rendimento	Produção Obtida	Área Colhida	Rendimento
	(t)	(ha)	Médio (Kg/ha)	(t)	(ha)	Médio (Kg/ha)
Col. de Joinville	41.400	765	54.118	41.400	765	54.118
Lit. de Itajaí	374.750	5.393	69.488	289.650	4.188	69.162
Col. de Blumenau	80.850	1.695	47.699	93.400	1.735	48.069
Florianópolis	284.750	3.748	75.974	285.210	4.190	68.069
Col. Serrana Catarinense	137.865	2.182	63.183	150.120	2.242	66.958
Lit. de Laguna	1.785	51	35.000	1.305	39	33.462
Carbonífera	47.275	1.028	45.997	45.900	1.015	45.222
Lit. Sul Catarinense	1.925	65	29.615	1.925	65	29.615
Col. Sul Catarinense	5.150	175	29.429	7.250	245	29.592
Col. Rio do Peixe	33.904	1.136	29.845	30.079	1.046	28.756
Col. Oeste Catarinense	196.600	4.225	46.532	33.240	865	38.428
ESTADO	1.206.254	20.463	58.948	969.479	16.395	59.133

FONTE: Fundação IBGE/SCEA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989.

Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4

PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL E SANTA CATARINA - SAFRAS 1981 A 1989

SAFRA	BRASIL			SANTA CATARINA		
	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (Kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (Kg/ha)
1981	155.924.109	2.825.879	55.177	1.002.820	18.159	55.224
1982	186.646.607	3.084.297	60.515	1.023.550	19.666	52.047
1983	216.703.375	3.447.390	62.860	831.402	18.499	44.943
1984	241.518.012	3.862.259	62.533	976.437	20.449	47.750
1985	247.199.474	3.912.042	63.189	1.082.237	22.833	47.398
1986	239.178.319	3.951.842	60.523	1.138.726	23.111	49.272
1987	268.741.069	4.314.146	62.293	1.175.418	19.727	59.584
1988	258.412.865	4.117.375	62.761	1.206.254	20.436	58.948
1989	259.962.212	4.080.190	63.713	969.479	16.395	59.133

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Brasil, 1981-88.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1984; dez. 1988; fev. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

QUANTIDADE TOTAL (EQUIVALENTE BRUTO) DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE AÇÚCAR E PARTICIPAÇÃO RELATIVA
SEGUNDO O PAÍS - 1985-87

PAÍS	1985		1986		1987	
	Quantidade (10 t)	Part. %	Quantidade (10 t)	Part. %	Quantidade (10 t)	Part. %
Cuba	694.145	24,5	640.461	23,2	648.222	22,8
Austrália	252.510	8,9	275.062	9,9	247.199	8,7
França	240.716	8,5	224.721	8,1	243.255	8,5
Brasil	245.197	9,4	253.460	9,2	229.084	8,0
Tailândia	186.974	6,6	198.478	7,2	203.874	7,2
Alemanha OC.	97.861	3,1	115.059	4,2	142.351	5,0
África do Sul	102.535	3,6	87.596	3,2	90.391	3,2
Holanda	24.666	0,9	31.199	1,1	39.091	1,4
Bélgica/Luxemburgo	69.660	2,5	92.799	3,4	68.333	2,4
Maurício	53.994	1,9	61.196	2,2	65.659	2,3
EUA	37.196	1,3	44.840	1,6	59.779	2,1
Rep. Dominicana	71.902	2,5	45.560	1,6	55.992	2,0
México	12.785	0,5	19.201	0,7	51.014	1,8
China	38.908	1,4	45.618	1,6	50.465	1,7
Suazilândia	37.987	1,3	49.791	1,8	43.589	1,5
Fiji	41.074	1,4	32.736	1,2	42.956	1,5
Outros Países	615.786	21,7	559.594	20,2	516.960	18,2
TOTAL MUNDIAL	2.833.896	100,0	2.766.361	100,0	2.848.204	100,0

FONTE: FAO, Anuário FAO de Comércio, v. 41, 1987.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5. LISTA DE GRAFICOS

	P.
ALHO	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DE ALHOS NOBRES EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE PRODUTOR - 1980-89	25
2. PREÇOS REAIS(1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE ALHO NOBRE E CUSTOS REAIS DE PRODUÇÃO, A NÍVEL DE SANTA CATARINA - 1981-89	27
BANANA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA BANANA-PRATA NA CEASA/SC - 1985-89	46
2. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA BANANA CATURRA NA CEASA/SC - 1985-89	47
BATATA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-89	63
2. PREÇOS MEDOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-89 E 1989	64
3. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE	65
4. CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DA BATATA EM SANTA CATARINA - 1985-89	65
CEBOLA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-89	76
2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO DA CEAGESP - 1981-88 E 1989	77

3. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-89 80

4. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - 1981-89 E 1989 80

FEIJÃO

1. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE FEIJÃO - SAFRA 1988/89 86

2. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1983-89 91

3. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1983-89 92

4. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO RECEBIDOS PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1983-89 94

5. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA RECEBIDOS PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1987-89 94

6. CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1988/89 95

MAÇA

1. COMPOSIÇÃO DO CONSUMO BRASILEIRO DE MAÇA - 1977-89 114

2. QUANTIDADE DE OFERTA DE MAÇA IMPORTADA E NACIONAL - ENTREPOSTO DA CEAGESP - 1980-89 114

3. PREÇOS REAIS(1) DA MAÇA NACIONAL - CEAGESP - 1980-89 .. 117

4. PREÇOS REAIS(1) DA MAÇA NACIONAL - CEAGESP MÉDIA 1980-89 E PREÇOS EM 1989 117

5. PREÇOS REAIS(1) DA MAÇA IMPORTADA - CEAGESP - 1980-89 . 118

MANDIOCA

1. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA RAIZ DE MANDIOCA RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1980-89 127

2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) DA FÉCULA DE MANDIOCA RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA - 1981-89	128
3. PREÇOS REAIS(1) DA FARINHA DE MANDIOCA CRUA FINA, A NÍVEL DE ATACADO EM FLORIANÓPOLIS - 1977-89	131
4. PREÇOS REAIS(1) DA FARINHA DE MANDIOCA NO ATACADO DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO - 1980-89	132
5. CUSTOS REAIS(1) DE PRODUÇÃO, CUSTO VARIÁVEL E TOTAL DA MANDIOCA E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO VALE DO ITAJAÍ EM CULTURA DE DOIS CICLOS - SAFRAS 1981/82 A 1988/89	134
6. CUSTOS REAIS(1) DE PRODUÇÃO, CUSTO VARIÁVEL E TOTAL DA MANDIOCA E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DO SUL DO ESTADO EM CULTURA DE UM CICLO - SAFRA 1977/78 A 1989/90	134
MILHO	
1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89 .	139
2. PREÇO DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - 1982-89	144
3. PREÇOS REAIS(1) MENSIS DO MILHO PAGOS NO ATACADO CATARINENSE - 1982-89	146
4. CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 .	147
SOJA	
1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89	152
2. PREÇOS MENSIS INTERNACIONAIS DA SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO - 1982-89	158
3. PREÇOS REAIS(1) MENSIS DA SOJA RECEBIDOS PELO PRODUTOR CATARINENSE - 1983-89	160

4. CUSTOS DE PRODUÇÃO VERSUS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1988/89	161
TOMATE	
1. PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR DE TOMATE EM SANTA CATARINA - MÉDIAS MENSAS DE 1983/89 E PREÇOS MÉDIOS EM 1989	171
2. MÉDIAS PERCENTUAIS DAS QUANTIDADES DE TOMATE COMERCIALIZADO, POR ORIGEM, NA CEASA/SC - MÉDIAS MENSAS - 1983/89	172
3. CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇO DO TOMATE - ANÁLISE NA ÉPOCA DE PLANTIO E COLHEITA - SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 A 1988/89	174
4. PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR DE TOMATE EM SANTA CATARINA - MÉDIAS ANUAIS - 1980-89.....	175
AVES	
1. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1988	218
2. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE AVES EM SANTA CATARINA - 1989	218
3. ÍNDICE MENSAL DE PREÇOS REAIS(1) DO FRANGO VIVO E ABATIDO EM SANTA CATARINA - 1984/89	221
AVES - SEGMENTO POSTURA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAS DO OVO TIPO II VERIFICADOS NO MERCADO ATACADISTA DE FLORIANÓPOLIS - 1983-89	232
BOVINOS DE CORTE	
1. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS EM SANTA CATARINA - 1988	243
2. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS EM SANTA CATARINA - 1989	243
3. COTAÇÃO MENSAL (DÓLAR OFICIAL) DA ARROBA DO BOI GORDO EM SANTA CATARINA - 1989	246

BOVINOS DE LEITE

1. OFERTA MENSAL DE LEITE AS INDÚSTRIAS CATARINENSES SOB INSPEÇÃO FEDERAL - 1985-89 261

SUÍNOS

1. PRODUÇÃO NACIONAL E CATARINENSE DE CARNE SUÍNA - 1984-89 303
2. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1988 304
3. COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1989 304
4. ABATES TOTAIS MENSAIS DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1985-89 305
5. ÍNDICE DE PREÇOS REAIS(1) DO SUÍNO VIVO EM SANTA CATARINA - 1984-89 308
6. ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS REAIS(1) DE SUÍNO VIVO E MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR CATARINENSE - 1984-89 309

6. LISTA DE MAPAS

	P.
ALHO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1988/89	24
ARROZ	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	35
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	35
BANANA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1988/89	45
BATATA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	80
CEBOLA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	74
FEIJÃO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO	
1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	88
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO	
2a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	88
FUMO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	101

MAÇÃ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 113

MILHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 140

SOJA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 154

TOMATE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 169

TRIGO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 181

UVA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89 193

LEITE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE LEITE EM SANTA CATARINA - 1988 256

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. SANTA CATARINA: MAPA POLÍTICO, MESO E MICRORREGIONAL E MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS 315

7. LISTA DE QUADROS

	P.
GEBOLA	
1. CALENDÁRIO MENSAL DE OFERTA DE GEBOLA POR ESTADO BRASILEIRO	70

8. LISTA DE TABELAS

	P.
POLÍTICA AGRÍCOLA	
1. PREÇOS MEDIOS REAIS(1) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1983-89, RECEBIDOS EM 13-01-89 PELOS PRODUTORES	8
2. LIMITES DE FINANCIAMENTO - SAFRA 1989/90	11
3. VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES VIGENTES EM SANTA CATARINA - SAFRA DAS ÁGUAS - 1989/90	12
4. PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA SAFRA 1989/90, PARA A REGIÃO SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL	14
ALHO	
1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL DE ALHO - 1980-88	20
2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE ALHO, A NÍVEL DE REGIÃO MUNDIAL E PAÍSES MAIORES PRODUTORES POR REGIÃO - 1986-88	20
3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DE ALHO NO BRASIL - 1980/89 ..	22
4. QUANTIDADE PRODUZIDA DE ALHO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, E TOTAL BRASILEIRO - 1980-89	22
5. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DE ALHO EM SANTA CATARINA - 1980-89	23
6. QUANTIDADE DE ALHO IMPORTADO, A NÍVEL DE ALADI E TERCEIROS PAÍSES - 1980-88	26
7. ÁREA E PRODUÇÃO DE ALHO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1988-89	29

ARROZ

1. ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ IRRIGADO E DE SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1989(1)	31
2. ÁREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE ARROZ, EM CASCA E BENEFICIADO, A NÍVEL MUNDIAL E DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E IMPORTADORES - SAFRAS 1987/88 - 1988/89 E 1989/90	32
3. ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ NO BRASIL - 1980-89	33
4. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ARROZ EM CASCA, A NÍVEL DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1988-89	34
5. ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ, A NÍVEL DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE CULTIVO - 1984-1990	34
6. QUANTIDADE PRODUZIDA E CONSUMO HUMANO ESTIMADO DE ARROZ EM CASCA A NÍVEL DE BRASIL - 1980-90	37
7. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ARROZ EM CASCA, A NÍVEL DE BRASIL - 1986-1990	37

BANANA

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BANANA E PRODUÇÃO MUNDIAL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-88	42
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DE BANANA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, A NÍVEL DE REGIÃO MUNDIAL - 1985-88	42
3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA, POR UNIDADE E REGIÃO DO BRASIL - 1987-89	43
4. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA, A NÍVEL DE SANTA CATARINA - 1980-89	44

5. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 A 1988/89	45
6. EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO - QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1985-87	48
7. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1985-87	48
BATATA	
1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BATATA E TOTAL - 1986-88	53
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, A NÍVEL DE BRASIL - SAFRAS 1977/78 A 1987/88	54
3. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, RENDIMENTO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE BATATAS - SAFRA DAS ÁGUAS - POR ESTADO PRODUTOR E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89(1)	56
4. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA, RENDIMENTO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE BATATAS - SAFRA DAS SECAS, POR ESTADO PRODUTOR E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89(1)	57
5. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO DE BATATAS (SAFRAS DAS SECAS E DAS ÁGUAS), SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1988/89 .	58
6. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1978/79 A 1988/89 .	58
7. ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE OBTIDA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS E TOTAL DE SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89(1)	60

CEBOLA

1. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL MUNDIAL - 1986-88	69
2. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1980/81 A 1987/88	70
3. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO DA CEBOLA - SAFRA 1988/89	72
4. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1978/79 A 1988/89	73
5. ESTIMATIVAS DE FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - 1988/89	79

FEIJÃO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE FEIJÃO, A NÍVEL DE CONTINENTE E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1979/81 E 1986-88	85
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (1a. E 2a. SAFRAS) SEGUNDO AS REGIÕES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	85
3. QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (1a. SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	87
4. SUPRIMENTO/DEMANDA A NÍVEL DE BRASIL - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	90

FUMO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO - 1985-89	98
2. ÁREA, COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO FUMO EM FOLHA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIROS - SAFRAS 1987/88 E 1988/89 (1)	99

3. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DE FUMO EM FOLHA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1980/81 A 1989/90	100
4. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DO FUMO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	100
5. QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO - SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1988/89	101
6. QUANTIDADE DE FUMO EXPORTADO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1989(1)	102
7. QUANTIDADE IMPORTADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1989(1)	103
8. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO - 1980-88	103
9. SITUAÇÃO MUNDIAL DE PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUMO MANUFATURADO - 1985-89	106
10. CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL - 1980-88 ...	106

MAÇA

1. PRODUÇÃO DE MAÇA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88	109
2. QUANTIDADE PRODUZIDA, DE MAÇA NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS 1977/78 A 1987/88	110
3. QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA MAÇA NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/89(*)	111
4. DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO PARA MAÇA, CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1989	115

5. PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR ESTADO PRODUTOR - SAFRA - 1989/90	119
--	-----

MANDIOCA

1. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO MUNDIAL DA CULTURA DA MANDIOCA - 1979-88	122
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1985/89	124
3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1989/90	126
4. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSIS DA FÉCULA DE MANDIOCA RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA - 1981/89	129

MILHO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MILHO - SAFRAS 1986/87 A 1989/90	137
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR REGIÃO - SAFRAS 1985/86 A 1988/89	138
3. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	140
4. ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO DOS ESTADOS UNIDOS E TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1988/89 E 1989/90	141
5. ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO DE MILHO PARA O BRASIL - 1988-89	142

SOJA

1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS 1985/86 A 1989/90	151
2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA NO BRASIL - SAFRAS 1974/75 A 1988/89	152

3. ÁREA PLANTADA E QUANTIDADE OBTIDA DE SOJA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	153
4. OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS DE SOJA - TEMPORADAS COMERCIAIS DE 1988/89 E 1989/90	155
5. BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA NO BRASIL - SAFRAS DE 1988/89 E 1988/90	156
6. ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES EM 1987	157
TOMATE	
1. ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO MUNDO - 1980-88	165
2. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO DA CULTURA DO TOMATE NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1987/88 E 1988/89	166
3. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1988/89	168
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1988/89	169
5. QUANTIDADE DE TOMATE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1988 E 1989	173
TRIGO	
1. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO A NÍVEL MUNDIAL E DE ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADAS - SAFRA DE 1987/88 A 1989/90(1) ..	178
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO PRODUZIDO NO BRASIL - 1982-89	178

3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1988/89 E 1989/90(1)	179
4. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1980/81 A 1989/90	180
5. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1987/88 E 1989/90(1)	181
6. MÉDIA(1) DA COTAÇÃO DO TRIGO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1986-89	182
7. QUANTIDADE DE TRIGO ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLÍTRICO MÉDIO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1987/88 A 1989/90	183
8. PREÇOS MENSAIS REAIS(1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE PH 78 - 1982-89	183
9. PREÇOS MENSAIS REAIS(1) RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 78 NOS MOINHOS - 1982-89	184
10. CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO - 1979-90	185
UVA	
1. ÁREA PLANTADA COM UVA PELOS AGRICULTORES ASSISTIDOS PELA EMATER-SC/AGARESC, POR VARIEDADE, EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	188
2. ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE UVA: PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1985-88	189
3. PRODUÇÃO NACIONAL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE UVA - 1985-88	189

4. QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE VINHOS E MOSTO PRODUZIDOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS E TOTAL BRASILEIRO - 1988-89	190
5. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO DE VIDEIRA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E TOTAL ESTADUAL - SAFRA 1988/89	191
6. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA UVA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1988/89	192
7. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA UVA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA CARBONÍFERA - SAFRA 1988/89	193
8. QUANTIDADE DE UVA INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO EM SANTA CATARINA - 1988-89	194
9. VOLUME DE VINHO PRODUZIDO, POR TIPO, NAS REGIÕES VINÍCOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA - 1978-88	194
10. CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS DE UVA, SEGUNDO AS MICRORREGIÃO PRODUTORAS DE SANTA CATARINA - 1988 ...	195
11. DESTINO DA PRODUÇÃO, DE UVA, NÚMERO DE AGRICULTORES PESQUISADOS, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL - MRH COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1988/89	196
PRODUÇÃO FLORESTAL	
1. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87	200
2. VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87	202

3. VOLUME GLOBAL DO COMERCIO INTERNACIONAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87	203
4. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, GRUPOS DE PRODUTOS NO BRASIL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-87	205
5. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPOS DE PRODUTOS NO TOTAL MUNDIAL - 1980-87	205
6. VALOR DO COMERCIO MUNDIAL E BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-87	208
7. VALOR DO COMERCIO NACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPO DE PRODUTOS - 1980-87	209
8. PARTICIPAÇÃO DO COMERCIO BRASILEIRO DE PRODUTOS FLORESTAIS NO INTERNACIONAL, POR GRUPO DE PRODUTOS - 1980-87	210
9. QUANTIDADE PRODUZIDA, VALOR DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA - SANTA CATARINA - 1986 E 1987 .	212

AVES

1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE DE AVES, VARIAÇÃO ANUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1985-90	216
2. PRODUÇÃO E VARIAÇÃO MENSAL DE CARNE DE AVES - BRASIL - 1983-89	217
3. TOTAL DE ABATES DE CARNE DE AVES (SIF, NÃO-SIF E AUTO-CONSUMO) EM SANTA CATARINA - 1984-88	218
4. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1985-89	219
5. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES DE CARNE DE AVES - 1980-89	220

6. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE DE AVES NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-89	222
AVES - SEGMENTO POSTURA	
1. PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - 1984-88	225
2. POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL SEGUNDO AS RE- GIÕES E OS ESTADOS - 1982-89	227
3. ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA POR ESTADO E EXPOR- TAÇÕES - 1981-89	230
4. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985 A 1989 ...	231
5. IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA SE- GUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1984-87 ..	233
6. EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA EM CASCA SE- GUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1984-87 ..	234
7. QUANTIDADE DE OVOS ADQUIRIDA COM UM SALÁRIO MÍNIMO - 1988	235
8. RELAÇÃO DE TROCA QUILOGRAMA DE RAÇÃO POR DUZIA DE OVOS - NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1 QUILOGRAMA DE RAÇÃO - FLORIANÓPOLIS - 1983-89	237
BOVINOS DE CORTE	
1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE BOVINA E VITELÓ POR PAÍS E REGIÃO - 1987-90	241
2. ABATES TOTAIS MENSAS DE BOVINOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL EM SANTA CATARINA - 1984-89	243
3. PREÇOS MEDIOS CORRENTES E REAIS(1) MENSAS RECEBIDOS PELOS BOVINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983-89	246
4. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA - BRASIL E SANTA CATARINA - 1985-90	248

BOVINOS DE LEITE

1. REBANHO BOVINO, SEGUNDO A FINALIDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SANTA CATARINA - 1980	250
2. VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO ESTADUAL DE LEITE SEGUNDO A FINALIDADE DO REBANHO - 1980	251
3. FINALIDADE DO REBANHO BOVINO SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS - 1980	252
4. NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO DE LEITE E RENDIMENTO SEGUNDO AS DIFERENTES REGIÕES DO GLOBO E TOTAL MUNDIAL - 1986-88	253
5. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE - 1980-89	253
6. NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS, VOLUME DE LEITE PRODUZIDO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - 1980-89	254
7. NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS E AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980 E 1988	255
8. VOLUME DE LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1980-89	257
9. PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE E VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980-89	258
10. VOLUME TOTAL DE LEITE PRODUZIDO E QUANTIDADE COMERCIALIZADA PARA AS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL SEGUNDO AS BACIAS LEITEIRAS E AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988	259
11. CONSUMO APARENTE DE LEITE SEUS DERIVADOS POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIÚMA - 1985-87	260
12. VENDA DE LEITE AO MERCADO CONSUMIDOR CATARINENSE SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS - 1986-89	262

13. COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS DE PRODUÇÃO(1) E OS PREÇOS MENSIS RECEBIDOS(2) PELOS PRODUTORES DE LEITE DE SANTA CATARINA - 1983-89	263
MEL DE ABELHA	
1. ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEL DE ABELHA - 1985-88	268
2. SÉRIE REVISADA DE PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA E NÚMERO DE COLMEIAS - BRASIL - 1985-90	269
3. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CERA DE ABELHA POR REGIÃO FISIOLÓGICA - 1984-87	269
4. VOLUME DE MEL PRODUZIDO EM SANTA CATARINA - 1985-90 ...	270
5. QUANTIDADE DE MEL E SEUS DERIVADOS INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA - 1987-89	271
6. QUANTIDADE PRODUZIDA DE MEL E CERA DE ABELHA, SEGUNDO AS MICROREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988	272
7. CONSUMO MENSAL CATARINENSE DE MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS, SOB INSPEÇÃO - 1987-89	273
8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1985-87	274
9. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1983-86	276
10. QUANTIDADE, VALOR E PREÇO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA - 1988	277
11. QUANTIDADE, VALOR E PREÇO MÉDIO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA - 1988	278
12. MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - VENDAS MENSIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1988 .	279

13. MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - VENDAS MENS AIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - JANEIRO A JULHO DE 1989	280
14. PREÇOS REAIS MENS AIS DE OUTUBRO(1) RECEBIDOS PELOS APICULTORES DE SANTA CATARINA - 1985-89	281
PESCADO	
1. CAPTURA MUNDIAL DE PESCADO(1) POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA - 1983-85 (MÉDIA), 1986 E 1987	285
2. DESEMBARQUE DE PESCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1986-88	287
3. VALOR DO PESCADO DESEMBARCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1987-88 ..	288
4. DESEMBARQUE BRASILEIRO DE PESCADO POR TIPO DE PESCA - 1984-88	289
5. VALOR DO DESEMBARQUE DO PESCADO BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1984-88	289
6. QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS SOB CONTROLE, DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1983-89	290
7. QUANTIDADE MENSAL DE PESCADO DESEMBARCADO, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1989(1)	290
8. QUANTIDADE DE PESCADO SOB CONTROLE DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - 1988 E 1989 .	292
9. PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1983-89	292
10. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE PESCADO, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO - 1983-85 (MÉDIA), 1986 E 1987	294

11. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988	295
12. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1988	296
13. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988	297
14. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE - 1988	298
15. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1983-89	299
16. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, COMERCIALIZADOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS CONSUMIDORES - 1988-89	299
17. CONSUMO CATARINENSE DE PESCADO INSPECIONADO - 1983-89 .	300
SUÍNOS	
1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE SUÍNA - 1987-90	302
2. REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE DE SUÍNOS - SANTA CATARINA - 1983-89	305
3. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE SUÍNA - 1984-89	306
4. PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CARNE SUÍNA - 1984-89	307
5. BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DA CARNE SUÍNA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-90	310

INFORMAÇÕES BÁSICAS

DIVISÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM MESOS E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, CONFORME RESOLUÇÃO PR Nº 51, DE 31-07-89	316
--	-----

ÁREA COLHIDA

1. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80	318
2. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1980/81	319
3. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1981/82	320
4. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1982/83	321
5. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84	322
6. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85	323
7. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86	324
8. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	325

9. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88	326
10. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	327

QUANTIDADE PRODUZIDA

1. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80	328
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1980/81	329
3. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1981/82	330
4. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1982/83	331
5. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84	332
6. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85	333
7. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86	334
8. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	335

9. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1987/88	336
10. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	337
DADOS SOBRE CANA-DE-AÇÚCAR	
1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE CANA-DE-AÇÚCAR SEGUNDO O PAÍS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-88	338
2. PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR E PARTICIPAÇÃO SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS 1988 E 1989	338
3. PRODUÇÃO OBTIDA, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CANA-DE-AÇÚCAR SEGUNDO A MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988 E 1989	339
4. PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL SANTA CATARINA - SAFRAS 1981 A 1989	339
5. QUANTIDADE TOTAL (EQUIVALENTE BRUTO) DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE AÇÚCAR E PARTICIPAÇÃO RELATIVA SEGUNDO O PAÍS - 1985-88	340

9. BIBLIOGRAFIA

- ABRACAVE prevê para o carvão vegetal crise no abastecimento e preço elevado. *Infoc Madeireiro*, Brasília, n. 52, p. 3, set./out. 1987.
- ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, v. 10, n. 1/11, fev./nov. 1989.
- ANUARIO DE PRODUCTOS FORESTALES 1975-1986. Roma: FAO, 1986.
- ANUARIO DE PRODUCTOS FORESTALES 1976-1987. Roma: FAO, 1987.
- ANUARIO ESTATÍSTICO [da SUDEPE]. Florianópolis: SUDEPE, 1987.
- ANUARIO ESTATÍSTICO 1982/87 [da CFP]. Brasília: CFP, 1988.
- ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41/49, 1980/1989.
- ANUARIO FAO DE COMERCIO. Roma: FAO, v. 40/41, 1986/1987.
- ANUARIO FAO DE PRODUCCIÓN. Roma: FAO, v. 36/42, 1982/1988.
- BOLETÍN TRIMESTRAL FAO DE ESTADÍSTICAS. Roma: FAO, v. 2, n. 1/3, 1989.
- CONJUNTURA ECONOMICA. Rio de Janeiro: FGV, v. 42, n. 10/12, out./dez. 1989.
- GUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, v. 9/10, n. 1/6, fev./dez. 1988/1989.
- EL ESTADO MUNDIAL DE LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Roma: FAO, 1987/1988.
- ESTADÍSTICAS DE PESCA [do IBGE]. Rio de Janeiro: IBGE, 1./2. semest. 1988.

INFORMATIVO CFP. Brasília: CFP, n. 29, 11/15 set. 1989.

LEAL, L. Exportações cresceram 33% em 88 e compensaram queda de vendas internas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24/26 dez. 1988. p. 12.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/CEPAGRO, jan./dez. 1975/1989.

PREÇOS internos da madeira estão altos. *Infoc Madeireiro*, Brasília, v. 5, n.48, p. 4, jan./fev. 1987.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - PARANÁ - SANTA CATARINA - RIO GRANDE DO SUL. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979/1980.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - REGIÃO SUL. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1981/1982.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1986/1987.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - SANTA CATARINA. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983/1985.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - SANTA CATARINA. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1988.

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89. São Paulo: IEA, v. 1, 1988.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - REGIÃO SUL. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, v. 4, n. 4, 1985.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1988-89. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, v. 1/2, 1989.

SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS 1987-88. Roma: FAO, 1988.

SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS 1988-89. Roma: FAO, 1989.

WORLD AGRICULTURAL PRODUCTION. Washington: USDA, nov. 1988.

WORLD AGRICULTURAL PRODUCTION. Washington: USDA, set. 1989.

WORLD TOBACCO SITUATION. Washington: USDA, set. 1989.